



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

CPI DA EDUCAÇÃO

RELATÓRIO FINAL

CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL
BIBLIOTECA
N.º 167
DATA 31/07/96

Sis: 762881

CB: 553830-40



Câmara Legislativa do DF
Biblioteca

SUPLEMENTO DO DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Ano XV N° 110

Brasília, terça-feira, 13 de junho de 2006

Sumário

CPI da Educação 1

CPI da Educação

CPI DA EDUCAÇÃO

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias de irregularidades, ilegalidades e imoralidades na secretaria de Estado de Educação, entre 1995 e 2005, relativas à contratação de professores em regime temporário e às licitações para transporte de alunos da rede pública de educação, bem como o envolvimento de autoridades públicas dos Poderes Legislativo e Executivo do Distrito Federal, materializadas em inquéritos do Ministério Público do Distrito Federal e em diversas matérias veiculadas pela mídia local e nacional - Requerimento nº 1.796, de 2005.

RELATÓRIO FINAL VOLUME I

Deputado Augusto Carvalho
Presidente

Deputado Paulo Tadeu
Relator

Deputada Ivelise Longhi
Vice-Presidente

Deputado José Edmar
Membro

Deputado Pedro Passos
Membro

Junho de 2006

Equipe Técnica:

Adilson de Almeida Vasconcelos

Ariadni Lamar Speciale, Banco Brasil

Carlos Alberto Camielli Villela

Edival Rodrigues da Mata Júnior

Emília Maria Cavalcante Guerra

Eugênia Maria Gruber

Gilmar Rocha

Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago

Hilton Kazuo Sabino Kawashita

José Euclides Andrade Viana

José Willemann

Júlio César Freitas de Sousa

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL	
MBA DIRETORA	
Presidente: Fábio Barcellos (PFL) Vice-Presidente: Chico Floresta (PT) 1º Secretário: Wilson Lima (PRONA) Suplente: Leonardo Prudente (PFL) 2º Secretário: José Edmar (PRONA) Suplente: 3º Secretário: Peniel Pacheco (PDT) Suplente: Augusto Carvalho (PPS) Corregedor: Eliana Padrosa (PFL) Ouvidor: Paulo Tadeu (PT)	
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA	
Titulares Presidente: Brunelli Vice-Presidente: Chico Leite Eunides Brito Pedro Passos Chico Vigilante	Suplentes Leonardo Prudente Ariete Sambaio Odilon Aires Roney Nemer Paulo Tadeu
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS	
Titulares Presidente: Leonardo Prudente Vice-Presidente: Paulo Tadeu Eliana Padrosa Odilon Aires Benício Tavares	Suplentes Brunelli Erika Kokay Wilson Lima Eunides Brito Gim Argello
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS	
Titulares Presidente: Eunides Brito Vice-Presidente: Peniel Pacheco Chico Leite Ivelise Longhi Paulo Tadeu	Suplentes Odilon Aires Augusto Carvalho Chico Vigilante Benício Tavares Chico Floresta
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	
Titulares Presidente: Chico Vigilante Vice-Presidente: Wilson Lima Peniel Pacheco Benício Tavares Roney Nemer	Suplentes Chico Leite José Edmar Augusto Carvalho Ivelise Longhi Pedro Passos
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, ÉTICA E DEBOLIO PARLAMENTAR	
Titulares Presidente: Erika Kokay Vice-Presidente: Leonardo Prudente Brunelli Ivelise Longhi Roney Nemer	Suplentes Chico Leite Peniel Pacheco Ariete Sambaio Eunides Brito Paulo Tadeu
COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS	
Titulares Presidente: Ivelise Longhi Vice-Presidente: Benício Tavares Ariete Sambaio José Edmar Wilson Lima	Suplentes Odilon Aires Pedro Passos Chico Floresta Brunelli Eliana Padrosa
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE	
Titulares Presidente: Ariete Sambaio Vice-Presidente: Erika Kokay Augusto Carvalho Odilon Aires Wagner Tatuze	Suplentes Chico Leite Paulo Tadeu Eliana Padrosa Roney Nemer Agulnaldo de Jesus
COMISSÃO DE SEGURANÇA	
Titulares Vice-Presidente: Agulnaldo de Jesus José Edmar Chico Floresta Gim Argello Wagner Tatuze	Suplentes Wagner Tatuze Benício Tavares Wilson Lima Chico Vigilante Odilon Aires
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
Titulares Presidente: Augusto Carvalho Vice-Presidente: Chico Floresta Agulnaldo de Jesus Eliana Padrosa Pedro Passos	Suplentes Peniel Pacheco Ariete Sambaio Sem indicação partidária Leonardo Prudente Odilon Aires

342.537.7:37(817.4)
DG14
RFC
ex. 2

Laura Corrêa de Alencar
 Luiz César Fiúza da Cunha
 Maria América Menezes Bonfim
 Maria Assunção Zabeu
Nilma Silva Araújo
 Paulo Borges
 Ranilson Bezerra Diniz
 Sérgio Paulo Oliveira Carvalho
 Sílvio Bendini
 Wanda Carla Vial Marchioro

CPI DA EDUCAÇÃO

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias de irregularidades, ilegalidades e imoralidades na secretaria de Estado de Educação, entre 1995 e 2005, relativas à contratação de professores em regime temporário e às licitações para transporte de alunos da rede pública de educação, bem como o envolvimento de autoridades públicas dos Poderes Legislativo e Executivo do Distrito Federal, materializadas em inquéritos do Ministério Público do Distrito Federal e em diversas matérias veiculadas pela mídia local e nacional - Requerimento nº 1.796, de 2005.

RELATÓRIO FINAL VOLUME II

Deputado Augusto Carvalho
 O Presidente
 Deputado Paulo Tadeu
 Relator

Deputada Ivelise Longhi
 Vice-Presidente

Deputado José Edmar
 Membro

Deputado Pedro Passos
 Membro

Junho de 2006

Equipe Técnica;

Adilson de Almeida Vasconcelos
 Ariadni Lamar Speciale, Banco Brasil
 Carlos Alberto Carnielli Villela
 Edival Rodrigues da Mata Júnior
 Emília Maria Cavalcante Guerra
 Eugênia Maria Gruber
 Gilmar Rocha
 Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago
 Hilton Kazuo Sabino Kawashita
 José Euclides Andrade Viana
 José Willemann
 Júlio César Freitas de Sousa
 Laura Corrêa de Alencar
 Luiz César Fiúza da Cunha
 Maria América Menezes Bonfim
 Maria Assunção Zabeu
 Nilma Silva Araújo
 Paulo Borges
 Ranilson Bezerra Diniz
 Sérgio Paulo Oliveira Carvalho
 Sílvio Bendini
 Wanda Carla Vial Marchioro

CPI DA EDUCAÇÃO

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias de irregularidades, ilegalidades e imoralidades na secretaria de Estado de Educação, entre 1995 e 2005, relativas à contratação de professores em regime temporário e às licitações para transporte de alunos da rede pública de educação, bem como o envolvimento de autoridades públicas dos Poderes Legislativo e Executivo do Distrito Federal, materializadas em inquéritos do Ministério Público do Distrito Federal e em diversas matérias veiculadas pela mídia local e nacional - Requerimento nº 1.796, de 2005.

RELATÓRIO FINAL VOLUME III

Deputado Augusto Carvalho
 Presidente
 Deputado Paulo Tadeu
 Relator

Deputada Ivelise Longhi
 Vice-Presidente

Deputado José Edmar
 Membro

Deputado Pedro Passos
 Membro

Junho de 2006



DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Coordenadoria de Editoração e Produção Gráfica da Presidência

Coordenador: Randal Martins Junqueira

Editora Executiva: Neli Marw Stein - Reg. Prof. 147.02.62 - M16 DF

Diagramação e Arte Final

Seção de Editoração 3348.8963

SALN - Parque Rural 70.086.900 - Brasília DF

www.cl.gov.br

Equipe Técnica:

Adilson de Almeida Vasconcelos
 Ariadni Lamar Speciale, Banco Brasil
 Carlos Alberto Camielli Villela
 Edival Rodrigues da Mata Júnior
 Emília Maria Cavalcante Guerra
 Eugênia Maria Gruber
 Gilmar Rocha
 Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago
 Hilton Kazuo Sabino Kawashita
 José Euclides Andrade Viana
 José Willemann
 Júlio César Freitas de Sousa
 Laura Corrêa de Alencar
 Luiz César Fiúza da Cunha
 Maria América Menezes Bonfim
 Maria Assunção Zabeu
 Nilma Silva Araújo
 Paulo Borges
 Ranilson Bezerra Diniz
 Sérgio Paulo Oliveira Carvalho
 Sílvio Bendini
 Wanda Carla Vial Marchioro

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	pág. 10
1.1. DA COMPETÊNCIA E PODERES DA CPI.....	pág. 14
2. DOS TRABALHOS DA CPI.....	pág. 16
2.1. RESUMO DA ATUAÇÃO DA CPI.....	pág. 16
2.2. DAS DILIGÊNCIAS EFETUADAS PELA CPI.....	pág. 18
2.3. DAS GRAVAÇÕES DE AUDIO RECEBIDAS PELA CPI.....	pág. 20
2.4. DA IMPETRAÇÃO DE HABEAS CORPUS E OUTRAS AÇÕES JUDICIAIS.....	pág. 21
3. DO TRANSPORTE ESCOLAR PÚBLICO.....	pág. 24
3.1. DO DIRECIONAMENTO DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS.....	pág. 25
3.1.1. DO CONTRATO EMERGENCIAL Nº 24/99, FIRMADO COM A EMPRESA VIAGENS E TURISMO JOVEM LTDA.....	pág. 30
A) Da inexistência de situação emergencial para contratação de serviços de fornecimento de passagens aéreas e terrestres e transporte interestadual.....	pág. 30
B) Da emergência fabricada.....	pág. 37
C) Do direcionamento da escolha do contratado, de forma a privilegiar a Empresa Viagens e Turismo Jovem Ltda.....	pág. 42
D) Do erro na explicitação e na quantificação do objeto,	

criando vantagem para a então prestadora do serviço, Empresa Viagens e Turismo Jovem Ltda.....	pág. 46
3.1.2. DO CONTRATO Nº 32/1999, FIRMADO COM A EMPRESA VIAGENS E TURISMO JOVEM LTDA., EM DECORRÊNCIA DA LICITAÇÃO Nº 06/99.....	pág. 48
A) Da violação ao Princípio da Publicidade.....	pág. 48
B) Da inadequada caracterização do Projeto Básico, criando vantagem competitiva para a Empresa Viagens e Turismo Jovem Ltda.....	pág. 52
C) Da não aprovação do Projeto Básico por autoridade competente.....	pág. 57
D) Da não apreciação do Edital por órgão jurídico.....	pág. 57
E) Da inclusão no Edital nº 06/99, de exigências para habilitação não previstas na Lei nº 8.666/93.....	pág. 58
F) Do inadequado parcelamento do objeto no Edital nº 06/99, no que concerne à ampliação da competitividade, criando vantagem para a Empresa Viagens e Turismo Jovem Ltda.....	pág. 65
G) Da ausência de detalhamento adequado no orçamento contemplado no Projeto Básico, destinado à quantificação dos custos dos serviços a serem contratados.....	pág. 68
H) Da inobservância, pela CPL, do disposto no inc. IV, art. 43, da Lei nº 8.666/93, deixando de verificar a conformidade das propostas em relação ao Edital.....	pág. 70
3.1.3. DO CONTRATO EMERGENCIAL Nº 50/2001, FIRMADO COM A EMPRESA VIAGENS E TURISMO JOVEM LTDA.....	pág. 71
A) Da inexistência de situação emergencial para a contratação, por dispensa de licitação, de serviços de fornecimento de passagens aéreas e terrestres e transporte interestadual.....	pág. 72
B) Da emergência fabricada.....	pág. 76
C) Dos vícios graves no procedimento de escolha do contratado.....	pág. 89
D) Das falhas apresentadas no Projeto Básico.....	pág. 92
E) Do não atendimento à exigência contida no inc. VI, do art. 38, da Lei nº 8.666/93.....	pág. 96
3.1.4. DOS CONTRATOS Nº 87 E 88/2001, FIRMADOS COM AS EMPRESAS VIAGENS E TURISMO JOVEM LTDA. E MOURA TRANSPORTES LTDA., EM DECORRÊNCIA DA CONCORRÊNCIA Nº 04/2001.....	pág. 99
A) Da não caracterização adequada do objeto, criando vantagem competitiva para a Empresa Viagens e Turismo Jovem Ltda.....	pág. 101
B) Da inclusão de exigência limitadora à competição.....	pág. 105
C) Da limitação à competitividade.....	pág. 108
D) Da não desclassificação das propostas com preços em desconformidade com os de mercado.....	pág. 111
3.1.5. DO CONTRATO Nº 08/2004, FIRMADO EM DECORRÊNCIA DA CONCORRÊNCIA Nº 03/2003, COM	

A MOURA TRANSPORTES LTDA.....	pág. 114
A) Da não caracterização e quantificação adequadas do objeto.....	pág. 134
B) Da inabilitação da ESARE e as das denúncias dela resultantes.....	pág. 147
C) Da consulta a um único fornecedor para a elaboração do orçamento contemplado no Projeto Básico.....	pág. 176
D) Da restrição da competitividade pela inadequação do parcelamento do objeto.....	pág. 213
E) Da não reabertura do prazo editalício, por ocasião do deferimento das impugnações.....	pág. 223
F) Da não apreciação por órgão jurídico da minuta do Edital.....	pág. 236
3.2. DAS IRREGULARIDADES NA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS.....	pág. 246
3.2.1. DO CONTRATO Nº 32/1999.....	pág. 246
A) Da inobservância do limite quantitativo de acréscimos.....	pág. 246
3.2.2. DOS CONTRATOS NºS 87 E 88/2001.....	pág. 249
A) Do descumprimento do subitem 3.5.4 do Edital nº 04/2001, ao permitir à empresa Viagens e Turismo Jovem Ltda. utilizar veículos locados de terceiros.....	pág. 249
B) Da realização de despesas sem base contratual.....	pág. 254
3.2.3. DO CONTRATO Nº 08/2004.....	pág. 257
A) Da realização de despesas sem previsão contratual ..	pág. 257
B) Da não revisão das condições econômicas do contrato em razão de alteração na alíquota do Imposto Sobre Serviços.....	pág. 260
C) Do pagamento indevido à Empresa Moura Transportes Ltda.....	pág. 262
D) Do regime de Execução.....	pág. 264
3.2.4. DAS DESPESAS SEM PREVISÃO CONTRATUAL.....	pág. 268
A) Do custeio de despesas com transportes de ente não pertencente a estrutura administrativa do Distrito Federal.....	pág. 268
B) Das despesas com atividades extraclasse.....	pág. 274
3.3. DO SUPERFATURAMENTO.....	pág. 276
3.3.1. DO SUPERFATURAMENTO DOS PREÇOS PRATICADOS PELA EMPRESA VIAGENS E TURISMO JOVEM LTDA À CONTA DO CONTRATO Nº 87/01.....	pág. 276
3.3.2. DO CONTRATO Nº 08/2004.....	pág. 279
A) Do superfaturamento dos preços praticados pela Empresa Moura Transportes Ltda. ..	pág. 279
4. DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSORES.....	pág. 282
4.1. DA UTILIZAÇÃO DE CONTRATOS TEMPORÁRIOS EM DETRIMENTO AO CONCURSO PÚBLICO.....	pág. 284
4.2. DA IRREGULARIDADE NA CONTAGEM DOS PONTOS REFERENTES À TITULAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NOS PROCESSOS SELETIVOS PARA PROFESSOR.....	pág. 297

A) Do Edital nº 05, de 17.12.03, publicado no DODF de 19.12.03.....	pág. 299
B) Do Edital nº 01, de 03.02.05, publicado no DODF de 04.02.05.....	pág. 309
C) Do Edital nº 04, de 29.12.05, publicado no DODF de 30.12.05.....	pág. 314
5 - DAS DENÚNCIAS CORRELATAS.....	pág. 327
5.1. DA PERMANÊNCIA DE SERVIDORES NA SEDF SEM CÔMPARECIMENTO AO TRABALHO.....	pág. 327
5.2. DO PROGRAMA PROFESSOR NOTA DEZ.....	pág. 350
5.3. DA CAPTAÇÃO DE ALUNOS E FABRICAÇÃO DE DIPLOMAS PELA UNI.....	pág. 361
5.4. DAS REUNIÕES NA CONSULTORIA JURÍDICA DO GABINETE DO GOVERNADOR.....	pág. 377
6. DO BENEFICIAMENTO DE SERVIDORES E AUTORIDADES POR EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO À SEDF.....	pág. 411
6.1. DOS PAGAMENTOS DA EMPRESA VIAGENS E TURISMO JOVEM LTDA. A SERVIDORES DA SEDF E À ORQUESTRA SINFÔNICA DA REGIONAL DE ENSINO DE CÍCILÂNDIA.....	pág. 412
6.2. DAS PASSAGENS DE CORTESIA PARA SERVIDORES E DA HOSPEDAGEM DA SRA. MARISTELA DE MELO NEVES NO HOTEL PARTHENON.....	pág. 420
6.3. DAS CONTRIBUIÇÕES DE FORNECEDORES DA SEDF PARA A CAMPANHA DA DEPUTADA EURIDES BRITO.....	pág. 434
A) Das contribuições da Empresa Viagens e Turismo Jovem Ltda.....	pág. 436
B) Das contribuições da Empresa Juiz de Fora Serviços Gerais Ltda.....	pág. 437
7. DA ANÁLISE DE OUTROS DADOS TELEFÔNICOS, BANCÁRIOS E FISCAIS.....	pág. 438
7.1. DA DOCUMENTAÇÃO CONTÁBIL, MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA E DECLARAÇÕES FISCAIS DA EMPRESA MOURA TRANSPORTES LTDA E SEUS SÓCIOS.....	pág. 438
7.2. DA DOCUMENTAÇÃO CONTÁBIL, MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA E DECLARAÇÕES FISCAIS DA EMPRESA VIAGENS E TURISMO JOVEM LTDA E DE SEU PROPRIETÁRIO.....	pág. 446
7.3. DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA E DOS DADOS TELEFÔNICOS DA EMPRESA JUIZ DE FORA SERVIÇOS GERAIS LTDA.....	pág. 452
7.4. DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA E DOS DADOS FISCAIS E TELEFÔNICOS DO SR. GIBRIL NABIH GEBRIN.....	pág. 456
7.5. DOS DADOS FISCAIS DO SR. SANDRO DE MORAIS VIEIRA.....	pág. 460
8 DAS VIOLAÇÕES AO ORDENAMENTO JURÍDICO, DO ENQUADRAMENTO DAS CONDUTAS ILÍCITAS E DOS	

INDICIAMENTOS RECOMENDADOS.....	pág. 462
8.1. DAS VIOLAÇÕES CONSTITUCIONAIS E DA LEI ORGÂNICA DO DF.....	pág. 463
8.2. DOS CRIMES ASSOCIADOS À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	pág. 467
8.3. DOS CRIMES NO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO.	pág. 483
8.4. DOS CRIMES PREVISTOS NA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.....	pág. 489
8.5. DAS VIOLAÇÕES À DISPOSITIVOS DA LEI ELEITORAL.....	pág. 496
8.6. DAS VIOLAÇÕES AO REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES CIVIS DO DISTRITO FEDERAL.....	pág. 498
8.7. DOS CRIMES DE SONEGAÇÃO FISCAL E CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA.....	pág. 503
8.8. DOS INDICIAMENTOS RECOMENDADOS.....	pág. 509
8.9. DOS OUTROS ASPECTOS DE INDICIAMENTOS RECOMENDADOS.....	pág. 541
9. DAS INFRAÇÕES AO CÓDIGO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL.....	pág. 543
10. DAS CONCLUSÕES E DAS RECOMENDAÇÕES.....	pág. 548

1. INTRODUÇÃO.

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito foi constituída pelo Ato do Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 261, de 28 de março de 2005, publicado no Diário da Câmara Legislativa - DCL de 29/03/2005, tendo por composição, respeitado o princípio da proporcionalidade, como membros efetivos, os Deputados José Edmar, Benício Tavares, Paulo Tadeu, Augusto Carvalho e João de Deus e como membros suplentes os Deputados Wilson Lima, Expedito Bandeira, Érika Kokay e Ivelise Longhi. Após a designação pelo Sr. Presidente, a pedido da Liderança Partidária respectiva, passaram a ser membros titulares da CPI as Deputadas Eurides Brito e Ivelise Longhi, ficando como suplentes o Deputado João de Deus e a Deputada Anilcéia Machado.

Após o início dos trabalhos, a Deputada Eurides Brito solicitou o seu afastamento da Comissão, sendo substituída pelo Deputado João de Deus, que passou à condição de membro efetivo.

Em 26 de abril de 2006, a Liderança do PMDB indicou o Deputado Pedro Passos para compor a Comissão, na condição de membro titular, em substituição ao Deputado João de Deus.

O referido Ato do Presidente teve origem no Requerimento nº 1.796, de 2005, de autoria de vários Deputados, votado e aprovado na sessão de 10 de março de 2005, mediante o qual os Deputados José Edmar, Augusto Carvalho, Brunelli, Chico Leite, Eliana Pedrosa, Leonardo Prudente, Peniel Pacheco, Chico Vigilante, Erika Kokay, Ariete Sampaio, Paulo Tadeu, Chico Floresta e Eurides Brito, pedem a "instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias de irregularidades, ilegalidades e imoralidades na secretaria de Estado de Educação, entre 1995 e 2005, relativas à contratação de professores em regime temporário e às licitações para transporte de alunos da rede pública de educação, bem como o envolvimento de autoridades públicas dos Poderes Legislativo e Executivo do Distrito Federal, materializadas em inquéritos do Ministério Público do Distrito Federal e em diversas matérias veiculadas pela mídia local e nacional".

Na Justificação do Requerimento, os autores mencionam que matéria publicada no Correio Braziliense, edição de 5 de março de 2005, no Caderno "Cidades", noticia que o Ministério Público ingressou com ação de improbidade administrativa contra autoridades públicas dos Poderes Executivo e Legislativo pela admissão de professores em regime temporário, no período de 1999 a 2004, por tais contratações estarem violando a Constituição Federal, a qual determina a realização de concurso público para preenchimento de cargos na Administração Pública.

Segundo o levantamento do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT, de 2000 a 2003 foram contratados, em média, 5.016 professores por ano; em 2001 entraram no serviço público, sem concurso, 6.078 docentes, declarando que "vê-se que a clara opção do administrador público é a via fácil e imoral de contratação sem concurso público".

A imprensa veiculou, também, denúncia do Ex-Subsecretário de Suporte Educacional, da Secretaria de Estado de Educação do Governo do Distrito Federal - SEDF, Sr. Manoel Carneiro, apresentada ao MPDFT e à Ouvidoria da CLDF, com provas contundentes de irregularidades verificadas em licitações públicas realizadas na Secretaria de Educação, em especial para transporte de alunos da rede pública. O Jornal do Brasil de 26/08/2004 já mencionava as denúncias que desembocaram no MPDFT, relatando o tráfico de influências e a manipulação de licitações na SEDF. Segundo o Sr. Manoel Carneiro, há direcionamento das licitações, beneficiando algumas empresas, notadamente a Viagens e Turismo Jovem Ltda. e

a Moura Transportes Ltda., as quais manteriam estreita relação com os dirigentes e ex-dirigentes da SEDF.

Uma das empresas derrotadas na Concorrência nº 03/2003, da SEDF, encaminhou representação ao MPDFT, Com acusações contra o processo seletivo, o que levou ao pedido de suspensão do *contrato de transporte* escolar com a Moura Transportes Ltda. em face do evidente direcionamento da licitação.

Ainda no tocante a essa licitação adjudicada à Moura Transportes Ltda., o MPDFT determinou perícia policial no respectivo processo, concluindo a Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF que houve a substituição de documentos. O Sr. Manoel Carneiro apresentou documentos, planilhas e gravações, feitas com os denunciados.

Em face da necessidade de realizar diligências e perícias em documentos, a CPI solicitou o auxílio de outros órgãos governamentais quanto a recursos humanos *técnico-especializados* e equipamentos de que esta Casa não dispõe. Foram cedidos à CPI dois Analistas de Finanças e Controle do Tribunal de Contas do Distrito Federal, assim como a CPI recebeu o apoio técnico de equipes da PCDF, da Polícia Federal - PF, do Banco do Brasil e do Banco Central do Brasil.

O prazo estipulado para a conclusão dos trabalhos da CPI foi de cento e oitenta dias, tendo sido prorrogado por noventa dias corridos, conforme faculta o art. 72, § 4º do Regimento Interno desta Casa, por força do Requerimento nº 2.122/2005, publicado em 01 de novembro de 2005, no Diário da Câmara Legislativa. Após essa prorrogação inicial, a CPI da Educação teve seu prazo dilatado por mais noventa dias, por via do Requerimento nº 2.286/2006, aprovado pelo Plenário desta Casa no dia 21/02/2006, com a finalidade de concluir a análise da documentação solicitada a diversos órgãos e pessoas, a qual somente foi recebida quando a CPI chegava a seu termo.

1.1. COMPETÊNCIA E PODERES DA CPI.

São poderes das Comissões Parlamentares de Inquérito - CPIs da Câmara Legislativa do Distrito Federal, além de outros, especificados no Regimento Interno da Casa e na legislação constitucional pertinente.

I - inquirir testemunhas, informantes e indiciados;

II - recolher e apreender provas, inclusive objetos

que tiverem relação com o fato e suas circunstâncias;

III - proceder ao reconhecimento de pessoas e coisas;

IV - realizar acareações;

V - determinar o exame de corpo de delito e quaisquer outras perícias;

*Vt - identificar **criminalmente** o indiciado, se não for **civilmente** identificado;*

VII - buscar folha de antecedentes e vida pregressa do indiciado;

VIII - realizar sindicâncias ou diligências;

IX - determinar a convocação de quaisquer autoridades ou servidores públicos do Distrito Federal e de testemunhas;

X- requerer informações e documentos;

XI - comparecer aos lugares onde se fizer mister a sua presença e expedir notificações.

2. DOS TRABALHOS DA CPI.

2.1. RESUMO DA ATUAÇÃO DA CPI.

A instalação oficial da CPI ocorreu em reunião realizada em 30 de março de 2005, sob a presidência do Presidente da Câmara, Deputado Fábio Barcellos. Na mesma sessão foi realizada a eleição do Presidente da Comissão, tendo sido eleito o Deputado Augusto Carvalho, que indicou o Deputado Paulo Tadeu para ocupar a *relatoria* da CPI. Para o cargo de *Vice-Presidente* da CPI foi eleita a Deputada Ivelise Longhi.

Na reunião de abertura dos trabalhos da Comissão, realizada em 31 de março de 2005, foram acordados os dias e horários de início dos trabalhos ordinários e sua estrutura técnico-administrativa, ficando definido que as reuniões ordinárias da CPI ocorreriam às sextas-feiras, às 9 horas.

Ao longo de seu período de *funcionamento*, a CPI realizou trinta e três reuniões, sendo uma de instalação, vinte e uma ordinárias, dez extraordinárias e uma reservada, nas quais foram colhidos depoimentos de quarenta pessoas.

Foram feitas oito diligências de investigação fora das dependências da Câmara Legislativa, a locais onde se suspeitava estivessem se realizando atividades irregulares,

como o ocultamento de documentos incriminadores, e para ouvir pessoas envolvidas nos casos investigados.

A CPI da Educação também apreendeu diversos documentos apresentados por depoentes, recebeu outros enviados espontaneamente e oficiou a numerosas entidades públicas e **privadas**, com o **objetivo** de obter informações que pudessem esclarecer os fatos **investigados**, em especial a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico dos envolvidos. Infelizmente decisões judiciais e atrasos na remessa de dados bancários impediram o aprofundamento da análise das movimentações financeiras e das fraudes contábeis e fiscais **cometidas**, em especial pela não remessa dos dados completos referentes aos Srs. Manoel Carneiro de Mendonça Neto, Antônio Ferreira **César**, Dimeí Arno e Sandro de Moraes Vieira.

Ao final dos trabalhos foram expedidas aproximadamente 318 correspondências oficiais e recebidos 1.046 **expedientes**, com o encaminhamento de milhares de documentos,

2.2. DAS DILIGÊNCIAS EFETUADAS PELA CPI

Ao longo dos **trabalhos**, a Comissão realizou oito atividades de diligências externas, com o intuito de obter provas **complementares** aos depoimentos prestados.

As duas primeiras, realizadas em 30/06/2005, foram decididas em decorrência do primeiro depoimento prestado pelo Sr. Antônio Ferreira César, quando trouxe à CPI a informação de que estariam sendo realizadas reuniões no Gabinete da Consultora **Jurídica** do Gabinete do Governador do Distrito Federal, Sra. Maristela de Melo Neves, com o intuito de articular a defesa dos envolvidos nas irregularidades e ilegalidades sob investigação.

Frente à informação de que processos da SEDF, de interesse da CPI, teriam sido requisitados pela Consultora **Jurídica** para análise prévia pelos investigados, a Comissão decidiu ir imediatamente à **Consultoria**, para averiguar a veracidade dessa acusação.

Recebidos pela Consultora **Jurídica**, os membros da **CPI** não encontraram quaisquer autos de processos da SEDF no escritório da Consultoria, naquele momento, mas a Sra. Maristela de Melo Neves admitiu que realmente havia requerido os processos, com o intuito de orientar os depoimentos **dos** servidores da SEDF que viessem a ser convocados **pela** CPI.

Em **seguida**, no mesmo dia, a CPT dirigiu-se à residência do Sr. Antônio Ferreira César, a fim de tentar localizar seu computador pessoal, **onde**, segundo informações prestadas pelo Sr. Sandro de Moraes Vieira, assessor da Deputada Eurides Brito, teria sido produzido documento com tentativa de extorsão contra a referida parlamentar. No local também não foi encontrado esse equipamento.

A terceira **diligência** externa foi **realizada** após a colheita de depoimento **reservado**, no **qual** foi trazida à CPI denúncia de que a Centro de Ensino Unificado - União Nacional de Instrução - **UNI**, entidade de ensino privado, participaria de esquema de emissão de certificados falsos de realização de cursos de especialização, para utilização no processo seletivo simplificado de contratação temporária de professores da SEDF e progressão funcional.

À vista das denúncias, os membros da CPI, com o **auxílio** da Polícia Civil do Distrito Federal, foram, de imediato, à sede da empresa, **apreendendo** farta documentação acerca das ilegalidades denunciadas.

As demais diligências externas foram realizadas em função da resistência das empresas Viagens e Turismo

Jovem Ltda. e Moura Transportes **Ltda.** em colaborar com as investigações, apresentando as informações requisitadas pela Comissão e teve por objetivo buscar provas da existência de **superfaturamento**, desvio de **recursos**, bem como pagamento de **propinas** ou vantagens a servidores e autoridades públicas. A CPI apreendeu documentos contábeis e fiscais dessas empresas, tanto em suas sedes, como nos escritórios de contabilidade que lhes prestam serviços,

2.3. DAS GRAVAÇÕES DE AUDIO RECEBIDAS PELA CPI

Ao longo de seus trabalhos, a CPI da Educação recebeu diversas gravações, registrando diálogos entre servidores, autoridades da SEDF e da CLDF e empresários e funcionários de empresas contratadas pelo Distrito Federal, por meio da Secretaria de Educação.

De todo o material trazido à CPI, optamos pela consideração daqueles cuja autoria e autenticidade puderam ser atestadas com maior segurança, nesse caso, as gravações **apresentadas** com o laudo e exemplar avaliado pelo Instituto Ricardo Molina, que foi posteriormente

submetido à contraprova pelo Instituto Nacional de Criminalística, da Polícia Federal.

2.4. DA IMPETRAÇÃO DE HABEAS CORPUS E OUTRAS AÇÕES JUDICIAIS

As CPIs, na medida em atingem interesses contrariados e possuem forte poder de investigação, sempre encontram forte resistência dos implicados em seu objeto, o que demanda grande exigência de trabalho por parte da Procuradoria-Geral da CLDF, responsável pela representação judicial da Casa.

Durante os trabalhos da CPI, vários depoentes impetraram *habeas corpus*, com o fim de se eximirem de depor ou deporem na qualidade de informantes e não na de testemunhas, desobrigando-se, assim, do compromisso legal de dizer a verdade.

Em todos os casos, independentemente da obtenção ou não de saio-condutos emitidos pelo Poder Judiciário, essa CPI procurou respeitar os direitos constitucionais e legais dos depoentes, não submetendo-os a constrangimento e garantindo-lhes a opção de não responder às questões formuladas.

Mesmo nos casos em que os depoentes foram flagrados em respostas contraditórias ou contrárias aos documentos que lhe foram apresentados, a CPI não constrangeu e nem pretendeu construir prisões em flagrante, apenas como instrumento de pressão sobre os depoentes,

A CPI também foi demandada pela Ordem dos Advogados do Brasil Seção DF, que solicitava o acesso à documentação da CPI a qualquer advogado, ainda que não constituído nos autos, tendo o Judiciário concedido parcialmente o pedido, para garantir acesso apenas aos advogados que estivessem munidos de procuração formal de algum dos investigados no procedimento.

A Deputada Eurides Brito ingressou com mandato de segurança, visando obter determinação judicial para que a CPI ficasse impedida de divulgar o conteúdo das gravações apresentadas

A Viagens e Turismo Jovem Ltda e Elizeu Filho Solano de Holanda, contador da Moura Transportes Ltda., impetraram mandados de segurança, visando a anulação das diligências realizadas pela CPI na sede das empresas.

Por fim, o Centro de Ensino Unificado - UNI e a Viagens é Turismo Jovem Ltda. também recorreram ao Poder

Judiciário, visando a interrupção dos trabalhos da CPI, sob a alegação de perda do prazo para apresentação do Relatório Final. Tal tese não foi acatada, de plano, pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, que negou as liminares pretendidas.

3. TRANSPORTE ESCOLAR PÚBLICO

A prestação do serviço de transporte escolar público pela Secretaria de Estado de Educação iniciou-se em 1996, com a contratação de um único ônibus, para atendimento de comunidades rurais do Gama, não atendidas pelo sistema de transporte público do Distrito Federal.

Para realização desse serviço, foi firmado o Contrato nº 36/96 entre a Fundação Educacional do Distrito Federal e a empresa Viagens e Turismo Jovem Ltda., cujo objeto era a locação de ônibus urbanos e rurais.

Após, o serviço continuou a ser prestado por meio do contrato nº 23/97, firmado com a mesma empresa, sendo que o transporte de alunos de casa para escola continuava não sendo o objeto central da contratação.

A partir de 1998, o transporte escolar passa a constituir a principal despesa desse contrato, que sofre constantes elevações em seu valor global, em parte resultante no aumento do número de ônibus contratados e de alunos transportados e, de outra parte, pela elevações dos valores pagos por quilômetro rodado.

A análise da contratação e execução desses serviços, observado o período objeto de investigação pela CPI (1999 a 2005), com base nos processos administrativos realizados pela SEDF, nas ações movidas pelo Ministério Público do Distrito Federal, nos processos e análises do Tribunal de Contas do Distrito Federal e nos depoimentos e provas colhidas pela Comissão permite concluir que houve ação coordenada de servidores públicos e autoridades da SEDF visando o direcionamento das licitações de forma a perpetuar a contratação das mesmas empresas, inibindo a livre concorrência e com prejuízo para os cofres públicos, conforme detalhado a seguir.

3.1. DO DIRECIONAMENTO DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

A denúncia inicial acerca do direcionamento da licitação para contratação de transporte escolar, realizada

pela SEDF, em 2003, foi formulada pela Empresa **ESAVE Locadora Ltda.**, por meio de representação ao **MPDFT**.

Tal representação deu origem ao Inquérito Civil Público nº 018212/03-91 e às Ações Cíveis Públicas nºs 2004.01.1.112526-0, 2005.01.1.047302-5 e 2006.01.1.048105-0.

Em seu depoimento a esta CPI, assim resumiu a representante da **ESAVE Locadora Ltda.**, **Luciane de Almeida Nunes**, as **razões** para representar pelas irregularidades nos procedimentos **licitatórios** de contratação de transporte escolar:

*"Luciane de Almeida Nunes - (...) Na verdade, a nossa denúncia aponta **indícios** para um **direcionamento**, e os fatos mais importantes que a gente considerou para isso foram a nossa inabilitação após uma **habilitação** anterior, com argumentos com que **nós** não concordamos, que nós achamos com uma exigência **além** da **necessária**. E, **inclusive**, na nossa concepção a Lei **nao** faz. O fato de só ter sido **classificada** a empresa que **já** fazia esse serviço no contrato anterior, de **não** ter havido uma competição de **preço** de forma mais ampla, de só ter sido **aberta** a proposta de preço da Moura, de modo a não haver uma competição de forma a trazer maiores benefícios para a Administração pública. A questão da substituição do Presidente da comissão que nos **habilitou** num primeiro **momento**, **mesmo** ele tendo se manifestado, não tendo se manifestado **contrário** à nossa **habilitação**, mesmo depois dos **recursos** apresentados pelas outras **empresas**, **aliado** também a fatos posteriores como que vieram, de certa forma, ratificar esse **entendimento** que **já** estava sendo feito por nós, que foi uma publicação num **jornal** de circulação local de um **ex-subsecretário** que alegava ter meios de comprovar **algumas irregularidades** na Secretaria de **Educação**, entre elas - que é a que nos interessa - a questão do **direcionamento** de licitações nos últimos anos. E, por **fim**, o que eu julgo ser o mais importante: a **divulgação** do edital de 2004 que acabou sendo suspensa **pela Ação Civil Pública** do Ministério Público que, no meu **entendimento**, resume de forma bastante interessante tudo o que a gente vinha apresentando até então, porque é importante*

*deixar claro que os **procuradores** que assinaram a petição inicial da Ação Civil Pública são os procuradores da mesma procuradoria em que a nossa denúncia se encontra. Então, com **certeza**, tendo sido ratificados **vários** entendimentos que **nós** tivemos, isso reforçou bastante a nossa tentativa de demonstrar esses **indícios**."*

Segundo análise do **MPDF**, a diferença de **preços** entre a Moura e a Esave, caso esta tivesse sido habilitada, seria a seguinte, conforme resumido em Sessão pelo Presidente da CPI:

"Dep. Augusto Carvalho (Presidente)

*– (...) A comparação entre os preços vencedores, apresentados pela Moura Transportes Ltda. e pela Esave, a partir da **análise** da proposta apresentada pela Esave ao **MPDFT**, aponta que na Região A, Plano **Piloto**, a Esave cotou a 5,95 por quilômetro; a Moura, a **6,40**. Ou seja, a Esave cotou a R\$ 117.286,00 (cento e dezessete mil duzentos e oitenta e seis reais) e a Moura cotou a R\$ 126.156,00 (cento e vinte e seis mil cento e cinquenta e seis reais). Na região **B, Paranoá**, a Esave cotou a R\$ 148.000,00 (cento e quarenta e oito mil reais), e a **Moura**, a R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais). Na região **C**, a Esave cotou a R\$ 148.000,00 (cento e quarenta e oito mil reais), e a Moura cotou a R\$ 314.000,00 (trezentos e quatorze mil **reais**). Na região **D, Guará**, a Esave cotou a R\$ **6,50** (**seis reais** e cinquenta centavos), e a Moura cotou a R\$ 6,40 (seis reais e quarenta centavos).*

Se fizermos as contas, o total que a Esave apresentou, na **proposta**, foi de R\$ 7.728.156,24 (sete milhões setecentos e vinte e oito mil, cento e cinquenta e seis reais e vinte e quatro **centavos**), e a Moura **apresentou**, na proposta, R\$ 10.094.726,40 (**dez milhões noventa e quatro mil, setecentos e vinte e seis reais e quarenta centavos**). Então, a Moura apresentou R\$ 2.366.570,16 (dois **milhões** trezentos e sessenta e seis **mil**, quinhentos e setenta reais e **dezesseis** centavos) a mais num **ano**. Pelo contrato, feito em cinco anos - um **ano**, podendo ser renovado por mais quatro -, essa diferença, a maior dentro dessa planilha, é o montante de R\$ 11.832.850,80 (onze **milhões oitocentos e trinta e**

dois mil, oitocentos e cinquenta reais e oitenta centavos). Esse é o valor que está sendo cobrado a mais pela Moura Transporte."

Com base nessas denúncias iniciais, a CPI buscou analisar todos os contratos de transporte escolar firmados desde 1999 pela extinta Fundação Educacional do Distrito Federal-FEDF e pela Secretaria de Estado de Educação-SEDF, apontando, em cada caso, os achados de irregularidades e ilegalidades que propiciaram o direcionamento das licitações e contratações emergenciais.

3.1.1. DO CONTRATO EMERGENCIAL Nº 24/99, FIRMADO COM A EMPRESA VIAGENS E TURISMO JOVEM LTDA.

O primeiro dos procedimentos de contratação e execução de transporte escolar analisado pela CPI foi o constante do Processo nº 080.008.599/1999, da FEDF, a qual, pelo expediente de contratação de natureza emergencial, firmou o Contrato nº 024/99, com a empresa Viagens e Turismo Jovem Ltda., cujas principais ilegalidades e irregularidades são as seguir elencadas:

A) Da inexistência de situação emergencial para contratação de serviços de fornecimento de passagens aéreas e terrestres e transporte interestadual.

A hipótese de dispensa de licitação em face de situação emergencial encontra-se insculpida no art. 24, IV da Lei de Licitações e Contratos. Referido dispositivo encontra-se assim redigido:

art. 24 É dispensável de licitação:

...

IV – nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da

ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos."

Por outro lado, a análise da regularidade da dispensa remete ao art. 26 do citado diploma legal, assim vazado:

"Art. 26 - As dispensas previstas nos §§2º e 4º do art. 17 e nos incisos III a XXIV do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta lei deverão ser comunicados dentro do prazo de três dias à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de cinco dias, como condição de eficácia dos atos".

Parágrafo único - O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço."

Resta claro da leitura dos dispositivos legais mencionados que toda contratação emergencial está condicionada ao atendimento de alguns pressupostos. Tal como leciona Marcai Justem Filho¹ podem ser citados os seguintes:

- Demonstração concreta e efetiva da potencialidade de danos e
- Demonstração de que a contratação é a via adequada e efetiva para eliminar o risco.

A demonstração de tais pressupostos deverá ser prévia ao ato de dispensa e estar contida nos fundamentos que motivaram a contratação pela autoridade competente, tal como preceitua o art. 26 supramencionado.

¹ Justem Filho, Marcai Comentários à lei de licitações e contratos administrativos 9ª ed Dialética, 2002, pg 240/241

Buscando identificar tais pressupostos, foram analisados os atos constitutivos do Processo nº 082.008.599/99, tendo sido identificado, como relevante, o despacho da então Diretora Executiva da FEDF, Sra. Maristela de Melo Neves (fls. 55). Naquele feito, a referida autoridade, ao submeter à apreciação da Secretária de Educação o processo de contratação **emergencial**, indicou como supedâneo à contratação "**emergencial de empresa especializada em transporte, para atendimento à rede pública, "o que preceitua o artigo 208, inciso VII da Constituição da República Federativa do Brasil e o art. 224 da Lei Orgânica do Distrito Federal"**, ocasião em que ressaltou "... a necessidade e a urgência de viabilizar a presente contratação, considerando que atualmente, a Fundação Educacional atende a 4.490 alunos do ensino fundamental, residentes em locais onde não existem linhas regulares de ônibus, cujo atendimento é indispensável para que os mesmos freqüentem as escolas".

Frisa-se que o citado dispositivo constitucional fora anteriormente empregado como argumento, pelo então Diretor de Material, no expediente que deu início ao processo de contratação.

Todavia, a contratação pretendida não alcançava, exclusivamente, serviços de transportes para o corpo discente de suas residências para as escolas, mas, também, o fornecimento de passagens aéreas ou terrestres para servidoras da Fundação, além de transporte dos alunos em viagens interestaduais e atividades **extraclasse**.

No entanto, não há nos autos qualquer informação que demonstre a situação emergencial decorrente da **descontinuidade** dos serviços antes indicados.

Particularmente em relação ao fornecimento de passagens, a ausência da caracterização da situação emergencial antes apontada, foi objeto de ressalva pelo Setor Jurídico da extinta FEDF, consoante Parecer nº 090/99-ART/PJ de lavra do Sr. Antônio Carlos Mesquita Filho, lançado nos seguintes termos;

"Entretanto, quanto à disponibilização de passagens de transporte terrestres e/ou aéreas para utilização pelos servidores públicos desta Fundação, não vislumbramos situação emergencial, devendo, portanto, ser melhor justificada a contratação emergencial sobre este ponto."

"...enquanto relativamente ao fornecimento de

passagens de transporte terrestres e/ou aéreas, verificar, antes, a extrema necessidade de seu fornecimento, excluindo-se casos como participação em seminários, simpósios, etc., incluindo-se casos em que o não-fornecimento das mencionadas passagens implicaria prejuízo para a administração."

Referido Parecer, em que pese aprovado pelo Chefe da Procuradoria Jurídica, Sr. Pedro Coelho Ribeiro, bem como pela então Diretora Executiva, Sra. Maristela de Melo Neves, não foi levado em **consideração**, na medida em que a citada Diretora Executiva assinou o Contrato nº 24/99, contemplando o referido serviço, a despeito das disposições legais prescritas nos art. 24, IV e no inciso I do parágrafo único do art. 26 da Lei de Licitações e Contratos.

Cabe salientar, ainda, o fato de a contratação dos serviços de **fornecimento** de passagens aéreas/terrestres não foi autorizada pelo Governador do Distrito Federal, tendo em conta o teor do documento a ele encaminhado, que mencionava tão-somente, o transporte de alunos (fls. 55, do processo nº 082.008.599/99).

Conclui-se, portanto, que houve deliberada ação de servidores e autoridades da SEDF, em especial da então Secretária, Dep. Eurides Brito, no sentido de contrariar a orientação dos órgãos de assessoria jurídica do Distrito Federal e encaminhar o procedimento de contratação emergencial, omitindo informações até mesmo do Sr. Governador.

Resta comprovada, **pois**, a deliberada ação de descumprimento das normas legais antes apontadas, cabendo a responsabilidade, no presente caso, à vista do art. 82 da Lei nº 8.666/93, à autoridade responsável pela dispensa de **licitação**, a Diretora Executiva da FEDF, Sra. Maristela de Melo Neves, bem como à responsável pela ratificação do ato, a então Secretária de Educação, Deputada Eurides Brito, consoantes se verifica às fls. 70 do citado processo administrativo.

B) Da emergência fabricada.

Sobre o achado em tela, pertinente se faz trazer à colação, **inicialmente**, o entendimento do **administrativista** Marcai Justem Filho², a respeito do que denominou de "emergência fabricada", verbts:

2 Obra citada, pg 241

"A questão (contratação emergencial) apresenta relevância especialmente no tocante à comumente denominada "emergência fabricada", em que a Administração deixa de tomar tempestivamente as providências necessárias à realização da licitação previsível. Assim atinge-se o termo final de um contrato sem que a licitação reecessária à nova contratação tenha sido realizada. Isso coloca a Administração diante do dilema de fazer nova contratação (e cessar o atendimento a necessidades impostergáveis) ou realizar a contratação direta (sob invocação da emergência)."

Ressalta o ilustrado autor, citando Lúcia V. Figueiredo e Sérgio Ferraz, que *"Havendo risco de lesão ao interesse público, a contratação deve ser realizada, punindo-se o agente que não adotou as medidas cautelares necessárias"*.

A situação observada nos autos enquadra-se na hipótese antes transcrita, conforme será demonstrado na seqüência.

Consoante verificado nos autos do Processo nº 082.006.459/98, que versa sobre o Contrato nº 70/98, antecessor do contrato em análise, a então Chefe da Seção de Compras da FEDF, Sra. Helena Oliveira Barbosa, expediu, em 18 de setembro de 1998, o Mem. Nº 127/98-SECOM (fls. 205/206), informando ao então Diretor da Divisão de Material, Sr. Gibrail Nabih Gebrin, que *"Diante do levantamento apresentado, verificamos que o montante homologado, no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) não é suficiente para cobrir as despesas previstas nos meses de julho/98 a julho/99 quando expira a vigência do presente Contrato"* (grifou-se),

Segundo o levantamento realizado pela Chefe de Compras, mantidas as previsões, o valor excedente corresponderia a mais de 51% (cinquenta e um por cento) do valor pactuado, o que inviabilizaria o simples aditamento do contrato, tendo em conta o disposto no §2º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Posteriormente, em 02 de março de 1999, o novo Chefe da Seção de Compras, Sr. Cássio Alberto Lima Júnior, expediu o Memo. Nº 20/99-SECOM (fl. 217) dirigido ao Sr. Gibrail Nabih Gebrin, Diretor da Divisão de Material, informando que o saldo contratual *"...será insuficiente para atendimento da crescente demanda no corrente exercício,*

haja vista a vigência do Contrato que expirar-se-á em 13.07.99".

Em 30 de março de 1999, o então Diretor da Divisão de Material, Sr. Gibrail Nabih Gebrin, expediu o Memo nº 062/99-DMA (fl. 229), dirigido à Diretoria Executiva, solicitando autorização para acrescer ao contrato, na forma prevista no art. 65, §1º da Lei de Licitações e Contratos, 25% (vinte e cinco por cento) ao seu valor, objetivando fazer frente *"... à crescente demanda de solicitações de ônibus provenientes das Regionais de Ensino, para atender às escolas, sobretudo, as rurais sediada em locais não servidos por linhas regulares de transporte coletivo, e em decorrência disso, houve um aumento significativo no montante mensal atualmente pago à contratada, cuja o saldo disponível na Nota d& Empenho nº 549/99 é insuficiente para o custeio da despesa até o término do contrato"*.

A alteração contratual pleiteada foi autorizada e a despesa ordenada pela então Secretária de Educação, Deputada Eurídes Brito, em 30/04/99, ocasião em que foi autorizada, também, a lavratura do competente Termo Aditivo, (fls. 232), assinado em 30/05/99 (fls. 248).

Somente em 28/05/99, após mais de sete meses do primeiro alerta feito pela chefia da Seção de Material, e praticamente três meses do segundo, faltando apenas 46 dias para o término do contrato, é que o Diretor da Divisão de Material, Sr. Gibrail Nabih Gebrin, tomou a iniciativa³ de *"... solicitar autorização para deflagrar processo licitatório, cujo objeto será a contratação de empresa especializada em locação de ônibus urbanos, rurais e interestaduais, bem como o fornecimento de passagens aéreas..."*.

Naquela ocasião, 28 de maio de 1999, o referido Diretor justificou sua *"...pretensão, tendo em vista que o Contrato 70/98 vigente até 13/07/99 está sem recurso suficiente para garantir o pagamento das despesas até a vigência do mesmo"*. Observou ainda o fato de a Constituição Federal, em seu art. 208, VII, estabelecer como dever do Estado a garantia de transporte dos alunos.

Assim, à vista da cronologia dos fatos e da ausência de providências tempestivas do então Diretor de Material, Sr. Gibrail Nabih Gebrin, mesmo após alertado pela chefia do Setor de Compras, restou claro que a situação emergencial que deu suporte à contratação por dispensa de licitação com fulcro no art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93, decorreu

3 Processo nº 082 008 521/99

de **ação** deliberada em fabricar uma **emergência** inexistente, em frontal desrespeito às orientações da Procuradoria Jurídica da FEDF.

Neste sentido, e à vista das informações constantes dos autos, aponta-se como responsável pela falta de tempestividade na realização de novo processo **licitatório** o Sr. Gibrail Nabih Gebrim.

Aponta-se, **ainda**, a responsabilidade da Sra. Maristela de Melo Neves, na medida em que não buscou apurar a responsabilidade pela morosidade que deu causa à situação emergencial e também desconsiderou a orientação da Procuradoria Jurídica da SEDF.

C) Do direcionamento da escolha do contratado, de forma a privilegiar a Empresa Viagens e Turismo Jovem Ltda.

Dispõe o parágrafo único do art. 26 da Lei nº 8.666/93:

"Parágrafo único - O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - omissis;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço."

A FEDF, por intermédio da Divisão de Material - Setor de Compra, buscou **realizar** consulta ao mercado, tendo para tanto encaminhado "**PEDIDOS DE PROPOSTA - PEP**" (fls. 9/13) às empresas Babytour Agência de Viagens, Turismo e Representações **Ltda.**, Grand Lake Turismo **Ltda.**, Prestheza Viagens e Turismo Ltda. e Viagens e Turismo Jovem **Ltda.**, requerendo a cotação de preço para prestação dos seguintes serviços: "**Item 01 - fornecimento de passagens aéreas e/ou terrestre; Item 02 - Locação de ônibus urbano, rural e interestadual**".

De acordo com o citado documento "**A proposta deverá conter: item 1 - oferta de desconto sobre os preços das passagens aéreas e terrestres, obedecendo as tabelas oficiais das empresas concessionárias dos referidos transportes; Item 2 - preço por km rodado para os subitens, em separado, sob pena de desclassificação, incluindo o (s) serviço (s) do motorista (s); ...**".

A leitura dos itens constantes do PEP permite constatar que os serviços pretendidos pela FEDF não eram

prestados exclusivamente por empresas pertencentes ao ramo turístico. No **entanto, inexplicavelmente**, a consulta realizada restringiu-se a quatro empresas do referido setor, a despeito de o item de maior relevância econômica - serviço de transporte de pessoa - não **ser**, propriamente, a atividade fim das empresas consultadas, ainda que as mesmas possam atuar neste mercado.

A viabilidade de se consultar empresas do ramo de transporte é reforçada **pelo** próprio critério eleito para seleção da melhor proposta, consoante item 5 do PEP, qual seja: "**Para efeito de julgamento será considerada vencedora a empresa que cumprir todas as condições do edital (sic) e seus anexos: item 01 - oferta do maior percentual de desconto; item 02 - oferta do menor preço global (somatório dos subitens) por km rodado**".

Não se tratava, pois, de uma contratação em que se exigia do selecionado a prestação obrigatória dos dois serviços solicitados pela FEDF, ou seja, por preço global. Reforçam a afirmação anterior os termos do **item 7** do citado PEP, assim vazado: "**A empresa vencedora do item 01 deverá entregar as passagens...**".

Portanto, é lícito afirmar que a FEDF não cumpriu o disposto no parágrafo único do art. 26, por meio da consulta realizada, uma vez que excluiu, sem que se **apresentasse** justificativa para **tanto**, parcela significativa de potenciais fornecedores, notadamente, as empresas de transportes de pessoas.

Mais, ao restringir a seleção a empresas de turismo, a FEDF assegurou vantagem à Viagens e Turismo Jovem **Ltda.**, uma vez que a mesma era de propriedade do grupo Real Expresso, empresa de grande porte do ramo de transporte de pessoas.

A referida vantagem, inclusive, foi ressaltada pela referida empresa em sua proposta de preço, consoante a seguinte passagem: "**A JOVEM TURISMO coloca a disposição do CONTRATANTE toda sua grande experiência e a infra-estrutura própria e do Grupo Real Expresso, do qual faz parte, oferecendo os serviços objeto deste Edital**".

Assim, à vista das colocações anteriores, está caracterizado o direcionamento do processo seletivo em benefício à Viagens e Turismo Jovem **Ltda.**, em prejuízo aos princípios insculpidos no art. 3º da Lei de Licitações e Contratos.

Portanto, entende-se prejudicado o cumprimento das exigências contidas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 26 da mesma Lei.

Aponta-se como responsável pela irregularidade o Sr. Cássio Alberto Lima Júnior, então Chefe da Seção de Compras, que realizou a expedição dos Pedidos de Proposta - PEP, assim como o então Diretor da Divisão de Material, Sr. Gibraíl Nabih Gebrin, autor do Projeto Básico que instruiu a contratação.

Outro ponto que chamou a atenção no processo seletivo realizado pela FEDF foi a completa falta de indicação de datas nos documentos alusivos à consulta de preço. Não há menção no PEP, em seu anexo, e, ainda, nas propostas de preço apresentadas pelas empresa.

Falha como essa não é comum de ocorrer, posto que, em regra, as empresas que cotam preços para a Administração Pública conhecem o formalismo que rege os procedimentos de contratação.

Causou estranheza, ainda, a semelhança existente nos dizeres e formatação das propostas apresentadas por todos os partícipes, notadamente, quando não consta do "PEDIDO DE PROPOSTA - PEP", nenhum tipo modelo. Ressalta-se, todavia, que as propostas não são simples cópias com inserções de valores diferenciados.

Ainda em relação às propostas, observou-se a inserção de preços posteriormente à sua elaboração, tal como se constata na proposta da Babytour (fls. 15), no item "ônibus rural". Frisa-se, inclusive, que a informação inserida já estava registrada na proposta, diferentemente do preço de ônibus urbano. No entanto não se pode afirmar que a inserção em tela ocorreu após a entrega das propostas.

D) Do erro na explicitação e na quantificação do objeto, criando vantagem para a então prestadora do serviço, Empresa Viagens e Turismo Jovem Ltda.

Em relação ao objeto, a despeito do Item 2 do Projeto Básico mencionar literalmente "*locação de ônibus*", o serviço pretendido e contratado pela FEDF era o de transporte de pessoas. Fundamenta essa afirmação o fato de o Projeto Básico o Pedido de Proposta e posteriormente o contrato em momento algum exigir a posse dos veículos, como de erra na o Código Civil Brasileiro, para contratos de locação de coisas⁴.

No tocante à quantificação do objeto, identificaram-se erros na estimativa de ônibus, acarretando situações (dezenove ocorrências) em que um único veículo deveria transportar mais de 59 passageiros por viagem. No

entanto, os ônibus de transporte escolar têm capacidade para transportar entre 40 a 55 pessoas, em média.

Tais falhas no Projeto Básico, subdimensionando o número de ônibus a serem utilizados, dificultou a elaboração de propostas de preço adequadas pelos demais concorrentes, dando à empresa já contratada vantagem competitiva, na medida em que somente ela detinha os elementos necessários à real quantificação dos custos e valores a serem recebidos.

Ao mesmo tempo, tal subdimensionamento já criava a necessidade de aditivos ao valor inicial do contrato, tendo em vista a evidente necessidade de acrescentar, pelo menos, dezenove ônibus ao inicialmente contratado.

O responsável por tal ilegalidade foi o Sr. Gibraíl Nabih Gebrin, então Diretor de Material da FEDF, autor do Projeto Básico que criou vantagem competitiva para a Viagens e Turismo Jovem Ltda.

3.1.2. DO CONTRATO Nº 32/1999, FIRMADO COM A EMPRESA VIAGENS E TURISMO JOVEM LTDA., EM DECORRÊNCIA DA LICITAÇÃO Nº 06/99.

As análises realizadas se pautaram na documentação disponibilizada à CPI, destacadamente, a cópia do Processo da SEDF nº 082.008.521/1999, e, ainda, os processos pertinentes à execução do contrato enviados à CPI pela Secretaria de Estado de Educação ou analisadas em procedimentos de diligência. Suplementarmente, levou-se em consideração outras informações disponibilizadas.

A) Da violação ao princípio da publicidade.

Um dos objetivos da publicidade nos processos licitatórios é ampliar a participação de competidores nos certames. É imperativo ao alcance deste objetivo que a Administração Pública não só dê publicidade de seus atos, particularmente ao aviso de licitação e suas alterações, mas o faça de forma clara e no maior número de meios de comunicação tal como aponta o art. 21 da Lei nº 8.666/93.

Analisados os autos do processo administrativo, foi constatada a não publicação, em jornal de grande circulação, do Aviso de Licitação da Concorrência nº 6/99, tal

⁴ Lei nº 3.071 de 1º de janeiro de 1916, arts. 1º, 188 e 1º, 189.

como exigido no art. 21, III, da Lei de Licitações e Contratos. Cabe notar que, por força do inciso II do art. 38, a comprovação **deveria** estar **presente** no processo administrativo em que é tratada a licitação. Portanto, a exigência **legal** não foi implementada, em **prejuízo** ao Princípio da Publicidade.

Sem prejuízo do antes apontado, observou-se, ainda, que no Aviso de Licitação publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 133, de 13 de julho de 1999, a descrição do objeto licitado não apresentava a adequada clareza, ao não destacar tratar-se de três itens distintos (conforme o Anexo I do Edital):

"Contratação de empresa especializada para prestar serviço de locação de ônibus urbanos, rurais e interestaduais e fornecimento de passagens aéreas e terrestres para o exercício de 1999...." (fls. 30).

A distinção requerida mostra-se importante pois a descrição do objeto funciona como uma **pré-seleção** dos potenciais licitantes, uma vez que, via de **regra**, só retiram **edital** as empresas que se julguem aptas a prestar os serviços requeridos pela Administração Pública. Então, se interpretado o objeto como de um único item, só poderiam participar da licitação as empresas atuantes e habilitadas para os três serviços, distintamente do que se verificaria no caso de itens isolados.

Mesmo reconhecendo que a descrição do objeto deva ser sucinta, Marcai Justen Filho⁵ observa que "Essa descrição **deverá** permitir imediata apreensão do âmbito da licitação (....) Por isso, '**sucinta**' não significa '**omissa**'. Se o objeto da licitação for complexo, a descrição embora sucinta, **deverá** ser mais extensa".

Por pertinente, ainda cabe trazer à colação o entendimento do Tribunal de Contas da União, expresso na Súmula nº 177, *verbis*:

"A definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra indispensável da competição, até mesmo como pressuposto do postulado de igualdade entre os licitantes, do qual é subsidiário o princípio da publicidade, que envolve o conhecimento, pelos concorrentes potenciais das condições básicas da licitação, constituindo, na hipótese particular da licitação

para compra, a quantidade demandada uma das especificações mínimas e essenciais à definição do objeto do pregão."

Assim, embora se tenha verificado a participação no certame de empresas prestadoras, exclusivamente, de serviços de "**locação**" de ônibus, como, por exemplo, a Viação Nova Ltda. e a Transportadora Zizi Ltda., o que poderia sugerir ser despropositado o argumento antes apresentado, entende-se **inobservado** o Princípio da Publicidade previsto no art. 3º da Lei de Licitações e Contratos.

Restou demonstrada a inobservância ao disposto no art. 21, III, da citada lei, que exige a publicação do resumo do Edital em jornal de grande circulação no Distrito Federal.

Da mesma forma que ocorreu nos procedimentos que resultaram no Contrato nº 24/99, também o Contrato nº 32/99 inicia-se com a prática de atos que favoreceram a Viagens e Turismo Jovem Ltda., direcionando claramente o procedimento licitatório, posto que apenas ela detinha conhecimento pleno das informações necessárias à participação no certame licitatório.

Aponta-se como responsável **pela** irregularidade em tela o Presidente da Comissão de Licitação, Sr. Achilles de Santana, responsável pela publicação dos avisos.

B) Da inadequada caracterização do Projeto Básico, criando vantagem competitiva para a Empresa Viagens e Turismo Jovem Ltda.

Dispõe o inciso IX do art. 6º da Lei 8.666/93, *verbis*:

"IX - Projeto Básico - conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:" (grifou-se)

Como visto, **cabe** ao Projeto Básico caracterizar adequadamente o objeto a ser licitado, **sendo** o referido

documento peça indispensável à realização do procedimento licitatório, consoante se verifica no §2º, I, art. 7º da Lei de Licitações e Contratos.

Analisado o documento denominado de "Projeto Básico" e o Edital do certame (fls. 32/46 e 48/52) constatou-se que o objeto da licitação não estava corretamente caracterizado.

Identificaram-se, conforme abaixo demonstrado, erros na estimativa da quantidade de ônibus a ser contratada, acarretando situações (vinte e duas ocorrências) em que um único veículo deveria transportar mais de 55 (cinquenta e cinco) passageiros por viagem, quando, em média, os ônibus de transporte escolar comportam entre 40 a 55 passageiros.

DRE	Unidade de Ensino	Quant. de Alunos			Quant. de Ônibus			Alunos por Ônibus		
		Mat	Vesp	Nct	Mat	Vesp	Nct	Mat	Vesp	Nct
Gama	EC Casa Grande	193	106	196	2	2	1	96,5	53	193
	EC Ponte Alta Norte	106	82	31	1	1	1	106	82	31
Planaltina	CAB	24			2			12		
	EC Cafesem Tróco	114	51		2			57		
N. Bandeirante	EC Cer. Dom Bosco	39	38		1			39		
	CE 02 R F / CE 03 R F / CE 01 R F / EC Kenege	139	171	32	3	3	1	66,33	57	32
Guará	CE 01	120	453		2	6		60	75,5	
	EC 02	78	79		1	1		78	79	
	La Salle	255	145		3	2		85	72,5	
	CE 24	103	122		2	2		50	61	
Brazândia	JAIC	225			2			112,5		
	EC 04	266			5			53,2		
Paragominas	CE N. Belém	100	50		1	1		100	50	
	CE Curup	16								
	CE Cachoeira	33	27		1	1		33	27	
	CE V. o Boa	125	145		2	1		62,5	145	
	CE São Domingos	34			2	1		17		
	CE Jari	50	50		2	1		25	50	
Paragominas	DE EC 04/EC 03/CE 01	154	195		4	4	4	38,5	48,75	
Taguatinga	D1 CE 02/CE 01									
	Assentamento 26 de Setembro/EC 03/EC 04/EC 02/CE 01	50			1	1	1	50	50	
Total		1909	2320	259	31	38	8			

Referida falha, resultou na subavaliação do objeto licitado tendo em conta a suposta necessidade de o contratado utilizar um maior número de veículos para o transporte dos alunos considerando o número de alunos informados

Todavia, analisada a execução contratual, o que se constatou foi que nos três primeiros meses, em média, o número de veículos utilizados mostrou-se compatível com o indicado no Projeto Básico demonstrando que a inconsistência estaria na verdade⁶, no número de alunos a serem transportados. Exceção se fez em relação às linhas da Regional de Ensino do Núcleo Bandeirante, em que se verificou o crescimento do número de veículos empregados

Outra informação relevante a correta caracterização do objeto e inexistente no Projeto Básico foi a descrição dos itinerários e a indicação das distâncias a serem

percorridas pelos ônibus, por linha. As referidas informações são essenciais à adequada avaliação, pelo licitante, dos custos dos serviços, sendo portanto, inexplicável e inaceitável a sua ausência. Interessante notar que o item 4 do Anexo 01 informava que o preço a ser considerado para fins de julgamento seria o resultado da aplicação da seguinte

fórmula: "Km a ser percorrido diariamente multiplicado pelo custo do Km rodado". Referida metodologia, no entanto, não estava contemplada no Edital propriamente dito, particularmente no subitem 6.2, que previa como critério o "menor preço por item".

Não foi igualmente possível identificar, no Projeto Básico, informações referentes às viagens interestaduais, tais como estimativa de quilometragem, número de ocorrências etc., assim como em relação às passagens aéreas e terrestres. Não consta nos autos sequer a estimativa de custo por serviços a serem contratados, na medida em que o valor apurado, R\$ 1.425.000,00 (um milhão, quatrocentos e vinte e cinco mil reais), corresponderia ao custo total a ser contratado,

Essas ausências beneficiaram, especialmente, a empresa que vinha prestando serviços à Fundação Educacional, a Viagens e Turismo Jovem Ltda., na medida em que a mesma era detentora das citadas informações, o que a colocava em situação de vantagem por ocasião da formação de seus preços,

Essas ilegalidades identificadas comprometeram o atendimento aos Princípios da Igualdade e Impessoalidade, previstos no art. 3º da Lei de Licitações e Contratos, e, ainda, ao caráter competitivo do certame, além de caracterizar descumprimento de dispositivos específicos da norma de regência, particularmente o art. 6º, IX e §2º do art. 7º, com as consequências do §6º do art. 7º da Lei 8.666/93.

Reforça o entendimento anterior o enunciado do Tribunal de Contas da União expresso na Súmula nº 177, já transcrita.

Aponta-se como responsável pelas irregularidades o Sr. Gibrail Nabih Gebrim, responsável pela elaboração do Projeto Básico, a Sra. Maristela de Melo Neves Mendes, então Diretora Executiva da FEDF, que autorizou a realização do procedimento licitatório, bem como a Dep. Eurides Brito, então Presidente do Conselho Diretor da FEDF, que homologou o resultado da concorrência,

C) Da não aprovação do Projeto Básico por autoridade competente.

Não consta dos autos o ato da autoridade competente aprovando o Projeto Básico, tal como exigido no inciso I, §2º, art. 7º da Lei nº 8.666/93, condição *sine qua non* para a realização do procedimento licitatório, consoante, disposto no §2º do citado artigo.

⁶ Considerar que os ônibus não estavam rodando com número de alunos superior a 55.

Aponta-se como responsável pela irregularidade em questão a então Diretora Executiva, **Sra. Maristela de Melo Neves**, que autorizou a realização do processo licitatório sem observar as formalidades legais, bem como a então Presidente do Conselho Diretor da FEDF, Dep. **Eurides Brito**, que homologou a licitação, a despeito das irregularidades.

D) Da não apreciação do Edital por órgão jurídico.

Prevê o parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93, que "*As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração*".

Todavia, não consta dos autos em análise, qualquer manifestação da área jurídica, a Procuradoria Jurídica da FEDF ou a Procuradoria-Geral do Distrito Federal, acerca da minuta de edital ou de contrato. Na verdade, a primeira manifestação da área jurídica se deu por ocasião da formalização do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 32/99, originário da licitação em análise.

Cabe notar que o inciso VI do art. 38 prevê a necessária juntada aos autos dos pareceres técnicos jurídicos pertinentes à licitação.

Aponta-se como responsáveis pela falha em tela o então Presidente da Comissão de Licitação, Sr. **Achilles de Santana**, a então Diretora Executiva, **Sra. Maristela de Melo Neves**, e a então Presidente do Conselho Diretor da FEDF, Dep. **Eurides Brito**, que autorizou o prosseguimento da licitação e homologou o resultado, sem a observância das exigências legais.

E) Da inclusão no Edital nº 6/99 de exigências para habilitação não previstas na Lei nº 8.666/93.

Estabelece a Constituição Federal, no art. 37, inciso XXI, que as exigências de habilitação são as mínimas possíveis, não devendo ir além do necessário à garantia do cumprimento das obrigações.

Por outro lado, a Lei de Licitações e Contratos, particularmente em seu art. 31, limitou as exigências alusivas à qualificação econômico-financeira a um conjunto

predefinido de documentos, consoante se depreende da leitura do citado dispositivo, *verbis*:

"Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á: (grifou-se)

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

II - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

III - garantia, nas mesmas modalidades e critérios previstos no "caput" e § 1º do art. 56 desta Lei, limitada a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação."

No entanto, a despeito dos parâmetros legalmente estabelecidos, o Edital nº 6/99, ao indicar os elementos necessários à habilitação econômico-financeira, requereu a todos os licitantes "pessoas jurídicas", consoante subitem 3.5.2, a apresentação de Certidão de Protesto de Título e Execuções Fiscais, atualizada, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

Referida exigência, no entanto, aplica-se somente às "pessoas físicas", à luz do que dispõe a parte final do inciso II do artigo antes transcrito. Todavia, a ausência da Certidão de Execuções Fiscais motivou a inabilitação da empresa Money Turismo Ltda, conforme apontado na Ata da Comissão Permanente de Licitação da FEDF (fls. 202). Ou seja, a exigência em tela, vedada por lei, acarretou na eliminação precoce e indevida do licitante, em desfavor da ampla competição.

Observa-se, ainda, que o descumprimento da citada exigência foi apontando para a Transportadora Zizi Ltda, e a Viação Nova Ltda. serem inabilitadas por desatenderem a essa e outras exigências do edital.

Outra exigência descabida encontrava-se inserta no subitem 2.1 do Edital, que exigia, como condição à participação do certame, a comprovação de cadastramento junto à Administração, pelo que deveriam apresentar o Certificado de Registro Cadastral, consoante item 3.2, *verbis*:

"3.2 - CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL (CRC) em vigor, expedida pela SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DF, que comprove estar a empresa habilitada a **executar o serviço**, conforme os grupos **relacionados** no ANEXO 1, deste **Edital**, com **base** nos parágrafos 2º e 3º do Art. 32 e no parágrafo 2º do Art. 34, da Lei 8.666/93, o qual **substitui os documentos** elencados no item 3.3 e subitem 3.4.1 e 3.4.2 do item 3.4."(grifou-se)

Ocorre que a exigência de prévio cadastramento aplica-se, tão-somente, às licitações realizadas na modalidade "tomada de preço", por força do disposto no parágrafo 2º do art. 22 da Lei nº 8.666/99. No entanto, a licitação em análise realizou-se na modalidade "Concorrência Pública", portanto, inaplicável o dispositivo antes citado.

Cabe notar que, para as demais modalidades de licitação, o registro cadastral poderá substituir os documentos exigidos na fase de habilitação, tal como previsto nos §§2º e 3º do art. 32 da Lei de Licitações e Contratos. Nesse sentido, inclusive, indicava o próprio dispositivo **editálio**, conforme passagem acima destacada.

Todavia, consoante registrado na Ata do processo licitatório, a Moura Transportes Ltda. foi inabilitada por não ter apresentado o certificado previsto no subitem 3.2 do Edital, em que pese ter apresentado todos os demais documentos exigidos para habilitação, o que lhe garantiria acesso à fase posterior da licitação, no caso, a da apresentação das propostas econômicas.

Logo, a inabilitação da Moura Transportes Ltda., sob o alegado desatendimento do subitem 3.2 do Edital, constitui-se ato irregular e lesivo ao caráter competitivo do **certamente**, em **possível prejuízo** aos interesses públicos.

No entanto, como se verá adiante, tal desclassificação não chegou a representar **prejuízo** para a Moura Transportes Ltda., uma vez que a mesma foi **subcontratada** pela vencedora, Viagens e Turismo Jovem Ltda., para a realização de parte do objeto adjudicado, criando fortes **indícios** da existência de acerto entre as empresas para burlar o caráter competitivo do certame.

Outra **exigência** descabida foi a de apresentação de 2 (dois) atestados de capacidade técnica, consoante disposto no subitem 3.6 do Edital, sendo que o §5º, art. 30 da Lei de Licitações e Contratos, determina ser "...vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais

específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a **participação na licitação**". Para se mostrar apto, basta comprovar já ter realizado serviço semelhante, em quantidade e **prazo**, mesmo que uma única vez.

Por **relevante**, cumpre registrar a ausência de qualquer pedido de **impugnação** das citadas exigências **editálicas**, a despeito da faculdade do parágrafo 1º do art. 41 da Lei de Licitações e Contratos, ou mesmo no curso do processo.

O fato de os licitantes não terem buscado impugnar os termos do edital não autoriza a Administração a validar o procedimento licitatório, eivado de **vícios**, **notadamente** quando acarretou **prejuízo** ao caráter competitivo do certame, ao eliminar indevidamente dois participantes.

Nesse sentido, pertinente trazer à colação o entendimento de Marçal Justen Filho⁷ de que "A homologação **envolve** duas ordens de considerações, uma no plano da legalidade, outra no da conveniência.

Preliminarmente, examinam-se os atos praticados para verificar sua conformidade com a lei e o edital. Tratando-se de um juízo de legalidade, a autoridade não dispõe de competência **discricionária**. Verificado ter ocorrido nulidade, **deverá** adotar as providências adequadas a eliminar o defeito".

Prossegue o autor, concluindo que "A homologação possui **eficácia declaratória** enquanto confirma a validade de todos os atos praticados no curso da licitação. Possui **eficácia constitutiva** enquanto proclama a conveniência da licitação e exaure a competência **discricionária** sobre esse tema".

Portanto, apontam-se como responsáveis pelas irregularidades em tela os membros da Comissão de Licitação, Srs. Achilles de Santana, Edson Manoel da Conceição dos Santos e Reginaldo Nunes Cordeiro e, ainda, a autoridade responsável pela homologação do processo licitatório, no caso a Deputada Eurides Brito, então Diretora do Conselho Diretor da Fundação Educacional do Distrito Federal.

F) Do inadequado parcelamento do objeto no Edital nº 6/99, no que **concerne** à ampliação da competitividade, criando vantagem para a **Empresa Viagens e Turismo Jovem Ltda.**

7 Obra citada, fls. 405

Prescreve o §1º do art. 23 da Lei 8.366/93 que "As **obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala**".

Conclui-se, à vista do dispositivo antes transcrito, que o parcelamento do objeto licitado é regra **impositiva** que visa a ampliar a competitividade, em prol da busca de melhores ofertas para a Administração. O limite do parcelamento está **vinculado**, exclusivamente, a aspectos técnicos e econômicos devidamente comprovados em estudos técnicos.

Segundo previsto no subitem 1.2 do Edital - Objeto da **Licitação** - pretendia a FEDF contratar "**empresa especializada para prestar serviços de locação de ônibus urbanos, rurais e interestaduais e fornecimento de passagens aéreas e terrestres para o exercício de 1999**", fls.34.

Ora, o **edital**, ao estabelecer os critérios de **julgamento** da proposta, previu no subitem 6.2 que "**No julgamento das propostas, será adotado o critério de menor preço por item**". O subitem 5.1.4, por sua vez, dispunha que os **licitantes** deveriam apresentar especificações claras e detalhadas do objeto que deveriam estar de acordo o constante do Anexo "I".

Segundo o Anexo T, os itens licitados eram:

"Item 1 - Fornecimento de passagens aéreas e/ou terrestres;

Item 2 - Locação de ônibus urbano e rural;

Item 3 - Locação de Ônibus interestadual."

Analisado o processo **licitatório**, não se identificou a **existência** de **estudos** fundamentando o parcelamento na forma realizada, notadamente, no tocante aos **serviços** de "**locação**" de Ônibus urbanos e rurais, restando prejudicada a **avaliação** objetiva das razões que levaram a FEDF a proceder dessa forma.

No que se **refere, exclusivamente**, aos serviços de "**locação**" de ônibus, verificou-se pelo Projeto **Básico** o agrupamento de todas as linhas desejadas em um único item, quando, em princípio, seria viável a distribuição por linhas ou, na **pior** das hipóteses, por Regional de Ensino.

O agrupamento das linhas em um único **item** limitou a participação no certame às empresas que **possuíam**, pelo menos, 38 (trinta e oito) **veículos**, excluindo todas aquelas de menor porte,

Assim, tomando por referência o número de participantes no certame em **análise**, 5 (cinco) empresas, **percebe-se** que o parcelamento não levou em consideração a realidade do mercado local, qual seja, de empresas de pequeno e médio porte.

Esse entendimento **foi** confirmado pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, ao analisar o Edital de Concorrência nº 02/2004, em decisão proferida em 3 de dezembro de 2004, ao determinar à SEDF que "**promovesse a divisão das regiões detalhadas no item 1.2 c/c quadro 02 do item 3.5.1.1 do Edital, em mais itens com menor quantidade de ônibus por item, após demonstrado em estudos técnicos, que resulte em otimização do aproveitamento das possibilidades de ofertas de transporte coletivo do mercado local, buscando privilegiar o princípio da competitividade, insculpido no §1º do mesmo artigo**".

As limitações impostas **pelos** critérios de parcelamento do objeto, mostram-se mais agravadas quando observada a vedação **editalcia** da participação de consórcios.

Aqui, mais uma vez, a responsabilidade recai sobre os responsáveis pela elaboração do **Projeto Básico**, bem como pelas autoridades responsáveis pela autorização e homologação do processo licitatório, no caso, o Sr. Gibrail **Nabih** Gebrin, então Diretor de Material, Sra. Maristela Mendes Neves, então Diretora Executiva da FEDF, e a Deputada Eurides **Brito**, então Secretária de Educação do DF.

G) Da ausência de detalhamento adequado, no orçamento contemplado no Projeto Básico, destinado à quantificação dos custos dos serviços a serem contratados.

Exige o inciso II, § 2º, do art. 7º da Lei de Licitações e Contratos que a Administração antes de **licitar** promova o levantamento detalhado dos custos do serviço que se pretende contratar.

Ainda que se reconheça que a **especificidade** do serviço licitado, aqui referido os serviços de "**locação**" de Ônibus, não permita que a Administração elabore facilmente uma planilha **detalhada** dos custos, não se pode conceber que a Administração não solicite aos prestadores de **serviço**, tanto por **ocasião** do levantamento de custos como de **apresentação** de **propostas**, a apresentação de planilha de preços com um **nível** de detalhamento que permita a

identificação dos principais insumos do serviço, a exemplo do que se verifica, por exemplo, nas **licitações** para conservação e limpeza.

Observa-se que a importância da adequação das estimativas de custos não decorre apenas da necessidade de verificar a **existência** prévia de disponibilidade orçamentária, consoante estabelece o inciso III, § 2º, do **art. 7º**, mas, **principalmente**, em razão das **exigências** contidas no inciso IV do **art. 43** da Lei 8.666/93, qual seja, de a Comissão julgadora verificar a **compatibilidade** dos preços oferecidos pelos **licitantes** com aqueles praticados no **mercado**, e, ainda, do inciso II do **art. 48**, que versa sobre a desclassificação de propostas.

Apontam-se como responsáveis pela **irregularidade** em tela o responsável pela elaboração do Projeto **Básico**, no caso o Sr. Gibrail Nabih **Gebrim**, e ainda a autoridade responsável pela homologação do resultado da **Licitação**, Dep. **Eurides Brito**.

H) Da **Inobservância**, pela CPL, do **disposto** no **inciso IV**, **art. 43**, da Lei nº 8.666/93, deixando de verificar a conformidade das propostas em relação ao edital.

Procedida a análise da Ata exarada pela Comissão Permanente de **Licitação**, fls. **201**, não se verificou o atendimento do disposto no inciso IV, **art. 43**, vazado nos seguintes termos:

"IV -verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis."

A falta de observância do referido dispositivo legal colocou em risco a Administração Pública, na medida em que fragilizou o sistema de **controle**, notadamente na prevenção da **aceitação** de preços **incompatíveis** como o mercado.

São responsáveis por tal ilegalidade são os membros da Comissão de **Licitação**, **Achilles de Santana**, **Edson Manoel da Conceição** dos Santos e **Reginaldo Nunes Cordeiro**.

3.1.3. DO CONTRATO EMERGENCIAL Nº 50/2001, FIRMADO COM A EMPRESA VIAGENS E TURISMO JOVEM LTDA.

Em 2001, a SEDF firmou o Contrato nº 50/2001, com a Viagens e Turismo Jovem Ltda., com dispensa de **licitação**, sob o argumento de emergência na manutenção da prestação de serviços de **"locação de ônibus urbanos, interestaduais e rurais, bem como o fornecimento de passagens aéreas e terrestres"**.

A análise dos procedimentos de contratação, tal como apresentados no Processo nº 080.004.920/2001, da **SEDF**, demonstra a ocorrência de diversas irregularidades e **ilegalidades**, na sua maioria repetições das já identificadas nos procedimentos anteriores, em especial no Contrato nº **24/1999**.

A) Da **Inexistência** de situação **emergencial** para contratação por **dispensa** de licitação de serviços de fornecimento de **passagens** aéreas e terrestres e transporte Interestadual.

Buscando identificar os pressupostos necessários à contratação **emergencial**, analisaram-se os atos constitutivos do processo nº 080.004.920/01, tendo sido identificado, como **relevante**, o despacho da **então** Secretária de Educação, Sra. **Eurides Brito da Silva** (fls. 1 e 2).

Naquele documento, a referida autoridade, ao submeter o processo de contratação **emergencial** à **apreciação** do Governador do Distrito **Federal**, indicou como **supedâneo** à **dispensa** de **licitação** o fato de no **"...contratonº 32/99 - FEDF que está em vigor até 28/09/2001, nSo há condição de se atender o aumento do número de alunos que necessita ser transportado, por ter sido celebrado com valores previamente fixado"**.

Prossegue a aludida autoridade afirmando que o pedido se justifica, **"haja vista que em face da falta de salas de aula próximos ao local de residência dos alunos, os mesmos devem ser transportados até o local onde desenvolvem suas atividades docentes(sic)"**, aduz, **ainda**, que **"o Ministério Público pronunciou-se a respeito do tema concluindo que o docente não pode caminhar mais de dois quilômetros, bem como, que deve ser feito o atendimento de crianças moradoras de zona rural onde não há transporte coletivo"**.

Finalmente, aponta também como fundamento o artigo 208, inciso VII da Constituição da República Federativa do **Brasil**, no sentido de que o dever do Estado para com a Educação inclui o transporte.

Cabe notar, que o serviço de transporte escolar referido pela **então** Secretária de **Educação**, Deputada

Eurides Brito, alcançaria, **ainda**, aquele necessário à **realização** de atividades curriculares fora da Unidade de **Ensino**, complementando o **currículo** escolar.

Como visto, toda a motivação para a contratação **emergencial** está assentada nos potenciais **prejuízos** à sociedade, particularmente aos alunos **"de diversas escolas de Rede Pública de Ensino, os quais encontrar-se-iam impedidos do acesso à Educação..."**.

Todavia, a contratação **realizada** não contemplou, exclusivamente, os serviços de transporte para o corpo **discente**, de suas **residências** para as escolas ou mesmo para atividades **extraclasse**, tendo sido inclusos, sem qualquer justificativa e motivação, os serviços de fornecimento de passagens aéreas ou terrestres, além de transporte dos alunos em viagens interestaduais.

Ocorre que **não** há nos autos qualquer motivação que justifique as **contratações**, em caráter **emergencial**, dos serviços de fornecimento de passagens aéreas e terrestre, bem com **"locação"** de ônibus interestaduais. Além do mais, **tais** serviços sequer foram **incluídos** no expediente encaminhado ao Governador do Distrito Federal, portanto não foram expressamente autorizados pela citada autoridade.

Por pertinente, transcrevem-se os termos **empregados** na referida autorização, publicada no DODF nº 94, página 03 de 17 de **maio** de 2001, **verbis**:

"AUTORIZO, a contratação emergencial de empresa para transporte de alunos da rede pública de ensino, pelo prazo de até 180 dias, com fulcro no art. 24, inciso IV da Lei 8.666/93, no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões)".

Assim sendo, a contratação dos serviços indicados de fornecimento de passagens aéreas e terrestres e de transporte interestadual se deu ao arrepio da Lei nº 8.666/93, particularmente dos artigos 24, IV e 26, parágrafo único, inciso I, uma vez que não houve a caracterização, nos autos, da situação **emergencial**, para tais serviços.

Na **verdade**, observada a natureza dos serviços referidos, constata-se que os mesmos muito dificilmente dariam azo a uma **situação emergencial** que justificasse a **dispensa** de licitação na forma realizada.

Por outro lado, restou ainda demonstrado que a **dispensa** de licitação do **objeto** do Contrato nº 50/2001, **"prestação de serviços a serem executados de forma contínua, correspondente a locação de ônibus urbanos, interestaduais e rurais, bem como o fornecimento de**

passagens aéreas e terrestre, consoante específica a Justificativa de Dispensa Licitação...", não foi integralmente ratificado pela autoridade **competente**, no caso o Senhor Governador do Distrito Federal, caracterizando inobservância ao **disposto** no art. 26 da Lei de Licitações e Contratos.

Tal atitude também faz parte do conjunto de ações que visaram direcionar as contratações em favor da Viagens e Turismo Jovem Ltda., posto que essa empresa atua nos ramos de turismo e transporte de pessoas.

Portanto, comprovada a **inobservância** aos dispositivos legais antes apontados, cabe a responsabilização a quem deu causa às ilegalidades, à vista do art. 82 da Lei nº 8.666/93. Indica-se como autoridade responsável a então Secretária de **Educação**, Senhora Eurides Brito (fls. 84 do citado processo administrativo).

B) Da emergência fabricada.

Sobre o achado em tela, pertinente se faz trazer à colação, **inicialmente**, o entendimento do **administrativista** Marcai Justem Filho⁸, a respeito do que denominou de "emergência **fabricada**", **verbis**:

"A questão [contratação emergencial] apresenta relevância especialmente no tocante à comumente denominada "emergência fabricada", em que a Administração deixa de tomar tempestivamente as providências necessárias à realização da licitação previsível. Assim atinge-se o termo final de um contrato sem que a licitação necessária à nova contratação tenha sido realizada. Isso coloca a Administração diante do dilema de fazer nova contratação (e cessar o atendimento a necessidades impostergáveis) ou realizar a contratação direta (sob invocação da emergência)."

Ressalta o ilustrado autor, citando Lúcia V. Figueiredo e Sérgio Ferraz, que **"havendo risco de lesão ao interesse público, a contratação deve ser realizada, punindo-se o agente que não adotou as medidas cautelares necessárias"**.

A situação observada nos autos enquadra-se na hipótese antes transcrita, conforme será demonstrado na seqüência.

Consoante se verificou nos autos nº 082.008.521/99, que versa sobre o Contrato nº 32/99⁹, a então executora do contrato, Sra. Hélvia Miridan Paranaguá Fraga, fls. 262, externou em junho de 2000 sua preocupação: "O Contrato nº 32/99-FEDF do qual sou executora, **expirar-se-á em 29/09/2000** e o valor do ajuste foi de R\$ 1.425.000,00 (um milhão, quatrocentos e vinte e cinco mil reais) no **entanto**, o montante não será **suficiente** para garantir o aumento da demanda, tendo em vista a **previsão** de atendimento de 5.000 alunos transportados **diariamente**".

Naquela **ocasião**, a Sra. Hélvia Miridan Paranaguá Fraga, informou que foi "**levada pelas circunstâncias** a autorizar **muitos** transportes **não previstos**, em razão de determinação da **Promotoria de Justiça**, aumentando o **número** de ônibus em determinadas **localidades** em **decorrência** do aumento de alunos e novas **necessidades emergenciais** apontadas **pela Rede de Ensino...**" (grifo do original).

Em face dos referidos **aumentos**, a Executora **solicitou** um acréscimo de R\$ 355.000,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil reais), correspondentes a aproximadamente 25% (**vinte** e cinco por cento) do valor **original**, para atender a ampliação do atendimento de 1.250 alunos.

No entanto, por ocasião do referido despacho, se a executora **tivesse** procedido a uma verificação mais acurada dos valores faturados pela Viagens e Turismo Jovem Ltda. à conta do Contrato nº 32/99, notaria que as despesas incorridas até aquela ocasião já alcançavam o equivalente a 96,34% (noventa e seis vírgula trinta e quatro por cento) do valor originalmente contratado, passados 7 meses de sua assinatura.

A simples projeção do valor da despesa incorrida em maio de 2000, R\$ 252 mil para o **período** restante do contrato (junho a setembro), permite verificar que o Contrato nº 32/99 não comportaria a demanda de serviços, na medida em que as despesas vindouras alcançariam aproximadamente R\$ 2,084 milhões, suplantando o limite legal de 25% para aditamento do mesmo.

Portanto, em 19 de junho de 2000, já era **possível** antever a necessidade de um novo **contrato**, no entanto,

optou-se pelo simples aditamento ao contrato, **sem**, contudo, dar ensejo a abertura de novo processo licitatório, visando um novo contrato.

Questionada acerca dos fundamentos de tal decisão, a Sra. Hélvia Paranaguá Fraga não foi capaz de apontar outra **razão** que **não** o puro e simples **atendimento** do pleito da própria empresa prestadora do serviço, evidenciando a intenção premeditada de adiamento do **processo licitatório**, ao contrário de todos os indicativos da necessidade de realização desse.

"DEPUTADO PAULO TADEU - "Em 19/09/2000, a senhora **solicitou** uma **prorrogação** por mais um ano do Contrato nº 32/99. Esse contrato foi firmado com a Jovem Turismo, pleito **esse** que foi atendido. Como a senhora justificou a prorrogação do contrato em detrimento da realização de um novo procedimento licitatório?

SRA. HÉLVIA MIRIDAN PARANAGUÁ FRAGA - **Olha**, a **Lei nº 8.666** faculta aos contratos de prestação de serviço, desde que sejam de natureza contínua, a prorrogação por até 5 anos. **Então**, se **há** necessidade de o serviço ser realizado, não tem por que **você não** prorrogar, até porque **você está** com um preço. Se **você** tem um preço **já** acontecendo na Casa, se o preço **está bom**, **está** atendendo, então **não** tem por que não fazer, se o serviço é a contento. A não ser que a empresa não trabalhe **adequadamente**, mas se é, não tem por que não prorrogar.

DEPUTADO PAULO TADEU - Perfeito. A Jovem Turismo, do ponto de vista empresarial, **está** no seu direito de fazer o pleito de **prorrogação**. A Secretaria tem que...

SRA. HÉLVIA MIRIDAN PARANAGUÁ FRAGA - Não. A empresa concorda ou não com a prorrogação. Quem consulta a empresa somos **nós** se há interesse em prorrogar nas mesmas condições, mesmo preço, tudo igual. Se for de interesse **dela**, ela responde positivamente. Se não **for**, ela responde **negativamente**.

DEPUTADO PAULO TADEU - **E o que levou** a senhora, então, a solicitar essa permanência da Jovem Turismo em vez de realizar um **processo de licitação**?

9 Citado no ato de dispensa.

SRA. HELVIA MIRIDAN PARANAGUÁ
FRAGA - Se estava **prestando** um bom **serviço**, por que **não** continuar com a empresa?

DEPUTADO PAULO TADEU - Bom serviço?

SRA. HELVIA MIRIDAN PARANAGUÁ
FRAGA - Bom serviço. **Realizando** um bom serviço, pode continuar.

DEPUTADO PAULO TADEU - E outras **empresas** não poderiam prestar esse bom **serviço** na **avaliação** da senhora? **Só** ela?

SRA. HELVIA MIRIDAN PARANAGUÁ
FRAGA - Podem. Quantas chegarem na Secretaria de **Educação** prestando um bom **serviço**, a gente vai querer que continuem.

DEPUTADO PAULO TADEU - **Então**, qualquer empresa que chegar **lá pedindo**, a melhor maneira...

SRA. HELVIA MIRIDAN PARANAGUÁ
FRAGA - Bom **serviço**, desde que atenda da forma como **está** no contrato. Se atende bem, **não** tem por que não prorrogar. A lei ampara, **Deputado.**"

Novamente foram abandonados os **princípios** que devem reger a atuação da Administração **Pública** para o atendimento das necessidades e interesses de empresa privada, sob o frágil argumento de que "vinha prestando um bom **seviço**".

Além disso, diferentemente do que consta nos **autos**, a Sra. Hêlvia Miridan Paranaguá Fraga, ao depor nesta CPI, tentou justificar a necessidade de contratação **emergencial** em função do **crescimento** demográfico e fluxo migratório interno no **Distrito** Federal, conforme a seguir transcrito:

"DEPUTADO PAULO TADEU - (...)
"Em 03/04/2001, a então Secretária de Educação, Deputada **Eurides** Brito, solicitou ao Governador do Distrito Federal a celebração de contrato **emergencial**, com contratação direta, ou seja, sem licitação, por 180 **dias**, com uma empresa especializada, **tendo** em **vista** que o **Contrato nº 32/99**, que **já** havia sido **prorrogado**, expiraria em **28/09/2001**. A **motivação** desse pedido foi de que **teria** havido um aumento considerável na

demanda, em 2001. A Jovem Turismo foi a empresa escolhida para a contratação emergencial. A senhora crê, de **fato**, que houve situação emergencial que justificasse a **contratação** de **maneira** direta?

SRA. HELVIA MIRIDAN PARANAGUÁ
FRAGA - Sim, era emergencial,

DEPUTADO PAULO TADEU - Por quê?

SRA. HELVIA MIRIDAN PARANAGUÁ
FRAGA - Porque, de 2000 para **2001**, a Estrutural passou de mil, quatrocentos e poucos alunos para três mil e alguma coisa. **Aliés**, Deputado, desde o **início**, desde 1996, quando foi feito o primeiro contrato de transporte, até a atualidade, o que nós temos verificado é que **praticamente** todos os contratos estouram no **planejamento**. **Daí** porque, às vezes, a gente tem de lançar mão de **emergencial**. Por quê? Porque a migração interna no Distrito **Federal** atrapalha qualquer planejamento por parte da Secretaria de

Educação. Alguns **líderes comunitários** saem invadindo **áreas**, fazendo assentamento, fazendo esses condomínios **irregulares** e isso fura todo planejamento que a gente faz. Então, a Estrutural é um caso **concreto**. De mil e poucos alunos, passou para **três** mil e alguma coisa. Então tivemos de **lançar** mão da emergencial, em função disso.

DEPUTADO PAULO TADEU - Perfeito. A senhora tem **conhecimento** de que a Procuradoria do Distrito Federal... Quem foi o **responsável** por esta situação, por esta omissão de não se ter **feito** esse **planejamento**?

SRA. HELVIA MIRIDAN PARANAGUÁ
FRAGA - O planejamento é realizado anualmente.

DEPUTADO PAULO TADEU - Quem faz?

SRA. HELVIA MIRIDAN PARANAGUÁ
FRAGA - A própria Secretaria da Educação.

DEPUTADO PAULO TADEU - **Mas**, dentro da Secretaria, quem faz?

SRA. HELVIA MIRIDAN PARANAGUÁ
FRAGA - Ela tem uma diretoria de planejamento,

a **DPC**, que é **ligada** à **Subsecretaria de Inspeção e Planejamento**, e é feito o planejamento. Nós verificamos as **áreas que têm necessidade** de **aumentar** o número de salas de **aula**, só que, infelizmente, **nós** não temos um **sistema** de escola **móvel**, porque aí resolveria o problema e acabaria até o transporte no Distrito **Federal**. Nós temos salas vazias em **determinados locais**, como o Plano Piloto, e temos **excesso** de alunos na Estrutural, **temos** excesso de alunos em **Arapoanga**, temos excesso de alunos em Nova Colina. **Inclusive** **temos** um problema grave com essas invasões, porque, quando o pessoal **invade**, eles não planejam que as crianças vão **precisar** de escola e nunca deixam espaço para a gente construir escola. Então, se não tem onde colocar o **aluno**, a única possibilidade da Secretaria de Educação, enquanto não se **resolver** esse problema da **migração** interna no Distrito Federal, é transportá-los,"

Resta claro que essa tese de **defesa**, **construída** após o **início** das investigações pela CPI, não pode ser **sustentada**, tendo em vista que não está exposta nos **autos** dos processos que ensejaram a **contratação emergencial** e nem comprovada sua real ocorrência. Nenhum dos processos analisados traz referência a estudos de planejamento realizados pela Subsecretaria de Inspeção e Planejamento, que tenham servido de base a contratações emergenciais ou a formulação de projetos **básicos** para licitação de transportes.

O fato de que esse argumento de defesa foi **utilizado** de maneira uniforme por diversas das autoridades e servidores da SEDF interrogados pela CPI faz ressaltar a ação conjunta desse grupo, que não somente acertou os procedimentos de **favorecimento** nas licitações, como também a estratégia de defesa junto à CPI.

É de se notar que a extrapolação do contrato **não** ocorreu formalmente em face da **intempestividade** verificada na liquidação das despesas por parte da Secretaria de Estado de Educação.

Assim, com base da cronologia **dos** fatos e da **ausência** de **providências** tempestivas da Executora do Contrato, Sra. Hélvia **Miridan Paranaguá** Fraga, ficou evidente que a situação **emergencial** que deu suporte à **contratação** por dispensa de licitação com fulcro no **art. 24, IV**, da Lei nº 8.666/93, decorreu de imprevidência da área administrativa da Secretaria, cabendo responsabilização

administrativa a quem deu **causa**, no caso, a **então** executora.

Observa-se, por **pertinente**, que a Procuradora Ludmila Lavocat Galvão Vieira de Carvalho, signatária do Parecer nº 199/2001-CCCL/PRG, entendeu, também, ter havido **desídia** na condução do Contrato nº 32/99, de modo a fabricar a emergência utilizada como base para o Contrato nº 050/2001, consoante se verifica na passagem a seguir transcrita:

"Por **outro lado**, deve-se apurar a responsabilidade dos servidores da Administração, que com seu comportamento omissivo, vieram a ocasionar a situação **emergencial** ora vivenciada, bem como iniciar com a maior brevidade possível o procedimento **licitatório pertinente**, a fim de que este seja finalizado antes do início do próximo **período letivo**."

A manifestação em tela foi acolhida pela Diretora do Centro de Contratos, Convênios e Licitações da Procuradoria Geral do Distrito Federal, porém, **injustificadamente**, não foi ratificada pelo **Procurador-Geral** do Distrito Federal, que entendeu que "**Quanto ao pedido de apuração de responsabilidade de servidores, entendo que, no presente momento, não seria o caso. Deverá, no entanto, a SECRETARIA DE EDUCAÇÃO justificar nos autos a motivação que ensejou o atraso**".

Todavia, a despeito da orientação do Procurador-Geral, a Secretaria de Educação **não** justificou a demora para a **realização** da nova **licitação**, apesar de o conjunto de informações **disponíveis** à época indicar a necessidade de formalização de novo contrato.

Então, aponta-se como responsável por dar causa à **situação** emergencial que resultou na contratação por dispensa de licitação, a Sra. Hélvia Miridan Paranaguá Fraga, tendo em conta não ter alertado **tempestivamente** à alta Administração da necessidade de **proceder** a nova contratação.

Aponta-se também a Dep. Eurides Brito, **então** Secretária de **Educação**, como co-responsável pela ilegalidade, na medida em que **não** deu cumprimento à orientação da **Procuradoria-Geral** de fazer consignar nos autos os motivos do atraso, bem como por ter deixado de **mandar** apurar a responsabilidade pela **morosidade** na **realização** do novo procedimento **licitatório**.

C) Dos vícios graves no procedimento de escolha do contratado.

A Secretaria de Estado de Educação realizou consulta ao mercado, tendo recebido propostas das empresas: Viagens e Turismo Jovem Ltda., Moura Transportes Ltda., Casa Mundo de Viagens e Negócios em Turismo Ltda. e Presteza Viagens e Turismo Ltda.

De acordo com o Projeto Básico elaborado, a contratação **emergencial** consistia dos seguintes itens:

- Fornecimento de passagens aéreas e/ou terrestres;
- Locação de ônibus urbano;
- **Locação** de Ônibus rural;
- Locação de Ônibus interestadual.

A leitura dos itens permite constatar que os serviços pretendidos pela Secretária de Educação não eram **prestados** exclusivamente por empresas pertencentes ao ramo **turístico**. No entanto, a consulta realizada alcançou uma única empresa do ramo de transporte: a Moura Transportes Ltda.¹⁰.

Ressalta-se que não se tratava de uma contratação em que se exigia do selecionado a prestação obrigatória de todos os serviços requeridos, conforme se verifica no item 4 do Projeto Básico, vazado nos seguintes termos: "**O julgamento far-se-á por item**".

Logo, a Secretaria não cumpriu as determinações legais, uma vez que excluiu, sem que se apresentasse **justificativa** para tanto, parcela significativa de **potenciais** fornecedores, no caso, as empresas de transportes de pessoas.

Ao restringir a seleção a empresas de turismo e à Moura Transportes Ltda., a SEDF assegurou vantagem à Viagens e Turismo Jovem Ltda. que vinha prestando serviços à Secretaria. Relewa notar que a Moura apresentou cotações superiores à da Jovem entre 12% (doze por **cento**) e 23% (vinte e três por cento), o que indicaria ter maior custo, porém manteve-se prestando serviços à Jovem, mediante locação de seus veículos, por preços, obviamente, compensadores para ambas as **partes**, fato, no **mínimo**, suspeito.

A afirmação da então Chefe do Núcleo de Programação e Controle de Compras de que "...os **preços**

estão compatíveis com os praticados no mercado **local** ...", teve por **base** a própria coleta de preços **realizada** para justificar o Contratado, portanto sem os preços praticados pelas empresas prestadoras de serviços de transportes de pessoas,

Assim, está caracterizado o direcionamento do processo seletivo em **benefício** da Viagens e Turismo Jovem Ltda., e em **prejuízo** aos princípios insculpidos no art. 3º da Lei de **Licitações** e Contratos.

Portanto, entende-se prejudicado o cumprimento das **exigências** contidas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 26 do diploma citado.

Aponta-se como responsável pela irregularidade a Sra. Verônica C. R. **Pernambuco**, então chefe do Núcleo de Programação e Controle de Compras, **responsável** pelo processo de escolha que redundou na **contratação** da Viagens e Turismo Jovem Ltda., bem como a autoridade responsável pela Contratação, Sra. Eurides Brito da Silva, então Secretária de Estado de Educação.

Por **fim**, registra-se a estranheza causada pela semelhança existente nos dizeres e formatação das propostas apresentadas por todos os **participes**, **notadamente**, quando não consta dos autos nenhum tipo modelo. Ressalta-se, **todavia**, que as propostas **não são** cópias com inserções de valores diferenciados.

D) Das falhas apresentadas no Projeto Básico.

Dispõe o inciso IX do art. 6º da Lei 8.666/93, verbis:

"IX - Projeto Básico - conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto de licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:"
(grifou-se)

Como visto, cabe ao Projeto Básico caracterizar o objeto a ser licitado, sendo o referido documento peça

¹⁰ Na verdade a Moura, tinha **dentre suas** atividades fim, à **época**, a **venda** de passagens.

indispensável à realização do procedimento licitatório, consoante ~~se~~ dê no §2º, art. 7º da Lei de Licitações e Contratos.

Além disso, dispõe o art. 7º da Lei de Licitações e Contratos que o Projeto Básico, entre outros, deverá fazer parte do processo de contratação, regra essa aplicável às dispensas e inexistências de **licitação**, por força do §9º do citado artigo.

Analisado o documento denominado de "Projeto Básico", constata-se que o objeto **não** estava corretamente caracterizado tendo em conta a ausência de informações relevantes e necessárias à formulação de preço por parte dos proponentes, tais como as alusivas às distâncias a serem percorridas por linha, a indicação dos trajetos a serem percorridos, a capacidade dos **veículos** a serem contratados e o número de turnos a serem atendidos por escola.

Falhas no Projeto Básico foram apontadas, inclusive, pela Procuradoria-Geral, consoante passagem a seguir transcrita retirada do Parecer nº 199/2001 - CCCL/PRG, de lavra da Procuradora Ludmila Lavocat Gaivão Vieira de Carvalho, *verbis*:

"O processo administrativo em análise não está devidamente instruído.

Com efeito, não há nos autos:

a) aprovação do projeto básico pela autoridade competente;

b) o orçamento detalhado em planilhas, expressando quantos são os alunos, quais as distâncias a serem percorridas diariamente, quanto custa cada percurso, etc...

c) a justificativa do valor total de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) pelo período de 180 dias.

No que tange ao âmbito do limite temporal, urge seja demonstrada a necessidade dos cento e oitenta dias."

As falhas em tela não podem ser taxadas de simples descumprimento de formalidades, na medida em que se tratavam de informações necessárias e **essenciais** à formulação, pelos prestadores de serviços, de proposta de preço séria e competitiva.

A **apresentação** de proposta, nas condições em que se encontrava o Projeto Básico, favoreceu diretamente a **empresa** que vinha executando o contrato anterior, no caso a Viagens e Turismo Jovem Ltda., posto que esta detinha pleno

conhecimento de todas as questões envolvendo o objeto pretendido.

A ausência das referidas informações compromete até mesmo a seleção da melhor proposta, tendo em **conta**, por exemplo, o fato de que, dependendo da capacidade do **veículo** a ser utilizado pelo prestador do serviço, o preço por quilômetro **mais** elevado não corresponde, necessariamente, à proposta menos vantajosa.

A contradição decorre do fato de **que**, para fins de pagamento, foi considerada a quilometragem total **percorrida**, correspondente à soma de todos os **veículos** empregados. Assim, ao se utilizar **veículos** com maior número de **passageiros**, em determinadas situações seria possível empregar um menor número de veículos, logo, a distância total poderá ser menor do que aquela realizada por outra empresa de preços por quilômetro inferior.

Por relevante, cumpre observar que o Tribunal de Contas da União aponta a ausência de definição precisa e **suficiente** do objeto licitado como ofensa à regra **indispensável** da competição, consoante se verifica no enunciado da Súmula nº 177, publicado no Diário Oficial da União de 09 de novembro de 1982.

Assim sendo, tendo em conta que os elementos ausentes no Projeto Básico figuravam-se como impeditivos à correta **caracterização** do objeto e, por consequência, à formulação de preços por parte dos prestadores de serviços, entende-se que as irregularidades identificadas macularam irremediavelmente o processo de **contratação**, não só por caracterizar descumprimento ao disposto no § 9º do art. 7º da Lei de Licitações e Contratos, mas também por comprometer o pleno atendimento ao **disposto** no inciso II do art. 26 da referida legislação, uma vez que resultou em favorecimento ao então fornecedor: a Viagens e Turismo Jovem Ltda.

Por todo **exposto**, indicam-se como responsáveis pelas irregularidades apontadas os signatários do Projeto **Básico**, o Sr. Rosalvo Gomes **Cruz**, então Subsecretário de Apoio **Operacional**, a Sra. Elizabeth Carvalho **Maranini**, Gerente de **Material**, e a Deputada Eurides Brito, então Secretária de Estado de Educação, responsável pela aprovação do referido Projeto.

E) Do não atendimento à **exigência** contida no **inciso VI** do art. 38 da Lei nº 8.666/93.

Segundo o inciso VI do art. 38 da Lei nº 8.666/93, todo processo de contratação deve ser objeto de análise técnica ou jurídica.

Ocorre que, a despeito desse processo de contratação ter sido encaminhado à **Procuradoria-Geral** para fins de análise e manifestação, **aquela** Procuradoria não emitiu um parecer conclusivo, em face da documentação incompleta, baixando os autos em diligência, consoante se depreende da leitura do despacho da Diretora do Centro de Contratos, Convênios e Licitações da Procuradoria-Geral, Sra. Márcia Carvalho Gazeta, a seguir transcrito:

*"A ilustre Procuradora Dra. **LUDMILA LAVOCAT GALVÃO VIEIRA DE CARVALHO** proferiu parecer **concluindo** pela remessa dos autos ao órgão de origem para melhor **instrução** do feito. **Tenciona a Parecerista verificar a comprovação** da caracterização da situação **emergencial**, **pressuposto imprescindível à realização** da contratação pretendida, bem como cumprimento dos requisitos legais expressos na Lei nº **8.666/93**."*

Todavia, os autos não retornaram à Procuradoria após as medidas implementadas, tendo a contratação se efetivado sem o posicionamento conclusivo de parte da área jurídica.

As medidas adotadas em **atenção** ao apontado pela Procuradoria não se mostraram adequadas, pois, no que tange ao valor estimado da despesa, constata-se que o mesmo sequer considerou a **realidade** do contrato. Isso porque, se considerado o valor do quilômetro rodado e a **distância estimada**¹¹, percebe-se que o valor indicado, R\$ 2 milhões, seria insuficiente ao atendimento das necessidades, considerado o período de **180 dias** e 22 dias úteis por **mês**.

Inclusive, o Contrato em tela chegou a ser aditado em 25% do valor original.

Por outro lado, a justificativa apresentada pela Secretaria para a fixação do prazo do contrato **emergencial** em 180 dias subverte a determinação legal. Alegou o então Subsecretário de Apoio Operacional, Sr. Rosalvo Gomes Cruz, que **"deve-se lembrar que a própria Lei nº 8.666/93, estabelece que o contrato emergencial não poderá exceder a 180 (cento e oitenta dias), tal como consta da proposta constante do processo"**.

No **entanto**, determina a lei que o contrato emergencial deve ter o prazo necessário para atender a

situação de emergência, desde que não ultrapasse os 180 (cento e oitenta) dias. Assim sendo, o que pretendia a Procuradoria-Geral era que a Secretaria justificasse o prazo estipulado, tendo em conta a necessidade da conclusão do novo processo licitatório, fato não verificado.

Por outro **lado**, o documento onde eram informadas as distâncias a serem **percorridas**, aditado aos autos em atenção à recomendação da Procuradoria, não guardava sequer plena compatibilidade com as linhas indicadas no Projeto Básico, fato **perceptível** pelo cotejamento das linhas indicadas em cada documento.

Indica-se como responsável pela inobservância ao pleno cumprimento do disposto no inciso VI do art. 38 da Lei de Licitações e Contratos, e, por via de consequência, das falhas apontada nos autos, a Secretária de **Educação**, Senhora Eurides Brito da Silva.

3.1.4. DOS CONTRATOS NºS 87 E 88/2001, FIRMADOS COM AS EMPRESAS VIAGENS E TURISMO JOVEM LTDA. E MOURA TRANSPORTES LTDA., EM DECORRÊNCIA DA CONCORRÊNCIA Nº 4/2001.

As análises realizadas se pautaram na documentação disponibilizada à Comissão Parlamentar, **destacadamente a cópia**, parcial, do Processo da Secretaria de Estado da Educação nº 080.006.343/2001, e, **ainda**, cópia dos processos pertinentes à execução dos contratos enviadas à CPI **pela** Secretaria de Estado de **Educação** ou analisadas em procedimentos de **diligência**, além dos depoimentos e demais provas colhidas pela Comissão.

No que se refere ao processo licitatório, cabe notar que a documentação em tela consistiu de fragmentos dos autos do processo, cujo original que se encontrava extraviado. Por esse motivo as análises restaram prejudicadas e limitaram-se à versão do Edital e do Projeto Básico e fragmentos do julgamento do processo licitatório.

Quanto ao desaparecimento desses autos **que**, além da documentação referente ao contrato de transporte escolar, também continha documentos referentes a outra denúncia tratada pela CPI - de favorecimento à ex-Secretária **Maristela** de Melo Neves pela Viagens e Turismo Jovem Ltda. com o pagamento de despesas de **hospedagem** - os depoimentos prestados deixam claro que a SEDF apenas tomou providências formais de instauração de sindicância para apurar responsabilidades, mas **deixou** de aplicar qualquer penalidade a responsabilizar o servidor responsável

¹¹ Segundo documento Juntado aos autos após a realização do procedimento seletivo.

pela unidade onde se deu o desaparecimento.

Todos os depoimentos prestados à CPI apontam que o referido processo encontrava-se na **Subsecretaria de Apoio Operacional**, sob responsabilidade do Sr. **José Pereira Coelho** (havendo mesmo depoimentos que **relatam** que o processo estaria em sua **mesa**), mas a então Secretária, Sra. Maristela de Melo Neves, acusada de ilegalidades que poderiam ser comprovadas nesse **processo**, não viu qualquer ato de responsabilidade desse servidor no **"roubo"** do processo (seja por ação ou omissão), deixando de aplicar penalidade.

A) Da não caracterização adequada do objeto, criando vantagem competitiva para a Empresa Viagens Turismo Jovem Ltda.

Analisado o documento denominado de **"Projeto Básico"** e o Edital do certame, constatou-se que o objeto da licitação não estava corretamente caracterizado, conforme a seguir demonstrado. Por relevante, cabe **observar** que o Projeto Básico, pela sua natureza, deve ser um documento auto **explicativo**, tendo em conta que se destina à viabilização da apresentação de propostas por parte dos licitantes.

Consoante subitem 1.2 do Edital de Concorrência Pública nº **04/2001-SE**, o objeto **licitado** consistia na **"prestação de serviços de fornecimento de passagens aéreas e terrestres, locação de ônibus urbanos e rurais e locação de Ônibus interestaduais para a Secretaria de Estado de Educação, conforme as condições previstas no Projeto Básico constante do ANEXO I a este Edital"**.

Referidos serviços estavam subdivididos, segundo os Anexos II e III do Edital de Licitação, em 7 itens a saber:

- 1) Passagens aéreas e terrestres;
- 2) Locação de ônibus para Região A (Cruzeiro e Guará);
- 3) Locação de ônibus para Região B (São Sebastião e Paranoá);
- 4) Locação de ônibus para **Região C** (Sobradinho e Planaltina);
- 5) Locação de ônibus para Região D (**Taguatinga** e Brazlândia);
- 6) **Locação** de ônibus para Região E (Núcleo Bandeirante, Riacho Fundo, Gama e Recanto das Emas);

7) Locação de Ônibus interestaduais.

Em primeiro **lugar**, cabe observar a completa **falta de informação** acerca do serviço indicado no item 7 - locação de Ônibus interestaduais -, onde se destaca a ausência de estimativa das distâncias a serem **percorridas durante** a vigência do contrato. A ausência dessa informação inviabiliza uma formulação de preço, ante a incapacidade de se **avaliar** um possível ganho de escala.

Veja-se **que**, em relação às passagens **aéreas e terrestres**, a referida estimativa foi apresentada.

No tocante à locação de ônibus rural e urbano para as regiões **"A"** a **"E"**, são várias as falhas ou obscuridades existentes no Projeto Básico, dentre as quais destacam-se:

- Não há indicação precisa dos trajetos a serem percorridos;
- Não há parâmetros **mínimos** em relação aos **veículos** a serem utilizados, em que pese o critério de julgamento da proposta seja o menor preço por **quilômetro**. Dados como a capacidade do **veículo** mostram-se importantes na medida em que preço por quilômetro maior não **representaria**, necessariamente, proposta menos favorável, como demonstra o seguinte exemplo:

Uma empresa que utilizasse ônibus de 45 lugares para levar 55 alunos ao preço de R\$ **1,00** (um real) o quilômetro apresentaria uma cobrança de R\$ 200,00 (duzentos reais) - 100 Km por ônibus - para um trajeto (linha) de **1** Km (cem quilômetros).

Outro fornecedor que cobrasse R\$ **1,90** (um real e noventa centavos) para percorrer a mesma linha, ao empregar um veículo com capacidade para 55 passageiros, cobraria R\$ **190,00** (cento e noventa reais) para o mesmo trajeto, ou seja, a um custo final menor.

A **questão** mostra-se relevante, notadamente quando verificado em relatório apresentado pelo DETRAN/DF que os **veículos** escolares da Viagens e Turismo Jovem **Ltda.**, por exemplo, possuem, em sua maioria, capacidade de passageiros inferior a **50**, e, por outro lado, a Moura Transportes Ltda, possui em sua **maioria, veículos** com capacidade igual ou superior a 50 passageiros;

- Há situações em que foi designado apenas um ônibus para transportar, **respectivamente**, 68 alunos - **CE11** Guará -; 56 alunos - EC Vila do Boa -; 58 alunos - **BR251** DF140 Jardim ABC EC **Jataí** DF 001 -, quando em média os Ônibus têm **lotação** média variando entre 42 e 50 **passageiros**;

- Trechos onde a distância a ser percorrida na ida é distinta daquela indicada para a **volta**, sem que haja qualquer observação a respeito, tal como verificado nos trechos: CED São **Sebastião**, CEF **Bosque**, EC Vila do Boa; **BR 251**, DF 140, Jardim ABC, EC **Jatf** e DF **001**; **BR 251**;

- Trechos com indicações iguais ou **escolas** indicadas em mais de um rota, sem que haja explicação para tal fato;

- Falhas na quantificação dos **ônibus/distâncias**, como verificado em relação aos trechos: Setor de **Chácaras Cachoeirinha**, Setor de Chácaras Chapadas, EC **Cachoeirinha**; **BR251**, DF **140**, Jardim ABC, EC **Jataí**; **BR 251**, DF 140, Jardim ABC EC **Jataí** (turno Vesp.); **CAUB II**, CEF **Ipê**; EC Ponte Alta.

Tendo em vista o desaparecimento dos autos, não foi **possível** precisar o responsável pela **elaboração** do Projeto Básico.

B) Da Inclusão de exigência limitadora à competição.

O edital, ao exigir, no subitem 3.5.4, "**Declaração de propriedade de Ônibus, no quantitativo necessário à execução do contrato...**", mesmo antes da formalização do

contrato, praticou ato restritivo à competição, na medida em que limitou a participação no certame às empresas que **possuíam**, previamente, veículos em condições de atender à totalidade do contrato. Ou seja, do ponto de vista prático, somente empresas proprietárias de grande número de **veículos** estariam aptas a participar do certame.

Esse é um dos pontos que demonstra que as licitações para contratação de transporte escolar foram se tornando cada vez mais **restritivas**, de forma a direcionar a contratação apenas para aquelas que já executavam o **contrato**, tornando real a afirmação do Sócio Gerente da Moura Transportes, Sr. Geraldo Moura, ao **MPDFT**, de que

apenas a Moura e a Jovem Turismo estariam em condições **de** participar das licitações da **SEDF**.

A **inclusão** Injustificada de **cláusulas** restritivas à competição caracteriza inobservância ao disposto no inciso I do §1º do **art. 3º** da Lei de Licitações e Contratos, assim **vazado, verbis**:

§1º **É vedado** aos agentes públicos:

I - **admitir, prever, incluir ou tolerar**, nos atos de convocação, **cláusulas** ou condições que comprometam, **restringam** ou frustrem o seu **caráter** competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da **naturalidade**, da sede ou **domicílio** dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou **irrelevante** para o específico objeto do contrato;

A título de **ilustração**, observa-se que exigência semelhante estava presente no Edital de **Concorrência** Pública nº 03/2003, tendo sido alvo de **impugnação** por parte dos licitantes interessados, ocasião em que a SEDF, reconhecendo tratar-se de exigência **abusiva**, excluiu a citada previsão.

De notar que é comum entre as empresas de transporte de pessoas locar, junto a terceiros, **veículos** para a realização de **seus** serviços. Neste sentido, cita-se a própria Viagens e Turismo Jovem Ltda., que vem procedendo dessa forma ao curso dos contratos firmados com extinta Fundação Educacional do Distrito Federal e até mesmo com a Secretaria de Estado de Educação, no caso das empresas de transporte escolar, tal situação é objeto de registro junto ao Detran/DF, a despeito do credenciamento estar vinculado às pessoas ou empresas àquele que estão efetivamente prestando o serviço escolar.

Por **relevante**, observa-se que, à vista da **documentação** disponibilizada, há fortes motivos para entender que a referida cláusula não tenha sido objeto de **impugnação**, uma vez que não há, no fragmento de processo **disponibilizado**, a inserção de documentos entre a publicação do aviso de licitação e a abertura da documentação.

Deixa-se de nominar todos os **possíveis** responsáveis, tendo em conta a indisponibilidade de informações. **Todavia** a responsabilização deverá recair sobre aqueles que elaboraram e aprovaram os termos do Edital, bem como sobre a autoridade responsável pela homologação do **resultado** do **certame**, a quem competia verificar o efetivo cumprimento das disposições legais.

No entanto, é inafastável a **responsabilidade** da Deputada **Eurides Brito**, **então** Secretária de **Educação**, autoridade que homologou os procedimentos e assinou os consequentes contratos.

C) Da limitação à competitividade.

Novamente, o edital de licitação foi elaborado de forma a direcionar o **procedimento**, restringindo a participação apenas às grandes **empresas**, Viagens e Turismo Jovem Ltda e Moura Transportes Ltda., contrariando o mercado de transporte escolar do DF, assim como as **disposições** legais.

Prescreve o §1º do **art. 23** da Lei 8.666/93 que *"As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala"*.

Conclui-se, à vista do dispositivo antes transcrito, que o **parcelamento** do objeto licitado é regra impositiva que visa ampliar a **competitividade**, em prol da busca de melhores ofertas para a Administração. O **limite** do parcelamento está vinculado, exclusivamente, a aspectos técnicos e **econômicos** devidamente comprovados em estudos **técnicos**.

De fato, a Secretaria de Estado de Educação buscou parcelar o objeto da Concorrência nº 4/2001, constituindo itens distintos, onde foram agrupadas, por Regional de Ensino, as rotas que se buscava **contratar**.

No entanto, não se identificou a **existência** de estudos fundamentando o parcelamento na forma **realizada**, restando prejudicada a avaliação objetiva das razões que levaram a Secretaria de Estado de Educação a proceder dessa forma, ainda que se reconheça, em um primeiro momento, que a metodologia empregada tenha buscado compatibilizar a distribuição dos itens com a estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Educação, e, indiretamente, por **áreas** geográficas.

A iniciativa à vista dos resultados da própria licitação, não foi suficiente para assegurar a ampla **participação** de competidores porque o parcelamento das rotas por Regional de Ensino ensejou agrupamentos consideráveis de alunos a serem **transportados e**, por via de consequência, exigiu número **significante** de **veículos** por região.

Ratificando a afirmação anterior, pode-se mencionar o resultado da **licitação** em análise, em que apenas três licitantes **apresentaram** propostas. A **situação** em tela é, possivelmente, fruto da metodologia adotada para o **parcelamento** do **objeto**, agravada pela exigência de comprovação de propriedade de **veículos**, consoante apontado no subitem anterior do presente Relatório.

Nesse sentido, o **Tribunal de Contas do Distrito Federal**, em Decisão lavrada em 3 de dezembro de 2004, determinou à Secretaria de Estado de **Educação**, ao analisar o Edital de **Concorrência nº 02/2004**, que *"promovesse a divisão das regiões detalhadas no item 1.2 c/c quadro 02 do item 3.5.1.1 do Edital, em mais itens com menor quantidade de ônibus por item, após demonstrado em estudos técnicos, que resulte em otimização do aproveitamento das possibilidades de ofertas de transporte coletivo do mercado local, buscando privilegiar o princípio da competitividade, Insculpido no §1º do mesmo artigo"*.

As limitações impostas **pelos** critérios de **parcelamento** do objeto mostram-se mais agravadas quando observada a vedação **editalcia** da participação de consórcios, fato que limita a **participação** de empresas de menor porte.

Aqui, mais uma vez a responsabilidade acerca da **impropriedade** no parcelamento do objeto recai sobre os responsáveis pela elaboração e aprovação do Projeto Básico.

Da mesma forma que no item anterior, é inafastável a responsabilidade da Deputada Eurides Brito, **então** Secretária de Educação, autoridade que homologou os procedimentos e assinou os consequentes contratos.

D) Da não desclassificação das propostas com preços em desconformidade com os de mercado.

O Art. 43 da Lei 8.666/93, ao estabelecer o rito de processamento e julgamento das licitações, estatuiu, em seu inciso IV, a necessidade da **Comissão de Licitação** verificar a *"conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ... os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis"* (grifou-se)

Verificados os procedimentos adotados pela Comissão de Licitação, observou-se que o referido mandamento legal foi flagrantemente **inobservado**.

Isso porque a CPL da SEDF não só deixou de

consignar em ata o resultado da verificação da conformidade dos preços cotados, mas foi além, ao não **desclassificar**, no momento da **classificação/julgamento**, aquelas que teriam apresentado preços **incompatíveis**.

A suposta incompatibilidade de preços teria sido identificada pela Comissão **passados 6 (seis) dias** do julgamento das **propostas**¹², momento em que a Comissão de Licitação, na pessoa de seu Presidente, Sr. Achilles de Santana, expediu o OF 145/2001 (fls. 306), destinado à Arcoll Comércio de Alimentos **Ltda.**, cientificando-a da condição de **vencedora**, com o menor preço, do item 02, e, ainda, de que o preço cotado estaria "...**superior aos praticados no mercado do DF, e que, conforme a planilha elaborada pela Gerência de Materiais a média de preços ofertada é de R\$ 5,27 por KM rodado**".

Naquela ocasião, o signatário do citado ajuste inquiriu da empresa quanto ao "**interesse na redução do preço do item acima, para que o processo licitatório não sofra solução de continuidade**".

Ao adotar tal **procedimento**, o Presidente da **Comissão** de licitação agiu contrariando a **lei**, quebrando o **Princípio** da Isonomia. Importa destacar que, em razão do extravio das páginas seguintes do processo, não foi **possível** sequer avaliar as razões pelas quais o referido item foi adjudicado à Moura Transportes Ltda. - a um preço 18% menor do que cotou originalmente (R\$ **6,10** - seis reais e dez centavos), consoante confrontação do valor apresentado na **licitação** e aquele efetivamente contratado - R\$ 5,00 (cinco reais).

A justificativa de **que**, solicitando a redução de preço **evitar-se-ia** a perda do processo **licitatório**, é completamente absurda. O que na prática se verificou em relação ao item 2 foi a contratação por dispensa de **licitação**, posto que as propostas apresentadas pela Arcoll e pela Moura estariam desclassificadas à luz do inciso IV do **art. 43** da Lei nº **8.666/93**.

Apontam-se como responsáveis pela irregularidade os membros da Comissão de Licitação, Srs. Achilles de **Santana**, Edson Manoel da Conceição dos Santos e Reginaldo Nunes Cordeiro, bem como a autoridade que

homologou o resultado da licitação, que deixa de ser nominada em face da indisponibilidade do competente documento.

3.1.5. DO **CONTRATO Nº 08/2004**, FIRMADO EM **DECORRÊNCIA DA CONCORRÊNCIA Nº 03/2003**, COM A **MOURA TRANSPORTES LTDA**.

Em **2003**, a Secretaria de Educação deu **início** ao processo licitatório para nova contratação de transporte escolar para algumas **regiões**, materializada no Processo nº **080.018868/2002**, que deu origem à Concorrência Pública nº 03/2003 e ao Contrato nº 08/2004.

Além desses documentos, a CPI analisou o Processo de Procedimento Investigação Preliminar do Ministério Público do Distrito Federal e **Territórios nº 08190.018212/03-91** e cópia dos processos **pertinentes** à execução do contrato enviadas à CPI pela Secretaria de

Estado de Educação ou analisadas em procedimentos de diligência.

Esse processo licitatório e a conseqüente contratação da Moura Transportes Ltda. para continuar prestando os serviços de transporte escolar nas regiões licitadas desencadearam as denúncias de direcionamento das licitações para transporte escolar, formuladas inicialmente perante o **Ministério Público** do Distrito Federal e, após, a essa CPI.

Esse foi o último procedimento licitatório para contratação de transporte escolar **concluído** pela SEDF, sendo que a licitação para renovação dos serviços das demais regiões foi suspensa, após a impugnação de empresas do ramo e decisão judicial provocada por ação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Além da já transcrita denúncia formulada **pela** ESAVE Locadora **Ltda.**, também os representantes do segmento **econômico**, ouvidos pela CPI em depoimento, **reafirmaram** denúncias de que o Edital de Licitação fora formulado de maneira a impedir a participação e o sucesso de qualquer empresa que não as atuais prestadoras de serviço à SEDF, conforme trechos a seguir **reproduzidos, extraídos** dos depoimentos prestados pela Sra. **Eudeneice Nascimento de Oliveira**, Presidente do StNTETUR, e pelo Sr.

Eliazar Nascimento do **Carmo**, Presidente da ABRATAETE, em **29/04/2005** :

¹² O entendimento de que houve julgamento das propostas decorreu da inquirição feita pela Comissão aos participantes acerca do interesse de "**interpor recursos sobre o resultado da classificação**"; mesmo não tendo a ata consignado, na verdade, a classificação das propostas, além da própria declaração de que os trabalhos estariam encerrados.

"SRA. EUDENICE NASCIMENTO DE OLIVEIRA - Em 2004, nós pegamos o edital de licitação e vimos que o **edital** estaria direcionado às empresas que atuavam no **mercado**, que aqui tinham o **presente** contrato na **Secretaria** da Educação. Visando **isso**, nós fizemos a **impugnação** desse edital.

PRESIDENTE (DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO) - A senhora pode dizer por que estava direcionado? A senhora **já está** afirmando que estava direcionado. Explique-nos isso, para que **não** haja dúvidas, por favor.

SRA. EUDENICE NASCIMENTO DE OLIVEIRA - Pelo fato de que precisaria de uma carta de capacitação **técnica** para **cumprir** as exigências do edital. E essa carta seria emitida pela Secretaria de **Educação** da empresa que **já** havia prestado serviço para a Secretaria de **Educação**, inferior a quatro meses. E só a Secretaria de **Educação** poderia emitir essa carta de capacidade técnica. E **só** quem conseguiria **isso** é quem **já** havia prestado serviços para a Secretaria de **Educação**, ou seja, uma empresa que estaria entrando no mercado para participar da licitação não poderia conseguir essa carta. Então, existiriam duas empresas só que na época poderia participar. Nós demos entrada no pedido de impugnação.

PRESIDENTE (DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO) - Quais as empresas?

SRA. EUDENICE NASCIMENTO DE OLIVEIRA - Jovem Moura. Passo para os senhores a impugnação que demos entrada. E o direcionamento que a gente **detectou**, nós vimos que não tinha como o Sintetur e nenhuma outra empresa participar. Então, conseguimos a impugnação justamente pelo atestado de capacidade **técnica**. Mediante a **isso também**, nós vimos que, no edital de **licitação**, **não** tinha as exigências básicas que a lei nossa exigia, que é a Lei nº 23.234, que é ser detentor de **permissão**. Para **você** conseguir uma **permissão**, **hoje**, é só através de licitação pública. No edital, não tinha essa **exigência** também. Então, mais um motivo que o Sintetur entrou com a **impugnação**, porque, para **participar**, teria que ter. Mediante **isso**, a Secretaria da Educação também emitiu "**não**

podendo **participar**" porque **não** enquadrava na Lei nº 23.234, que é a lei que **regulamenta** o transporte escolar - não sei em que base e se foi **isso**. Houve também um decreto, o nº 23.819, do qual a gente discordava, dando ao **Detran** a obrigatoriedade de emitir permissões para as empresas que viessem a ganhar a **licitação**, **que**, no **caso**, não seria nenhuma empresa nossa, seria a empresa que **já** estava no **serviço** com a Fundação, porque o atestado de **capacidade técnica** **só** seria emitido para essas empresas; nenhuma outra empresa poderia participar. Então, teve o Decreto nº 23.319 - passo para vocês também, à Mesa -, e, mediante esse decreto, o Detran teria o direito de emitir essas **permissões**. Mas fora **isso**, no edital também não **constava** a necessidade do curso de **capacidade** que os motoristas têm que adquirir, que é o **Diveduc**, que é uma **exigência** do Detran, que **são** as seguranças **básicas** de um transportador. Para transportar aluno, você tem que ter esse curso, que é uma segurança de capacidade do motorista. No **edital**, **não** tinha nenhuma exigência a esse respeito. Isso nos preocupou muito, **porque**, querendo ou **não**, o Sintetur é o sindicato da **representatividade** da categoria. Esta Casa não tem nenhuma dúvida disso. Então, **isso** foi uma exigência até dos próprios transportadores: "**Poxa**, por que a gente é obrigado a ter esse curso, né, porque **está** na Lei, e para **transportar** alunos da rede pública **não**?". Isso foi o que mais preocupou o Sintetur. Conseguimos essa impugnação do edital. Esse curso **não** está na **exigência** do **edital** também não, viu, gente? Então, o que o Sintetur **fez**? Estamos aguardando resposta da nossa impugnação até agora. E não **obtivemos** respostas. Então, são coisas sérias, que o edital tem que exigir, que é a segurança do aluno, não tem, e o direcionamento do edital. Foi só por **isso** que levou o Sintetur a pedir a impugnação."

"DEPUTADO JOSÉ EDMAR - Sra. Eudenice Nascimento de **Oliveira**, eu gostaria de fazer algumas **perguntas** à senhora, algumas delas **já repetidas**, mas, pelo menos, **esclarecerá** um pouco mais essa situação. O que levou o

Sintetur a requerer a **impugnação** administrativa da Concorrência nº 02 de 2004, referente à **contratação** de empresa especializada para prestação de serviço de transporte de estudante da Secretaria de Educação?

SRA. EUDENICE NASCIMENTO DE OLIVEIRA - Foi o **direcionamento** do edital.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR - O **direcionamento** do edital. Quais seriam esses **direcionamentos** que o **Sintetur** **alegou** na **impugnação**?

SRA. EUDENICE NASCIMENTO DE OLIVEIRA - Foi a carta da capacidade **técnica** que **só** as **empresas** que estavam no mercado poderiam obter junto à Fundação Educacional e quem emitia só era a **Fundação Educacional**.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR - Só a **Fundação Educacional**?

SRA. EUDENICE NASCIMENTO DE OLIVEIRA - Essa carta **só** pegava na **Fundação Educacional**.

"SR. ELIAZAR OLIVEIRA DO CARMO - Tudo bem. A **Associação Brasiliense de Transporte Autônomo, Especial, Turismo e Escolar** do DF, a nossa **Abrataete**, foi fundada em 1991. Fazemos parte de muitas **licitações** e serviços prestados à comunidade de **Brasília**. A nossa finalidade **principal**, dentro dessa introdução, seria organizar, dar assistência, proteger os interesses dos associados perante os órgãos públicos e **particulares**, bem com servir à comunidade com o transporte e fiscalizar o andamento do mesmo. **Isso é uma introdução** do que seria a função básica da nossa **associação**. **Agora**, dentro da CPI, o que **nós** gostaríamos de **expor**, até mesmo para facilitar toda essa apuração dos fatos... Como hoje **está** fazendo dois anos, muita coisa na memória da gente, mesmo que **nós** tenhamos participado de perto de todas as fases dessa **licitação**, **não poderíamos** memorizar corretamente tudo que ouvimos ou aquilo que foi proposto na época, mas, **diante** daquilo que nós temos convivido e **anotado**, com **documentos**, **há indícios de irregularidades** no processo **licitatório**. Isso está bem claro. **Gostaríamos** de mostrar alguns pontos que **nós**

participamos. **Pudemos conviver** com o início de uma **licitação** muito **viciosa**, muito tendenciosa desde o início. **Não** temos como negar isso af. Até **porque**, no próprio edital, **nós** vemos que - no nosso caso, estou defendendo a nossa **associação** -, de maneira **alguma**, havia algum fato que pudesse **contestar a** participação de uma associação civil ou representante de **classe**, que seria a nossa, no certame. Então, **nós** queremos expor algumas coisas. **Apesar** de bastante **tempo**, no **próprio** preâmbulo do **edital**, **nós** vimos e tivemos o desprazer de ver muitas interpretações tendenciosas do presidente da **época**, Sr. **Achilles**, para que a empresa Moura ganhasse a licitação. **Nós** vemos, dentro do **preâmbulo**, que os **pormenores** que foram acatados **não** eram o objeto principal da licitação. No preâmbulo, **diz-se** o **seguinte**: **seria** um preço **global** tipo menor preço. Se seria tipo menor preço, o presidente da licitação da época pregou muito pormenores para que **não se** obedecesse ao próprio edital **realizado por ele**, criado por ele. Então, veja bem, **nós** queremos, assim, deixar bem claro que a nossa **associação não** foi interpretada **corretamente** pelo **presidente** e mesmo pelo **seu** superior, a Subape, que seria o órgão operacional, a quem **nós** recorremos muito. **Nós** não tivemos êxito porque fomos muito mal interpretados. A nossa **associação** foi uma das empresas que cumpriram todas as exigências do edital. Do primeiro ao **último**, não impugnamos nenhum ponto, atendemos a todos de acordo com os serviços que **nós poderíamos** prestar e obedecendo o tipo menor **preço**, até por que **nós** somos representantes de uma classe e o próprio autônomo, que **já** tem muita **habilidade**, responsabilidade e muita experiência no **ramo**, prestaria o **serviço**. Esse foi o ponto principal que **levou** a nossa associação a participar dessa **licitação**. Então, **nós** vemos que as empresas que participaram do **certame**, que pegaram o edital impugnaram alguns pontos primordiais para o transporte escolar, que seria a isenção dos **transportadores** que iriam praticar o serviço a ser **contratado**, **não** teria o **objeto** principal que seria a autorização escolar. Isso **nós** deixou bastante desanimados com **relação** a uma licitação pública

em nossa capital, **porque, vejam** bem, se uma empresa de **transporte escolar** participará de uma **licitação de transporte** escolar, ela tem **que**, no **mínimo**, ter ônibus e autorização escolar e provar sua experiência. **Então**, as empresas que impugnaram esses pontos - alguns pontos **são** do próprio edital, 0 outros do projeto básico - foram... O Presidente acatou essa **impugnação**, **só** que ela foi publicada no Diário Oficial no dia da abertura das propostas. Inclusive os documentos que eu tenho aqui comprovam tudo isso. Tenho xerox de **edital** e tudo mais. **Gostaria** de passar até...

PRESIDENTE (DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO) - No dia da abertura das propostas foi publicado o **quê**?

SR. ELIAZAR OLIVEIRA DO CARMO - A Comissão Permanente de Licitação. **Resultado de impugnação**. A impugnação dos pontos **básicos** seria de transportador **escolar**, que ia provar a sua **capacidade**, que seria uma **autorização** diante do **Detran**. Aqui diz: "A Comissão Permanente de **Licitação** comunica aos **interessados** que, analisando a impugnação dos interessados do edital de conferência em **epígrafe**, encaminhada pelas empresas abaixo..." Inclusive, essas empresas **não** poderão participar do certame. Por **quê**? Porque elas **só** souberam que poderiam participar sem autorização no dia da **abertura**, da proposta. No caso da nossa **associação**, nós entregamos todas as licenças dos nossos transportadores. **Então**, seria a única **empresa** que entregou **todas** as autorizações. Por **quê**? Porque **nós** tínhamos consciência de que ia ser uma licitação séria. Porque, tratando-se de transporte escolar, no **mínimo**, teria que ter ônibus e a licença escolar. Eu tenho isso diante de toda a minha vida. O meu pai foi um dos pioneiros escolares de **Brasília**. **Então**, nós temos essa vasta experiência. **Só** que o objeto licitado não era ônibus, o objeto licitado não era licença escolar e o objeto licitado não era criança. Essas **três coisas** estão no recurso que fizemos, que gostaria de apresentar **depois**. Tenho aqui uma cópia e gostaria de passar depois à **mãos** do Presidente, para que as pessoas possam olhar. O nosso recurso **não** foi aceito. **Entramos** com um

mandado de segurança. O **Presidente** da Comissão **não** obedeceu às leis ou os pontos da **Lei nº 8.666**, que **rege** as licitações, porque existe prazo correto para você dar um retorno ou atender as reivindicações, que seriam abertas a **qualquer** pessoa que quisesse participar da licitação. **Então**, **nós** vemos que a licitação foi no dia 29 de maio, e isso ocorreu em junho. **Nós** tivemos que entrar com o mandato de segurança em outubro - não **sei** o dia certo, mas temos todos os documentos aqui. **Então**, veja bem, a lei é bem clara em **dizer**: no máximo, quinze dias. **Então**, houve muitos **contratempos**, e ficamos meio dizendo: "**Não**, isso aí não vai ser, porque **já está** tendenciosa." **Então**, para nós e para mim, representante de **classe**, é muito importante que essa CPI apure e que a nossa voz hoje seja ouvida nesta **Casa**, porque recorremos, fomos à assessora, à **TL**, não me **lembro** bem, à **assessoria** lá na Secretaria, falamos com muita gente, e eles nos disseram: "**Não**, vocês não podem participar por isso, por isso & por **isso**." Tanto nós, quanto várias **empresas**. **Então**, as **irregularidades** apresentadas estão nesse recurso. No dia **desse** mandato de segurança, estranhamente o. nosso advogado não apresentou, no tempo **hábil**, o pedido do juiz, que seria o estatuto social e a ata de eleição da Presidência. Nós não apresentamos no dia do mandato de **segurança**. **Então**, o juiz pediu: "**Traga**, para saber realmente quem é o presidente da **associação**." **Então**, **estranhamente** uma coisa **que** não ficou **bem** clara entre a **associação** e o nosso advogado é que **não** foi entregue no tempo **hábil**, e foi deferido o nosso mandato de segurança por essas **questões**. **Então**, ele não foi em frente por conta disso. **Não** foi julgado o mérito justamente porque nós não apresentamos. Não fomos felizes com o nosso advogado em apresentar **simplesmente** o estatuto social e a ata de **apresentação** da diretoria. **Então**, esses pontos em **que** nós fomos desclassificados - **gostaria até** de ler bem **rápido** aqui, com a vossa **permissão** - foram: a capacidade **jurídica**, que é o ponto 3.2.2; o ato constitutivo, o estatuto **ou** o contrato social **em** vigor devidamente registrado na junta **comercial** e compatível com o objeto

dessa licitação e, tratando-se de sociedades comerciais, no caso, de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores. O 3.2.3 diz: inscrição do ato constitutivo no caso da sociedade civil, que seria a nossa associação. Então, nós não entramos na licitação e tivemos gastos enormes para não serem reconhecidos pontos que não cumprimos.

Nós cumprimos todos os pontos. Então, pelo contrário, hoje eu vejo que a empresa que deveria ter sido contratada pela Secretaria de Educação era a nossa associação, porque nós cumprimos tudo de acordo com o que nós interpretamos no edital. O presidente na época tinha interpretação própria. Se você falava que a capacidade técnica era alunos, ele falava: Não, era ônibus." Apresentamos ônibus, e ele disse: "Não, o objeto licitado é contrato." Então, ele entrava em divergência para poder tender a licitação, que, poderíamos dizer assim, foi totalmente desrespeitosa, desonrosa e com bastantes vícios diante do papel que deveria ter sido feito. Eu já passei para o Presidente da Comissão o edital da impugnação, porque as outras empresas não puderam participar. Foram cinco ou seis empresas que não participaram do certame por conta dessa má-publicação do edital. Alguns pontos que nós encontramos da Moura, da empresa que atualmente eu participei do certame, e eu não sei até hoje se ela foi ganhadora ou não foi ganhadora da licitação ou se está em contrato emergencial, não sei. Agora, vejam bem, há alguns indícios e suspeitas. Eu gostaria que o Sr. Presidente analisasse a veracidade dos fatos deste caso, que seria a nossa função aqui: na documentação da Moura, há o atestado de capacitação técnica da Moura - algo que eu nunca pude ainda ver relatado. Ela foi atestada pela Secretaria de Educação antes da publicação do edital. Gostaria que o Sr. Presidente averiguasse o edital. O edital foi no dia 28 de abril, e o atestado de entrega do edital 25. Eu gostaria de pegar o edital aqui. O edital foi no dia 28 de abril. Se nós pegarmos o atestado de capacitação técnica, veremos que ele foi emitido no dia 25 de abril, três dias antes do edital. Então, nós vemos que daí já nasceu uma licitação

tendenciosa para o lado da empresa Moura. E nós fomos totalmente desmotivados a levar uma coisa a sério. Por outro lado, nesse próprio atestado de capacitação técnica que a Secretaria atestou, diz-se: "Atestamos para os devidos fins, a pedido da interessada, que a empresa Moura Transportes Ltda., estabelecida..." Inclusive, Sr. Presidente, nele há dois ou três endereços da empresa Moura, não um endereço só. Ela não fez alteração contratual para fazer mudança de endereço. Pude observar um endereço no contrato social, outro endereço no CNPJ e outro endereço em outros documentos. Eu gostaria que a Comissão, depois, pudesse averiguar esses fatos. E presta à Secretaria de Educação serviço de locação de ônibus rurais, interestaduais para: região "a" - Plano, Cruzeiro e Guará; região "b" - São Sebastião e Paranoá, com o quantitativo de 107 ônibus. Eu gostaria que a Comissão pudesse averiguar se, na época, essa empresa tinha esse quantitativo de Ônibus que a Secretaria está atestando: 107 Ônibus, com as devidas licenças. Porque, se ela presta um serviço para um órgão, ela tem de estar com as suas condições boas, para prestar um serviço para o órgão. Porque, se o órgão não tem condições de comprar seus próprios ônibus e fazer o transporte dos seus próprios alunos, que coloque na condição correta. Essa é a indignação da nossa associação, eu, como representante da classe. E que, na próxima declaração que ele faz à empresa Moura, aqui diz: "Atende plenamente o regulamento do serviço de transporte coletivo e escolares do DF, contido no decreto e alterações posteriores, bem como que os seus veículos estão em conformidade com as especificações e exigências do Código Nacional de Trânsito Brasileiro". Vimos vários acidentes com essa empresa e que os ônibus não tinham cinto de segurança, não tinham tacógrafo e não tinham licença. Isso está exposto. Nós vimos, não porque iríamos averiguar a empresa. Vimos isso nos noticiários. Vimos recentemente um acidente que houve na Estrutural, outro acidente que houve perto do Jockey Club e se esconderam. A Secretária ou a questão operacional diz "Não, porque houve um caso de emergência. Pedimos um ônibus extra para que a

empresa pudesse atender às crianças. As crianças ficariam fora da **escola**". Então, não houve uma programação correta para que houvesse o transporte dessas crianças. E nós ficamos indignados por quê? Porque somos uma empresa **constituída** de **vários** transportadores autônomos, que **não** aceitamos até hoje por não participar dessa **licitação**. O recurso que apresentamos somente o Presidente não teve a condição de nos atender. E a próxima declaração que a própria empresa atestou é que: "Declaramos, para os devidos fins, à **licitação 03/2003, Secretaria da Educação**, a ser realizada dia 29 de maio de 2003, às dez horas, que dispomos de ônibus urbano e rural no quantitativo **necessário** à execução do contrato". A execução do contrato, no projeto básico, pede-se 209 Ônibus e ela está dispondo de 209 ônibus. Coisa que não é verdade. A empresa Moura... Eu gostaria, **há** indícios... Eu gostaria de deixar bem **claro**, não estou afirmando que existem ou não existem 210, 200, 300 ônibus. Que ela tenha seus 500 ônibus, para mim, não importa. O que importa é **que**, dentro dessa declaração, eu gostaria que a **Comissão** apurasse, que ela averiguasse **esses** fatos de que ela teria disponível 209 ônibus dentro do projeto básico. Se o Presidente me permitir, eu poderia ler o projeto **básico**, que diz - acho que os senhores já sabem - da disponibilidade de ônibus para cada região e aqui ele diz que está "**ok**", e tal, aquele negócio todo. Então, veja bem, quando foi impugnado as **autorizações** escolares e que logo, poxa, então não adiantou a gente cumprir o edital. O edital aqui é bem claro. Na sua última disposição, aqui: "**Que** a participação nessa **licitação** implica aceitação plena e **irrevogável** desse **edital** e seus anexos". O que entendemos é que cumprimos todas as exigências do edital e, no entanto, a empresa que não cumpriu os pontos que **gostaríamos** que ela cumprisse continua operando no transporte da Secretaria de Educação. Então, existe uma indignação de nossa parte com relação a essas coisas. Só complementando: o **balanço** patrimonial não demonstrava uma boa situação econômica e **financeira**, que **já** é de conhecimento de todos e o **seguro-garantia** não compreende com o endereço

do contrato social, **CNPJ**, que eu havia falado **antes**. Então, essa seria o que **queríamos** expor para a Comissão, para que se pudesse averiguasse e demonstrar nossa indignação, o nosso **protesto**, com relação à apuração dos fatos dessa **licitação**."

É de se ressaltar que essa licitação **apresenta**, do ponto de vista **formal**, as mesmas falhas já encontradas na análise dos procedimentos anteriores, além de constantes aumentos das **exigências editalícias**, tornando cada vez mais restrita a possibilidade de participação por empresas que **não** a Viagens e Turismo Jovem e a Moura Transportes.

A **repetição** dos "erros", somada a essa gradual restrição, aponta para uma prática intencional e determinada no sentido de favorecer os atuais **fornecedores**, praticada pelo **grupo de servidores** e autoridades da SEDF que sempre ocuparam cargos-chaves na **definição** e aprovação do Projeto Básico e da Licitação para contratação de transporte escolar, conforme a seguir detalhado.

A) Da não caracterização e quantificação adequadas do objeto.

As exigências legais acerca da formulação do projeto **básico**, sua aplicação às licitações para contratação de serviços, assim como sua importância para a garantia que o procedimento licitatório assegure igualdade de oportunidade de participação aos licitantes já foram definidas no presente relatório.

Salta aos olhos que a Secretaria de Educação permaneça apresentando as mesmas falhas, repetidamente, em todos os procedimentos relativos à contratação de transporte **escolar**, sempre de forma a limitar a **concorrência** e permitir o direcionamento dos procedimentos em favor da Viagens e Turismo Jovem Ltda. e da Moura Transportes Ltda.

Da análise do "Projeto **Básico**" e do Edital do **certame**, constata-se que o objeto da licitação não estava corretamente caracterizado, pois houve emprego equivocado do termo "locação" em lugar do termo apropriado "serviços de transporte **escolar**".

Consoante item 1.2 do Edital de Concorrência Pública nº 03/2003, o objeto licitado era "... a **contratação** de empresa especializada para **prestação** de serviços de **locação** de **ônibus** urbano e rural, para atender aos alunos da Rede **Pública** de Ensino do **Distrito Federal** da Secretaria

de Estado de **Educação** do **DF**, conforme as **condições** previstas no Projeto Básico constantes do Anexo I a este Edital (negritou-se).

Segundo o disposto no art. 565 do Código Civil, Lei nº **10.406**, de 10 de janeiro de 2002, "Na locação de coisas, uma das partes se obriga a ceder à **outra**, por tempo determinado ou não, o uso e gozo de coisa **não fungível**, mediante **retribuição**", por outro lado, prevê o art. 566 que "O **locador** é obrigado: **I** - a **entregar ao locatário a coisa alugada**... **II** - a **garantir-lhes, durante o tempo do contrato, o uso pacífico da coisa**".

Ou seja, nos contratos de locação **entrega-se** ao locatário a **coisa** alugada para o uso ao longo do período pactuado, exigência essa inexistente no projeto básico como **também**, no Edital nº 03/2003.

Portanto, está evidente não se tratar de "locação de **ônibus**" o objeto licitado **pela** Secretaria de Estado de Administração, mas sim, à vista dos elementos constitutivos do processo licitatório, de "contratação de transporte", tal como preconizado no art. 730 do Código Civil, *verbis*:

Art. 730. Pelo contrato de transporte alguém se **obriga**, mediante retribuição, a **transportar**, de um iugar para outro, **pessoa ou coisa**.

Como primeira consequência da inadequada caracterização do objeto, pode-se citar uma eventual restrição no caráter competitivo da licitação.

Isso porque, o Aviso de Abertura da Concorrência nº 3/2003, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal do dia 11 de abril de 2003, página 22, por força do art. 21 da Lei nº 8.666/93, mencionava textualmente o objeto como sendo "serviços de locação de **ônibus**", tal como se constata nos termos do aviso a seguir **transcrito**, *verbis*:

A **Comissão Permanente de Licitação** comunica aos interessados a abertura de processo licitatório referente à concorrência em epígrafe, para a **contratação** de empresa **especializada** para prestação de serviço de locação de **ônibus urbano e rural**, para atender aos **alunos** da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, dessa **Secretaria**, com data marcada para o dia 13 de maio de 2003 às 10:00 horas no SGAN 607, **Projeção D**, sala 300, O edital poderá ser retirado no endereço **acima**, sala 110,

telefone: 3485115 e fax 3485113, mediante a entrega de 1 caixa lacrada de disquete 3 1/2 lacrada.

Ressalta-se, por oportuno, a participação da empresa ESAVE Locadora Ltda., no certame, cujo objeto social, segundo contrato de constituição juntado às fls. 186 do processo licitatório, **indica** como principal atividade da sociedade a LOCAÇÃO de veículos, além de transporte coletivo **interestadual, intermunicipal**, entre outras atividades. Aponta-se que, ao curso do processo, antevendo problemas em sua participação no **certame**, o objeto social da empresa foi alterado de forma a contemplar a LOCAÇÃO de veículos destinados ao transporte escolar, conforme se constata às fls. 200 do processo licitatório,

Outro ponto relevante **diz** respeito às **exigências** necessárias à avaliação da capacidade **jurídica** (art. 29, II da Lei nº 8.666/93) e técnica dos licitantes (art. 30, II da citada lei), que são distintas para os casos de locação e de transporte de escolar. Observa-se, inclusive, que **originalmente**¹³ o item 5.29 do Projeto Básico exigia do licitante "**declaração de propriedade de ônibus urbanos e rurais no quantitativo necessário à execução do contrato**...". Referida exigência mostrava-se pertinente em se tratando de contrato de locação, no qual era vedada a **subcontratação**.

Assim, tomando-se como referencial a expressão literal do objeto, a empresa vencedora da licitação deveria ter sido **eliminada** por não ter em seu objeto **social** a locação de **veículos** como uma de suas atividades. Por outro lado a ESAVE Locadora Ltda. estaria habilita tanto em relação aos aspectos jurídicos como técnicos. Por outro lado, tendo em conta o fato de os serviços pretendidos pela SEDF serem, a despeito do texto do edital, o de transporte de pessoas em âmbito **municipal**, a ESAVE sequer passaria da fase de habilitação **jurídica**, posto que o transporte coletivo municipal não se encontra dentre aqueles **previstos** em seu objeto social.

Portanto, a situação antes colocada é prova cabal dos prejuízos advindos da inadequada descrição do objeto contratado. Ou seja, além da possibilidade de ter **acarretado** o afastamento de licitantes, concorreu na inabilitação da ESAVE, empresa de **locação** de veículos.

13 Posteriormente a **exigência** foi excluída em face do **pretenimento de recursos** oferecidos contra o edital.

Assim, o que parece ser uma questão sem relevância, inconseqüente, ou uma mera falha **materi**al, pode ter impactado, **negativamente**, o caráter competitivo da **licitação**, uma vez que 26 interessados retiraram o edital. Neste **sentido**, cumpre **observar**, como já dito, que o Tribunal de Contas da União, entende a ausência de definição precisa e suficiente do objeto licitado ofensiva à regra indispensável da **competição**, como se verifica na Súmula nº 177, publicada no Diário Oficial da **União** de 09 de novembro de 1982.

Ainda, em **relação** á referida falha na caracterização do objeto, cabe notar que na versão **inicial** encaminhada à Procuradoria Geral do Distrito Federal (fls. 37/49 do Processo licitatório), o objeto estava corretamente enunciado, uma vez que versava sobre "... **contratação de empresa especializada** para prestação de serviços de transporte **escolar** para alunos ..." em que pese o Projeto Básico anexado mencionar o termo "locação".

Do ponto de vista prático, a licitação transcorreu como se o objeto fosse a prestação de serviços de transporte **escolar**, fato que culminou na **inabilitação** da ESAVE.

Sem **prejuízo** do antes **colocado**, aponta-se, ainda, falha na quantificação do objeto, aqui representado pelo número de ônibus necessário ao serviço e à distância total a ser percorrida.

Revisados os quadros contidos no Anexo II do Edital, observou-se a **existência** de significativas inconsistências decorrentes da não adoção de critério uniforme nos cálculos realizados, decorrentes da inobservância das regras **contidas** no próprio Projeto Básico.

Nesse sentido, cumpre observar que o Projeto Básico estabeleceu parâmetros mínimos para a realização do cálculo em tela, consoante dispunha seu item 03, **verbis**:

subitem 09. "O ônibus ofertado ...**deverão** ser observadas as normas de **segurança** estabelecida na legislação própria";

subitem 10. "Os ônibus locados **deverão** ter capacidade mínima de lotação de 40 (quarenta) pessoas sentada";

No que tange à **legislação**, o Parágrafo único do **art. 12** da Lei nº 1.585/97, que disciplina o Serviço de Transporte Coletivo de Escolares no Distrito Federal, veda o transporte de escolares em pé. Por outro lado, o Código Nacional de Trânsito, Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, ao determinar em seu inciso VI, art. 136, cintos de segurança em numero igual ao da lotação do **veículo** conduz à norma de que os alunos devem ser conduzidos sentados.

Assim, considerando as **exigências** legais antes apresentadas e, **ainda**, o parâmetro estipulado no item 10 do Projeto **Básico**, qual seja, ônibus com **lotação mínima** de 40 lugares, seria de se esperar que os cálculos procedidos pela SEDF levassem em **consideração** o quantitativo antes indicado para fins de estimativa do número máximo de **veículos** necessários à realização do serviço, e também da **quilometragem** máxima a ser percorrida. O resultado encontrado serviria, **Inclusive**, para estipular o limite de preço superior exigido no art. 40, inciso X da Lei nº 8.666/93.

Todavia, procedida a revisão nos quantitativos apontados no projeto **básico**, o que se **verificou** foi a inobservância dos parâmetros claramente estabelecidos no projeto básico, conforme comprovam as diferentes proporções de número de alunos por ônibus, como exemplificado a seguir:

Região	Escola	Nº Alunos (a)	Nº ônibus P. Básico (b)	Alunos por ônibus (a/b)
A	CE 1/2 CED 1/2	415 Vesp.	10	41,5
A	CE 1/2 CED 1/2	261 Mat.	6	43,5
A	EC 4/5/6/8	285 Mat.	7	40,71
A	Jardim de Infância	120 Mat.	3	40
B	CEF 01 912 Norte	710 Mat.	1	50,71
B	CEDLAN SHIN 4/6	145 Mat.	3	48,33
B	CEDLAN SHIN CA2	69 Vesp.	1	69
B	CE 711 Norte	55 Vesp.	1	55

Região	Escola	Nº Alunos (a)	Nº ônibus P. Básico (b)	Alunos por ônibus (a/b)
C	EC Vila Boa	56 Vesp.	1	56
C	CED 1 EC Vila Boa	74 Mat.	2	37
C	CEF Nova Betânia	82 Vesp.	1	82
C	CEF Nova Betânia	55 Vesp.	2	27,5
C	EC Jataí	70 Vesp.	1	70
D	CE 11	134 Mat.	3	44,66
D	CE 11	182 Vesp.	4	45,5
D	EC06	54 Mat.	1	54
D	CE 11	68 Vesp.	1	68

Ilustrando os efeitos da falta de homogeneidade na aplicação do critério contido no projeto **básico**, citam-se as **situações** dispare verificadas na "CEF Nova Betânia" e na "CE 711 Norte", onde, para um mesmo número de alunos por turno (55 - cinquenta e cinco), foram considerados **números** distintos de ônibus, respectivamente, dois e um.

Sem **prejuízo** da ausência de critério na fixação do número de alunos por ônibus, observou-se, **ainda**, **situações** onde o número de alunos por **veículo** supera a capacidade média dos ônibus empregados nos serviços de **transporte** escolar, que varia de 45 a 50 passageiros sentados. No projeto básico foram encontradas **18** ocorrências onde o número de passageiros por ônibus superava 50 lugares.

Procedida a estimativa tendo por referencial o número de 40 (quarenta) alunos por ônibus, o resultado por **item** seria:

Região	Q. ônibus	Distância	PB Q. Ônibus	PB. Distância	Diferença Ônibus	Diferença Distância
A	45	984	41	896	4	88
B	49	2466	37	1852	12	614
C	67	3875	53	3172	14	703
D	97	2024	78	1604	19	420
Total	258	9349	209	7524	49	1825

Observa-se **que**, mesmo considerado o ônibus com capacidade para 50 **passageiros**, ainda assim os **cálculos** do Projeto Básico apresentariam uma defasagem de **730,59 (setecentos e trinta, vírgula cinquenta e nove) quilômetros**, ou **seja**, de aproximadamente 10% do total ali estabelecido.

Identificaram-se, também, as seguintes **impropriedades** alusivas aos cálculos realizados:

- Indicação de **dois** ônibus para o transporte de 36 alunos (EC, **Aguilhada**);
- **não inclusão** na totalização do Item III, de 106 alunos do turno vespertino da EC Jataí (ou a inclusão de 57 km na distância total **percorrida**, caso não **haja**, de fato, turno vespertino na escola);
- em alguns itinerários a distância do trajeto de ida é diferente do de volta, sem que o Projeto Básico **explique** o motivo;
- ônibus com **mais** de 50 **passageiros**, portanto acima da capacidade média de ônibus convencionais.

A despeito das falhas antes identificadas apontarem para uma subavaliação do quantitativo de ônibus e das distâncias a serem percorridas, o que se observou na execução foram disparidades, tanto para mais quanto para **menos**, quando comparadas com as estimativas contidas no Projeto Básico, conforme demonstrado no item 3.2 deste Relatório.

A **superavaliação** constatada para a Região do **Paranoá**, acarretou o cerceamento da **participação** de **licitantes**, na medida em que o número de **veículos** exigido para o serviço mostrou-se muito superior ao **necessário**, em média 7 **veículos**¹⁴, inviabilizando a participação de pequenas empresas do ramo.

Outro ponto que merece menção em relação ao **Projeto Básico**, diz respeito à forma com que a quantidade de ônibus foi informada no Projeto Básico. Segundo disposto no Anexo II do **Edital** em análise, cada região necessitaria, respectivamente da seguinte quantidade de ônibus: Região **A**, 41 (**quarenta e um**); Região **B**, 37 (trinta e sete); Região **C**, 53 (cinquenta e três); e Região **D**, 78 (setenta e oito).

Todavia, a **informação** contida no Edital não expressa adequadamente a realidade do **contrato**, na medida em que um mesmo **veículo** poderá - e será - utilizado na realização em dois **períodos**, matutino e vespertino, reduzindo, assim o número de ônibus necessário ao cumprimento do contrato. Assim, mesmo sem realizar esforço no sentido de otimizar a alocação de **ônibus**, pode-se dizer que o número de **ônibus** necessários à execução do contrato **seria**, respectivamente de: Região **A**, 25 (vinte e cinco); Região **B**, 25 (vinte e cinco); Região **C**, 36 (trinta e **seis**); e Região **D**, 51 (cinquenta e um).

A falta de maior clareza no edital, representado pela falta de uma simples **observação**, pode ter **contribuído**, também, na restrição do caráter competitivo do certame, e figurado como vantagem à **Moura**, então fornecedora da SEDF.

Quando se aventa a **possível** restrição ao caráter competitivo do certame, **leva-se** em conta, também, o fato de que do universo de 26 Interessados pelo edital, apenas 4 efetivamente ingressaram na concorrência.

Outro ponto relevante diz respeito **diz** respeito à **ausência**, nos autos, do resultado dos levantamentos feitos pelas **escolas/Direção** Regional de Ensino, e que teria dado origem à demanda pelos serviços. Ou **seja**, não consta dos autos documentação que justifique os quantitativos indicados no Projeto Básico.

Outra informação de relevo à elaboração do Projeto Básico, e que não se encontra nos **autos**, diz respeito às demandas **temporárias**, tais como aquelas originárias de reforma de escolas.

As irregularidades apontadas decorreram basicamente de falha no projeto básico, elaborado pela Senhora Elizabeth de Carvalho Maranhão, **então** Gerente de Materiais (fls. 86) e **da** falta de uma revisão adequada por parte da autoridade responsável pela sua **aprovação**, no caso o Sr. José Pereira Coelho, Subsecretário de Apoio **Operacional** da Secretaria de Educação (fls. 106).

A falta de **revisão** mostra-se patente quando se **observa** que o Projeto Básico, a exemplo do Edital, não foi **apreciado** em seu conteúdo e mérito pela área **jurídica**, em

14 não considerado o aproveitamento da **veículos** em razão dos turnos.

que pese a solicitação do então Presidente da Comissão de Licitação (fls. 114). Isso porque a Nota Técnica nº 080/2003=ATL/SE, fls. 115/119, de lavra do Sr. Ricardo Cotia Braga e aprovada pelo Sr. Pedro Coelho Ribeiro, não abordou questões alusivas ao projeto **básico** ou ao edital.

Por fim, consideradas as exigências contidas no art. 6º, inciso IX da Lei nº 8.666/93, houve descumprimento do citado dispositivo legal, na medida em que o Projeto Básico não caracterizou adequadamente o objeto licitado.

B) Da **Inabilitação da ESAVE** e das denúncias dela resultantes.

O procedimento que levou à exclusão da ESAVE desse processo licitatório tornou-se o estopim das denúncias acerca da contratação de transporte escolar pela CLDF, razão pela qual o episódio deve ser tratado de forma mais detida.

Segundo apurado, em 29 de maio de 2003, a Comissão Permanente de Licitação, então formada por Achilles de Santana, presidente, **Glaciene** Caiana da Silva Macedo e Itanete Aires da Silva, membros, realizou reunião de **recebimento** das propostas e abertura dos envelopes de documentação das empresas que se **apresentaram** à **Concorrência nº 03/2003**.

Em 04 de junho do mesmo ano, a CPL reuniu-se para comunicar aos interessados a decisão de habilitar para prosseguimento no certame as empresas Esave Locadora Ltda. e Moura Transportes Ltda., com a inabilitação das demais concorrentes. A ata dessa reunião foi publicada no Diário Oficial do Distrito Federal em 05 de junho de 2003.

Ato **contínuo**, as empresas inabilitadas apresentaram recurso administrativo, requerendo a revisão da decisão da CPL. Tais recursos foram **encaminhados** para análise pela **Procuradoria-Geral do DF**, tendo recebido parecer que recomendou a revisão da inabilitação da COOPERCAM, **sendo-lhe** dada oportunidade de comprovar o desvio de documentação apresentada no processo licitatório, assim como a revisão de todos os certificados de capacidade técnica apresentados pelos licitantes, conforme parecer nº 36/2003/PROCAD/PRG/DF.

Nesse **período**, foram substituídos todos os membros da CPL, que passou a ser presidida por Diego Sória **Rodriguez** Júnior, tendo como membros os Srs. Eduardo Augusto Fontenelle Fraga e Jairo Pereira Martins.

Com **essa** nova composição, a **CPL**, em 03 de outubro de 2003, realizou reunião onde decidiu pela manutenção da habilitação da Moura Transportes Ltda., com a inabilitação de todas as demais, inclusive a COOPERCAM e ESAVE.

Nos autos não há **referência** a que tenha sido tomada providência no sentido de apurar a denúncia da COOPERCAM, de que documentos por ela apresentados foram **subtraídos** do processo ou mesmo nova **análise** da compatibilidade de seus atos constitutivos com o objeto da **licitação**. Da mesma forma, não consta também indicativo da realização de nova análise do atestado apresentado pela Moura Transportes.

O que fica claro é que a CPL tratou apenas de buscar fundamentos para a inabilitação da ESAVE, tentando criar **suspeição** acerca dos atestados de capacidade técnica apresentados pela empresa.

Com o **início** dos trabalhos da CPI, o Sr. Achilles de Santana, em seu depoimento e por carta enviada à **Comissão**, declarou que tão logo a Comissão de Licitação resolveu pela habilitação das empresas ESAVE e Moura Transportes, foi convocado pela Dep. **Eurides** Brito para discutir o **assunto**, em almoço realizado no Restaurante Tanoor, localizado no térreo do Hotel da **Torre**, do qual participou também a Sra. Mélvia Paranaguá Fraga, nos dias 05 ou 06 de junho de 2003.

Durante esse almoço, diz Achilles que teria sido pressionado a rever a **decisão** da comissão para excluir a ESAVE do certame, pois o Senador Valmir Amaral, proprietário da mesma, **não** "havia contribuído com a campanha da Dep. e do Gov. **Roriz**". Achilles atribui seu afastamento da CPL em virtude de não haver cedido a tal **pressão**.

A Deputada Eurides Brito alega que tal almoço não **poderia** ter ocorrido nas datas apresentadas, pois se encontrava, desde 05 de junho, em viagem ao exterior, apresentando como comprovantes **correspondências** expedidas por funcionário de companhia aérea e pelo Consultado **Norte-Americano**.

Em uma das gravações apresentadas por Antônio Ferreira César à CPI, há trecho de diálogo seu com a Dep. Eurides Brito em que a mesma declara que:

"Se eu **almocei** ou **não** com o Achilles é um problema meu, **Porque** agora o problema está... qual é o problema agora? O **problema**

agora é ter havido um **almoço**, onde eu mandei o **Achilles desclassificar** o **Valmir Amaral**, porque ele **não** ajudou na minha campanha e nem ajudou na do Roriz. É isso."

Segundo a **Deputada**, tal conversa teria sido realizada de forma **condicional**, exatamente tratando da necessidade de comprovar que tal almoço na verdade não teria ocorrido.

Independentemente da realização ou não do referido **almoço**, fica claro o esforço realizado pela **CPL** em afastar a validade dos atestados de capacidade técnica apresentados pela **ESAVE**, utilizando-se de expedientes absolutamente estranhos à boa prática administrativa.

No depoimento prestado à **CPI**, o Sr. Diego Sória Rodríguez Júnior assim relatou as diligências adotadas para verificar a veracidade e o alcance dos atestados apresentados pelas empresas **CIPLAN** e Cimento Tocantins e utilizados pela **ESAVE** para habilitação na Concorrência nº 03/2003:

"**DIEGO RODRÍGUEZ SÓRIA** -

Verificando os atestados de capacidade técnica apresentados pela **Esave Locadora**, estranhou-se a promoção de visita escolar junto às **fábricas** de cimento, haja vista este ser um ambiente **insalubre**, em **especial**, para a **comunidade** escolar. Em setembro de 2004, formalizamos contatos com a empresa **Ciplan**, para saber maiores detalhes sobre como funciona a **contratação** da **Ciplan** junto a **Esave** para o transporte de **alunos**. Desta forma, solicitou-se **autorização** da **fábrica** para visita de 80 **alunos**. Decorridas mais de **três** semanas, a empresa retornou, por correio eletrônico, as seguintes informações: que o número de alunos era muito grande, devendo a visita ser dividida em dois **sábados**; que não tinha como fornecer o transporte de **alunos**. Considerando que a empresa informou claramente que não possui meios de fornecer o transporte de **alunos**, bem como a **afirmação** de que o número de alunos foi **considerável**, concluiu-se que os atestados apresentados pela **Esave** não alcançavam as características apresentadas pelo **edital** em seu projeto **básico**, a saber: **características** temporais - os serviços **apresentados não** guardavam a periodicidade demonstrada e requerida no projeto **básico**; **características** de **volume** - a empresa

Esave estava concorrendo para os quatro itens &lencados no projeto **básico**, **totalizando** um **transporte diário** em número **superior** a **8.500** alunos. A empresa **Ciplan**, quando informa que 80 alunos - menos de 1% do total previsto no projeto **básico** - é uma quantidade elevada, sacramentou a **invalidação** do atestado de **capacidade técnica**."

Também o Sr. Eduardo Augusto Fontenele Fraga relatou que realizaram havido **diligências** junto à **CIPLAN**, **exclusivamente** através de contatos **telefônicos** e **e-mail**, mas não junto à Cimento Tocantins, nos seguintes termos:

"**EDUARDO AUGUSTO FONTENELE**

FRAGA - Chegando à **CPL**, encontrei **vários** processos em **andamento**, em especial, o processo da Concorrência nº 3 de 2003, para contratação de serviço de transporte de alunos da rede **pública** de ensino do Distrito Federal, que havia sido encaminhado à Procuradoria **Geral** do Distrito **Federal** para análise de recursos. Em **setembro** de 2003, o referido processo retornou à **CPL** com a determinação da Procuradoria **Geral** do Distrito Federal de que fossem **reanalisados** os atestados de capacidade técnica apresentados pela empresa, em **especial** os da **Esave Locadora**, que pareciam não **se compatibilizar em** características e quantidades com o **vulto** do

objeto do certame nos **dizeres** do parecer. Causou ainda estranheza o fato de que os atestados apresentados se referissem ao transporte de **funcionários** e estudantes para visita às **fábricas**, locais **insalubres** e inadequados para a visita de estudantes. Ressalta-se ainda o fato de que o registro, na Junta Comercial, da **alteração** do contrato social da empresa **Esave** que permitiria o transporte de estudantes datava de 23 de maio de 2003, enquanto que os atestados de capacidade técnica datavam de 21 de maio de 2003, portanto data anterior à **alteração** do objeto **social** da referida empresa. **Esses** indícios levantavam dúvidas sobre a que tipo de serviços se referiam os atestados, se a **serviços esporádicos** ou a **serviços contínuos**, como o serviço a ser executado pela licitante vencedora. Sendo **assim**, a **CPL** entrou em contato com a empresa **Ciplan**, **fornecedora** do **atestado**, à procura de subsídios que

esclarecessem a questão. Em resposta, a empresa afirmou que **não** tinha como fornecer o transporte e que oitenta **alunos**, como **havíamos** solicitado, era um número muito grande. Por todos esses motivos, concluímos que os atestados de capacidade **técnica** da empresa Esave não guardavam **compatibilidade** em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, conforme exigia o inciso H do art. 30 da Lei nº 8.666, de 93. Assim convencidos, inabilitamos a referida empresa, publicando esse ato no **DODF**.

DEPUTADO PAULO TADEU - Ao Ministério Público o senhor informou que optou **pela** inabilitação da Esave por ter sido comunicado por uma das empresas de cimento que o atestado apresentado seria falso. O senhor confirma essa informação?

SR. EDUARDO AUGUSTO FONTENELLE FRAGA - **Não.** Eu não fui comunicado que o atestado era **falso** pela empresa de cimento. A diligência que nós **fizemos** nos levou a entender que o atestado não compatibilizava com os objetivos da licitação. Não **compatibilizava** em **características**, em quantidades e prazos. Não era um serviço **contínuo**, era um serviço esporádico. Uma vez foi transportado criança para aquela **fábrica**. Quantidade: 80. Acharam muito. **Então**, dois grupos de quarenta. Quarenta pessoas numa licitação de 8.500 crianças...

DEPUTADO PAULO TADEU - O senhor participou dessa **diligência**?

SR. EDUARDO AUGUSTO FONTENELLE FRAGA - Participei.

DEPUTADO PAULO TADEU - O senhor e quem mais?

SR. EDUARDO AUGUSTO FONTENELLE FRAGA - Toda a **Comissão**.

DEPUTADO PAULO TADEU - É interessante, porque o Sr. Diego **Sória** afirmou a esta **Comissão** que não ocorreu essa diligência, que ela **não** existiu.

SR. EDUARDO AUGUSTO FONTENELLE FRAGA - A **diligência** existiu.

Inclusive tem um **e-mail** nessas pastas que **passei** aos senhores.

DEPUTADO PAULO TADEU - O **e-mail** é conhecido por **nós** - o **e-mail** que o Sr. Diego Sória enviou -, mas não houve diligência da Comissão às fábricas para...

SR. EDUARDO AUGUSTO FONTENELLE FRAGA - Mas não fomos às fábricas!

DEPUTADO PAULO TADEU - **Que diligência?**

SR. EDUARDO AUGUSTO FONTENELLE FRAGA - Foi por **telefone**.

DEPUTADO PAULO TADEU - **Então**, diligência por telefone? Todos os cinco falaram simultaneamente ao telefone?

SR. EDUARDO AUGUSTO FONTENELLE FRAGA - **Não**, não.

DEPUTADO PAULO TADEU - **Então**, cada um falou num determinado momento?

SR. EDUARDO AUGUSTO FONTENELLE FRAGA - Eu entrei em contato por telefone.

DEPUTADO PAULO TADEU - Eu perguntei ao **senhor**, há um minuto, quem participou dessa **diligência**. O senhor disse que todos os membros.

SR. EDUARDO AUGUSTO FONTENELLE FRAGA - Toda a Comissão.

DEPUTADO PAULO TADEU - Todos os membros falaram ao telefone? Todos os membros **ligaram**?

SR. EDUARDO AUGUSTO FONTENELLE FRAGA - **Não**, Deputado.

DEPUTADO PAULO TADEU - **Então não** foram todos. Foi **só** o senhor que participou da **diligência**?

SR. EDUARDO AUGUSTO FONTENELLE FRAGA - Eu liguei e o Sr. **Diego** mandou e recebeu o e-mail.

DEPUTADO PAULO TADEU - **Diligência** feita pelo telefone?

SR. EDUARDO AUGUSTO

FONTENELLE FRAGA - Feita pelo **telefone** e por **e-mail**.

DEPUTADO PAULO TADEU - Esse é um novo método.

SR. EDUARDO AUGUSTO FONTENELLE FRAGA - Mas foi **suficiente**.

DEPUTADO PAULO TADEU - Por telefone?

SR, EDUARDO AUGUSTO FONTENELLE FRAGA - Foi **suficiente** a informação. O **que nós precisávamos** era da **informação**, para esclarecer a questão das características do serviço prestado pela concorrência.

DEPUTADO PAULO TADEU - Com quem exatamente o senhor conversou?

SR. EDUARDO AUGUSTO FONTENELLE FRAGA - **Não me** recorde assim. Eu não conversei. A comissão verificou isso.

DEPUTADO PAULO TADEU - Mas quando se **tratou** das atas, o senhor disse a esta **Comissão** que o senhor ligou pessoalmente.

SR. EDUARDO AUGUSTO FONTENELLE FRAGA - Eu **liguei**.

DEPUTADO PAULO TADEU - O senhor ligou para quem?

SR. EDUARDO AUGUSTO FONTENELLE FRAGA - Para a Ciplan.

DEPUTADO PAULO TADEU - Com quem **especificamente** o senhor conversou da Ciplan?

SR EDUARDO AUGUSTO FONTENELLE FRAGA - Sr. Liovaldo.

DEPUTADO PAULO TADEU - **Liovaldo**. E o senhor conversou com **alguém** da Tocantins?

SR. EDUARDO AUGUSTO FONTENELLE FRAGA - **Não, não** conversei.

DEPUTADO PAULO TADEU - Por quê?

SR. EDUARDO AUGUSTO FONTENELLE FRAGA - Não consegui entrar em contato.

DEPUTADO PAULO TADEU - Com ninguém?

SR. EDUARDO AUGUSTO FONTENELLE FRAGA - **Não**.

Fica **evidenciado** que os membros da CPL **partiram** da **premissa** de **falsidade** dos atestados **apresentados** e, ao invés de formalmente **oficiar** às empresas acerca da veracidade e dos detalhes das informações prestadas, preferiram construir um tortuoso caminho de consultar a CIPLAN sobre a possibilidade de recebimento de alunos em sua **fábrica**, sem qualquer menção ao **procedimento** licitatório ou mesmo aos atestados emitidos.

Apenas porque a CIPLAN declarou que não poderia ceder o transporte para os alunos ou receber um número elevado de alunos em suas **dependências**, a CPL concluiu **pela incompatibilidade** dos atestados.

Ora, tal **diligência**, articulada em uma construção falsa da CPL, sem qualquer objetividade e sem a utilização de nenhum meio formal, não possui qualquer validade.

Além disso, a referida correspondência eletrônica, na qual a CIPLAN informa não dispor de transporte para os alunos **somente** foi encaminhada à CPL em 07 de outubro de 2003, 04 dias após a decisão de inabilitação da ESAVE. Tal fato deixa claro, **mais** uma vez, que a "**diligência**" nada mais foi do que uma **construção** forjada para justificar a **decisão** já tomada de afastamento da ESAVE do processo licitatório.

Nos depoimentos prestados à CPL, os representantes das empresas CIPLAN e Cimento Tocantins afastaram qualquer possibilidade de **falsidade** no teor e na **emissão** dos atestados, reconhecendo-os como **legítimos**.

É preciso registrar que o representante da Cimento Tocantins declarou que a ESAVE **realiza, regularmente**, o transporte de funcionários da empresa para escolas, em programa de incentivo à escolarização dos empregados, o que **caracteriza** transporte escolar.

É relevante que a CPL não **tenha** feito qualquer esforço para contactar a Cimento Tocantins, posto **que**, mesmo que entendesse não ser válido o atestado emitido pela **CIPLAN**, tal conclusão **não** poderia ser automaticamente estendida ao outro atestado.

Quanto à reavaliação dos atestados da Moura Transportes, os depoimentos deixaram claro que não houve qualquer **providência** nesse sentido, apenas sua pronta acatamento, já que **emitidos** pela própria SEDF, o que se observa, em especial no seguinte trecho:

DEPUTADO PAULO TADEU - Nessa avaliação **que** os senhores fizeram das propostas das **empresas**, como o senhor disse anteriormente, os senhores tiveram o cuidado de também **analisar a** Moura com o **mesmo** detalhe e o mesmo rigor com que analisaram a Esave?

SR. EDUARDO AUGUSTO FONTENELLE FRAGA - Os atestados delas eram a serviço da Secretaria; foi mais **fácil** diligenciar.

DEPUTADO PAULO TADEU - Os atestados?

SR. EDUARDO AUGUSTO FONTENELLE FRAGA - Os atestados dela eram de serviço feito na Secretaria, porque ela **já** prestava serviço. **Então**, foi mais **fácil**.

DEPUTADO PAULO TADEU - Na Moura?

SR. EDUARDO AUGUSTO FONTENELLE FRAGA - Isso, foi bem mais fácil diligenciar.

DEPUTADO PAULO TADEU - O senhor fez essa diligência também?

SR. EDUARDO AUGUSTO FONTENELLE FRAGA - Era só verificar que era um documento da Secretaria.

DEPUTADO PAULO TADEU - Mas o senhor chegou a fazer diligência?

SR. EDUARDO AUGUSTO FONTENELLE FRAGA - Sabia que era.

DEPUTADO PAULO TADEU - Como o senhor sabia? O senhor entrou numa fase seguinte da comissão.

SR. EDUARDO AUGUSTO FONTENELLE FRAGA - **Sim**, é verdade, conversando com as pessoas.

DEPUTADO PAULO TADEU - Com quais pessoas o senhor conversou?

SR. EDUARDO AUGUSTO FONTENELLE FRAGA - Com os **executores** ou com os servidores, com...

DEPUTADO PAULO TADEU - O senhor acabou de dizer aqui nests Comissão que o senhor não sabia quem era o executor. A sua esposa era a executora.

SR. EDUARDO AUGUSTO FONTENELLE FRAGA - **Não**, eu **não** sei, **não** sei.

DEPUTADO PAULO TADEU - Mas o senhor acabou de dizer que conversou com executores do contrato.

SR. EDUARDO AUGUSTO FONTENELLE FRAGA - Eu **não** conversei com executor do contrato. Por **exemplo**, a comissão...

DEPUTADO PAULO TADEU - O senhor conversou com quem?

SR. EDUARDO AUGUSTO FONTENELLE FRAGA - A **Comissão** de **Licitação**... Com as pessoas ali.

DEPUTADO PAULO TADEU - Que pessoas ali?

SR. EDUARDO AUGUSTO FONTENELLE FRAGA - Presentes, que **trabalhavam** na Secretaria, pessoas do setor de compras...

DEPUTADO PAULO TADEU - Com quem exatamente o senhor **conversou**?

SR. EDUARDO AUGUSTO FONTENELLE FRAGA - Não me recordo assim. Eu não conversei. A comissão verificou isso.

Todo o apurado leva à conclusão da existência de uma **pré-determinação** de vontades para buscar o afastamento da ESARE Locadora Ltda. do processo licitatório da Concorrência nº 03/2003, antes da abertura dos envelopes de proposta econômica.

Essa conclusão é ainda reforçada pela tese que se tentou **construir**, ao longo de toda a CPI, de que haveria diferença significativa entre os serviços de transporte de **passageiros** e transporte **escolar**, sendo inclusive ilegal a habilitação de empresa de um ramo para contratação em outro.

Por mais que os depoentes convocados tenham insistido nessa **tecila**, nenhuma argumento razoável nesse sentido foi apresentado, sendo novamente **exemplar**, pela falta de consistência, a declaração do Sr. Eduardo Fontenele Fraga, transcrito a seguir:

DEPUTADO PAULO TADEU - É muito estranho O senhor não se lembra de **nada**, mas citou aqui o **edital**, que **não** contém número de alunos nem de ônibus. Citou os anexos, que

também **não** trazem essa informação. No **entanto**, a empresa foi **eliminada**, restando apenas uma. Com toda a sua **experiência**, o senhor **não** acha isso...

SR. EDUARDO AUGUSTO FONTENELLE FRAGA - Ela não fazia o mesmo tipo de transporte. Transporte de ônibus é uma **coisa**, transporte de passageiros; outra coisa é transporte escolar. O **Código Nacional** de Trânsito **tem** determinações **próprias**. Tem norma própria no Distrito Federal. É diferente o serviço **que** ela executava.

DEPUTADO PAULO TADEU - Vamos supor que, em **alguma** parte dessa história - vamos ter de **pesquisar** -, estivesse escrito o quantitativo de alunos e de ônibus.

SR. EDUARDO AUGUSTO FONTENELLE FRAGA - Tinha no projeto **básico**.

DEPUTADO PAULO TADEU - Vamos ver se o senhor faz um exercício de memória ou faremos pesquisa para descobrir onde **está** isso. Vamos supor que estivesse em algum lugar. Quando o senhor habilitou a Moura, **baseou-se** em **questões** técnicas, porque o senhor aqui disse que tudo foi baseado em questões técnicas. Onde estava no atestado da Moura a quantidade de alunos transportados por ela?

SR. EDUARDO AUGUSTO FONTENELLE FRAGA - **Nós** não habilitamos a Moura. Quem habilitou a Moura foi a **comissão** anterior.

DEPUTADO PAULO TADEU - O senhor não havia falado que fez pesquisa sobre todas as empresas?

SR. EDUARDO AUGUSTO FONTENELLE FRAGA - Nós olhamos os atestados de capacidade técnica das outras empresas.

DEPUTADO PAULO TADEU - B o da Moura também?

SR. EDUARDO AUGUSTO FONTENELLE FRAGA - O da Moura, ela fazia transporte que **não** era esporádico; era um transporte contínuo de estudantes. Era um transporte **contínuo**.

DEPUTADO PAULO TADEU - Pergunto o seguinte: onde estava o quantitativo da Moura?

SR. EDUARDO AUGUSTO FONTENELLE FRAGA - **Não** me recordo, mas a questão das características... O transporte que ela executava era transporte escolar, O da Esave **não** era. A questão **não é só** o quantitativo.

DEPUTADO PAULO TADEU - O senhor quer entrar na questão técnica? O senhor **não** avalia que transporte de passageiros é similar ao transporte de estudantes, conforme determina a **própria** Lei de Licitações?

SR. EDUARDO AUGUSTO FONTENELLE FRAGA - **Não** estimo que é similar, não. Tem norma diferente no Distrito Federal.

DEPUTADO PAULO TADEU - Qual é a diferença entre pegar alunos na Estrutural e **levá-los** para o **Guará** e vice-versa? Qual é a diferença dentro de sua visão **técnica**? O senhor diz que **não** tem similaridade.

SR. EDUARDO AUGUSTO FONTENELLE FRAGA - **Não** tem.

DEPUTADO PAULO TADEU - Não tem? **Explique-me** qual é a diferença entre uma coisa e outra.

SR. EDUARDO AUGUSTO FONTENELLE FRAGA - Uma coisa é um serviço contínuo. Outra coisa é o serviço **esporádico**. Para transportar **crianças**, existe todo um cuidado **especial**, toda uma **atenção** diferente.

DEPUTADO PAULO TADEU - Qual é esse cuidado **especial**? /7>

SR. EDUARDO AUGUSTO FONTENELLE FRAGA - Como é que o senhor transporta seus filhos?

DEPUTADO PAULO TADEU - Eu faço as perguntas. O senhor ó que **está** sendo inquirido aqui e não eu.

SR. EDUARDO AUGUSTO FONTENELLE FRAGA - O senhor transporta os seus filhos de uma forma **diferente**, cuidadosa.

DEPUTADO PAULO TADEU - Quem

está sendo inquirido aqui é o senhor e não eu.

SR. EDUARDO AUGUSTO FONTENELE FRAGA - Certo. **Desculpe. Perdão,** Deputado.

DEPUTADO PAULO TADEU - Eu quero que o senhor me responda isto: qual é a diferença do transporte de alunos, **efetivamente**, no **dia-a-dia**, em relação ao **transporte** de passageiros?

SR. EDUARDO AUGUSTO FONTENELE FRAGA - **Têm** normas que regem o transporte de escolares.

DEPUTADO PAULO TADEU - Quais são essas normas?

SR. EDUARDO AUGUSTO FONTENELE FRAGA - Normas do Distrito Federal. E têm normas do Código de Trânsito.

DEPUTADO PAULO TADEU - Quais são?

SR. EDUARDO AUGUSTO FONTENELE FRAGA - **Não** sei exatamente.

DEPUTADO PAULO TADEU - O senhor sabia à época?

SR. EDUARDO AUGUSTO FONTENELE FRAGA - Sei que **têm** normas próprias.

DEPUTADO PAULO TADEU - O senhor sabia à época?

SR. EDUARDO AUGUSTO FONTENELE FRAGA - Que tinha normas **próprias**? **Sabía** que tinha normas próprias e decreto. Mas **não** li o decreto todo, não H...

DEPUTADO PAULO TADEU - Cito uma diferença só entre o transporte de passageiros de uma cidade para outra, e o transporte de **alunos**. Uma só.

SR. EDUARDO AUGUSTO FONTENELE FRAGA - Uma diferença? Você tem de ter cuidado **especial** com as crianças. O **próprio Estatuto** da Criança e do Adolescente, a Constituição garante isso.

DEPUTADO PAULO TADEU - E com os outros passageiros não é **necessário** esse cuidado?

SR. EDUARDO AUGUSTO FONTENELE FRAGA - Não **têm** a mesma atenção da legislação.

DEPUTADO PAULO TADEU - Como a Moura **dá** essa atenção às crianças? **Explica-me como é essa** atenção da Moura.

SR. EDUARDO AUGUSTO FONTENELE FRAGA - Não sei.

O Tribunal de Contas do Distrito Federal, ao analisar o tema, a partir de **representação** do Grupo Amaral, concluiu, **com** base na legislação federal e **local**, **inclusive analisando** os decretos que **tratam, especificamente** de transporte escolar, que há expresse reconhecimento de que o transporte escolar pode ser realizado por empresas de transportes de passageiros que venham a ser contratadas pela SEDF, nos seguintes termos:

DECISÃO Nº 1980/2006

O Tribunal, **pormaioria**, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a **instrução**, decidiu: 1) tomar conhecimento: a) das **informações nº 024 e 052/2006**, da 2ª ICE; b) do aviso de adiamento da Concorrência **nº 07/2005-SE**, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal em **06/02/2006**, em cumprimento à **Decisão Liminar nº 12/2006-P/AT**, de **31/01/2006**; c) da **Representação formulada** pelo Grupo Amaral, acerca do certame **supracitado**, para **considerá-la** procedente; d) do expediente encaminhado a esta Corte pelo Grupo Amaral, solicitando atenção especial para a **fiscalização da legalidade dos procedimentos** efetuados no certame em tela; e) dos Ofícios **nºs 404/2006 e 431/2006-GAB/SE**, encaminhado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, **considerando** atendidos os termos iniciais da **Decisão Liminar nº 12/2006-P/AT**; II – **determinar** à Secretaria de Educação que: a) **exclua do Item 3.5.1 do edital a exigência da comprovação de serviços de transporte escolar**, visto que tal cláusula é **contrária ao art. 3º da Lei nº 8.666/93**, por **significar indevida restrição à competitividade do certame**, considerando que as regras **previstas no Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/97)**, e no Decreto **nº 23.819/2003**, **possibilita** que empresas que

realizam o transporte do **pessoas** firmem contratos com a **Secretaria** para a **prestação** do **serviços** de transporte escolar de alunos da rede pública de ensino; b) defina os **valores** das coberturas dos seguros previstos no Item 32 do novo Projeto Básico; III - autorizar: a) a retomada do curso do certame pela Secretaria de **Educação**, tão logo cumpridas as **determinações** contidas no item anterior, que deverão ser encaminhadas a este Tribunal; b) o retomo dos autos a 1ª ICE, para os devidos fins. Vencido o Revisor, Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, que manteve o seu voto. **Declarou-se** impedido de participar do julgamento deste processo o Conselheiro RENATO RAINHA, por motivo de foro **Íntimo**.

Presidiu a Sessão o **Presidente**, Conselheiro MANOEL DE ANDRADE. Votaram os Conselheiros RONALDO COSTA COUTO, MARLI VINHADELI, ÁVILA E SILVA e ANILCÉIA MACHADO e o **Conselheiro-Substituto** PAIVA MARTINS. Participou o representante do MPJTCDF **Procurador-Geral** em **exercício** DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE. Ausente o Conselheiro JORGE CAETANO

(grifo nosso)

Tal **decisão**, adotada recentemente pelo Plenário do TCDF, corrobora todas as investigações realizadas pela CPI no sentido de que as licitações e contratações realizadas pela SEDF têm sido direcionadas, restringindo-se a **competividade**, em benefício das atuais prestadoras do **serviço**, Viagens e Turismo Jovem Ltda. e Moura Transportes Ltda.

O reconhecimento, pelo Tribunal de Contas, de que a exigência de comprovação da prestação de transporte escolar em quantidade e periodicidade semelhantes ao exigido no contrato da SEDF, tem por resultado a restrição da possibilidade de participação nas licitações às empresas Viagens e Turismo Jovem Ltda. e Moura Transportes Ltda. demonstra como é **inegável** o direcionamento **construído** em todos esses procedimentos **licitatórios**.

C) Da consulta à um único fornecedor para a elaboração do orçamento contemplado no Projeto Básico.

Exige o inciso II do § 2º do art. 7º da Lei de Licitações e Contratos que a Administração, antes de licitar,

promova o levantamento detalhado dos custos do serviço que se pretende contratar.

No entanto, o processo referente à Concorrência nº 03/2003 está **instruído** com uma única cotação de **preços**, apresentada exatamente pela Moura Transportes Ltda., atual prestadora dos **serviços** que se **prentendia** licitar.

Essa prática contraria **não** apenas o bom senso e a **legislação**, mas também a prática administrativa da própria SEDF, segundo o depoimento unânime dos **depoentes** que compareceram à CPI.

O Sr. Achilles de Santana, Presidente da Comissão Permanente de Licitação da SEDF de 1999 a 2003 foi taxativo em expressar que a prática na Secretaria é de consulta a, pelo menos, três empresas:

ACHILLES DE SANTANA - "Existe uma exigência mínima para se fazer uma **comparação**. Uma estimativa somente não tem comparação nenhuma com nada. Então, pega-se, no **mínimo**, três para termos uma média do que **está** ocorrendo no mercado. Três, seis, dez, depende da necessidade momentânea do objeto e tudo o mais. É mister que se **consulte**, no **mínimo**, **três**." (Achilles de Santana)

Da mesma **forma**, o Sr. Diego Sória Rodrigues Júnior, substituto do Sr. Achilles na **presidência** da CPL, também reconhece o tratamento diferenciado dado a esse processo **licitatório**:

"DEPUTADO PAULO TADEU - Quantos preços **são pesquisados**, no **mínimo** ou em **média**, para esse tipo de licitação?

SR. DIEGO SÓRIA RODRIGUES JÚNIOR - **Três**, quatro.

DEPUTADO PAULO TADEU - O senhor tem conhecimento de quantas pesquisas de preço foram feitas especificamente para essa licitação?

SR. DIEGO SÓRIA RODRIGUES JÚNIOR - No processo, consta apenas uma.

Também o servidor Eduardo Bessa Maia manifestou estranhamento quanto à forma como foi conduzida a pesquisa de preços que orientou a Concorrência nº 03/2003:

"SR EDUARDO BESSA MAIA - O que ocorreu, o que eu tenho conhecimento sobre o

assunto foi que eu numerei um processo de contratação de **transporte escolar**. Uma das minhas funções no meu setor é numerar processo, Eu **numerei** o processo, tudo bem. Normalmente como eu faria serviço. Depois de um tempo, que eu **não** lembro no **momento**, me foi pedido para **renumerar** o processo de novo. Eu perguntei: "**por** que vai ter que ser **renumerado** esse processo?" Minha chefia imediata falou: "**pode renumerar o processo, não tem problema.**" Tudo bem, eu **renumerei**. Como **está incluído** entre as minhas atribuições, eu numerei o processo. Eu **não** sabia o motivo, nem nada. **Depois eu fui olhar, o normal no setor é fazer estimativa de preço em relação, a por exemplo, nós recebemos um processo de um ramo de serviço ou compra do material, nós fazemos orçamento em relação a três firmas, pelo menos, no mercado. Nesse processo que eu estou comentando que eu numerei, só tinha uma estimativa de preço no processo. Como eu já trabalho no setor há mais do dozo anos, eu olhei e falei: "isso daí não é normal.**" (grifo nosso)

Por fim, o Subsecretário de Apoio Operacional, autoridade responsável pela **homologação** dos atos da Comissão Permanente de **Licitação**, Sr. José Pereira Coelho reafirmou a cultura administrativa **de**, em observância à norma legal, pesquisar preços com mais de uma empresa:

"DEPUTADO PAULO TADEU - Eu não estou perguntando sobre a legislação. Estou perguntando a respeito da Secretaria de Educação. Qual é a cultura?

SR. JOSÉ PEREIRA COELHO - A cultura é de fazer a pesquisa.

DEPUTADO PAULO TADEU - Com quantas empresas?

SR. JOSÉ PEREIRA COELHO - Três, quatro, duas."

Ainda que se reconheça a especificidade do serviço licitado, impendendo que a Administração elabore uma planilha detalhada dos custos, não se pode aceitar, como referencial de custo dos serviços pretendidos, uma

única cotação realizada junto ao mercado fornecedor. Afinal, se existisse uma única empresa apta a prestar os serviços requeridos pela **Administração, inexigível** seria a realização da própria **licitação**, por força do disposto no **caput** do art. 25 da Lei de **Licitações e Contratos, ante** a inviabilidade de competição.

Assim, em se tratando de um mercado com vários fornecedores **disponíveis, não se justifica** a **simplicação** adotada. **Ressalta-se**, inclusive, que na elaboração da primeira versão do projeto básico - que envolvia uma **contratação** de menor proporção - quatro empresas foram **consultadas** para fins de **obtenção** do **valor** de mercado, tal como se verifica às **fls. 32** do processo **licitatório**. **Mais**, já naquela **ocasião**, a Secretaria de Estado de Educação mantinha contrato com outra empresa de transporte **escolar**, no caso a Viagens e Turismo Jovem Ltda., que não foi consultada para efeito do levantamento de preço, nem tampouco os preços por ela cobrados foram considerados.

Cabe relevo notar que a estimativa de custo faz parte da caracterização do objeto da licitação - Projeto **Básico** ou assemelhado - por força do inciso II do § 2º do art. 7º da Lei **8.666/93**, sendo elemento indispensável à efetivação do procedimento **licitatório**.

Não bastasse a existência de uma única proposta de preço como **base** de avaliação, a SEDF não se preocupou em **solicitá-la** com um **nível** de detalhamento que permitisse a identificação dos principais insumos do **serviço**, de forma a permitir uma adequada avaliação dos custos, tal como requerido no dispositivo legal antes mencionado.

Observa-se que a importância da adequação das estimativas de custos não decorre apenas da necessidade de **se** verificar a existência prévia de disponibilidade orçamentária, consoante estabelece o inciso III do §2º do **art.7º**, mas, principalmente, em razão das exigências contidas no inciso IV do art. 43 da Lei 8.666/93, qual **seja**, a de a Comissão julgadora verificar a compatibilidade dos preços **oferecidos** pelos licitantes com aqueles praticados no mercado e, ainda, do inciso II do art. **48**, que versa sobre a desclassificação de propostas.

Portanto, ao **considerar** tão-somente uma única proposta com referência de **mercado**, somado ao fato de a mesma não apresentar **nível** de detalhamento exigido no inciso II do §2º do art. 7º da Lei **8.666/93**, a SEDF **descumpriu** mandamento legal e negligenciou importante mecanismo de controle interno, **viabilizando** a aceitação de **sobrepreço**.

A respeito da importância de ampla pesquisa de preço para fins de orçamento, assim se pronunciou o Tribunal de Contas da União no Acórdão 309/04 - Plenário, **verbis**:

9.4.1, realize ampla pesquisa de mercado, para **elaboração** de orçamento prévio de **futuras licitações**, de forma que disponha de referencial **seguro**, para **aferição** da conformidade e **exequibilidade** das propostas comerciais, **conforme** determina o inciso II do art. 48 da Lei 8.666/93;

por seu **turno**, o Tribunal de Contas do Distrito Federal ao apreciar o Contrato nº 87/2001, firmado pela SEDF com a empresa Viagens e Turismo Jovem Ltda., em 3 de dezembro de 2004, reconheceu a necessidade de a aferição dos custos a que se refere o inciso III, §2º do art. 7º da Lei nº 8.666/93, considerar como parâmetro pelo menos "três propostas atuais de empresas que **não** mantenham contratos com **esse Órgão**, para cada localidade a ser licitada **justificando**, técnica e economicamente, cada preço apurado", consoante se verifica na Decisão nº 5333/2004.

Além dessa ilegalidade, outros dois acontecimentos marcam a ação **delituosa** que caracteriza esse procedimento **dentro** da instrução da **Concorrência** nº 03/2003: a sua realização diretamente pela Gerente de **Materiais** e a substituição de folhas no **processo licitatório**.

Segundo consta dos autos e apurado pela **CPI**, a pesquisa de preços é atribuição do Núcleo de Programação e **Controle de Compras**, mas, nesse processo, sua realização foi feita diretamente pela titular da unidade superior, Sra. Elizabeth Carvalho Maranini, então Gerente de Materiais da SEDF.

Tal fato restou comprovado **pelo** encaminhamento da proposta da Moura Transportes Ltda. pessoalmente à Sra. Elizabeth, causando estranheza ao servidor normalmente encarregado dessa **tarefa**, Sr. Eduardo Bessa Mata, como **revela**, em seu depoimento:

"PRESIDENTE (DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO) - O senhor mesmo fazia essas estimativas?

SR. EDUARDO BESSA MAIA - Fazia.

PRESIDENTE (DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO) - Então, dessa vez **só** teve uma estimativa de preço.

SR. EDUARDO BESSA MAIA - Eu não sei a situação porque não fui eu que **fiz** a estimativa.

PRESIDENTE (DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO) - Quem...?

SR. EDUARDO BESSA MAIA - A proposta não **está** endereçada ao meu nome.

PRESIDENTE (DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO) - Quem fez a estimativa?

SR. EDUARDO BESSA MAIA - Deve ter sido a pessoa a quem a proposta **está** endereçada. Ao nome da pessoa, né?

PRESIDENTE (DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO) - **Você não** sabe.

SR. EDUARDO BESSA MAIA - **Lá** na proposta estava **escrito**: "**Elizabeth Maranini Daemon**". Na proposta é o que estava escrito"

(...)

DEPUTADA IVELISE LONGHI - Quando o senhor faz as consultas de preço a **várias** empresas ou a vários organismos, em nome de quem o senhor faz essas consultas? Em nome próprio ou é feita em nome da Secretaria de Estado de Educação?

SR. EDUARDO BESSA MAIA - O **padrão**, no nosso **setor**, eu ou outro servidor, se eu solicitar a proposta, eu falo para colocar a proposta em meu nome. Outros servidores do meu setor falam: "Eu estou solicitando a proposta para estimativa de preço para compor o processo. Pode colocar em meu nome a proposta." Só vem a proposta em meu nome quando eu solicito a estimativa.

DEPUTADA IVELISE LONGHI - Então, sempre vem em nome de quem solicita.

SR. EDUARDO BESSA MAIA - É.

Novamente, o Subsecretário de Apoio Operacional **corroborou** a tese de que a realização da pesquisa de preços diretamente pela Gerente de Materiais foge às normas internas da SEDF:

DEPUTADO JOSÉ EDMAR - Eu só queria fazer um esclarecimento, porque, veja **bem**, ela é encaminhada à sua Subsecretária. Nessa Subsecretária, o senhor encaminha para um determinado local, acredito que seja o Núcleo de **Compras**, não é isso? Eu gostaria que o senhor pudesse me informar. Deve haver um processo.

SR. JOSÉ PEREIRA COELHO - O encaminhamento para pesquisa de mercado é junto ao Núcleo de Compras.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR - Então, toda **licitação**, obrigatoriamente, **vai** para o Núcleo de Compras para fazer a pesquisa de mercado?

SR. JOSÉ PEREIRA COELHO - É uma exigência legal.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR - Os membros do Núcleo de Compras é que **estão** autorizados a fazer essa pesquisa de **compras**, correto?

SR. JOSÉ PEREIRA COELHO - Correto.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR - Somente esses membros podem requisitar ou solicitar essas propostas, essa pesquisa da compra, ou seja, **pesquisa-se** uma determinada empresa, a empresa informa à Secretaria e, **logicamente**, essa proposta, que é uma pesquisa, vai endereçada a um dos membros do Núcleo de Compras. É isso?

SR. JOSÉ PEREIRA COELHO - Ao Núcleo de Compras.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR - Normalmente sempre vai a um membro do Núcleo de Compras. No caso da proposta de 2003, quem fez a pesquisa foi a Sra. Elizabete, que era **Gerente de Material** e **não** pertencia ao Núcleo de Compras. É correto?

SR. JOSÉ PEREIRA COELHO - **Não** tenho **conhecimento** que tenha sido ela.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR - Temos informações, nos depoimentos anteriores, de que a Sra. **Elizabete** fez a pesquisa, que foi endereçada a ela e não a um dos membros do Núcleo de Compras. Eu quero perguntar para o senhor o seguinte: é correto uma senhora que **não** pertence a esse **Núcleo** de Compras solicitar uma **proposta**, no caso uma pesquisa de preços, e essa **proposta** ser aceita pelo Núcleo de Compras e essa mesma senhora também ser - o senhor sabe que a Sra. Elizabete é executora do **contrato**, não sabe?

SR. JOSÉ PEREIRA COELHO - Sei.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR - É correto essa senhora fazer a pesquisa sem pertencer ao Núcleo de Compras? ela faz a pesquisa, vem a pesquisa em nome dela, é feita a **licitação** e essa **licitação** acaba concluindo com o ganho dessa única empresa em que foi feita a pesquisa. **Logicamente, não** pode ser **coincidência**, mas essa mesma senhora é a própria executora do contrato. O senhor acha isso correto, isso é normal?

SR. JOSÉ PEREIRA COELHO - Não sei lhe **responder**, porque **nao** tenho elementos se foi **ela** ou o Núcleo de Compras. Eu não tomei conhecimento.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR - O senhor sabe que ela é a executora do contrato?

SR. JOSÉ PEREIRA COELHO - Certo.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR - Temos depoimentos e informações de que foi ela que solicitou a pesquisa. Logicamente o senhor deve ter uma quantidade de documentos, de **processos**, e talvez isso tenha passado despercebido pelo senhor. **Não** estamos aqui tentando colocar como culpa num processo dessa monta...

SR. JOSÉ PEREIRA COELHO - **Até** por que eu não analisei tal situação. Eu não tenho conhecimento.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR - Isso é correto?

SR. JOSÉ PEREIRA COELHO - O correto seria o **Núcleo** de Compras efetuar a pesquisa.

O então chefe do Núcleo de Programação e Controle de Compras, Sr. Jairo Pereira Martins, também declarou à CPI que não era atribuição da Sra. Elizabeth a realização de **pesquisa de preços**, nos seguintes termos:

DEPUTADO PAULO TADEU - Pergunto também ao senhor se em todos os processos relacionados à contratação de serviços, dentro da sua **área**, é o senhor quem faz a estimativa de preço.

SR. JAIRO PEREIRA MARTINS - Eu fui chefe do núcleo e programação de compras no período de 2002 a 2003. Agora, não sou eu que

procedo à estimativa de preço. Então, eu **não** faço. Na **época**, eu **não** fazia. Tinha uma **equipe** para fazer estimativa de preço.

DEPUTADO PAULO TADEU - Era a Elisabete?

SR. JAIRO PEREIRA MARTINS - Elisabete era Gerente. Ela não procedia à estimativa de preço.

DEPUTADO PAULO TADEU - O senhor sabe dizer quem fez a da concorrência de 2003?

SR. JAIRO PEREIRA MARTINS - Continuo exercendo o meu direito de permanecer calado.

Em seu depoimento à CPI, a Sra. Elizabeth Carvalho Maranini apresentou a seguinte versão para os fatos:

ELIZABETH CARVALHO MARANINI - (...) a Lei 8.666 permite **que**, sempre que **possível**,

a **Administração** Pública deve se balizar nos preços no âmbito dos órgãos e entidades da **Administração Pública**... Esse **art.** 15 se refere a comparas, mas foi o que foi usado pelo **Exmo.** Sr, Promotor **Público**... **mas**, mesmo assim, se tratando de comparas - **e** no caso nós estaríamos tratando de serviço de **locação** -, nós nos balizamos, sim, nos preços praticados na Secretaria de Educação. Aqui eu gostaria, antes de entrar no quadro **propriamente** dito, ainda dizer que esse pesquisa não foi feita **de** forma aleatória. Nós usamos, inclusive, o Decreto nº 41.772. Até eu estou me surpreendendo com as datas, porque eu nunca consigo gravar número nem de telefone. Esse Decreto nº 41.772 dispõe sobre pesquisa de preços, é um decreto da Prefeita **Marta Suplicy**, quando ele **normatiza** a forma de **licitação**, **execução** e pesquisa de preços em **São Paulo**. Esse decreto também, nós consultamos, assim como consultemos o NDJ, ele permite que se use o preço praticado no mercado, corrigido com os **índices** oficiais. É **permitido**, a lei não veda, que seja feita uma ampla consulta ao preço contratado desde que o funcionário público ateste e dê fé pública àquele **valor** estimado.

Hoje, aqui em Brasília, pelo **e-compras**, que **está** sendo implantado **pela** Secretaria de Fazenda... cada **órgão** poderá consultar através de um sistema do próprio **e-compras**, sendo até desnecessário que se junte proposta de cotação de preço. Então, voltando ao quadro, eu **já** expliquei aos senhores que **nós** tínhamos um contrato vigente, obtido por concorrência **pública**, tipo menor preço, em 2001. Não havia, até hoje... até a data de validade do **contrato**, **ele** não foi **reajustado**. Se aplicou o índice oficial do **IGPM**, **Índice Oficial** de Mercado para correção de preços administrativos do período de 2001 para 2002 e de 2002 para 2003. O acumulado era de 30,38%. Então, o valor do contrato que nós **tínhamos** como **parâmetro** permitido em **lei** **estaria**, para Plano Piloto e Cruzeiro, em R\$ **6,52**; **Paranoá**, R\$ 4,57; **São Sebastião**, R\$ 4,57; e **Guará**, R\$ 6,52, porque no contrato anterior era **Plano Piloto**, **Cruzeiro** e **Guará**. Então, aqui veio o preço estimado. Foi pedida a cotação de proposta de preço para várias empresas, mas, se os senhores **lembrarem**, eu **já** falei que o processo era urgente. Vou mostrar depois para os senhores, essas foi pedido por telefone, porque

também é permitido à administração que use qualquer **meio** de comunicação. Uma empresa, somente - a Moura -, encaminhou a sua proposta de cotação de preço no **valor** estimado de R\$ 6,60, R\$ 4,40, R\$ 4,60 e R\$ **6,60**, então, dentro do **índice oficial** de reajuste. Só uma parte também: que a estimativa de preço, nessa fase de instrução de processo, visa única e **exclusivamente** servir de parâmetro para o **teto limite** da licitação para o preço máximo. Então, o preço praticado no mercado e os valores estimados balizaram-se em preços praticados na **administração**, **aplicando** o índice oficial. Só rememorando: a Lei de Licitações não estabelece como deve ser **realizada** a **estimativa** de preço. Então, se ela não **estabelece**, é um poder discricionário do **Estado**, o administrador tem várias maneiras de fazer a sua pesquisa para estabelecimento do **limite máximo**. A doutrina também admite a utilização de preços contratados. Então, eu gostaria de **ressaltar** que **não** foi feito nada de forma aleatória. Tudo foi feito

de forma técnica, estudada e com várias consultas.

Tais justificativas, não guardam relação com o apurado na análise dos autos, pela CPI. Não há qualquer estudo técnico encartado ao processo licitatório que dê notícia da realização dos citados estudos de atualização dos preços já praticados no contrato em vigor e, mesmo que tais estudos existissem, deveria constar a motivação de sua utilização pela SEDF, comprovando-se ser a melhor forma de aferição dos preços de mercado.

São improcedentes e inaceitáveis os argumentos de que a forma de realização da pesquisa fazem parte do poder discricionário do administrador público que, portanto, pode realizá-la como quiser, até mesmo de maneira informal, por telefone.

A Administração Pública, inclusive e principalmente, no exercício de seu poder discricionário, não pode afastar-se dos princípios da moralidade, eficácia, eficiência, finalidade e formalidade dos atos, sob pena de tornar-se arbitrária.

A menção a Decretos do Município de São Paulo como tendo sido norteadores da ação da SEDF, por uma servidora que se apresenta como Professora de Direito, reveste-se como uma tentativa infantil de politizar a análise dos procedimentos, a partir de supostas ligações partidárias. É evidente que decretos municipais não podem basear ações do Governo do Distrito Federal e não cabe ao Poder Legislativo do Distrito Federal avaliar a atuação do Governo Municipal de São Paulo.

Novamente, resta claro que as explicações apresentadas para as ilegalidades cometidas foram construídas posteriormente, como peças de defesa junto à CPI, mas sem qualquer vínculo de realidade com os acontecimentos documentados nos autos.

Por fim, quanto a esse episódio, ressalta-se que a pesquisa apenas com a Moura Transporte também se reveste em vantagem competitiva para a empresa no processo licitatório propriamente dito, posto que apenas ela teve acesso antecipado às informações constantes do projeto básico para a elaboração do preço, assim como manteve acesso privilegiado à informação de mercado de que a SEDF pretendia realizar nova licitação para o transporte escolar.

Se outras empresas tivessem sido consultadas ainda em março de 2003, poderiam ter, com mais prazo, ajustado suas condições técnicas e legais para atendimento do edital.

O episódio de substituição de folhas dentro do processo administrativo foi constatado a partir das investigações do MPDFT, no Inquérito Civil Público nº 015971/04-6.

Nesse procedimento, tendo em vista as denúncias formuladas pelo Ex-Subsecretário de Apoio Educacional, Sr. Manoel Carneiro de Mendonça Neto, o MPDFT solicitou à Polícia Civil do Distrito Federal a realização de perícia documentoscópica das folhas referentes às propostas de preço apresentadas no processo administrativo.

Por meio do Laudo nº LD-1512/04, do Instituto de Criminalística, concluiu a PCDF que houve adulteração da proposta apresentada pela Moura Transportes Ltda., tanto pela alteração das numerações das folhas 108 e 109 como pela inclusão da folha 107. Ao mesmo tempo, o laudo não aponta uma conclusão segura para o momento em que foi inserida no processo a folha 110, que trata exatamente da tabulação dos preços pelo Núcleo de Programação e Controle de Compras da Gerência de Materiais da SEDF.

Sobre esse episódio, a Sra. Elizabeth Carvalho Maranini assumiu a responsabilidade pela irregularidade processual, porém apontando o Sr. Jairo Pereira Martins como sendo o autor do fato, nos seguintes termos:

ELIZABETH CARVALHO MARNINI -

(...) Então, agora, nós vamos tratar da substituição das folhas. Tá? Conforme nós já demonstramos, até o processo ser feito, o edital de licitação é processual, e cabe ao Presidente da CPL, antes de colocar o edital na rua, sanear o processo. Qualquer irregularidade que o Presidente da CPL verifique no processo, o momento de sanear é esse, quando ele analisa tudo para juntar ao edital e botar o projeto básico, o edital na rua para livre concorrência. Então, no projeto básico já mostrado lá, falava: Plano Piloto, Cruzeiro, Paranoá, São Sebastião e Guará. E o que aconteceu? Antes de publicado o edital, o Sr. Achilles verificou um erro material no processo, um mero procedimento formal: a cidade do Guará, pertencente à Região D, foi erroneamente inserida na Região A. Então, na cotação informada pela empresa, constava Plano Piloto, Cruzeiro e Guará, Paranoá, São Sebastião. Como eu já havia explicado aos senhores, no contrato anterior, Plano Piloto, Cruzeiro e Guará seriam as regiões atendidas pela Estrutural. Por decisão do

tribunal, nós **tivemos** que **dividir, fracionar** por Diretoria Regional de Ensino. Então, o Sr. **Achilles** verificou um erro **material**, e aqui **está** a proposta que estava na cotação, onde dizia: Região **A**, Cruzeiro e Guarará, a **substituída** - e eu gostaria **tíe** **fazer** um **parêntese** aqui - **então**, Piano **Piloto**, Cruzeiro Q Guarará para Cruzeiro. Depois, a região **A e D**, Q Guarará. Vejam que o **valor** não foi alterado. O valor **está aqui**: seis e **sessenta**, tanto para A quanto para D. O mesmo valor lá já é constante da estimativa. E aqui era um **merc** procedimento **formal** porque o manual de Comunicação Administrativa também permite **que** seja feita a alteração de **folhas**. O que **aconteceu** é que, de repente, o funcionário encarregado não teve **todo** o **zelo**, mas era um funcionário **antigo** que **já** estava no **Núcleo** de Compras desde 1995, antes mesmo da **primeira** licitação de transportes. De repente, pela pressa, **não** sabe, **não** seguiu de acordo com o **manuê** administrativo. Mas a alteração de folha **er** permitida. E o Sr. **Achilles**, aqui nesta **Casa**, e **mesmo** disse que as folhas trocadas 107 e 109 foram as trocadas pela **Sra. Beth**, 107 e 109. **folha** da estimativa. Então, eu troquei. Eu **não** mas eu **assumo** a responsabilidade da **minh** **gerência**. O **funcionário** que fez a **alteração** d **folha** permitida no Manual de **Procedimento** Administrativos, e por pedido do **Achilles**, **el** simplesmente trocou a folha 107 e 109 por **en** material. A **folha** da estimativa, que é a **qu** norteia o **valor máximo** da **licitação**, não foi **substituída**.

(...)

DEPUTADO JOSÉ EDMAR - Mas eu só queria perguntar para a senhora se foi um ato da senhora sozinha ou se teve orientação de mais alguém, de algum superior da senhora.

SRA. ELIZABETH CARVALHO MARANINI - Conforme eu **já** havia dito no **meu** depoimento, aqui na **apresentação**, eu situei **que** a alteração de folha ocorreu no momento do saneamento do processo **licitatório**. **Moment** esse que o presidente da CPL pega o **processo** e **analisa** para ver se **há** algum vício. **Identificad** esse **vício** pelo presidente da CPL, esse em **material**, ele desceu e pediu a alteração da **folha**

Não fui eu **que** peguei a folha e troquei. Eu **er** gerente, passei para o **Núcleo** de Compras, **par** que procedesse o acerto solicitado **pel** presidente da CPL, acerto esse que em **nao** modificou o valor do contrato, da **estimativ** apresentada, **e** cuja **Polícia** Civil já disse **qu** aquela folha não foi alterada e tampouco o **valc**. Ele aparece também no projeto básico e t **relatório** da **Jurídica**, onde ele faz relação ao valor **orçamentário** e aos itens da **licitação**.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR - A senhora se refere ao Núcleo de **Compras**, mas tem uma pessoa específica no Núcleo de Compras?

SRA. ELIZABETH CARVALHO MARANINI - O chefe. Cada **Núcleo** tem o seu chefe.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR - Esse chefe tem nome?

SRA. ELIZABETH CARVALHO MARANINI - Tem. Naquela época, era o Sr. **Jairo**. Era isso.

O Sr. Jairo Pereira Martins **confirmou** à CPI havei recebido a ordem da Sra. Elizabeth para a alteração das folhas do processo, tendo requerido que a renumeração das mesmas fosse **realizada** por um de seus subordinados mantendo a versão de que tal substituição visava atender o pedido do Sr. **Achilles** de Santana, então presidente da CPL:

SR. JAIRO PEREIRA MARTINS - **En** relação à troca de folhas de **estimativa**, **ocorrida** no processo de licitação, o fato ocorreu a **pedid** do Sr. Achilles à Gerência de **Materiais** para entrar em conformidade com o projeto base. Só isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO) - O senhor só tem a dizer que foi feita a troca de folhas a pedido do Sr. Achilles?

SR. JAIRO PEREIRA MARTINS - Exatamente, para que ele **procedesse** à redação do edital.

PRESIDENTE (DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO) - Muito bem. Em depoimento a esta CPI o Sr. Eduardo Bessa reconheceu que **renumerou** as Folhas **nºs**

107, 108 e 109 do processo referente à **Licitação nº 03/03. V.Sa.** sabe dessa renumeração?

SR. JAIRO PEREIRA MARTINS •

Como eu disse ao **senhor**, essa **renumeração** solicitada para acertar a questão do **projeto básico**, porque estava tendo uma diferença em **relação** ao projeto base e houve, sim, a troca de folha de estimativa.

PRESIDENTE (DEPUTADO

AUGUSTO CARVALHO) - O Sr. Eduardo Bessa esteve nesta CPI e **disse**, com **todas** as **letras**, muito **tranquilamente**, que ele procedeu dessa maneira, ou seja, **renumerou aquelas** folhas por determinação de **V.Sa.** Qual o motivo dessa ordem que **V.Sa.** deu ao Sr. **Eduardo Bessa**?

SR. JAIRO PEREIRA MARTINS • As **folhas** não foram **renumeradas**. Foram numeradas. **Já** que houve uma **troca**, as folhas foram numeradas. Como a matrícula dele estava **anteriormente**, ele que teria que numerar as folhas.

PRESIDENTE (DEPUTADO

AUGUSTO CARVALHO) - Foi o senhor que deu a ordem para ele **renumerar as** folhas?

SR. JAIRO PEREIRA MARTINS - EL era chefe do Sr. Eduardo Bessa **Maia**.

PRESIDENTE (DEPUTADO

AUGUSTO CARVALHO) - O **senhor** era chefe, então deu a ordem para ele **renumerar as** folhas?

SR. JAIRO PEREIRA MARTINS •

Exatamente.

(...)

PRESIDENTE (DEPUTADO

AUGUSTO CARVALHO) - O senhor Eduardo Bessa afirmou também que a **substituição** das **folhas** era um procedimento **não-usual**. Aqui ele disse reiteradas vezes que fugia ao padrão. **Quem** lhe deu as ordens? O senhor **já** disse que foi o Sr. **Achilles**.

SR. JAIRO PEREIRA MARTINS - O

Sr. Achilles repassou o pedido à Gerência de Materiais, como eu já havia **dito**. O Sr. Achilles não tem poder para me dar ordem porque ele não era o meu chefe.

PRESIDENTE (DEPUTADO

AUGUSTO CARVALHO) - Quem era o chefe?

SR. JAIRO PEREIRA MARTINS - O

gerente de materiais.

PRESIDENTE (DEPUTADO

AUGUSTO CARVALHO) - Qual o nome?

SR. JAIRO PEREIRA MARTINS -

Professora **Elizabete**.

No entanto, o **tír.** Eduardo Bessa **Maia**, servidor lotado no Núcleo de Programação e **Controle de Compras**. a quem foi requerida a **renumeração** das folhas citadas, deixou claro em seu depoimento à CPI que esse não era um procedimento comum e nem mesmo regular na **SEDF**, razões pelas quais se recusou a assinar tais folhas;

SR. EDUARDO BESSA MAIA - O que **ocorreu**, o que eu tenho conhecimento sobre o assunto foi que eu numerei um processo de contratação de transporte escolar. Uma das minhas **funções** no meu setor é numerar processo. Eu numerei o processo, tudo bem. Normalmente como eu faria serviço. Depois de um **tempo**, que eu não lembro no momento, me foi pedido para renumerar o processo de novo. Eu perguntei: "**por** que vai ter que ser renumerado esse **processo**?" Minha chefia imediata falou: "**pode** renumerar o processo, **não** tem problema." Tudo bem, eu **renumerei**. Como eu **incluído** entre as minhas **atribuições**, eu numerei o **processo**. Eu não sabia o motivo, nem nada. Depois eu fui **olhar**, o normal no setor é fazer estimativa de preço em **relação**, a por exemplo, nós recebemos um processo de **um** ramo de serviço ou compra de **material**, nós fazemos orçamento em **relação** a três **firmas**, pelo menos, no mercado. Nesse processo que eu **comentando** que eu **numerei**, só tinha **u**, estimativa de preço no processo. Como eu **já** trabalho no setor **há** mais de doze **anos**, eu olhei e falei: "**isso** daí não é normal." Quando eu falei da questão de numerar o **processo**, eu numerei normalmente o processo como me pediram, eu não inclui nenhuma folha no **processo**, o processo já veio daquela forma para eu numerar. Quando eu olhei que **só** tinha uma estimativa de preço no processo, eu falei: "eu não **vou** fazer esse despacho de encerramento e nem vou numerar

essa folha porque não é normal essa questão de fazer orçamento com uma firma só." É só isso o que eu tenho a esclarecer, que foi o que eu vivi no momento.

(...)

SR. EDUARDO BESSA MAIA - Quem mandou eu **renumerar** foi o Sr. Jairo Pereira Martins, que era Chefe do Núcleo de Programação e Controle de Compras.

(...)

PRESIDENTE (DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO) - Como V.S.a. percebeu que a **folha** referente à estimativa de preço havia sido substituída?

SR. EDUARDO BESSA MAIA - Foi pelo padrão da proposta. É que as folhas da proposta da firma não estavam assim normais, o jeito da proposta. E, como eu já tinha **renumerado** antes, eu lembrei que eu tinha renumerado e, se o processo voltou sem a minha numeração, mandando eu **renumerar**, aí, claro que eu vi que a folha tinha sido trocada.

U)

DEPUTADA EURIDES BRITO - O senhor poderia nos dizer - praticamente o senhor já respondeu isso, mas eu vou retomar - poderia nos dizer, em relação ao Processo 080018868, de 2002, referente a essa licitação da Concorrência 03, de 2003, de transporte escolar, quais foram as **folhas** substituídas e **renumeradas** pelo senhor?

SR. EDUARDO BESSA MAIA - Substituídas foram as folhas 107 e 109 e foi substituída a 110, mas eu não **renumerei** a 110, eu **renumerei** só a 107 e a 109.

DEPUTADA EURIDES BRITO - As substituídas tratavam exatamente de quê?

SR. EDUARDO BESSA MAIA - A 107 era despacho da Sra. Elizabeth Maranini Daemon para solicitar estimativa de preço para o Núcleo de Compras, e a 109 era o **valor** da proposta da firma.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Qual era o teor da **substituída** e qual o teor da que veio para o lugar da **substituída**?

SR. EDUARDO BESSA MAIA - Eu

não li. Eu numerei o processo anteriormente seguindo a **ordem** da chefia imediata, que era o senhor Jairo Pereira Martins e depois de um certo momento pediu para eu renumerar e aí eu já citei, quando o Sr. **Deputado** me perguntou, eu não li o conteúdo dos documentos. Eu segui a ordem da **chefia** imediata para renumerar as folhas.

DEPUTADA EURIDES BRITO - O senhor se recusou a **renumerar** somente **aquela** folha **conclusiva**, só **aquela** da **conclusão**?

SR. EDUARDO BESSA MAIA - É, a conclusão. Porque, como eu falei, o procedimento **padrão de estimativa de preços** são **três firmas** do ramo, quando eu vi que só tinha uma **estimativa de preço** no processo eu falei: **está** fora do padrão, e eu não vou numerar esse despacho de **encerramento**, porque não era o padrão do setor.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Quando o senhor **renumerou** e rubricou as folhas do processo relativo a essa **Concorrência** 03, de 2003, elas já estavam juntadas ao processo e em qual andamento se encontrava o processo. Ou se elas estavam fora para depois entrarem no processo?

SR. EDUARDO BESSA MAIA - Quando eu numerei o **processo**, elas já estavam juntadas ao processo. Eu não sei quem juntou. Só numerei o processo de novo, ou seja, renumerei. O andamento do processo eu não lembro.

DEPUTADA EURIDES BRITO - O senhor poderia nos dizer - praticamente o senhor já respondeu isso, mas eu vou retomar - poderia nos dizer, em **relação** ao Processo 080018868, de 2002, referente a essa **licitação** da Concorrência 03, de 2003, de transporte escolar, quais foram as **folhas substituídas** e **renumeradas** pelo senhor?

SR. EDUARDO BESSA MAIA - **Substituídas** foram as **folhas** 107 e 109 e foi substituída a 110, mas eu não renumerei a 110, eu renumerei só a 107 e a 109.

DEPUTADA EURIDES BRITO - As **substituídas** tratavam exatamente de quê?

SR. EDUARDO BESSA MAIA - A 107 era despacho da Sra. Elizabeth Maranini Daemon

para solicitar **estimativa** de preço para o **Núcleo de Compras**, e a 109 era o valor da proposta da firma.

DEPUTADA **EURIDES BRITO** - Qual era o teor da substituída e qual o teor da que veio para o lugar da **substituída**?

SR. **EDUARDO BESSA MAIA** - Eu não li. Eu numerei o processo anteriormente seguindo a ordem da chefia **imediata**, que era o senhor **Jairo Pereira Martins** e depois de um certo momento pediu para eu **renumerar** e aí **eu já citei**, quando o Sr. Deputado me **perguntou**, eu não li o **conteúdo** dos documentos. Eu segui a ordem da chefia imediata para **renumerar as** folhas.

DEPUTADA **EURIDES BRITO** - O senhor se recusou a **renumerar** somente aquela folha conclusiva, só aquela da conclusão?

SR. **EDUARDO BESSA MAIA** - É, a **conclusão**. **Porque**, como eu falei, o procedimento padrão de estimativa de preços são três firmas do ramo, quando eu vi que só tinha uma estimativa de preço no processo eu falei: **está** fora do padrão, e eu não vou numerar esse despacho de encerramento, porque não era o padrão do setor.

DEPUTADA **EURIDES BRITO** - Quando o senhor **renumerou** e rubricou as **folhas** do processo relativo a essa Concorrência 03, de 2003, elas **já** estavam juntadas ao processo e em qual andamento se encontrava o processo. Ou se elas estavam fora para depois entrarem no processo?

SR. **EDUARDO BESSA MAIA** - Quando eu numerei o **processo**, elas já estavam juntadas ao processo. Eu não sei quem juntou. Só numerei o processo de **novo**, ou **seja**, renumerei. O andamento do processo eu não lembro.

Forçoso concluir, portanto, que a Sra. Elizabeth Carvalho **Maranini** recebeu nova proposta de **preços** da Moura Transportes **Ltda.**, substituiu as folhas conflitantes do processo administrativo e determinou ao Sr. Jairo Pereira Martins a renumeração das folhas e assinatura de novo despacho de encerramento da pesquisa.

Ainda que seja verdadeira a versão de que tal substituição visava apenas corrigir "erro **materia**" na proposta formulada originalmente, tal procedimento está longe de ser o

permitido na Administração. Ao invés de substituir as folhas, o que deveria ter sido feito era a juntada do novo documento, fundamentando-se a necessidade de correção do contido no original, que deveria ser mantido no processo.

O que fica **óbvio**, novamente, é a ação pessoal da Sra. Elizabeth Carvalho Maranini, com o auxílio do Sr. Jairo Pereira Martins, visando agilizar o processo administrativo sem a consulta mais ampla e justificada de formação do preço de referência.

Registre-se que mesmo essa alteração alegada **pela** Sra. Elizabeth não se resume a "erro **formal**", visto que trata da composição dos preços. **Se** a Moura Transportes elaborou os preços com base no **contrato** em execução e **não nos** termos do requerido no novo Projeto Básico é evidente que, com a existência de novas composições de custo, toda a proposta deveria ser readequada.

A mera repetição do valor de uma região para a outra, desdobrada, evidencia a falta de base técnica para a elaboração do preço de referência, restando claro que o mesmo serviu apenas para cumprir o requisito formal e garantir o direcionamento do processo licitatório para a própria Moura Transportes.

Apontam-se como **responsáveis** pela irregularidade em tela a Sra. Elizabeth de Carvalho Maranini, responsável pela **pesquisa** de preços exclusivamente junto à Moura Transportes **Ltda.**, pela **substituição** das folhas no processo sem a **observância** das normas administrativas e **pela** elaboração do Projeto Básico consoante despacho visto às fls. 79/80 do Processo nº **080.018.868/02**, o então Subsecretário de Apoio Operacional, Sr. José Pereira Coelho, responsável pela sua aprovação, fls. 112, e, ainda, dos **Srs.** Ricardo Cotia Braga e Pedro Coelho Ribeiro, respectivamente, Assessor Técnico Legislativo e Chefe da Assessoria **Técnico Legislativa**, que, chamados a analisar o Projeto Básico, pelo então **Presidente** da Comissão de Licitação, fls. **114**, deixaram de adentrar no mérito ao, **respectivamente**, exarar e aprovar a Nota Técnica nº **080/2003=ATL/SE**, fls. **115/119**, **concorrendo**, por omissão, para a falha apontada.

D) Da restrição da competitividade pela inadequação do parcelamento do objeto.

Prescreve o §1º do **art. 23** da Lei **8.666/93** que "**As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração**

serão divididas em tantas **parcelas** quantas se comprovar **técnica** e economicamente **viável, procedendo-se** e licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos **disponíveis** no mercado e à ampliação da **competitividade** sem perda da economia de **escala**".

Conclui-se, à vista do **dispositivo transcrito**, que o parcelamento do objeto licitado é regra **impositiva** que visa a ampliar a competitividade, em prol da busca de melhores ofertas para Administração. O limite do parcelamento está vinculado, **exclusivamente**, a **aspectos técnicos e econômicos** devidamente comprovados em estudos técnicos.

De **fato**, a SEDF buscou parcelar o objeto da Concorrência nº 03/2003, constituindo quatro itens **distintos**, onde foram **agrupadas**, por Regional de Ensino, as rotas que se buscava contratar.

No entanto, analisado o processo **licitatório**, não se identificou a existência de estudos fundamentando o **parcelamento** na forma realizada, restando prejudicada a avaliação objetiva das razões que levaram a SEDF a proceder dessa **forma**, ainda que se reconheça, em um primeiro momento, que a metodologia empregada tenha buscado compatibilizar a distribuição **dos** itens com a estrutura organizacional da SEDF, e indiretamente, por áreas geográficas.

A **iniciativa**, no **entanto**, à vista dos resultados da **licitação** não foi suficiente a assegurar a **ampla** participação de **competidores**, porque, o parcelamento das rotas por Regional de Ensino ensejou agrupamentos consideráveis de alunos a serem transportados e, por via de consequência, exigiu número **significante** de **veículos** por região.

Tomando como referencial a informação do **Detran/DF**¹⁵ de que **existem** atualmente cerca de 1.500 (um mil e quinhentos) **veículos** escolares cadastrados naquela autarquia, e que destes, indubitavelmente, a grande maioria **são veículos** do tipo "**van**", portanto de capacidade inferior aos 40 (quarenta) lugares exigidos no **Edital**, percebe-se que **não** serão muitas as empresas prestadoras de serviços de transportes escolares aptas a participar de concorrência do vulto **das** realizadas pela SEDF. **Observa-se** que, no presente **caso**, o número de veículos necessários para o atendimento da demanda por item variou entre 25 (vinte e cinco) e 51 (cinquenta e um) **ônibus**, conforme a região de interesse.

Assim, qualquer parcelamento que **não** leve em consideração a realidade do mercado local, qual **seja**, de

empresas de pequeno e médio porte, resultará, como de fato vem resultando, na limitação de participantes.

Ratificando a afirmação anterior, **pode-se** mencionar o resultado da licitação em análise, na qual, das empresas que recorreram dos termos do edital ou que ofereceram **propostas**, apenas a vencedora (por ter sido a **única** habilitada) atuava diretamente no ramo de transporte escolar. Todas as demais não tinham o transporte escolar com atividade usual de seus negócios, ainda que contemplados em seus estatutos ou contratos sociais.

Neste sentido, o Tribunal de Contas do **Distrito Federal** em Decisão proferida em 3 de dezembro de 2004, determinou à SEDF, ao analisar o Edital de Concorrência nº 02/2004, que "**promovesse** a **divisão das regiões detalhadas** no item 1.2 **c/c** quadro 02 do item **3.5.1.1** do **Edital**, em mais itens com menor quantidade de **Ônibus por item**, após demonstrado em estudos técnicos, que resulte em **otimização** do aproveitamento das possibilidades de ofertas de transporte coletivo do mercado local, buscando privilegiar o **princípio da competitividade**, insculpido no §1º do mesmo artigo".

Ressalta-se que o aludido princípio da ampla competitividade vem sendo obstaculizado pelas empresas Moura Transporte **Ltda.** e Viagens e Turismo Jovem Ltda., na medida em que, estranhamente, não competem entre si.

As limitações impostas pelos critérios de parcelamento do objeto mostram-se mais agravadas quando observada a vedação editalícia da participação de consórcios.

Ainda sobre o parcelamento do objeto por Regional de Ensino, cumpre observar que nem sempre essa escolha resulta no melhor aproveitamento dos recursos, de parte do contratado. Isso porque, apesar da aparente afinidade geográfica, nem sempre as escolas pertencentes a uma Regional de Ensino estão de fato próximas geograficamente.

Exemplo típico é a Regional do Núcleo Bandeirante, onde as escolas mostram-se muito dispersas, posto que aquela Regional de Ensino alcança as escolas situadas não só naquela Região **Administrativa**, mas também, nas Administrações Regionais do Riacho Fundo, **Park Way e Candangolândia**. A **título de ilustração** cita-se a situação da Escola Jardim Botânico, vinculada à Regional de Ensino do Núcleo Bandeirante, contratualmente atendida pela Viagens e Turismo Jovem **Ltda.**, mas, de fato, atendida pela Moura Transportes **Ltda.**, pois por falta de **veículos**, a Jovem não

pode atender a escola. A Moura Transporte assumiu a **linha**, mesmo sem previsão contratual e o preço do quilômetro rodado sofreu uma redução de R\$ 1,46 (um real e quarenta e seis centavos), uma vez que a empresa aplicou os preços pactuados para a região de São **Sebastião**, localidade próxima da Escola Jardim Botânico.

Todas as investigações realizadas pela CPI apontam que a concentração do objeto do contrato em **macrorregiões** ignora a realidade econômica do setor, **constituido** basicamente por **microempresários**. Dessa **forma**, apenas as atuais prestadoras do serviço contam com uma quantidade de **veículos** e com contratos capazes de atender às exigências de atestados técnicos que passaram a ser **incluídas** nos Editais de Licitação.

Os depoimentos prestados à CPI pelos representantes do ramo de atividade apontam nesse **sentido**, **tornando** verdadeira a afirmação do Sr. Geraldo Moura ao Ministério Público do Distrito Federal de que apenas as empresas Moura Transportes Ltda e a Viagens e Turismo Jovem Ltda. têm condições de atender às **exigências** criadas pela SEDF.

A Sra. Eudénice Nascimento, presidente do Sindicato dos Transportadores Escolares e de Turismo do Distrito Federal - SINTETUR, em depoimento prestado no dia 29/04/05, apontou que a concentração do objeto em poucas empresas impede a atuação de grande número de microempresários do setor:

"DEPUTADO PAULO TADEU - O que levaria, na sua avaliação e da sua **categoria**, a essa concentração **já** que **há** um **aumento** de custo, e, conseqüentemente, um **prejuízo** maior ao Erário? Por que, então, **esiá-se** fazendo **esta** concentração?

SRA. EUDENICE NASCIMENTO DE OLIVEIRA - Não. A gente tem uma avaliação de prejuízos para a categoria com essa concentração de transporte nas **regiões** porque o prejuízo é muito **grande** para a categoria. **Nós** temos hoje quatro cidades-satélites que nós estamos com mais de cem ônibus parados justamente por esse serviço prestado para a **fundação educacional**. **Você vê**, tem carros que levam cinquenta alunos e nós temos carros de vinte e três parados. A gente tem **prejuízo** desta concentração. Muitos **prejuízos** para a categoria. Se tivesse uma descentralização **poderia**, as

*próprias pessoas **que** estão com seus **veículos** parados, colocar um preço mais **acessível** porque o carro **está** parado, né?"*

No mesmo **dia**, o Sr. Eliazar **Nascimento** do Carmos, presidente da Associação Brasileira de Transporte Autônomo Especial, Turismo e Escolar do Distrito Federal - **ABRATAETE**, também se manifestou nos mesmo termos, apontando que a concentração do objeto **não** reflete a realidade do ramo de atividade:

"DEPUTADO PAULO TADEU - Pelas características dos serviços prestados pelas empresas no transporte de estudantes, a Secretaria tem insistido em uma **tática** que é a de realizar licitação por região e, depois, em toda a **região**, **licitar**, para que apenas uma empresa coordene esse transporte. O senhor avalia que esse mecanismo **garante** à Secretaria de **Educação** uma diminuição dos custos perante o fato concreto de que apenas uma empresa realiza esse transporte nessa **região**?

SR. ELIAZAR OLIVEIRA DO CARMO - Dentro da nossa experiência com transporte escolar, vejo péssima essa questão, porque seria um gerenciamento muito ruim, pois transportar crianças é uma **questão** meio que séria, porque **você** vai transportar oito mil alunos, e uma empresa, dentro da sua região ou no global, pudesse administrar, na minha opinião, respondendo pela associação, cada Unha que um **associado** nosso, um transportador autônomo **transportar**, **ele** seria **responsável** por aquele setor. Seria um **gerenciamento** imediato e **poderia** dar mais **resultado**. É o que ocorre. Tirando a Moura e as empresas que prestam serviços para a Secretaria de Educação, o restante trabalha **assim**, individual. É um gerenciamento imediato.

DEPUTADO PAULO TADEU - Da forma como hoje são realizadas as licitações na **Secretaria de Educação** e com os **critérios** de **habilitação** exigidos pela **comissão**, **alguma** outra **empresa**, além da Jovem e da **Moura**, teria condições de **concorrer** e ganhar a licitação, nos atuais critérios **estabelecidos** pela Secretaria?

SR. ELIAZAR OLIVEIRA DO CARMO - Dentro **desses** atuais critérios, não teriam como, **porque**, se não houvesse essas empresas já prestando serviço e com interesse em continuar

prestando serviço para a Secretaria, *eu* penso que o edital poderia ser mais *light*, com *responsabilidade*, mas não colocando pontos ou dificuldades para que possam beneficiar empresas que tenham *qualidades* que possam estar expostas no *edital*."

A ex-Secretária de Educação do Distrito Federal, Sra. Maristela de Meio Neves, procurou justificar a situação, argumentando que o objeto da licitação já sofreu fracionamento, em *relação* ao anteriormente licitado, quando havia um único item para a contratação de todo o DF, nos seguintes termos:

"PRESIDENTE (DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO) - A senhora falou do poder *discricionário* do administrador *público*, mas a Lei nº 8.666 também recomenda, *aliás* "*determina*", que haja o fracionamento. Quanto mais *fracionado* for o objeto da *licitação*, maior a oportunidade de se conseguir preços mais razoáveis e com qualidade.

SRA. MARISTELA DE MELO NEVES - E foi fracionado. É isso que eu estou explicando. Começou sem fracionamento nenhum e foi fracionado. As regiões *já* são uma forma de fracionamento. Porque *fracionar* por *cidades*, se foi &sse o entendimento do *Secretário*, das pessoas, tem que ver quais *são* os fundamentos de ter fracionado dessa ou *daquela* forma. Então, é isso que precisa ser visto. Quais foram os fundamentos de *tersido* fracionado desse jeito? O senhor pode até não entender, ou não acatar a *explicação*, ou entender de forma *diferente*, mas *há* uma explicação. Na Administração Pública tudo tem explicação. Tem que ter, é formal."

Porém, ao contrário do que afirmou a ex-Secretária à CPI, os processos administrativos *analisados* não contêm qualquer estudo técnico capaz de embasar a decisão administrativa de fracionamento do objeto em apenas seis *macrorregiões*, de acordo com as regionais de ensino.

Como reconhecido pela própria autoridade, o uso do poder discricionário pela Administração na aplicação dos mandamentos legais não pode ser arbitrário e imotivado. Ao contrário, a SEDF deveria ser capaz de apontar as razões que levaram a *decidir* por determinada forma de seleção e

contratação dos *prestadores* do serviço, sempre norteada pelo *princípio* da melhor proposta.

Assim, a melhor solução deveria *privilegiar* o fracionamento do objeto, *independente* de Regional de Ensino, observadas apenas as limitações inerentes ao mercado local e a ampliação da *competitividade*, apurados nos estudos técnicos requeridos pelo §1º do art. 23 da Lei 8.666/93.

Aqui, mais uma *vez*, respondem pelas *ilegalidades* os responsáveis pela elaboração do Projeto Básico, Sra. Elizabeth Carvalho Maranini, pela homologação do procedimento *licitatório*, o Sr. José Pereira *Coelho*, e pela adjudicação e *assinatura* do contrato, a Sra. Maristela de Melo Neves.

E) Da não reabertura do prazo *editalício*, por ocasião do deferimento das *impugnações*.

Prescreve o §4º do art. 21 da Lei nº 8.666/93 que "Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, *reabrindo-se* o

prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a *alteração* não afetar a *formulação* das propostas".

Lançado o *Edital*, quatro *potenciais* concorrentes impetraram recursos contra os seus termos, fundamentados no §1º do Art. 41 da Lei de *Licitações* e Contratos, assim lançado, *verbis*:

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na *aplicação* desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração *julgar* e responder à *impugnação* em até 3 (três) dias úteis, sem *prejuízo* da *faculdade* prevista no § 1º do art. 113

Na sequência apresentam-se os pontos do Edital e do Projeto Básico que os impetrantes buscavam impugnar:

- item 3.6.5 do Edital, que exigia a apresentação de cópia autenticada da Autorização do *Permissionário*, expedida pelo *Detran/DF*, para

explorar o Serviço de Transporte **Coletivo** de Escolares no **Distrito** Federal;

- item **3.6.3** do Edital, que exigia Declaração de que o licitante atende ao disposto no Decreto nº 22.324/02;
- item 29 do Projeto Básico, onde era exigida a comprovação de propriedade de **veículos** em número necessário à execução do contrato;
- item 30 do Projeto Básico, em que era requerida a apresentação de cópia autenticada das autorizações de transporte escolar emitidas pelo Detran/DF referente **a**, no **mínimo**, 50% da frota;
- item 32 do Projeto Básico, onde era exigida a **apresentação, prévia**, dos seguintes documentos: identificação do **veículo escolar**, certificado de **propriedade**, pagamento de **IPVA**, seguro obrigatório, multas e outros, identificação dos motoristas com a respectiva **habilitação**;

Em **síntese**, alegavam os recorrentes que as citadas exigências **editais** **constituam** obstáculo à livre concorrência, em desrespeito aos **princípios insculpidos** no **art. 3º** da Lei de Licitações e Contratos, além de caracterizar direcionamento do certame às empresas que vinham prestando serviços à SEDF.

Impende anotar que as cláusulas impugnadas comprometiam seriamente o processo licitatório, notadamente em face da **obstaculização** à livre concorrência, na medida em **que**, a toda **prova**, **restringia** a competição às empresas que vinham prestando serviços à SEDF, em flagrante direcionamento do certame.

Em 27 de maio de 2003, **passados** 4 dias do recebimento dos **recursos**, pela Comissão de Licitação, a SEDF publicou no DODF aviso de **impugnação** à Concorrência nº 03/2003. Na mesma data (**fls. 192/194**) por meio de comunicações dirigidas diretamente aos impugnantes, a Comissão de Licitação deu conhecimento aos interessados do acatamento das impugnações apresentadas, ou seja, da eliminação das condições limitadoras da competição impugnadas.

Em 29 de maio de **2003**, a SEDF publicou no **DODF**, pág. **368**, o resultado oficial das impugnações. A referida publicação, no entanto, não deixou claro que os itens atacados estariam sendo **excluídos** do **Edital**, em que pese tenha facultado aos interessados **vistas** aos autos.

Na mesma data, a Comissão de Licitação

procedeu à abertura dos **envelopes**, dando prosseguimento ao curso da **licitação**.

Ao proceder dessa forma, a Comissão de Licitação descumpriu o mandamento do citado § 4º do art. 21 da Lei nº 8.666/93, uma vez que as cláusulas **invalidadas constituam**, conforme mencionado, obstáculo à livre competição, afetando diretamente o número de licitantes aptos a participar da concorrência, e por consequência, a **formular** propostas.

Ainda que se afirme que as alterações promovidas no **Edital não** resultariam necessariamente em **alterações** na proposta **comercial**, os impactos alcançavam invariavelmente a documentação necessária à habilitação, além é **de**, por certo, ter viabilizado um maior alcance ao certame.

Os resultados das alterações procedidas no Edital não estavam limitados às empresas impugnantes, mas a todas aquelas que **atuavam** na área de transporte **escolar**, ou seja, terceiros que só **vieram** ter conhecimento das alterações promovidas no dia da **abertura** das propostas.

Como bem ressalta Marçal Justen Filho¹⁶, "... a concordância dos particulares [em manter os prazos originais] adquire especial relevo apenas nas **hipóteses** em que o **universo** dos potenciais **disputantes** é finito e determinado. Quando a **participação** na disputa estiver circunscrita a um número preciso e definido de **pessoas**, a concordância delas tomará **válida a manutenção** do prazo original".

Exemplificando as hipóteses antes referidas, menciona os casos de "convite", em duas situações peculiares, e os casos de "**licitação com pré-qualificação**".

A **situação** objeto de análise não se enquadra em nenhuma das hipóteses acima **identificadas**, estando caracterizado, nas palavras do citado **administrativista**, o desrespeito aos "**interesses de terceiros, incertos e não sabidos, que poderia dispor-se a participar da licitação**".

Oportuno destacar, ainda, que a comunicação levada a efeito pela SEDF, sequer alcançou a todos aqueles que retiraram o Edital, nem tampouco buscou a concordância dos **participes** em abrir mão da reabertura do prazo **legalmente** determinado. Ademais, mesmo se tal providência tivesse **sido adotada**, não teria o condão de suprimir a exigência legal de reabertura de prazo. Como bem frisa o



citado **autor**, seria equivocado "...**supor** que a compra do edital **geraria** um espécie de '**direito adquirido**' à participação no **certame**, com a **exclusão** de outros potenciais interessados".

Trata-se de **vício** insanável que maculou irremediavelmente todo o processo licitatório **ao**, potencialmente, ter restringido a ampla participação. Desta feita, encontra-se caracterizado não só descumprimento do §4º do **art. 21 da Lei nº 8.666/93**, mas, também, dos **Princípios da Isonomia**, da Legalidade, da Impessoalidade e da **Igualdade**, previstos no art. 3º da citada Lei.

O **vício** em tela contrapõe-se diretamente ao interesse público, representado pela busca da melhor oferta viabilizada pela ampla competição. **Não** custa lembrar que o administrador público está estritamente vinculado ao **princípio** da legalidade

Assim, a não reabertura de prazo para apresentação de proposta caracterizou grave infração à norma **legal**, passível de anulação do contrato, a teor do § 2º do art. 49 da Lei de Licitações e Contratos.

As **Sras. Elizabeth** Carvalho Maranini e Maristela de Melo Neves, respectivamente Diretora de Material e Apoio **Logístico** e ex-Secretária de Educação, reconheceram, em seus depoimentos prestados à CPI, a ocorrência de **tat ilegalidade**, nos seguintes termos:

"Elizabeth Maranini Carvalho - (...) A data da abertura da licitação foi prorrogada por três vezes. A primeira foi marcada para o dia 13 de maio; a segunda, alterada para 23 de maio; a terceira, para 29 de maio. Isso sem justificativa nos autos. O Sr. Achilles era o Presidente da Comissão e não justificou nos autos a alteração das datas de abertura da licitação. Então, a licitação foi marcada para a terceira prorrogação, ou seja, para 29 de maio. Como é que funciona? Você coloca o edital na rua e diz que a licitação está prevista para aquela data. Os licitantes analisam o edital e entram com os pedidos da impugnação ou de esclarecimentos. O aviso de impugnação foi publicado no dia 27 de maio num documento datado de 26 de maio, dizendo que as empresas Asa Delta Transporte e Turismo, que não consta na relação de empresas que retiraram o edital, mas apresentou impugnação; Expresso Candango apresentou impugnação; Jota Alberto não consta no processo, não está relacionada

aqui no aviso de impugnação, mas impugnou; Juiz de Fora e Esave. Então, vejam só, o extrato do aviso de impugnação foi publicado no dia 27 de maio, datado do dia 26. E aqui é que eu quero que os senhores prestem bem atenção. No dia 26 de maio, ou seja, em data anterior à publicação do extrato avisando que havia impugnação ao editai, o Presidente da CPL, Sr. Achilles, faz um ofício ao Sr. Dorival José do Amaral, da empresa Esave, onde diz o seguinte: "Em atenção à impugnação apresentada por essa empresa, vimos por meio deste comunicar a V.Sa. que a Comissão Permanente de Licitação, diante de argumentos apresentados ao supracitado requerimento, acatou totalmente o recurso interposto. Na oportunidade, reafirmamos a necessidade de recolhimento da garantia de participação até o dia 27. Atenciosamente, Achilles de Santana". E não só ele encaminha um ofício datado do dia 26, como na mesma noite, às 18h41min - ele fez um serão -, ele encaminha um fax para a Esave para dar conhecimento a ela de que teria sido seu recurso acatado e que ela deveria providenciar a garantia para a participação, garantia essa que, salvo engano, seria na faixa de 101 mil e 800 reais. Isso no dia 26, às 18h41min. Aos outros participantes... No dia 27 - temos os documentos para passar para os senhores depois -, a Esave recebe nova comunicação dizendo que todos os seus recursos foram acatados. E as demais empresas, só no dia 27. A Moura, que tanto foi dito aqui que foi privilegiada, recebeu no dia 28, às 12h34min. Então, quem teve informação privilegiada não foi a Moura, está nos autos, porque conforme a gente vem sempre dizendo, o processo é formal, processual e público. Outra curiosidade: a minuta do resultado da impugnação está datada - isso aqui é uma minuta -, ela foi datada pela CPL em 27 de maio. No dia 27, a Expresso Candango recebe, toma ciência, e é essa minuta de impugnação que é passada via fax para as demais empresas. E aqui, nessa minuta, não tem atenciosamente, faça a garantia, prepare para apresentar a garantia, para recolher a garantia de caução. Outra coisa: o resultado da impugnação que esse extrato comunica aos licitantes - a rigor, esse extrato datado de 27 é o que seria

publicado, ele foi **publicado**, datado de 28 de **maio**, **publicado** no DODF do dia 29, ou seja, no dia da abertura da **licitação**, comunicando que todos os recursos foram acatados. A **licitação** estava marcada para abrir às **10h da manhã**. **Então**, empresas que receberam o **fax**... No **caso**, a empresa que **recebeu** no dia 26 teve informação privilegiada para recolher suas **garantias**, e todos os **recursos** foram acatados. E o Sr. Achilles veio a esta Casa e disse: "Eu perguntei à **Beth** e ela me disse '**Acata todos**.'" Não tem isso no processo, eu não poderia tirar do processo a parte **legal**, que seria a garantia do processo, o transporte, a exigência legal de decreto. **Então**, a ata de abertura foi publicada dia **29**, às **10h da manhã**. Nessa data, todos os participantes entregaram os seus envelopes de propostas de preço e de documentos. Em 29 de maio, às **10h20min**, foi encerrado o prazo para a entrega de envelope de proposta de **preço**, e todos os participantes **assinaram**."

"**Maristela de Melo Neves** - (...) No que eles impugnaram, aí aconteceu um **problema** que foi muito... a gente ainda precisa apurar isso na Secretaria de **Educação**. É que esses recursos foram acatados sem que se tivesse decidido ainda a **questão** do decreto. Esses recursos foram acatados sem **republicação** do edital. Foram acatados no dia 29 de maio. E no dia 29 de maio foi aberta a **licitação**. Isso precisa ainda ser respondido no curso desse processo. Por que o Presidente da CPL naquela época, sabendo que ele estava rompendo uma exigência que abria a **licitação** para todo mundo, até para **aqueles** que compraram o **edital**, pegaram o edital e **não** quiseram porque não tinham permissão prévia do Detran e não acrescentaram propostas... Quer dizer, no mesmo dia que publica, acatando os recursos da **empresa** com **relação** a esse empreendimento, ele abre a documentação das cinco empresas que apresentaram documentos como **concorrentes**. Depois o decreto saiu. Essas coisas eu só descobri exatamente porque a CPL **está** em curso e eu fui ver como é que as coisas aconteceram, porque **Secretária** de Educação não preside CPL, não participa dos procedimentos e

não faz... **Então**, **infelizmente**, esta pergunta precisa ser feita: por que no mesmo dia que abriu o edital, que era absolutamente restritivo, **há somente** permissão para uma única instituição ser **licitante**, que era o **Sintetur**? Por que nesse mesmo dia, em vez de republicar o **edital**, tirando essa condição **restritiva**, se fez a abertura da **licitação**?"

Tais **depoimentos** reforçam a **tese** de **direcionamento** das licitações em **benefício** de **empresas**, principalmente daquela já contratada, que detinha acesso às **informações** e condições de prestação do serviço.

Em que pese esse flagrante **descumprimento** da **legislação** que impediu a ampla concorrência no processo licitatório, na medida em que limitou a eficácia do acatamento das **impugnações** apenas àquelas empresas que **já** haviam se manifestado no processo, nenhuma atitude foi tomada pelas autoridades da SEDF no sentido de corrigir o andamento do processo.

A responsabilidade pela ilegalidade apontada recai sobre os **membros** da **Comissão** de Licitação, nas pessoas dos **Srs.** Achilles de **Santana**, Glacilene Caiana da S. Macedo e Itanete Aires da **Silva**, que **não** promoveram a reabertura dos prazos na forma legalmente prevista.

Além desses, aponta-se como **co-responsável**, o Sr. José Pereira Coelho, responsável pela aprovação da **licitação**, por não ter determinado, a **anulação** do pleito à vista da **ilegalidade** apontada, na forma do art. 49 do Estatuto de Licitações e Contratos.

F) Da não apreciação por órgão jurídico da minuta do Edital.

Estatui o Parágrafo único do art. 38, que "**As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração**".

Buscando dar efetivo cumprimento ao **regramento** legal, o então Presidente da Comissão de **Licitação**, solicitou à Assessoria Técnico-Legislativa da SEDF, "**análise** do projeto **básico** [que faz parte integrante do Edital] considerando que a Gerência de Materiais apresentou novo Projeto, no qual constam **alterações relativas** ao **percurso** e **acréscimos** de escolas a serem **atendidas**."

Naquela ocasião, **informou**, ainda, o Presidente da Comissão que o Edital teria sido aprovado pela Douta **Procuradoria-Geral** do Distrito Federal, pelo Parecer nº 026/2003-PROCAD.

Inicialmente, cumpre observar que o Edital que regulou a Concorrência nº 03/2003, com exceção da descrição do objeto - que na primeira versão mencionava prestação de **serviço** escolar e na segunda de locação de ônibus urbano e rural -, guarda compatibilidade com aquele analisado pelo **Procuradoria-Geral**.

Todavia, diferentemente do que salientou o então Presidente da Comissão de Licitação, o Projeto Básico sofreu **não** só alterações de cunho **quantitativo**, mas principalmente, de natureza **qualitativa**, donde se destacam as **exigências** para habilitação.

Consoante item 1.2 do Edital, o licitante deveria observar as condições previstas no Projeto Básico anexado ao Edital.

Assim, a peça apreciada pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal não é similar aquela que normatizou o procedimento licitatório, tornando necessário novo exame por parte do órgão **jurídico**, particularmente em relação às novas **exigências** inseridas no referido Projeto.

Todavia, em que pese o encaminhamento dado pelo Presidente da Comissão de Licitação, observou-se que o Parecer exarado pela Assessoria **Técnico-Legislativa** da SEDF (fis. 115/119) não contemplou o Projeto Básico, e particularmente, o conteúdo normativo ali inserido. **Pelo** contrário, limitou-se o signatário da peça a tecer comentários acerca da **pertinência** ou não de se **deflagar** novo procedimento licitatório.

A própria responsável pela elaboração do Projeto **Básico**, Sra. Elizabeth Carvalho **Maranini**, ao depor perante essa CPI, expôs detalhadamente os procedimentos de preparação dessa licitação, deixando claro que as alterações realizadas no Projeto Básico e no Edital foram de ordem qualitativa. De uma proposta **inicial** de contratação **emergencial** para atendimento dos alunos de uma escola em reformas no **Paranoá**, o processo passou a tratar da renovação de todo o contrato da Moura Transportes **Ltda**, sem que fosse novamente avaliado por nenhum dos órgãos **jurídicos** da estrutura da SEDF ou do GDF, conforme trecho a seguir:

Elizabeth Carvalho Maranini - (...)

"**Vamos** seguir a sequência do processo. Esse

processo, eu **não** vou dar o número, mas vou **chamá-lo** de **Concorrência** 3. É assim que o processo do transporte **está** conhecido nesta Casa: Processo da Concorrência 3 da licitação de transporte, cuja **vencedora** foi a Moura. **Então**, vamos tratar da **oferta**. Como eu já havia recordado, **nós** vamos tratar de onde saiu a necessidade do **transporte**, a oferta do transporte. Eu **não** sei se **está visível**, mas, como eu **já** havia dito, caberia à unidade de ensino, à **gerência regional** de ensino, solicitar o transporte. E assim foi feito. Foi feito um memorando da gerência regional de ensino do **Paranoá** para a Subsecretária de Suporte Educacional, à época a **professora Vanderci Camargos**, solicitando **prorrogação** do contrato de transporte dos alunos do CF 1 do **Paranoá**, que haviam sido **remanejados** para a escola da 912 Sul, em função da necessidade de obras **emergenciais** nessa escola. A Subsecretária de Suporte Educacional encaminhou ordem para o diretor das unidades regionais, que, por sua vez, encaminhou para a **gerência** de materiais para conhecimento & adoção das providências necessárias. Eu gostaria que os senhores verificassem a data. Isso é de outubro de 2002. Aqui (Troca de slide.) é um outro exemplo de necessidade de transporte. É um memorando encaminhado pela Subsecretária de Suporte Educacional, já na **gestão** do **Prof. Manoel Carneiro**, mas não assinado por ele. Eu **não** posso, Deputado, comprovar, mas - de repente - cabe até aos senhores investigarem. Dizem que essa assinatura "**P/Manoel Carneiro**" seria da sua esposa **Simone Queiroz**. Ela **não** era lotada na subsecretaria dele. Ato **contínuo**. **Voltemos** à licitação da concorrência 3. **Aqui**, a gerente de materiais na época, eu, **Elizabeth**, como se havia solicitado a prorrogação de um contrato - e era um contrato **emergencial** à época -, eu fiz um documento e solicitei que a gerência de engenharia me informasse **qual** seria o prazo de conclusão da obra. A **engenharia** retoma e me diz que o prazo de conclusão seria de 360 dias, prazo esse que inviabilizaria qualquer prorrogação de contrato emergencial. O contrato emergencial **não** pode ser **prorrogado**. (Troca de slide.) **Então**, a gerência de materiais fez um

ofício **detalhado** para a Diretoria de Apoio **Logístico**, informando a impossibilidade de prorrogação do contrato e solicitando **autorização** superior para apresentar novo projeto **básico**, **fazer** estimativa e abrir nova **licitação**. A **licitação** de transporte do aluno daquela **região** estava com a sua capacidade no limite, em função, **como já** falei para os senhores, da explosão demográfica. Então, foi pedida uma **licitação** para atender **inicialmente** do Centro de Ensino 1 do Paranoá para a 912 Norte. O **subsecretário** aprovou o projeto básico e autorizou a estimativa - e **isso** eu gostaria que os senhores vissem - em novembro de 2002. Esse pedido, volto a dizer, era um projeto **básico** para **atender** os alunos do CEF 1 do Paranoá para a 912 Norte, com urgência, dado o **início** do ano **letivo** em fevereiro **do** ano seguinte. Foi feito, **então**, uma estimativa com quatro empresas: Moura **Transporte**, **Jovem**, **Arco**, Cooperativa dos Caminhoneiros Autônomos. Aqui eu gostaria de **ressaltar** aos senhores que se tratava de locação de ônibus fechados, porque nós já sabíamos **qual** era o percurso. Os meninos seriam pegos para o CEF 1 do Paranoá e levados para a 912 **Norte**. Esse percurso era de aproximadamente vinte e oito quilômetros. Havia, então, a necessidade de se contratar - **aqui**, no caso - ônibus **fechados**, ou **seja**, o ônibus era exclusivamente para o transporte dessas alunos. Então foi feita a **estimativa**, chegou-se a um valor básico Q vejam **só** que aqui já estamos em 28 **de** novembro de 2002. Ato contínuo. O **Subsecretário** Coelho autorizou a abertura da licitação na modalidade de concorrência, que é a modalidade mais **ampla** e **encaminhou** para a Comissão Permanente de Licitação após já ter os recursos nos **autos**.

Então, vejam **só**, nós já **estávamos** em dezembro de 2002 para fazermos uma concorrência para o transporte dos alunos do CEF 1 do Paranoá. Eu não sei se **estou** correndo **muito**, é porque tem tanto assunto que... senão a gente acaba ficando muito cansado e monótono. Então, em ato **contínuo**, o Presidente da Comissão de Licitação da Secretaria de **Educação**, Sr. Achilles Santana, que aqui também **já** veio depor, **encaminha** para a **Assessoria** Técnica e Legislativa a minuta do

edital e ele diz assim: "**Encaminhamos** minuta do edital e anexos referentes à Concorrência **16** da 2002 - lembro aos senhores que **nós** ainda estávamos no ano de 2002 - para que seja encaminhada à PRG, solicitando análise e parecer, conforme a Lei 8.666 e suas alterações posteriores". Então, o Achilles **já** **encaminhou** para a TL solicitando que fosse encaminhada para a **Procuradoria-Geral**, isso em 20 de dezembro de 2002. Ato **contínuo**. A **Secretária** de Estado da Educação, **Profª Fátima Guerra**, **encaminha**, em janeiro de 2003, para a Procuradoria-Geral do **Distrito Federal** solicitando exame e **pronunciamento**. Vejam bem quantas **autoridades** já haviam passado na pasta da Educação. Em **20** de janeiro **de** 2003, a PRG distribui para a Procuradora Yara Fernandes. Em **18** de fevereiro de 2003, os autos voltam à Secretaria de Educação para conhecimento do opinativo em foco e providências que a **espécie** suscita. No próprio dia 20 de fevereiro, o Sr. Achilles Santana, **Presidente** da CPL, **encaminha** para a **GMA** para implementar as alterações sugeridas pela douta Procuradoria-Geral por meio do **parecer**, após **encaminhar** à **Difin** para informar a disponibilidade de **recursos** para o **exercício** de 2003. Isso aqui seria só um aparte técnico das necessidades apontadas na PRG: **renumerar** a **concorrência**, considerando que já **estávamos** em 2003. Ela assume o número **3**, de 2003. Informação de recurso no Orçamento de 2003 e ainda a necessidade de informar o **quilômetro rodado** mensalmente e **aprovação** do projeto **básico** que os senhores viram, **já** estava aprovado no início. Agora **nós** vamos tratar do projeto básico propriamente dito. **Então**, aqui, eu gostaria de lembrar aos senhores que nós já **estávamos** em **17** de março **de** 2003. A data do encaminhamento do documento à gerência de materiais para alteração foi 20 de fevereiro de 2003. Em 2003 o ano letivo **iniciou-se**, salvo engano, em 24 de **fevereiro** e os alunos tinham de ser transportados. Nós não **podíamos** esperar. A estratégia de **matrículas** feitas pela Subsecretária de Inspeção de Ensino e Planejamento já apontava uma outra realidade para o transporte escolar no ano de 2003. Como eu já expliquei aos senhores, a

escola, a regional de ensino aponta a necessidade. Cabe à Diretoria de **Materiais**, a **Dalm**, **trabalhar** em cima da necessidade apontada. E a estratégia de matrícula havia verificado que, de acordo com várias ações de **Governo**, dentre elas, Visitador **Escolar**, Escola Bate à sua Porta, Explosão Demográfica do Itapuã no Paranoá, Explosão Demográfica na Estrutural, as regionais de ensino do Paranoá, Plano **Piloto-Cruzeiro** e **Guará**, elas estavam carentes de transporte para esses **alunos**. Então, foi feita uma exposição de motivo fundamentada, aonde eu explico as necessidades para o **Subsecretário** de Apoio Operacional. Explico que estou apresentando um novo projeto **básico** tendo em vista... e que seja desconsiderado - está ali no primeiro parágrafo -, que seja desconsiderado o projeto **básico** anterior, considerando que o mesmo atualmente não atende às necessidades da Secretaria de Educação pelas razões que eu já eienquei aqui. E **acrescento** ainda, finalmente, que essa licitação é **necessária** e urgente tendo em vista o **acúmulo** no contrato da região. (Pausa.) Foi feito **então**... foi juntado ao **encaminhamento**... ao Memorando nº 11 foi juntado o projeto básico e esse projeto **básico**, ele já dizia que seria necessário tocar ônibus para o Plano **Piloto-Cruzeiro**, para o Paranoá, São Sebastião e **Guará**."

Desse relato, confirmado pela análise dos autos, extrai-se claramente que não houve apreciação dos órgãos jurídicos ao novo Projeto Básico e minuta do Edital, em que pese a cristalina convicção dos próprios responsáveis pelo encaminhamento do processo de que se tratavam de documentos completamente novos, devendo o projeto básico original ser literalmente "desconsiderado".

Assim, não tendo o órgão jurídico efetivamente apreciado as peças edífalícias, **restou** prejudicado o cumprimento do mandamento contido no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93.

Como consequência, verificou-se a existência de várias impropriedades e ilegalidades no Edital, objeto inclusive de registros de **impugnações**, além de outras objeto de apontamento no presente Relatório.

3.2. DAS IRREGULARIDADES NA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS.

3.2.1. DO CONTRATO Nº 32/1999.

A) Da inservância do limite quantitativo de acréscimos.

Segundo disposto no §2º do art. 65 da Lei de Licitações e Contratos, "**nenhum acréscimo ou supressão** poderá exceder os limites estabelecidos no **parágrafo** anterior, salvo: I - Vetado II - as supressões resultantes de **acordo** celebrado entre os contratantes".

Prevê o §1º que o "**contratado** fica obrigado a aceitar, nas mesmas **condições** contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de **edifício** ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus **acréscimos**".

Verificada a execução contratual, constatou-se que as despesas realizadas com "locação" de ônibus, no primeiro ano de vigência contratual ultrapassaram não só o valor pactuado para todo o contrato - portanto incluindo o fornecimento de passagens e o acréscimo decorrente do 1º Termo Aditivo (fls. 300) - mas, também, o **limite** de acréscimo legalmente **permitido**, no caso, de 25% do valor inicialmente pactuado.

Já por ocasião da assinatura do referido aditamento em 31 de julho de 2000, ou seja, 2 (dois) meses antes do termo final do contrato, as despesas realizadas - aqui referidas aquelas decorrentes dos serviços prestados, portanto, devidas em obediência ao regime de competência - **totalizavam** R\$ 1.774.007,69 (um milhão, setecentos e setenta e quatro mil, sete reais e sessenta e nove centavos), portanto 24,49% a mais que o valor originalmente pactuado.

O 1º aditamento autorizado, no valor de R\$ 355.000,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil), praticamente cobriu as despesas já incorridas e não empenhadas e liquidadas.

Assim, se à época da assinatura do citado aditivo, tivesse a FEDF apurado não o valor empenhado, mas as despesas efetivamente realizadas, ou seja, o valor dos serviços **efetivamente** prestados, teria o executor do contrato observado, de pronto, a completa extinção do ajuste em razão da exaustão do valor contratado.

Ao término do primeiro ano de vigência contratual, as despesas originadas dos serviços **prestados** já haviam ultrapassado 61,78% do valor originalmente pactuado e 29,51% quando considerado o acréscimo do 1º Termo Aditivo, fato não percebido, em razão da intempestividade do

reconhecimento, ou do registro, das despesas.

A título de ilustração, observa-se que as despesas com transportes, realizados em outubro de 1999, foram reconhecidas - liquidadas - em dezembro do mesmo ano, a exemplo do verificado em relação a novembro. As despesas alusivas a dezembro foram liquidadas apenas em janeiro do exercício seguinte, caracterizando inobservância ao Princípio da Competência do Exercício, previsto no inciso II, art. 35, da Lei nº 4.320/64

Não custa observar que a realização da despesa - no caso, a prestação do serviço - está condicionada ao prévio empenho, consoante determinação contida no art. 60 da citada Lei

Em 20 de setembro de 2000, a FEDF, por meio do 2º Termo Aditivo, prorrogou por mais doze meses a vigência do Contrato nº 32/99, alocando recursos no montante de R\$ 1.425.000,00 (um milhão quatrocentos e vinte e cinco mil reais)

A propósito do aditamento, cabe notar que, ao alocar recursos ao mesmo, a FEDF não atentou para o acréscimo procedido por meio do 1º Aditivo ao contrato.

Em relação à irregularidade em tela, aponta-se como responsável o executor do contrato, no caso a Sra. Hέλvia Miridan Paranaguá Fraga - à vista do disposto no inciso II, art. 13, do Decreto nº 16.098/94

3.2.2 DOS CONTRATOS Nºs 87 E 88/2001

A) Do descumprimento do subitem 3.5.4, do Edital nº 04/2001, ao permitir à Empresa Viagens e Turismo Jovem Ltda. utilizar veículos locados de terceiros.

Disponha o subitem 3.5.4 do Edital da Concorrência nº 04/2001 que para se qualificar tecnicamente o licitante deveria declarar possuir a propriedade de ônibus urbanos no quantitativo necessário à execução do contrato

Do mesmo modo, dispõe o Art. 41 da Lei de Licitações o Contrato que "A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada"

De acordo com o §1º do art. 54 da citada Lei, "Os contratos devem estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam" (grifou-se)

Ademais, o subitem 11.4 do Contrato assinado pela Viagens e Turismo Jovem Ltda (Contrato nº 87/2001), previa, textualmente, a necessidade de o contratado manter as todas as condições de habilitação, conforme aliás obriga o art. 55, XIII, da Lei nº 8.666/93.

Assim sendo, era obrigação da Administração Pública exigir do contratado a manutenção das condições do Edital, o que não foi feito, tendo em conta a identificação do emprego, pela citada contratada, de ônibus de propriedade de terceiros.

Consoante se apurou junto ao Detran/DF, a Viagens e Turismo Jovem Ltda. vem utilizando ônibus de propriedade da Real Expresso e da Pollo Viagens e Transportes Ltda, complementarmente à sua frota.

O próprio dirigente da empresa, Sr. Carlos Alberto de Oliveira, confirma não possuir veículos em quantitativos suficientes ao cumprimento do contrato, tal com se verifica na seguinte passagem de seu depoimento prestado à CPI, em 02 de setembro de 2005:

"...Ou seja, eu loco, s/m, ônibus de outras empresas, ou até de particulares, se for necessário, para prestar o serviço. O Detran emite a autorização da seguinte forma: Contratada: Viagens e Turismo Jovem Ltda.; proprietária do veículo: Real Expresso Ltda. E/ou, Viagens e Turismo Ltda., contratada; proprietária do veículo, Pólo Transportes Ltda. Existem sim outras empresas que prestam serviços, para mim, ou ônibus de outras empresas, mas os quais são motoristas meus, monitores meus, a responsabilidade é minha....

A executora do contrato, Sra. Elizabeth Carvalho Maranini, em depoimento à CPI, esforçou-se em defender a prática das empresas, contrariando a correta aplicação do contrato, nos seguintes termos:

DEPUTADO PAULO TADEU - Houve sublocação de ônibus pela Moura ou pela Jovem?

SRA. ELIZABETH CARVALHO MARININI - Olha só, a sublocação, você não pode é subempreitar. Eu não posso pegar o serviço do transporte contratado com a Moura ou com a Jovem e passar para uma outra empresa executar, mas eu posso locar os ônibus necessários para que a empresa execute esse serviço. Então, aluguel de ônibus para realização

de serviços é previsto em lei. Eu não posso é pegar o serviço do transporte e passar para outra pessoa, outra empresa, executar esse serviço.

DEPUTADO PAULO TADEU - *Então, a Moura e a Jovem, em tese, poderiam alugar ônibus desde que o motorista...*

SRA. ELIZABETH CARVALHO MARININI - *Tudo fosse dela, a responsabilidade integral dela.*

DEPUTADO PAULO TADEU - *Mas, nos contratos em vigor, o objeto é a locação de ônibus.*

SRA. ELIZABETH CARVALHO MARININI - *Locação de ônibus urbano para transporte de aluno. O objeto é tudo isso. Locação de ônibus urbano ou rural, não sei, para transporte de alunos da rede pública de ensino. A gente coloca isso tudo justamente para fazer distinção do que é o transporte público do que é o transporte de alunos escolar.*

Sem prejuízo das declarações antes transcritas, a prática encontra-se também comprovada na Documentação encaminhada pelo Detran/DF - e mencionada pelo citado dirigente - à Comissão Parlamentar de Inquérito, onde é possível verificar o emprego, pela Viagens e Turismo Jovem Ltda., de veículos de propriedade da Real Expresso e da Pollo Viagens e Transportes Ltda.

Então, mesmo reconhecendo ser **incabível** a exigência editalícia, entende-se que houve flagrante descumprimento pela Viagens e Turismo Jovem Ltda. das condições de habilitação e, por consequência, do subitem 11.4 do Contrato nº 87/2001.

No âmbito da execução contratual, argumentar que, por ser a exigência em comento **descabida**, seria, então, despropositado exigir seu cumprimento, além de caracterizar afronta à própria Lei de Licitações e Contratos, sinaliza inobservância ao Princípio da Igualdade, na medida em que potenciais licitantes eventualmente se viram aliados de participar da competição, por não estarem aptos a cumprir com a exigência editalícia em comento.

Assim sendo, a aceitação pela SEDF do uso, pela Viagens e Turismo Jovem Ltda., de veículos de terceiros, constitui-se, a toda prova, descumprimento do contrato vigente e conseqüentemente **condição para** rescisão unilateral do contrato, à vista do que dispõe o inciso I do Art. 78 da Lei de Licitações e Contratos

Sob o ponto de vista da **responsabilização**, a mesma incide diretamente sobre as executoras do Contrato, Sras. Hêlvia Miridan Paranaguá Fraga e Elizabeth Carvalho Maranini, tendo em conta as obrigações previstas no art. 13 do Decreto nº 16.098/94.

Finalmente, observou-se que o uso de veículos de terceiros também pela Moura Transportes Ltda., todavia a documentação não permite asseverar se essas começaram, ainda, na vigência do Contrato nº 88/01.

B) Da realização de despesas sem base contratual.

Diferentemente dos contratos até então pactuados pela extinta Fundação Educacional do Distrito Federal, ou mesmo pela Secretaria de Estado de Educação, a partir do Contrato nº 87/01, os itens licitados passaram a corresponder a linhas (trechos) previamente definidas, referentes aos deslocamentos entre os locais de origem dos **alunos** até as escolas e seu retorno à origem. Não havia, **portanto**, previsão de deslocamentos para atividades extraclasse, ainda que o Projeto Básico previsse a inclusão de novas linhas.

Outra mudança notada foi a não inclusão de serviços de transportes interestadual, **também** previstos nos contratos anteriores.

Todavia, contrariando as condições pactuadas nos editais e nos respectivos contratos, a SEDF vem utilizando os serviços da Viagens e Turismo Jovem Ltda, e da Moura Transportes Ltda. para transporte de alunos em atividades extraclasse, onerando o contrato além do previsto.

Tais dispêndios, por não terem supedâneo nos respectivos contratos, caracterizam-se como despesas realizadas indevidamente com dispensa de licitação, beneficiando, diretamente, os atuais prestadores de serviços, em detrimento de tantos outros aptos a prestar os mesmos serviços.

Considerando as faturas disponibilizadas para análise, tais despesas no período de novembro de 2001 até novembro de 2005 superaram a importância de R\$ 2,8 milhões (dois milhões e oitocentos mil reais), em valores nominais, correspondendo a 4,5% das despesas totais analisadas¹⁷.

¹⁷ Nem todos os processos de despesa foram localizados em tempo hábil. Assim o valor levantado mostra-se inferior ao efetivamente realizado

Outro ponto relevante em relação às referidas despesas diz respeito à inadequada comprovação de sua realização, bem como a ausência de competente motivação.

Ressalva-se que, em face da metodologia empregada para cobrança dos serviços não contratados, no caso, o preço do quilômetro rodado aplicável à Regional onde se encontra a escola, o preço cobrado não representa, necessariamente, o de mercado para o serviço, fato este que pode ter ensejado eventual prejuízo ao erário.

De conformidade com a rotina empregada no âmbito da SEDF, verificou-se que o uso dos serviços extraordinários é autorizado pelo executor do contrato, a quem são dirigidos os pedidos de ônibus.

Considerando que tais dispêndios equívalem à realização de despesas sem licitação, aponta-se como responsáveis as executoras dos contratos, Sras. Hêlvia Miranda Paranaguá Fraga e Elizabeth Carvalho Maranini, bem como o ordenador de despesa, Sr. José Pereira Coelho, que autorizaram os pagamentos, a despeito das condições pactuadas nos respectivos ajustes.

3.2.3. DO CONTRATO Nº 08/2004.

A) Da realização de despesas sem previsão contratual.

Conforme verificação procedida nos pagamentos realizados a Moura Transportes Ltda por força do Contrato nº 08/2004, foi possível identificar a realização de despesas extraordinárias, para atender deslocamentos não previstos em contrato ou aditamentos.

Cabe observar que tais serviços eram autorizados, via de regra, pelos servidores designados como executores do contrato, as Sras. Elizabeth Maranini e Hêlvia Paranaguá Fraga e não pelo ordenador de despesa que, no entanto, convalidava as despesas ao autorizar o seu pagamento.

Referidas despesas decorrem do atendimento de solicitações realizadas pelas mais diversas Unidades da SEDF objetivando, em regra, o transporte de alunos para atividades extraclasse em que pese ter sido identificado dentre os deslocamentos, o transporte de diretores norte-americanos do Programa de Intercâmbio Escolar, para a II Reunião Ordinária CONSED 2004 (três Ônibus), e ainda, a inclusão de linhas para áreas não previstas, como no caso das Linhas do Jardim Botânico - DRE - Núcleo Bandeirante - e Núcleo Rural Sarandi.

Sobre tais deslocamentos cabe observar que nem todos estão adequadamente motivados e comprovados nos autos. Ou seja, não consta o documento de solicitação da área interessada, bem com a autorização da autoridade competente.

As despesas extraordinárias, ou seja, aquelas não relacionadas no edital, totalizaram, até novembro/2005, cerca de R\$ 413 mil em valores nominais, montante correspondente a 3,3% dos dispêndios realizados. Deste total, aproximadamente R\$ 165 mil referiam-se a deslocamentos para atividades extraclasse, R\$ 79 mil, a inclusão das linhas do Jardim Botânico e do Núcleo Rural Sarandi e R\$ 169 mil, a deslocamentos de alunos da Estrutural para fins de reforço escolar.

Chamamos a atenção para os deslocamentos para atividades extraclasse, vez que as mesmas acarretaram gastos desnecessários resultantes do pagamento - embutido no preço final - dos serviços de monitores, porque o Edital da Concorrência nº 03/2003 determina que o transporte escolar deverá ser realizado com a presença do monitor, cuja responsabilidade é de zelar pela segurança dos alunos durante o transporte, além de controlar a frequência, a utilização de uniformes, bem como garantir o cumprimento das normas alusivas à proibição de uso e venda de bebidas alcoólicas e fumo, durante o transporte.

Ocorre que, com a presença de professores acompanhando os alunos nas atividades extraclasse, a presença do monitor torna-se dispensável, tendo em conta que as atividades antes descritas podem e devem ser desempenhadas pelos professores, até porque os alunos estão sob sua responsabilidade nessas ocasiões, com conseqüente redução de custos para o erário.

Ressalta-se que o peso do monitor no preço final é da ordem de 6,5% do custo do quilômetro rodado, segundo planilha de custos oferecida pela Moura Transportes. Assim, nas atividades extraclasse, estima-se em aproximadamente R\$ 10,7 mil o dispêndio com monitores realizado desnecessariamente, ao longo do contrato em análise.

A situação em tela caracteriza ato de gestão antieconômica, lesiva aos cofres públicos,

Aparentam-se como responsáveis pelas impropriedades aqui indicadas os executores do contrato, Sras. Elizabeth e Hêlvia, além do então ordenador de despesa, o Sr. José Pereira Coelho.

13) Da não revisão das condições econômicas do contrato

em razão de alteração na alíquota do Imposto Sobre Serviços.

Estabelece o §5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, *verbis*:

§5º Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso,

Por ocasião da apresentação da proposta da Moura Transporte Ltda. vigia a alíquota de Imposto sobre Serviço-ISS de 5%, incidente sobre o valor do serviço, consoante previsão no art. 93 do Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966 e alterações posteriores.

Em dezembro de 2004, a Moura Transportes Ltda. obteve, junto à Segunda Vara de Fazenda Pública, liminar "para sustar a exigibilidade do crédito tributário relativo ao ISS", consoante Processo nº 2004.01.1.12.1976-9.

Em face do decidido, a Moura ficou desonerada dos encargos tributários, aferindo assim maior rentabilidade em seu negócio.

Cabe notar que os encargos tributários, dentre eles o ISS, faziam parte dos custos de transportes, tendo o Edital, inclusive, exigido a explicitação da alíquota aplicável. Desta forma, em face da inércia da SEDF em dar cumprimento ao mandamento legal antes transcrito, a Moura Transporte Ltda. vem se apropriando de recursos originalmente destinados ao Distrito Federal, pela via do imposto. Tem-se, portanto, a transferência de recursos públicos ao particular, situação essa não só contrária aos interesses públicos, mas lesivas ao erário.

Ressalta-se, que mesmo reconhecendo ser a liminar uma medida susceptível de revisão no âmbito do próprio Judiciário, não nos parece despropositada a imediata aplicação do mandamento legal contido no §5º do art. 65, até porque qualquer alteração de entendimento conduziria à nova revisão do contrato, de forma a se manter a equação econômico-financeira original.

A situação em tela perdurou pelo exercício de 2005 e mantém-se vigente no corrente ano, tendo em conta a

falta de apreciação, no mérito, da ação impetrada pela Moura Transportes Ltda.

A inércia da SEDF gerou, até novembro de 2005, um prejuízo aos cofres públicos da ordem de R\$ 374.169,15¹⁸ (trezentos e setenta e quatro mil, cento e sessenta e nove reais e quinze centavos).

Apointa-se como responsáveis pelas irregularidades em tela os servidores designados como executores do contrato, Senhoras Elizabeth Carvalho Maranini e Hélivia Miridan Paranaguá Fraga, bem como o ordenador de despesa, Sr. José Pereira Coelho.

C) Do pagamento Indevido à Empresa Moura Transportes Ltda.

Consoante análise realizada nas faturas, identificou-se o pagamento a maior de R\$ 5.920,00 (cinco mil novecentos e vinte reais), referente à Nota Fiscal nº 2064, alusiva aos serviços prestados no mês de março/2003, no Guará. De acordo com a documentação juntada ao Processo nº 080.004.486/2003, a empresa teria utilizado 78 ônibus, perfazendo uma distância percorrida de 1.530 (um mil, quinhentos e trinta) quilômetros.

A diferença em tela decorreu de erro aritmético, resultante da multiplicação do valor do quilômetro rodado pela distância percorrida, no caso, R\$ 5,00 x 1530, que nos cálculos da Moura Transportes Ltda. totalizou R\$ 8.020,00 (oito mil e vinte reais), quando o correto seria de R\$ 7.650,00 (sete mil, seiscentos e cinquenta reais) ao dia. Assim, o valor pago indevidamente foi de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais) por 16 dias, perfazendo a diferença antes apontada.

Apointa-se como responsável pelo pagamento indevido a Sra. Elizabeth Maranini, responsável pelo "atesto" da referida nota fiscal, tendo em conta o disposto no inciso I, §3º do art. 13 do Decreto 16.098, de 29 de novembro de 1999, assim vazado, *verbis*:

§ 3º. É da competência e responsabilidade do executor:

I - verificar se o custo e o andamento das obras e serviços ou a aquisição de materiais se desenvolvem de acordo com as respectivas Ordem de Serviço e Nota de Empenho;

18 V/r. Faturado. 7.773.903,88 x 5% = 388.695,19 - 14.526,98 vlr. Retido (2%) = 374.169,15

Por outro lado, observa-se que não foi identificado pagamento da Nota Fiscal nº 207¹⁹ no valor total de R\$ 2,749,90, referente a serviços prestados em junho de 2005. Ressalta-se que as referidas notas foram atestadas, razão pela qual supõe-se terem sido os serviços prestados.

D) Do regime de execução.

Segundo o item 6.3 do Edital, *"No julgamento das propostas, será adotado o critério de menor preço mensal da locação, por item/Região conforme Anexo I".* Por outro lado, o item 1.1 rezava que o contrato transcorreria *"sob o regime de empreitada por preço global"*. (grifou-se).

O regime por preço global encontra-se igualmente expresso na Cláusula quarta do Contrato nº 08/2004, firmado com a Moura Transportes Ltda., vencedora do certame em análise,

O Projeto Básico diverge do Edital em relação ao critério de julgamento e ao regime de execução, ao indicar, em seu item 3, subitem 4 que *"Para efeito de julgamento será considerada vencedora a empresa que cumprir todas as condições do projeto básico, devendo-se observar, especialmente: A) Oferta do menor preço por Km rodado"*, e no item 3, subitem 1 que *"O preço unitário que será utilizado para efetuar a despesa deverá ser considerado por quilometro rodado"*, ou seja estabelecendo o regime de execução como o "por preço unitário". (grifou-se)

Inicialmente, cumpre registrar, em relação ao critério de julgamento contido no Projeto Básico, que o menor preço por quilômetro rodado não resultaria, no presente caso, necessariamente na melhor oferta para Administração, como quer parecer à primeira vista, em face de um parâmetro não considerado, no caso, a capacidade média dos veículos empregados pelos licitantes.

Isso porque veículos com lotação diferenciada resultam em algumas linhas (rotas) em quantitativos diferentes de veículos, logo, em distâncias totais distintas, com reflexos diretos nos preços finais, sendo possível que, do ponto de vista global, a oferta de maior preço por quilômetro não resulte no menor preço global,

Todavia, considerando que a licitação teve apenas uma proposta comercial, a questão dos distintos

critérios de julgamento terminou prejudicada, tendo sido aqui apresentada, tão-somente, para fins de registro, posto o risco que representou.

No que tange ao regime de execução, constatou-se que SEDF vem adotando, para fins de pagamento, o regime de execução "por preço unitário", diferentemente do previsto no edital e no contrato.

Como é de conhecimento geral, o que distingue um regime de execução do outro é a forma de mensurar o valor a ser pago ao contratado pela execução do objeto. Enquanto no "preço unitário" pagar-se-ia pela soma da quilometragem percorrida pelos ônibus utilizados no transporte dos alunos, na empreitada por preço global o valor devido corresponderia ao valor cotado pelo licitante vencedor para o item/região, para transporte desses mesmos alunos, a despeito da aferição da distância percorrida. Ou seja, enquanto no primeiro caso há um vínculo direto entre o número de ônibus empregado - logo, a quilometragem percorrida - e o valor a ser pago, no segundo, essa relação não existe.

Quanto à irregularidade apontada, entende-se que a origem do problema está no Edital, que não reproduziu em seu corpo a orientação contida no Projeto Básico.

Cabe notar, à vista da especificidade dos serviços contratados, da viabilidade técnica de se estabelecer o preço unitário e de se mensurar os serviços por esse critério e, ainda, da possibilidade prevista no edital de alterações de rotas, a melhor forma de mensurar os serviços prestados no presente caso seria, de fato, a quilometragem percorrida, ou seja, com base no "regime de execução por preço unitário".

Não custa enfatizar que no contrato em apreço a prestação dos serviços está vinculada a "Ordens de Serviços" expedidas pela SEDF, que indicam e autorizam os serviços a serem executados.

A título de ilustração, observa-se que, aplicado na íntegra o regime de execução por preço global, considerandas as condições descritas no Projeto Básico e, ainda, a capacidade média dos ônibus da Moura, da ordem de 50 passageiros, a empresa estaria aferindo um ganho em razão da redução da quilometragem percorrida em face da maior capacidade do veículo da ordem de R\$ 150 mil por mês.

Portanto, a despeito do disposto no contrato em apreço, parece-nos que o regime adequado de execução no presente caso é o do "preços unitários", tal como vem

ocorrendo ao longo da execução e previsto no Projeto Básico.

Ressalva-se, no entanto, que o regime de execução por valor unitário abre a possibilidade de aferição de ganhos indevidos pelo contratante, se este passar a utilizar veículos de capacidade menor do que os utilizados na formulação do preço cotado, uma vez que, assim, aumentar-se-iam artificialmente as distâncias percorridas. Por essa razão, deverá ser informada pelo licitante a capacidade de seus veículos, quantitativo este que servirá de referencial mínimo de capacidade dos veículos a serem utilizados no contrato.

3.2.4. DAS DESPESAS SEM PREVISÃO CONTRATUAL

A) Do custeio de despesas com transportes de ente não pertencente à estrutura administrativa do Distrito Federal.

Verificada a execução dos contratos de transporte escolar, identificou-se que a extinta Fundação Educacional do Distrito Federal - FEDF e a Secretaria de Estado de Educação - SEDF vêm custeando, sem qualquer fundamento legal ou mesmo ajuste de qualquer natureza, despesas com transportes de alunos da Organização Não Governamental - "Orquestra Sinfônica da Regional de Ensino de Ceilândia", popularmente conhecida como Orquestra da Ceilândia.

Apesar de o nome remeter ao entendimento de que se trata de instituição vinculada à Administração Pública, na verdade não há qualquer vínculo institucional ou mesmo contratual da referida ONG com a Secretaria de Educação.

Pelo que foi apurado, trata-se, na verdade, de instituição dirigida por um servidor da Secretaria de Administração e que possui em seus quadros de alunos/músicos discentes da Rede Pública de Ensino.

As despesas realizadas à conta dos Contratos antes referidos encontram-se demonstradas, em valores históricos, no quadro a seguir.

Mês	Valor (em R\$)
Out/99	1.824,66
Nov/99	2.432,88
Abr/00	4.054,80
Mai/00	4.460,28
Jun/00	5.313,54
Jul/00	2.027,40
Ago/00	4.663,02
Set/00	4.054,80
Out/00	9.597,54

Nov/00	10.842,00
Dez/00	6.120,00
Mar/01	4.054,80
Abr/01	4.464,00
Mai/01	4.910,40
Jun/01	2.901,60
Jul/01	1.050,00
Ago/01	1.500,00
Set/01	1.500,00
Nov/01	5.264,00
Dez/01	5.264,00
Fev/02	19.468,80
Mar/02	3.572,00
Abr/02	5.358,00
Mai/02	4.643,60

Jun/02	3.929,20
Ago/02	5.715,20
Set/02	4.286,40
Out/02	38.912,00
Mar/03	5.715,20
Ago/03	7.144,00
Nov/03	7.144,00
Mar/04	8.215,60
Abr/04	8.177,60
Mai/04	8.585,48
Jun/04	4.076,64
Jul/04	817,76
Ago/04	4.207,16
Set/04	2.334,92
Out/04	3.443,20
Nov/04	4.207,16
Mai/05	3.146,88
Jul/05	710,16
Ago/05	3.550,80
Set/05	3.195,72
Out/05	2.840,64
Total	248.352,84

Vale lembrar que não é dado ao Administrador Público o direito de agir sem expressa previsão legal, posto o vínculo ao princípio constitucional da legalidade.

Ressalta-se que não foi possível obter na Secretaria de Educação a fundamentação legal que deu amparo aos dispêndios em referência, em que pese solicitação verbal feita à Sra. Rejane, da GSOF.

Sem prejuízo do antes colocado, releva notar que a Administração da ONG antes mencionada, nas pessoas do Sr. Alcides Corrêa e da Maestrina Elena Herrera, não reconheceu como sendo suas as despesas com deslocamentos para fora do Distrito Federal. Ou seja, do total de R\$ 248.352,84 (duzentos e quarenta e oito mil, trezentos e cinquenta e dois reais e oitenta e quatro centavos), R\$ 67.985,80 (sessenta e sete mil, novecentos e oitenta e cinco reais e oitenta centavos), não são, "a priori", reconhecidas como realizadas pela Orquestra da Ceilândia, a despeito do que consta nas Notas Fiscais.

Ante a disparidade verificada entre o consignado nas Notas Fiscais expedidas pela Viagens e Turismo Ltda. e as informações prestadas ao signatário deste pelas pessoas antes identificadas, buscou-se esclarecer a questão, ocasião em que a Direção da Escola de Música de Brasília, unidade

da Rede Pública do Distrito Federal, na pessoa do Diretor da Unidade, Sr. Carlos Alberto Farias Gaivão, assumiu como de sua Unidade os deslocamentos realizados nos trechos: 1) Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Taubaté, Arthur Nogueira, São Paulo, Brasília; 2) Brasília, Porto Alegre, Brasília; 3) e Brasília, Fortaleza Brasília, nos meses de fevereiro e outubro de 2002.

Na ocasião, o referido diretor apresentou cópia de expedientes em que solicitava à Gerência de Material os veículos necessários ao deslocamento. À vista do referido documento, buscou-se identificar em pesquisas na Internet os eventos mencionados nos citados expedientes, sem êxito.

Tentou-se, ainda, identificar a efetividade dos deslocamentos em questão, mediante consulta ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF, ocasião em que se solicitou a apresentação da cópia da "Autorização de Viagens" expedidas por aquele Departamento e necessária nesses deslocamentos. À vista dos elementos de informação apresentados pela DPRF, não foi possível, mais uma vez, confirmar a realização dos deslocamentos em tela.

Ainda sobre os deslocamentos da Orquestra da Ceilândia, chamou a atenção o fato de as faturas, em dados períodos, cobrarem por até dezenove, vinte e dois dias úteis por mês, quando a orquestra, segundo informou a Maestrina Elena Herrera, trabalha regularmente duas vezes por semana, excetuado períodos de apresentação, quando os ensaios acontecem com maior regularidade.

Mês	Dias faturados
Abr/00	20
Mai/00	22
Jun/00	21
Ago/00	23
Set/00	20
Out/00	21
Nov/00	20
Mar/01	20
Abr/01	22
Mai/01	20
Nov/01	20
Dez/01	20
Ago/03	24
Nov/03	20
Mar/04	23
Abr/04	19
Mai/04	21
Total	356

Assim, a despeito das dúvidas suscitadas acerca da efetiva realização das despesas, não se encontrou fundamento legal que justifique o pagamento pela Administração Pública Distrital de despesas de responsabilidade de um ente privado, desvinculado da

Administração. Pelo que se pode apurar, tal obrigação não tem origem legal nem tampouco contratual, sendo, portanto, descabido o ônus ao Contribuinte do Distrito Federal.

Assim, ao que parece, trata-se de ato de liberalidade praticado pelos executores dos Contratos, a quem caberia providenciar a glosa de tais dispêndios, e, ainda, pelos ordenadores de despesa, que autorizaram, ao longo dos últimos anos, o pagamento de despesas à entidade privada.

São responsáveis por tal ilegalidade, que visou o benefício da ONG com dinheiro público, as Sras. Hêlvia Paranaguá Fraga e Elizabeth Carvalho Maranini, executoras do contrato, e o Sr. José Pereira Coelho, ordenador de despesa.

B) Das despesas com atividades extraclasse.

Diferentemente dos contratos até então pactuados pela extinta Fundação Educacional do Distrito Federal, ou mesmo pela Secretaria de Estado de Educação, a partir do Contrato nº 87/01, os itens licitados passaram a corresponder a linhas (trechos) previamente definidos, referentes aos deslocamentos entre os locais de origem dos alunos até as escolas e seu retorno à origem. Não havia, portanto, previsão de deslocamentos para atividades extraclasse, ainda que o Projeto Básico previsse a inclusão de novas linhas.

Outra mudança notada foi a não inclusão de serviços de transporte interestadual, também, previsto nos contratos anteriores.

Observou-se que, contrariando as condições pactuadas nos editais e nos respectivos contratos, a SEEDF vem utilizando os serviços da Viagens e Turismo Jovem Ltda. e da Moura Transportes Ltda. para transporte de alunos em atividades extraclasse, onerando o contrato além do previsto.

Tais dispêndios, por não terem supedâneos nos respectivos contratos, caracterizam-se com despesas realizadas indevidamente com dispensa de licitação, beneficiando, diretamente, os atuais prestadores de serviços, em detrimento de tantos outros aptos a prestar os mesmos serviços.

Considerando as faturas disponibilizadas para análise, tais despesas, no período de novembro de 2001 até novembro de 2005, superaram a importância de R\$

2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais), em valores nominais, correspondendo a 4,5% das despesas totais analisadas²⁰.

Outro ponto relevante em relação às referidas despesas diz respeito à inadequada comprovação de sua realização, bem com a ausência de competente motivação.

Ressalva-se, que em face da metodologia empregada para cobrança dos serviços não contratados, no caso, o preço do quilômetro rodado aplicável à Regional onde se encontra a escola, o preço cobrado não representa, necessariamente, o de mercado para o serviço, fato este que pode ter ensejado eventual prejuízo ao erário.

De conformidade com a rotina empregada no âmbito da SEEDF, verificou-se que o uso dos serviços extraordinários são autorizados pelo executor do contrato, a quem são dirigidos os pedidos de ônibus.

Desta feita, considerando que tais dispêndios equívalem à realização de despesas sem licitação, aponta-se como responsáveis os executores do contrato, bem como os ordenadores de despesas que autorizaram os pagamentos, a despeito das condições pactuadas nos respectivos ajustes, os já nominados Srs. Elizabeth Carvalho Maranini, Hêlvia Paranaguá Fraga e José Pereira Coelho.

3.3. DO SUPERFATURAMENTO

3.3.1. Do superfaturamento dos preços praticados pela Empresa Viagens e Turismo Jovem Ltda. à conta do Contrato nº 87/01.

A afirmação anterior tem por base os preços praticados pela citada empresa no Contrato nº 87/01, quando confrontados com aqueles por ela cotados em licitações realizadas em cidades do Entorno do Distrito Federal - Formosa/GO e Planaltina de Goiás/GO.

Ressalta-se que as informações sobre as cotações em questão foram apresentadas pela própria Viagens e Turismo Jovem Ltda. à CPI, sendo que, para fins de comparação, agregou-se aos preços cotados no Estado de Goiás os custos pertinentes ao monitor, aos benefícios concedidos aos funcionários, bem como o diferencial de salários, consoante informação prestada pela referida empresa.

Para efeito de comparação, tomou-se com preço médio por veículo de R\$ 7.025,08 (sete mil, vinte e cinco reais e oito centavos), correspondente à média do valor faturado pela Jovem no período de março a novembro de 2005 - valores esses sujeitos a atualização contratual - dividido por 180 ônibus, número de veículos informado como utilizados no serviço.

Procedida a confrontação, observou-se que os preços cotados pela Viagens e Turismo Jovem Ltda. não ultrapassavam, em média, 60% daquele praticado no Contrato nº 87/01, consoante demonstrativo em anexo.

Em relação à licitação realizada nas cidades do Entorno do DF, cabe ressaltar os baixos ganhos de escala que os eventuais contratos viabilizariam, diferentemente do verificado em relação ao contrato firmado com o Distrito Federal.

Sem prejuízo do antes colocado, figura como indicativo de superfaturamento, também, o elevado custo de locação de veículos junto à empresa Real Expresso. O que, em princípio, poderia figurar como justificativa do preço praticado, mostra-se, na verdade, indício de transferências de lucros.

Convém lembrar que a Viagens e Turismo Jovem Ltda., pertencia formalmente ao Grupo empresarial proprietário da Real Expresso. Atualmente, de acordo com o Contrato Social, o vínculo formalmente não mais existe, mas mostra-se presente nos aspectos operacionais, além de constatados vínculos familiares entre os sócios de ambas as empresas.

É indicativo ainda maior de que a separação das empresas se deu de maneira apenas formal o fato de o endereço eletrônico do Grupo Real Expresso continuar apresentando a Viagens e Turismo Jovem Ltda. como integrante do conglomerado.

3.3.2. DO CONTRATO Nº 08/2004

A) Do superfaturamento dos preços praticados pela Empresa Moura Transportes Ltda.

Os preços praticados pela Moura Transportes Ltda. na execução do Contrato nº 88/01 foram: R\$ 5,00 (para a Região Plano Piloto, Cruzeiro e Guará) e de R\$ 3,50 (para a Região São Sebastião e Paranoá) e na execução do Contrato nº 08/04 foram: R\$ 6,40 (para Plano Piloto e

20 Nem todos os processos de despesa foram localizados em tempo hábil. Assim, o valor levantado mostra-se inferior ao efetivamente realizado.

Cruzeiro), R\$ 4,30 (para Paranoá), R\$ 4,50 (para São Sebastião) e R\$ 6,40 para o Guará.

Uma indicação de que houve superfaturamento reside no fato de que a contabilidade da empresa Moura Transportes Ltda, conforme documentos apreendidos pela CPI em busca e apreensão, registrou em 2002 o lucro líquido de, aproximadamente, R\$ 313.000,00 (trezentos e treze mil reais), porém, no exercício seguinte, foi feito um ajuste de exercício anterior no valor de, aproximadamente, R\$ 1.780.000,00 (um milhão, setecentos e oitenta mil reais), o que significa, em realidade, que em 2002 o lucro líquido foi de cerca de R\$ 2.093.000,00 (dois milhões e noventa e três mil reais). Nesse período (2002), o contrato com o Distrito Federal representava mais de 80% (oitenta por cento) da receita bruta da referida empresa. Conseqüentemente, o lucro de 2002, no tocante aos serviços prestados à SEDF, foi equivalente a aproximadamente 50% (cinquenta por cento) dos valores pagos pela SEDF. Ou seja, obteve-se uma rentabilidade muito elevada, indicativo desse, portanto, de prática de superfaturamento nos valores do contrato celebrado pela Moura Transportes Ltda. junto ao Distrito Federal.

Ademais, cabe destacar que, quando da licitação havida em 2003 (Edital nº 003/2003, na qual a Moura Transportes Ltda. sagrou-se vencedora, dando origem ao Contrato nº 08/04), a proposta da empresa ESAVE Veículos (inabilitada por não atender, segundo a CPL, aos critérios de habilitação técnica-operacional) era, em média de percentuais, aproximadamente, 30% menor que os apresentados pela Moura Transportes Ltda., conforme expediente encaminhado pela ESAVE à CPI (anexo):

Região	ESAVE	MOURA	DIFERENÇA PERCENTUAL DE PREÇOS
A	RS 5,95	RS 6,40	7,5%

B	RS 3,65	RS 4,30	17,8%
C	RS 2,13	RS 4,50	111%
D	RS 6,50	RS 6,40	-1,5%

Esses números corroboram a tese de superfaturamento nos valores praticados pela Moura Transportes Ltda.

4 - DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSORES

Inicialmente, iremos abordar o instituto da contratação temporária à vista das normas legais, para, posteriormente, discorrermos sobre as impropriedades detectadas na aplicação desse instrumento no âmbito do Distrito Federal.

A contratação temporária de servidores foi prevista pela Constituição Federal de 1988 no art. 37, inciso IX; "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público".

A matéria foi tratada pela Lei Orgânica do DF no art. 19, inciso VIII: "Art. 19. A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes do Distrito Federal, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, oralidade, publicidade, razoabilidade, motivação e interesse público, e também ao seguinte: (...) VIII

- a lei estabelecerá os casos de contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público".

Em nível distrital, a regulamentação da norma constitucional foi realizada pela Lei nº 1.169, de 24.07.96, cujo art. 2º, inciso III, permite a contratação temporária de professores visando "substituir professor em regência de classe". A constitucionalidade dessa lei foi contestada na ADIn nº 2004.00.2.004535-2, interposta pelo Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios perante o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, não tendo havido, até o presente momento, pronunciamento definitivo sobre a questão.

Assim, o Distrito Federal pode fazer-se valer do instrumento da contratação temporária de professores, com respaldo na referida norma distrital. Porém, foram detectadas irregularidades nas contratações temporárias e nos processos seletivos simplificados realizados pela extinta Fundação Educacional do DF e pela atual Secretaria de Educação do DF no período de 1999 até a presente data, conforme passaremos a seguir relatar.

4.1. DA utilização de contratos temporários em detrimento do concurso público

No período objeto de investigação desta CPI (1999 a 2005), foram realizados diversos processos seletivos simplificados para a contratação temporária de professores.

Vale ressaltar que foi solicitada da SEDF a relação dos processos seletivos realizados no período em questão, todavia, as informações prestadas estavam incompletas, demandando-nos uma pesquisa mais detalhada no DODF.

Foram encontrados os seguintes editais de contratação temporária para docentes no citado período: Edital nº 1, DODF, de 25.02.99; Edital nº 2, DODF, de 10.03.99; Edital nº 3, DODF, de 09.04.99; Edital nº 3, DODF, de 09.12.99; Edital nº 4, DODF, de 24.05.99; Edital nº 4, DODF, de 30.08.99; Edital nº 1, DODF, de 27.12.00; Edital nº 2, DODF, de 19.02.01; Edital nº 3, DODF, de 19.03.01; Edital nº 1, DODF, de 27.11.01; Edital nº 2^{*21}, DODF, de 27.11.01; Edital nº 3, DODF, de 14.12.01; Edital nº 1, DODF, de 20.02.02; Edital nº 2*, DODF, de 19.02.02; Edital nº 3, DODF, de 19.11.02; Edital nº 4*, DODF, de 20.11.02; Edital nº 1*, DODF, de 16.04.03; Edital nº 2*, DODF, de 01.07.03; Edital nº 3, DODF, de 07.08.03; Edital nº 5, DODF, de 19.12.03; Edital nº 6*, DODF, de 19.12.03; Edital nº 2, DODF, de 05.04.04; Edital nº 3*, DODF, de 05.04.04; Edital nº 4*, DODF, de 28.06.04; Edital nº 1, DODF, de 04.02.05; Edital nº 2*, DODF, de 09.02.05; e Edital nº 04, DODF, de 30.12.05.

Em relação aos concursos públicos realizados no mesmo período, foram divulgados os seguintes editais: Edital nº 47, DODF, de 11.11.99; Edital nº 01, DODF, de 16.11.00; Edital nº 01, DODF, de 05.11.01 (para professor nível 1, professor nível 2 e professor nível 3); Edital nº 02, DODF, de 12.11.01 (para professor nível 2 e professor nível 3); Edital nº 01, DODF, de 04.11.02; e Edital nº 01, DODF, de 24.09.04. Impende ressaltar que os concursos regidos pelos Editais nºs 01/01 e 02/01 foram anulados por meio de ato publicado no DODF, de 10.05.02, e de 09.05.03, respectivamente, em função de problemas, como a quebra de sigilo, na execução dos certames pela entidade contratada (Fundação Getúlio Vargas-FGV). Assim, em realidade, foram realizados quatro

concursos públicos para professor no período 1999-2006.

As normas relativas aos processos seletivos simplificados para contratação temporária foram estabelecidas pelos editais normativos e principalmente por portarias editadas periodicamente pela SEDF. No período em questão, verificou-se a publicação das seguintes Portarias: nº 21, DODF, de 02.03.99, nº 31, DODF, de 12.04.99, nº 213, DODF, de 08.12.99, nº 259, DODF, de 21.12.00, nº 500, DODF, de 26.11.01, nº 464, DODF, de 19.11.02, nº 363, DODF, de 18.12.03, nº 25, DODF, de 04.02.05, e Portaria nº 390, DODF, de 16.12.05.

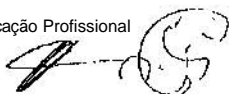
Tomemos, a título de ilustração, a Portaria nº 390/05, cujo subitem 1.1 assim estabelecia: "*A contratação temporária destina-se, exclusivamente, para docência e visa suprir carências: a) provisórias, decorrentes de afastamentos legais; b) definitivas, quando não houver candidatos concursados no respectivo componente curricular, a serem convocados.* 1.2. A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal solicitará abertura de concurso público".

Em princípio, a possibilidade de se usar a contratação temporária para o suprimento de carências definitivas não encontra respaldo constitucional, vez que o art. 206, inciso V, da Constituição Federal estabelece como princípio relativo ao ensino a "*valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos*" (grifamos).

É claro que em situações concretas excepcionais, como no caso de disciplinas do magistério em que há um número insuficiente de aprovados em concurso público em decorrência, por exemplo, da escassez de professores no mercado de trabalho, poder-se-ia admitir, excepcionalmente, e em caráter temporário (pelo prazo em que se providencia a realização de concurso público), a contratação temporária de professores, vez que presente estaria o interesse público.

Nesta hipótese, estaria a SEDF obrigada a abrir imediatamente concurso público para o preenchimento dos cargos efetivos, como, aliás, consigna o subitem 1.1 da Portaria nº 325/03. Porém, conforme se verifica pelo número elevado de processos seletivos para contratação temporária e o número reduzido de concursos públicos no período foco de investigação, chega-se à conclusão de que houve inércia da SEDF em ultimar as providências necessárias ao suprimento de vagas definitivas pelo meio adequado, qual

²¹ Contratação temporária para Instrutores de Educação Profissional



seja, o concurso público. Se era realizado um processo seletivo para contratação temporária para vagas definitivas para áreas em que não havia concursados, dever-se-ia abrir imediatamente concurso público, porém, os concursos públicos não eram realizados com a mesma frequência dos processos seletivos para contratação temporária.

Também corrobora esse entendimento o fato de que, em maio de 2002, foi anulado um concurso público para preenchimento de cargos de professor, níveis 1, 2 e 3 da Carreira Magistério Público do DF, porém, apenas no final do ano de 2002, mais precisamente em novembro de 2002, é que foi publicado novo edital, com provas marcadas para janeiro de 2003. Ora, este tipo de inércia acarreta o aumento do número de contratos temporários para vagas permanentes, violando diretamente o preceito constitucional do concurso público.

A SEDF deve realizar concursos públicos para professor com maior periodicidade para aquelas disciplinas com banco de concursados insuficiente para o suprimento das carências definitivas e que acabam gerando contratações temporárias. Essa é a maneira adequada para se obedecer ao que preceitua a Constituição sobre o acesso ao magistério público; o concurso público

Outrossim, no ensino do Distrito Federal, mesmo em disciplinas com aprovados no banco de concursados, esta CPI verificou que a SEDF realizou contratações temporárias para o suprimento de carências definitivas, em flagrante prejuízo aos concursados. Tome-se como exemplo as informações constantes do Processo nº 1873/04 do Tribunal de Contas do Distrito Federal, no qual foi demonstrado que houve contratação temporária de professores de História na Regional de Samambaia em carências definitivas ao tempo que havia concursados aguardando convocação.

A falta de publicidade acerca da natureza das carências abertas na SEDF é um obstáculo que facilita essa prática irregular. Atualmente, nos documentos referentes às contratações temporárias encaminhadas ao TCDF, órgão auxiliar da Câmara Legislativa do DF no desempenho do controle externo, não há referência ao tipo de carência que está sendo suprida com o contrato temporário (se definitiva ou provisória), o que acaba por dificultar a detecção desse tipo de irregularidade. Essa falha deve ser corrigida pela SEDF. A publicidade das carências abertas na SEDF é fundamental para a fiscalização, tanto por parte do Legislativo como pelos candidatos concursados, constituindo

medida importante para o aprimoramento da transparência nas contratações temporárias.

Nesse sentido, sugere-se que os quadros de carências das escolas sejam disponibilizados a qualquer interessado, especialmente aos concursados para que possam, em caso de irregularidades, reivindicar seus direitos.

Também essa medida é importante para que os aprovados nos processos seletivos simplificados possam, no momento da contratação, escolher, na ordem de classificação no processo, a carência que desejam preencher, evitando assim eventual inobservância à ordem de classificação.

Ademais, no ato da contratação deverá ser anotada a natureza da carência provisória com os dados a ela pertinentes (como o nome do professor afastado, o motivo e o período provável do afastamento) para fins de remessa de informações ao TCDF para que esse órgão exerça suas atribuições no controle externo.

Outra questão relevante diz respeito às causas do número tão elevado de contratações temporárias. A Lei Distrital nº 1.169/97 permite a contratação temporária para a substituição de professor em regência de classe, não detalhando, todavia, os tipos de afastamentos que podem ensejar a contratação temporária. Por outro lado, à vista do citado art. 206, V, da Constituição Federal, que exige o provimento de cargos de professor por meio de concurso público, conclui-se que, para os afastamentos definitivos geradores de vacância, não pode haver, em princípio, contratações temporárias. Assim, há permissão para a utilização desse instituto quando dos afastamentos temporários de professores (licença médica, licença prêmio, licença à gestante, etc).

A ex-Secretária de Educação do Distrito Federal, Sra. Maristela de Melo Neves, trouxe, em seu depoimento a esta CPI, diversas tabelas contendo dados sobre contratos temporários. Em uma, divulga os números de contratações por exercício:

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	TOTAL	Média anual
Numero de contratos realizados	3.244	5.742	6.074	4.493	3.755	3.826	27.134	4.522

Em complementação, solicitamos da SEDF os dados relativos aos exercícios mais recentes. Foi-nos informado que, nos anos de 2005 e 2006, o quantitativo de contratos temporários foi de 4.745 e 2.494, respectivamente.

O elevado quantitativo de contratos temporários por exercício possui, segundo a ex-Secretária Maristela, diversos motivos, dentre eles o grande número de professores em licença médica. A tabela a seguir, dada pela ex-Secretária, traz informações sobre os principais fundamentos das contratações temporárias:

Motivo	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Tratamento de saúde	11.813	12.378	15.147	19.207	24.861	21.017	104.423
Acidente de Trabalho	326	330	328	318	298	290	1900
Readaptação Funcional	423	1.143	1.290	1.905	a.479	614	7.854
Licenças concedidas por juntas médicas	4.806	4.290	6.323	10.186	19.929	9.639	55.173

As licenças médicas realmente dão origem a carências provisórias, supridas pelas contratações temporárias. Esse elevado número, infelizmente, retrata a realidade do docente brasileiro, que, diariamente, se submete a uma rotina desgastante, com condições de trabalho geralmente precárias. É um problema grave e que possui causas diversas que devem ser trabalhadas pela SEDF e outros órgãos competentes.

Outro elemento alegado como causador de contratações temporárias, a readaptação funcional, está, a nosso entender, sendo tratada de forma equivocada por parte da SEDF. Isso porque a readaptação é forma de vacância de cargo público (art. 33, VI, da Lei nº 8.112/90²²) e simultâneo provimento de outro cargo, não sendo a contratação temporária a via correta para o preenchimento das vagas oriundas da readaptação, mas sim o concurso público.

É até possível o emprego da contratação temporária no período em que o professor, com supostas limitações físicas, esteja se submetendo às análises médicas para fins de readaptação. Mas, destaca-se, apenas durante esse período. Uma vez concluído esse processo e que se constate se tratar de caso de impossibilidade de o professor continuar em regência de classe, o professor deverá assumir outra atribuição inerente à sua função (coordenação pedagógica, por exemplo), porém, caso o professor seja deslocado para função meramente administrativa - para a qual existem cargos específicos na estrutura da SEDF-, o professor deverá assumir outro cargo público compatível com suas limitações, ou seja, deverá ser readaptado, abrindo simultaneamente um cargo efetivo para futuro provimento via concursopúblico.

A prática da SEDF é, pois, diferente da prevista em lei: o professor readaptado para exercício de atividades estranhas ao de professor continua bloqueando o cargo de professor de forma indevida. E, para suprir a ausência de professor em sala de aula, pode a SEDF promover a contratação de um concursado ou até mesmo, conforme alegado pela ex-Secretária Maristela Neves, de contratados temporariamente. De qualquer sorte, é importante que o Tribunal de Contas do DF faça o acompanhamento permanente de todos os casos de readaptação para fins de controle de legalidade.

Cabe ressaltar que o professor com limitações de atividade em função distinta de seu cargo deverá assumir um outro com atribuições compatíveis com a limitação física ou mental. A definição de qual cargo o servidor com limitação irá ocupar deve ser feita pela própria SEDF, vez que os cargos de Especialista de Educação da Carreira Magistério Público do DF e os cargos da Carreira de Assistência à Educação demandam a edição de ato pela SEDF para a definição de suas atribuições (parágrafo único do art. 3º da Lei nº 3.318/04 e § 2º do art. 3º da Lei nº 3.319/04).

Em suma, sugere-se que, em relação aos professores com limitações para o exercício de atribuições típicas de professor, a SEDF deve adotar as medidas necessárias ao fiel cumprimento da lei (ou seja, readaptá-los), bem como se sugere o acompanhamento pelo TCDF dos casos de professores com limitações de atividades.

Merece também destaque o número de professores cedidos a outros órgãos/entidades dos Três Poderes e em todos os níveis federativos (dados fornecidos pela SEDF): 2000: 256; 2001: 333; 2002: 379; 2003: 526, 2004: 101, 2005: 64 e 2006: 12.

Esses professores cedidos pela SEDF continuam ocupando o cargo de professor do Quadro de Pessoal, situação essa que pode, na prática, ser motivadora de mais contratos temporários.

As cessões de servidores são reguladas, no âmbito do Distrito Federal, pelas Leis nºs 1.370/97 e 2.469/99. Há dispositivo legal (art. 5º da Lei nº 1.370/97) que permite ao Governador do Distrito Federal, em situações excepcionais, autorizar cessões fora das hipóteses previstas naquela lei. Ou em outras palavras, há um campo de discricionariedade para o Governador autorizar a cessão do servidor. De qualquer sorte, a cessão tão-somente deve ser permitida nos casos permitidos em lei e em situações excepcionais, cabendo ao Tribunal de Contas do Distrito

²² Art. 24. Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.

Federal exercer a fiscalização sobre as cessões realizadas pela Secretaria de Educação.

Outro ponto de extrema relevância diz respeito aos professores deslocados da regência de classe para a área administrativa. O número de professores, por exercício, nessa situação é bastante elevado: 2000: 4.772; 2001: 5.200 e 2002: 5.146, 2003: 3.173, 2004: 4.855 e 2005: 3.025.

Nesses números estão incluídos os professores readaptados, situação já exposta neste relatório, professores que tiveram sua matriz curricular extinta, professores ocupantes de cargo de diretor escolar, vice-diretor, assistente escolar, atividades de apoio nas escolas, professores ocupantes de cargo comissionado ou não nas Diretorias Regionais de Ensino e na Administração Geral (sedes 1, 2 e 3), professores em coordenação pedagógica, em atividades psicopedagógicas e em oficinas pedagógicas.

Foi solicitado da SEDF o quantitativo dos professores deslocados para a área administrativa em suas diversas espécies. Em resposta (MEMO165/DRH-2006), fomos informado, por exemplo, que atualmente existem cerca de 1.500 professores fora de regência de classe atuando nas áreas administrativas da SEDF (476 nas Unidades I, II e III da SEDF e 1.088 nas DREs).

É certo que os professores não-comissionados que estão exercendo atividades meramente administrativas e pedagógicas típicas de outros cargos (Especialista de Educação e cargos da Carreira de Assistência à Educação do DF) estão em desvio de função, devendo a SEDF providenciar a admissão de concursados para essas atribuições.

Registre-se que não se censura aqui a ocupação de cargos comissionados por professores, mas a ocupação e desempenho de atribuições pelos docentes concernentes a funções não relativas ao de magistério.

4.2. Da irregularidade na contagem dos pontos referentes à titulação de candidatos aprovados nos processos seletivos para professor.

Houve denúncias à CPI da Educação de que a pontuação obtida por determinados candidatos, nos processos seletivos simplificados para contratação temporária de professores, não correspondia à titulação real.

Com o objetivo de apurar eventuais

irregularidades na pontuação, foram selecionados três processos seletivos simplificados para professores para serem objeto de conferência. São eles: Edital Normativo nº 05 (DODF, de 19.12.03), com regras dadas pela Portaria nº 363 (DODF, de 18.12.03), Edital normativo nº 01 (DODF, de 04.02.05), regulado pela Portaria nº 25 (DODF, de 04.02.05), e Edital normativo nº 4 (DODF, de 30.12.05), regulado pela Portaria nº 390 (DODF, de 16.12.05).

Como a SEDF, à época dos processos seletivos relativos aos Editais nºs 05/03 e 01/05, não retinha os documentos comprobatórios dos títulos apresentados pelos candidatos, fato esse ensejador de prejuízos relevantes para a fiscalização do certame tanto pelos candidatos quanto pela própria Administração Pública, foram colhidas amostras de candidatos aprovados nesses dois processos seletivos e que tinham obtido aprovação também no último processo seletivo para professor (Edital normativo nº 4/05, com resultado final publicado no DODF, de 30.12.05), vez que nesse a SEDF procedeu ao recolhimento dos documentos referentes à titulação dos candidatos.

Partimos, portanto, da premissa lógica de que os títulos apresentados no processo seletivo mais antigo também foram apresentados no mais recente porque o interesse do candidato é sempre obter uma pontuação mais elevada. Assim, foi possível a conferência da pontuação dos candidatos na época desses três certames.

Foi solicitada à SEDF a documentação dos candidatos selecionados em nossas amostras. De posse desses documentos, fizemos as conferências dos pontos obtidos pelos candidatos nos três processos seletivos em questão.

A) Do Edital nº 05, de 17.12.03, publicado no DODF de 19.12.03.

Os critérios de pontuação desse processo seletivo simplificado para professor foram divulgados por meio da Portaria nº 363 (DODF de 18.12.03), em seu anexo II, *verbis*:

"ANEXO II DA PORTARIA Nº 363, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003.

1 - Educação Básica/ 1.1 Área de Atividades/ 1.1.1 Títulos Exigidos para Inscrição;
a) comprovante de conclusão de Curso de

Magistério, para atuação até a 4ª série do Ensino Fundamental (registro, diploma, certificado ou declaração expedida pela respectiva instituição de ensino), valendo 25 pontos, ou; b) Comprovante de conclusão de curso de Pedagogia com habilitação para atuar até a 4ª série do Ensino Fundamental (registro, diploma, certificado ou declaração expedida pela respectiva instituição de ensino superior), valendo 25 pontos, ou; c) Comprovante de conclusão de curso de Pedagogia com habilitação para atuar na Educação Especial (registro, diploma, certificado ou declaração expedida pela respectiva instituição de ensino superior), valendo 25 pontos./ 1.2 Área Específica/ 1.2.1 Títulos Exigidos para Inscrição: a) Comprovante de conclusão de licenciatura plena na área de habilitação do componente curricular pleiteado (registro, diploma, certificado ou declaração expedida pela respectiva instituição de ensino superior), valendo 35 pontos. b) Comprovante de conclusão de bacharelado ou similar em nível de 3ª grau, (registro, diploma, certificado ou declaração, expedida pela respectiva instituição de ensino superior), acompanhado de histórico escolar, onde comprove já ter cursado o componente curricular pleiteado com aprovação de, no mínimo, três semestres, valendo 25 pontos.

2 - Educação Profissional/ 2.1 Nível Técnico/ 2.1.1 Títulos Exigidos para Inscrição: a) Comprovante de conclusão de licenciatura plena na área de habilitação do componente curricular pleiteado (registro, diploma, certificado ou declaração expedida pela respectiva instituição de ensino superior), valendo 35 pontos. b) Comprovante de conclusão de bacharelado ou similar em nível de 3ª grau, (registro, diploma, certificado ou declaração, expedida pela respectiva instituição de ensino superior), acompanhado de histórico escolar, onde comprove já ter cursado o componente curricular pleiteado com aprovação de, no mínimo, três semestres, valendo 25 pontos. c) Declaração específica, expedida por banca examinadora, atestando notório conhecimento, exclusivamente para o CEP/Escola de Música de Brasília,

pontuação a ser definida em Edital próprio./ 2.2 Nível Básico/ 2.2.1 Títulos exigidos para inscrição: a) Declaração específica expedida por banca examinadora, pontuação a ser definida em Edital próprio.

3 - Títulos Complementares:/ 3.1 Comprovante de conclusão de curso, na área de atuação do candidato, devidamente registrado, em nível de: a) Doutorado (máximo de 3 títulos), valendo 10 pontos; b) Mestrado (máximo de 3 títulos), valendo 07 pontos; c) Especialização - Nível de Pós-Graduação (carga horária a partir de 320 horas - máximo de 3 títulos), valendo 03 pontos; d) Aperfeiçoamento (carga horária a partir de 101 horas - máximo de 5 títulos), valendo 02 pontos; e) Treinamento (carga horária igual ou superior a 30 horas - máximo de 10 títulos), observado o disposto no item 69, valendo 01 ponto; f) Outros cursos de treinamento na área de Educação (carga horária mínima de 30 horas por curso - máximo de 5 títulos), valendo 01 pontos./ 3.2 Tempo de serviço no magistério, devidamente comprovado em carteira de trabalho, declaração ou certidão de tempo de serviço, (no máximo três anos) 01 ponto por ano./ 3.3 Experiência profissional em estágio supervisionado no curso de Magistério, 01 ponto."

O resultado final do processo seletivo simplificado em comento foi publicado no DODF, de 10.02.2004. Nele constam: nome do candidato, identificação da regional a que concorreu, disciplina, classificação e pontuação.

Confrontando os documentos apresentados pela SEDF com as regras de pontuação dadas pelo anexo II da Portaria 363, obtivemos o seguinte resultado:

- EDUCAÇÃO FÍSICA, DIURNO, para atuar no CIEF:

Nome	Pontuação constante do RF	Classificação	Pontuação comprovada
Anita Souto Mayor Rondon	66	1ª	58
Ceiso Pereira de Almeida	63	2ª	53
Lulz Antônio Buratto	61	4ª	53
Maurício Thomas	57	6ª	46
Laurimele Elias Págy	56	7ª	56
Francisco das Chagas Sobrinho	53	9ª	53

- PARANOIA:

- ATIVIDADES, ENSINO REGULAR, DIURNO:

Nome	Pontuação constante do RF	Classificação	Pontuação comprovada
Rosilene Pego do Amaral	54	1ª	42
Mana Hslena Lira da Souza	52	4ª	40
Paula Adriana dos Santos	51	5ª	43
Georgelia Cristina da Rocha	50	6ª	41
Maria Zimris Rocha Macedo	49	7ª	26
Celestina Pena Moreira	49	8ª	40
Mana Machado Nunes Santos	49	9ª	46

- ATIVIDADES, DEF. MENTAL, DIURNO:

Nome	Pontuação constante do RF	Classificação	Pontuação comprovada
Francisca Simone Sales Fernandes Clementino	49	2ª	42
Irene Costa Uma de Sousa	47	3ª	35
Gizele Cardoso dos Santos	39	5ª	35
Rivalda Cristina Lopes Barbosa	39	6ª	37
Márcia Aparecida Moreira da Silva	38	7ª	40

- ATIVIDADES, DEF. MÚLTIPLA, DIURNO:

Nome	Pontuação constante do RF	Classificação	Pontuação comprovada
Iza Aguiar dos Reis	45	2ª	39
Raimunda de Fátima Feltosa Costa	43	4ª	40
Janaina Honório Fagundes	42	5ª	42
Nilza José de Araújo	42	6ª	42
Celestina Elza da Assunção Neta	41	7ª	38
Elisângela Barreira Ribeiro	37	9ª	36
Dany Max Macedo de Oliveira	35	10ª	32

- EDUCAÇÃO FÍSICA, DIURNO, PARANOIA:

Nome	Pontuação constante do RF	Classificação	Pontuação comprovada
Lúcia Costa Oliveira	45	1ª	45
Marina Argelia Barbosa	45	2ª	45
Paulo Sérgio Ferreira de Oliveira	43	5ª	43
Simone Adami Santos Peixoto	38	9ª	38

- GEOGRAFIA, DIURNO:

Nome	Pontuação constante do RF	Classificação	Pontuação comprovada
Jose Moreira Portela	54	1ª	50
Claudete Nogueira da Silva	45	4ª	37
Ana Maria Dias de Oliveira	43	6ª	43
Anália Macedo Néri Fonseca	43	7ª	41
Mônica Adrienne de Menezes Temoteo	42	10ª	42

- ENSINO ESPECIAL PLANO/CRUZEIRO:

- ATIVIDADES, CONDUTAS TÍPICAS-AUTISMO, DIURNO:

Nome	Pontuação constante do RF	Classificação	Pontuação comprovada
Angelina de Jesus de Souza	54	2ª	37
Filomena Cândida de Jesus	54	3ª	43
Maria Auxiliadora Arado	54	5ª	46
Dilma Célia Barboza da Silva	52	7ª	46
Kátia Cilene Torres P. Galvão	51	8ª	39

- ATIVIDADES, DEF. AUDITIVA, DIURNO:

Nome	Pontuação constante do RF	Classificação	Pontuação comprovada
Dilma Vilarim Feitosa	56	1ª	46
Flávia Adriano Machado	54	2ª	43
Alicenice Palmeira F César	46	5ª	46
Cláudia Luciana da Silva Ribeiro	36	6ª	38
Isabel Cipriano Sampaio Portinho	35	9ª	35
Mana Augusta Machado	34	10ª	39

- ATIVIDADES, DEF. FÍSICA, DIURNO:

Nome	Pontuação constante do RF	Classificação	Pontuação comprovada
Mana Augusta Silveira Passos Maciel	54	2ª	45
Maria de Fátima Carvalho	51	4ª	46

Nome	Pontuação constante do RF	Classificação	Pontuação comprovada
Luzia Maria de Carvalho	50	5ª	45
Nelcy Ferreira dos Santos	42	8ª	41
Marlene de Abreu Araújo	41	9ª	41
Andreia Liana Castra Santos	39	12ª	43
Suzanna Ferreira Lanqamer	36	13ª	36

- ATIVIDADES, DEF MENTAL, DIURNO

Nome	Pontuação constante do RF	Classificação	Pontuação comprovada
Maria Eclia Soares da Silva	56	2ª	51
Mana Janete Miranda Henrique	54	3ª	35
Nair Melo da Mota	53	4ª	42
Gleise das Graças L Oliveira	50	5ª	50
Maria Marta Gonçalves	49	6ª	43
Ruzilanda de Deus Alves	46	7ª	36
Euríene Carvalho de S. Barros	46	8ª	37
Elaine Maria da Cunha	44	9ª	36
Maria do Socorro C. de Oliveira	44	10ª	41

- ATIVIDADES, DEF. MÚLTIPLA, DIURNO

Nome	Pontuação constante do RF	Classificação	Pontuação comprovada
Celenita Anselmo de Siqueira	60	2ª	48
Elza Alcibiades Paulino	60	3ª	48
Regina Auxiliadora de O	59	4ª	48

Ramos			
Márcia da Fonseca Braga Silveira	57	6ª	50
Célia Blzinto Borges	57	7ª	44
Lúcia Helena Frossard Queiroz	57	8ª	50
Silma Henrique Cares	54	10ª	45

- ATIVIDADES, DEF. VISUAL:

Nome	Pontuação constante do RF	Classificação	Pontuação comprovada
Sueli Ruelli Rodrigues da Silva	52	1ª	44
Rita de Cássia de Souza Barras	46	5ª	44
Maria de Araújo Leal Gonçalves	45	6ª	43
Francisco de Souza Pinto	40	9ª	40

- ATIVIDADES, DEF. AUD. LÍNGUA DE SINAIS

Nome	Pontuação constante do RF	Classificação	Pontuação comprovada
Cláudio Henrique Costa Moura	35	3ª	33
Ana Cleide P. Oliveira Nunes	30	5ª	30
Márcia Rosanta Carvalho Freitas	28	7ª	32
Rosemary de Sousa Santos	27	8ª	27

Essa amostra foi constituída de 76 (setenta e seis) candidatos aprovados. Nota-se um elevado número de casos em que a pontuação divulgada pelo resultado final não confere com a obtida por meio da conferência dos documentos disponibilizados pela SEDF. Em 54 (cinquenta e quatro) casos, ou seja, em aproximadamente 70% dos casos, a pontuação divulgada ficou acima da pontuação demonstrada²³.

I3) Do Edital nº 01, de 03.02.05, publicado no DODF, de 04.02.05.

Os critérios de pontuação desse processo seletivo simplificado para professores foram divulgados por meio da

Portaria nº 25 (DODF, de 04.02.05), em seu anexo II. Esses critérios são os mesmos definidos para o processo seletivo objeto de nossa primeira amostra (Edital nº 05/03).

As tabelas a seguir resultam do confronto entre a pontuação constante do resultado final (Edital publicado no DODF, de 25.02.05) e os documentos comprobatórios da titulação fornecidos pela SEDF:

- EDUCAÇÃO FÍSICA, DIURNO, para atuar no CIEF

Nome	Pontuação	Classificação	Pontuação comprovada
Luiz Antônio Buratto	65	2ª	53
Celso Pereira de Almeida	63	3ª	53
Lauriméle Elias Pagy	58	5ª	63
Maurício Thomas	58	7ª	49

- PARANOÁ, DIURNO:

- ATIVIDADES, ENSINO REGULAR

Nome	Pontuação	Classificação	Pontuação comprovada
Francisca Perpétua da Silva	57	2ª	47
Rita de Cássia Miranda Raimundo Pereira	55	3ª	47
Creusa Gualberto Gabriel	54	4ª	45
Celestina Pena Moreira	54	5ª	45
Ivoneide Madalena Alves de Sousa	54	7ª	48
Mana Helena Lira de Souza Lima	54	8ª	46
Eva Aparecida Martins da Silva	54	9ª	42

Silva Conceição Mana Lobato Santos	54	10ª	49
------------------------------------	----	-----	----

- EDUCAÇÃO FÍSICA, DIURNO

Nome	Pontuação	Classificação	Pontuação comprovada
Nelson Jorge	62	1ª	59
Marina Argélia Barbosa	54	2ª	48
Daniel Cantanhede Behmolras	52	3ª	46
Daniela de Lima Campos	47	5ª	48

- GEOGRAFIA

Nome	Pontuação	Classificação	Pontuação comprovada
José Moreira Portela	57	1ª	50
Claudete Nogueira da Silva	57	2ª	46

²³ Também foram detectados casos em que o candidato tinha na verdade uma pontuação maior que a divulgada (4 casos, ou aproximadamente 5% do total).

Luiz Carlos Furtado	43	4º	44
Lilian Martins da Costa	40	6ª	38
Leonardo F. de Melo	39	7ª	38
Fernanda Batista Costa	39	8ª	48

- ATIVIDADES - DEF. VISUAL - MAGISTÉRIO

Nome	Pontuação	Classificação	Pontuação Comprovada
Sueli Rodrigues da Silva	54	1ª	44
Maria de Araújo Leal Gonçalves	50	2ª	47
Rita de Cássia de Souza Barros	47	3ª	44
Edna Pereira de oliveira	32	5º	32

ENSINO ESPECIAL- PLANO
PILOTO/CRUZEIRO:
- ATIVIDADES - CONDUTAS TÍPICAS
(AUTISMO)

- ATIVIDADES - DEF. AUD. LÍNGUA DE SINAIS

Nome	Pontuação	Classificação	Pontuação comprovada
Maria Vilma Hecht Nunes Lemos	57	1º	44
Maria de Lourdes Erbe	57	2ª	45
Maria Augusta Silveira Passos Maciel	54	3ª	47
Eunice Almeida Nascimento	54	4ª	47
Evanice Luiz de Vasconcelos Silva	54	5ª	45
Filomena Cândida de Jesus	54	6ª	43
Ana Gerusa dos Amos Moura	54	8º	46
Angelina de Jesus de Souza	54	10ª	45

Nome	Pontuação	Classificação	Pontuação comprovada
Maria Augusta Machado	42	1ª	40
Simone Virginia Perpétuo	40	2ª	40
Sônia Maria Vieira Mendes	35	3ª	35

No total, essas tabelas trazem 54 (cinquenta e quatro) aprovados no processo seletivo. Foram detectados 41 (quarenta e um) casos nos quais a pontuação comprovada era inferior àquela constante do resultado final (o que corresponde a cerca de 76% do total)²⁴.

- ATIVIDADES - DEF. AUDITIVA MAGISTÉRIO

Nome	Pontuação	Classificação	Pontuação comprovada
Joice Eliúde Silva Rocha	57	1º	47
Flávia Adriano Machado	54	3ª	44
Eliane Teles de Brito	49	4º	48
Antônia Martins Barbosa Ferreira	33	10ª	33

C) Do Edital nº 04, de 29.12.05, publicado no DODF de 30.12.05.

- ATIVIDADES - DEF. MENTAL

Nome	Pontuação	Classificação	Pontuação comprovada
Jucélia Lopes de Sousa	54	1ª	46
Gleise das Graças Lacerda Oliveira	50	2ª	50

Nome	Pontuação	Classificação	Pontuação comprovada
Célia Maria Nóbrega Portela Alexandre	46	4ª	50
Coleta Antunes da Silva Chaves	45	5ª	45
Angela Valle Xavier	45	6ª	45
Regina Célia Ferreira da Silva	45	7ª	45
Maria do Socorro Castillo de Oliveira	44	8ª	41
Adriana Farias da Paz	39	10ª	38

- ATIVIDADES - DEF. MÚLTIPLA

Nome	Pontuação	Classificação	Pontuação comprovada
Elza Alcebíades Paulino	60	2ª	51
Celenita Anselmo de Siqueira	57	5ª	50
Lúcia Helena Frossard Queiroz	57	6º	50
Célia Bizinho Borges	57	9ª	48
Regina Auxiliadora de Ramos	57	10	50

Esse Edital, divulgado quando a CPI da Educação já estava em curso, foi **normatizado** por meio da Portaria nº 390 (DODF, de 30.12.05). Cabe destacar que essa Portaria consignou importante inovação advinda certamente de crítica feita pelos integrantes da CPI em relação à não retenção dos documentos comprobatórios dos títulos apresentados pelos

candidatos nos processos seletivos simplificados da SEDF. Essa novidade consta do item 9 da Portaria nº 390: "As inscrições dos candidatos devem obedecer aos critérios definidos em **Edital específico**, sendo obrigatória a **apresentação** da documentação mencionada nesta **Portaria**". (grifo nosso)

Essa previsão normativa constitui instrumento importante e necessário à transparência do processo seletivo, sendo também útil ao exercício da fiscalização dos certames pelos candidatos e pela Administração Pública.

Em relação aos dois processos seletivos anteriores, houve alteração na pontuação dos títulos e no

²⁴ Também foram observadas cinco situações em que o candidato obteve pontuação inferior à comprovada (o que corresponde a cerca de 9% do total).

número máximo de **títulos**, bem como a inovação de se pontuar em função de aprovação em concurso público, em vigência, para professor. A seguir trazemos as regras de pontuação, com redação dada pela Portaria retificadora nº 7, DODF, de 05.01.06:

"ANEXO II DA PORTARIA Nº 390, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2005.

1 - EDUCAÇÃO BÁSICA

1.1 - ÁREA DE ATIVIDADES

1.1.1 - **Títulos Exigidos para Inscrição:** a) **comprovante** de conclusão de Curso de Magistério, para atuação na Educação Infantil; b) **comprovante** de conclusão de Curso de Magistério, para atuação nas séries iniciais do Ensino Fundamental ou de conclusão do Curso de Pedagogia com habilitação para atuar nas séries iniciais (**diploma**, certificado ou **declaração** expedida pela respectiva instituição de ensino superior), valendo 10 pontos; c) **comprovante** de conclusão de curso de Pedagogia com habilitação para atuar na Educação Especial, (**diploma**, certificado ou **declaração** expedida pela respectiva instituição de ensino superior), valendo 10 pontos.

1.2 - ÁREA ESPECÍFICA

1.2.1 - **Títulos Exigidos para Inscrição:** a) **comprovante** de conclusão de licenciatura plena na área de habilitação do componente curricular pleiteado (**diploma**, certificado ou **declaração** expedida pela respectiva instituição de ensino superior), valendo 10 pontos, ou; b) **comprovante** de conclusão de **bacharelado** ou similar em nível superior (**diploma**, certificado ou **declaração**, expedida pela respectiva instituição de ensino superior) **acompanhado** de histórico escolar, no qual comprove ter cursado o componente curricular **pleiteado** com aprovação em, no mínimo, três semestres, valendo 05 pontos.

1.3 - Centros de Ensino Especial; 1.3.1 **Títulos Exigidos para Inscrição:** a) **comprovante** de conclusão de Curso de **Magistério**, para atuação até a 4ª série do Ensino Fundamental (**diploma**,

certificado ou **declaração** expedida pela respectiva instituição **educacional**), valendo 10 pontos, ou; b) **comprovante** de conclusão de curso de Pedagogia com habilitação para atuar na Educação Especial (**diploma**, certificado ou **declaração** expedida pela respectiva instituição de ensino superior), valendo 10 pontos, ou; c) **comprovante** de conclusão de licenciatura plena na área de Educação Física, com currículo adaptado para o ensino especial, e na área de Arte, exclusivamente para as instituições conveniadas (**diploma**, certificado ou **declaração** expedida pela respectiva instituição de ensino superior), valendo 10 pontos, e d) **comprovante**

de conclusão de Curso Básico na área pretendida – **presencial**, especificando conteúdo ministrado, contendo carimbo e número de registro da instituição executora, cuja carga horária mínima

deverá ser: ÁREA PRETENDIDA/CARGA HORÁRIA MÍNIMA: Altas habilidades/80; Condutas Típicas/Autismo/80; Deficiência Auditiva/120; Deficiência Física/60; Deficiência Mental/80; Deficiência Múltipla/80; Deficiência Visual/120; Educação Física - Educação Especial/60; Estimulação Precoce/80

1.4 - CENTRO INTERESCOLAR DE LÍNGUAS

1.4.1 **Títulos Exigidos para Inscrição:** a) **comprovante** de conclusão de licenciatura plena na área de habilitação do componente curricular pleiteado (**diploma**, certificado ou **declaração** expedida pela respectiva instituição de ensino superior), valendo 10 pontos, ou; b) certificado de conclusão de curso de línguas em nível **avançado** e **comprovante** de conclusão de curso superior, valendo 05 pontos.

2 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

2.1 - NÍVEL TÉCNICO

2.1.1 - **Títulos Exigidos para Inscrição:** a) **comprovante** de **conclusão** de licenciatura plena na área de habilitação do componente curricular **pleiteado** (**diploma**, certificado ou **declaração** expedida pela respectiva instituição de ensino superior), **valendo** 10 pontos, ou; b) **comprovante**

de conclusão de bacharelado ou similar em nível superior (diploma, **certificado** ou declaração, **expedida para** respectiva instituição de ensino superior), acompanhado de **histórico** escolar, onde comprove **já** ter cursado o componente curricular pleiteado com aprovação **em**, no mínimo, três **semestres**, valendo 5 pontos, ou; c) declaração específica, expedida por banca examinadora, atestando conhecimento, regulamentada pelo Decreto nº 5154/2004, exclusivamente para a Escola de Música de Brasília - CEP-EMB, valendo 4 pontos.

2.2 - NÍVEL BÁSICO

2.2.1 - TÍTULOS EXIGIDOS PARA INSCRIÇÃO:

a) Declaração específica expedida por banca examinadora, **regulamentada** pelo Decreto nº 5154/2004, valendo 4 pontos.

3 - TÍTULOS COMPLEMENTARES

3.1 - COMPROVANTE DE CONCLUSÃO DE CURSO, NA ÁREA DE ATUAÇÃO DO CANDIDATO, DEVIDAMENTE REGISTRADO, EM NÍVEL DE: a) Doutorado (máximo de 1 **título**), valendo 5 pontos; b) Mestrado (máximo de 1 **título**), valendo 4 pontos; c) Especialização - **Nível de Pós-Graduação** (carga horária a partir de 320 horas - máximo de 2 **títulos**), valendo 3 pontos cada; d) Aperfeiçoamento (carga horária a partir de 101 horas - máximo de 3 **títulos**), valendo 2 pontos cada; e) Treinamento (carga horária igual ou superior a 30 horas - máximo de 5 **títulos**), valendo 1 ponto cada; f) outros cursos de treinamento na área de Educação (carga horária mínima de 30 horas por curso - máximo de 5 **títulos**), valendo 1 ponto cada. 3.2 • Tempo de serviço no **magistério**, exercido no cargo de professor; devidamente comprovado em carteira de trabalho, declaração ou certidão de tempo de serviço, no máximo três anos, 1 ponto po'r ano. 3.3 - Experiência profissional em estágio supervisionado no curso de Magistério, para **aqueles** que optarem por atuar em Atividades, 1 ponto. 3.4 - Declaração de aprovação em concurso para professor da Secretaria de Estado de Educação do Distrito **Federal**, que ainda não foi empossado, desde que o concurso esteja dentro do prazo de validade, valendo 10 **pontos**."

Confrontando essas regras com os documentos fornecidos pela SEDF dos candidatos de nossa amostra e com a pontuação descrita no Edital de resultado final (**Edital** publicado no DODF, de **08.02.06**), obtivemos o seguinte resultado:

Nome	Pontuação constante do RF	Pontuação comprovada
Adriana Farias da Paz	23	23
Aldemice Palmeira F César	33	33
Ana Cleide Pinheiro Oliveira Nunes	29	27
Ana Gerusa dos Anjos Moura	30	30
Ana Maria Dias de Oliveira	24	23
Anália Macedo Néri Fonseca	16	16
Andreia Liana Castra Santos	29	30
Angela Valle Xavier	40	38
Angelina de Jesus de Souza	30	30
Anita Souto Mayor Rondon	32	32
Antônia Martins Barbosa Ferreira	29	29
Celenita Anselmo de Siqueira	33	33
Celestina Elza da Assunção Neta	26	26
Celestina Pena Moreira	30	30
Célia Elzino Borges	33	33
Célia Maria Nóbrega Portela Alexandre	30	32
Celso Pereira de Almeida	29	28
Claudete Nogueira da Silva	30	30
Cláudia Luciana da Silva Ribeiro	23	23

Cláudio Henrique Costa Meira	28	28
Coleta Antunes da Silva Chaves	26	M
Conceição Maria Lobato Santos	29	29
Creusa Gualberto Gabriel	30	30
Daniel Cantanhede Behmoiras	38	38
Daniela de Lima Campos	30	28
Dany Max Macedo de Oliveira	40	40
Dilma Célia Barboza da Silva	40	40
Dilma Vilarim Feltosa	40	40
Edna Pereira de oliveira	28	28
Eliane Maria da Cunha	30	30
Eliane Teles de Brito	30	27
Elisângela Barreira Ribeiro	20	M
Elza Alcebiades Paulino	36	36
Eunice Almeida Nascimento	32	30
Eurlene Carvalho de S. Barras	40	40
Eva Aparecida Martins da Silva	30	30
Evanice Luiz de Vasconcelos Silva	30	29
Fernanda Batista Costa	17	17
Filomena Cândida de Jesus	30	30
Flávia Adriano Machado	40	40
Francineide Alves Couto	40	40
Francisca Perpétua da Silva	33	33
Francisca Simone Sales F. Clementino	30	30
Francisco das Chagas Sobrinho	31	30
Francisco de Souza Pinto	31	35
Georgella Cristina da Rocha	32	32
Gizele Cardoso dos Santos	29	29
Gleise das Graças L. Oliveira	32	M
Irene Costa Lima de Sousa	22	22
Isabel Cipriano Sampaio Portilho	22	23
Ivoneide Madalena Alves de Sousa	30	30
Iza Aquilar dos Reis	30	30
Janaina Honório Fagundes	25	25
Joice Eliude Silva Rocha	33	33
José Moreira Portela	23	M
Jucélia Lopes de Sousa	30	30
Kátia Cilene Torres P. Galvão	33	33
Laurimelo Elias Pagy	35	35
Leonardo Fonseca de Melo	14	13
Lilian Martins da Costa	21	19
Lúcia Costa Oliveira	31	31
Lúcia Helena Frossard Queiroz	33	33
Luiz Antônio Buratto	36	26
Luiz Carlos Furtado	21	21

Luzia Maria de Carvalho	30	30
Márcia Aparecida Moreira da Silva	26	26
Márcia da Fonseca Braaa Silveira	36	33
Márcia Rosania Carvalho Freitas	18	18
Maria Augusta Machado	30	30

Maria Augusta Silveira Passos Maciel	33	33
Maria Auxiliadora Araújo	30	30
Maria de Araújo Leal Gonçalves	30	30
Maria de Fátima Carvalho	33	36
Maria de Lourdes Erbe	42	42
Maria do Socorro C. de Oliveira	25	25
Maria Ecia Soares da Silva	32	32
Maria Helena Ura de Souza	30	30
Maria Janete Miranda Henrique	36	30
Maria Machado Nunes Santos	30	30
Maria Maria Gonçalves	30	30
Maria Vilma Hecht Nunes Lemos	33	30
Maria Zimís Rocha Macedo	30	30
Marina Argélia Barbosa	23	24
Marlene de Abreu Araújo	36	36
Maurício Thomas	29	26
Mônica Adrienne de Menezes Temoteo	17	17
Nair Melo da Mota	33	33
Nelcy Ferreira dos Santos	27	27
Nelson Jorge	32	32
Nilza José de Araújo	30	30
Paula Adriana dos Santos	30	30
Raimunda de Fátima Feitosa Costa	30	30
Regina Auxiliadora de O Ramos	33	33
Regina Célia Ferreira da Silva	38	38
Rita de Cássia de Souza Barros	29	29
Rita de Cássia Miranda Raimundo Pereira	43	43
Rivalda Cristina Lopes Barbosa	40	40
Rosiléia Pego do Amaral	30	30
Ruzlândia de Deus Alves	43	41
Silma Henrique Cares	40	40
Simone Adami Santos Peixoto	21	19
Simone Virginia Perpétuo	30	30
Sônia Maria Vieira Mendes	22	20
Sueli Rueli Rodrigues da Silva	30	30
Suzana Ferreira Langamer	28	24

Essa amostra é constituída de 105 (cento e cinco) candidatos. Foram constatados 20 (vinte) casos em que a nota divulgada pelo resultado final era superior à comprovada (o que equivale a cerca de 20% do total da amostra)²⁵.

Cabe destacar que o percentual de desvios de notas nesse processo seletivo caiu bastante em relação aos dois primeiros (de cerca de 70% de erro para 20%). Essa redução pode ter sido motivada pela instalação da CPI da Educação e pelas denúncias feitas por diversos candidatos, que acabaram por redundar em um maior controle por parte da Secretaria de Educação no referido processo seletivo. Todavia, mesmo com essa redução, é estranhável e inadmissível um percentual de erro da ordem de 20%.

Diversas podem ser as causas para as diferenças de pontuação verificadas acima. Primeiramente, destaca-se a possibilidade de erro por parte de servidores da SEDF, quando do cômputo da pontuação. Conforme foi destacado, houve também casos em que os candidatos foram prejudicados, vez que a pontuação constante do resultado final foi inferior à comprovada. Isso pode ser fruto de erro na contagem dos pontos pelo servidor da SEDF.

O candidato ao processo seletivo simplificado, quando do momento da inscrição, tem seus títulos avaliados pelos servidores, porém, muitas vezes ele não realiza uma conferência pormenorizada de sua pontuação, às vezes por desconhecimento dos critérios de avaliação, outras por falta de cautela. De qualquer sorte, esse tipo de erro seria minimizado se houvesse uma revisão da contagem dos pontos por parte de outros servidores. Nesse sentido, sugere-se à SEDF que implemente, em seus processos seletivos simplificados, uma comissão revisora das pontuações concedidas.

Outra possibilidade é a ocorrência de fraude. É factível a atribuição de pontuação inverídica ao candidato, ainda mais quando não havia a retenção dos documentos dos candidatos, como ocorria no passado. Qualquer processo seletivo (até mesmo concursos públicos para cargos efetivos) é suscetível de fraude, porém, as fragilidades nos processos seletivos simplificados para contratação temporária de professores são evidentes. A revisão da pontuação por parte de outros servidores deverá diminuir substancialmente a fragilidade do procedimento.

De qualquer modo, independentemente de ser falha ou fraude, houve erros cometidos por servidores públicos e que devem ser apurados por meio do devido processo administrativo. Nesse sentido, sugere-se que a SEDF instaure os procedimentos cabíveis para a apuração do ilícito administrativo em questão, devendo o Tribunal de Contas do DF realizar o devido acompanhamento.

Por fim, cabe asseverar que o processo seletivo simplificado para professores poderia ser constituído também por provas (ou seja, provas e títulos) ou só por provas, o que provavelmente aumentaria a eficiência no certame, vez que os candidatos não seriam avaliados tão-somente por títulos (às vezes de cursos ministrados por instituições de qualidade duvidosa ou até mesmo de cursos não realizados, conforme denunciado à CPI da Educação), mas pelo desempenho em provas avaliadoras de conteúdo. Assim, sugere-se que a SEDF estude a possibilidade de aplicar provas objetivas e/ou subjetivas em seus processos seletivos simplificados para contratação temporária de professores.

5. DAS DENÚNCIAS CORRELATAS

5.1. DA PERMANÊNCIA DE SERVIDORES NA SEDF SEM COMPARECIMENTO AO TRABALHO

²⁵ Também foram detectados casos em que a pontuação divulgada foi inferior à comprovada (10 casos, ou seja, aproximadamente 10% do total).

Ao longo dos depoimentos colhidos na CPI, assim como já apurado pela própria SEDF, foi constatada a existência de "servidores fantasmas" na Secretaria de Educação, como é chamada a prática de **acobertamento** da ausência dos servidores ao trabalho.

Os três casos apurados pela CPI foram admitidos pelos próprios **beneficiados**, em seus depoimentos **prestados** perante a Comissão.

Em primeiro lugar, o Sr. Achilles de Santana declarou que, após seu afastamento da função de Presidente da CPL, permaneceu no cargo de assessor da SUBAP, diretamente subordinado ao Sr. José Pereira Coelho, mas foi por ele orientado a não comparecer regularmente ao trabalho, apenas quando fosse convocado e, uma vez por mês, para assinatura da frequência, nos seguintes termos:

"ACHILLES DE SANTANA - Eu saí da Comissão, fui à Deputada para tentar falar com ela, não a encontrei. Um belo dia, a secretária dela, a Mônica, falou: "Olha, o seu problema, quem vai resolver é de outro nível. Você vai para casa e fica em casa, que, à hora que tiver uma posição, eu te chamo". Isso já depois de muitos dias que eu ia lá, não falava com ela, ficava lá. Eu não tinha nem mais cadeira, apesar de eu ter o cargo de assessor. Eu senti um constrangimento porque eu não sabia por que tinham me tirado dali. E ficar ali por que, se não queriam que eu ficasse ali? Na Comissão, não queriam que eu ficasse lá também. Todo dia eu ia para lá e não tinha nada. "A Deputada Eurides Brito já resolveu o meu problema?" Era o Coelho, eu chamava ele de Coelhinho. Ele é novo igual a mim. "Não. Fica em casa, que a Deputada Eurides Brito vai definir a sua situação". Passou-se o tempo. Isso foi com um ano e pouquinho. Eu ia, ligava. Todo mês, eu ia, e recebia o meu contracheque e o meu vale-transporte. "O meu problema foi resolvido, Coelho?" "Fica em casa. Não tem nada para você resolver". A minha folha de frequência, eu assinava todinha. Às vezes, assinava quinze dias, cinco dias, dez dias. Era toda ela assinada normalmente, ao longo desse um ano e poucos meses. Depois que passou um mês e pouco, a Secretária Eurides Brito e as pessoas tomaram conhecimento do meu depoimento, porque o advogado dela entrou com um pedido no

Ministério Público, e conseguiram um atestado.

Eu falei: "Bom, agora eu quero ver o que vai acontecer comigo". Recebi em casa, através de um amigo meu que é da Comissão, ameaças da Deputada Eurides Brito, de que eu seria detonado."

" " (...)

"O Edson recebeu um telefonema de uma pessoa do Sr. Gibrail, que era, Diretor de Engenharia, dizendo que eu seria detonado. Talvez por isso colocaram que eu seria uma bomba aí. Eu fiquei só olhando o Diário Oficial, para saber até quando eu ia ganhar. Logo depois, o que aconteceu? Um dia ou dois, eu recebi um telefonema do Sr. José Pereira Coelho me chamando para trabalhar: "Onde você está, Achilles?" "Estou aqui". Eu ia para a fazenda e voltava, eu estava fora. "Onde você está?" "Estou aqui em Brasília". "A Deputada Eurides Brito mandou você, vir trabalhar". Eu falei: "Uai, Coelho! O que está acontecendo? É brincadeira sua. Recebi um recado, anteontem, de que eu ia ser detonado e, agora, você me chama para trabalhar? O que está acontecendo?" "Vem aqui amanhã". Prontamente, eu estava lá no dia seguinte. Cheguei lá nove horas. Não era comum eu chegar oito e meia porque começa tudo nove horas, mesmo. Ele tinha subido para uma reunião com a Maristela. Aí, eu conversei com as meninas e voltei para casa. Cheguei em casa e joguei para ele. Falei: "Coelhinho, o que aconteceu? Fui aí, mas você estava numa reunião". "Não, vem amanhã". No dia seguinte, estava lá cedinho, para poder assumir o meu cargo de volta. Quando eu cheguei, falei: "E aí, Coelhinho, o que aconteceu? Eu estava com a cabeça a prêmio e, agora, você me chama para trabalhar?" Ele falou: "Ó, não sei de nada. A Deputada mandou você vir trabalhar". Eu não tinha cadeira, não tinha móvel. O que aconteceu? Ela me chamou para trabalhar. Trabalhei duas semanas no cargo que eu tinha anteriormente, o de assessor. Depois, me transferiu para a Regional de Ensino do Plano Piloto com o mesmo DF 11, salário de mil e pouquinho, na Regional de Ensino. Logo em seguida, começou a pressão em cima de mim

para que eu assinasse a *folha de frequência*, para que eu não chegasse *8h05min* - a tolerância era só de quinze minutos, a mando *dela*, da *Beth*, da *Maristela*, do Sr. *Álvaro Matos*, que era a pessoa que respondia pela *DRH* na *Regional*. Logo em seguida - passaram 5, 6 dias -, eu fui, realmente, *detonado da Secretaria*."

Segundo o próprio *depoente*, portanto, o Subsecretário de Apoio Operacional da Secretaria de Educação determinou que o mesmo permanece no cargo, mas sem exercer efetivamente a função para a qual estava nomeado, em inafastável prejuízo ao erário e frontal ofensa à moralidade administrativa.

Essa situação foi apurada pela SEDF, em sindicância, que concluiu pela *ilegalidade* da situação e determinou que o Sr. *Achilles* de Santana devolvesse os valores indevidamente recebidos.

Tal sindicância, instalada somente após as denúncias tornarem-se públicas pelo próprio Sr. *Achilles* de Santana, também apurou que o Sr. *José Pereira Coelho* de fato orientou o servidor a manter-se afastado do trabalho ilegalmente. Mais *ainda*, o Sr. *Coelho* declarou à essa Comissão que o fez por orientação da então Secretária de Educação, Sra. *Maristela* de Melo Neves.

No entanto, a Sra. *Maristela* de Melo Neves, ao homologar o resultado dessa mesma sindicância, deixou de aplicar qualquer penalidade ao Sr. *José Pereira Coelho* ou mesmo requerer a apuração das acusações de seu envolvimento pessoal com a ilegalidade cometida e comprovada.

Em seu depoimento, o Sr. *José Pereira Coelho* volta a confessar seu envolvimento na ilegalidade, assim como reafirma o conhecimento e consentimento da *então* Secretária com sua prática, nos seguintes termos:

PRESIDENTE (DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO) - E o senhor o convocou para que ele retornasse ao trabalho depois que ele se ausentou?

SR. JOSÉ PEREIRA COELHO - Não. O *Achilles*, após a destituição do cargo de Presidente da Comissão, requereu férias e, após as *férias*, sumiu. Mas sempre aparecida no momento exato de assinar o *ponto*.

PRESIDENTE (DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO) - Assinar o ponto do dia?

SR. JOSÉ PEREIRA COELHO - A respeito disso, Sr. Presidente, também tomei providências contidas em um processo sindicante - se quiserem anotar o número, é o 080.21457/2004, contendo todas as providências ao caso.

PRESIDENTE (DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO) - O senhor levou esse caso ao conhecimento de um superior? Refiro-me à ausência do Sr. *Achilles*?

SR. JOSÉ PEREIRA COELHO - Levei ao conhecimento da minha Secretária, Dra. *Maristela*, que era a minha superiora.

PRESIDENTE (DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO) - O que ela disse?

SR. JOSÉ PEREIRA COELHO - Ela disse: "A decisão é sua e eu *acato*."

PRESIDENTE (DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO) - Mas ele continuou faltando ao trabalho.

SR. JOSÉ PEREIRA COELHO - Continuou faltando justamente porque a gente não quis fazer nenhum ato de dispensa, destituição, aquela coisa toda, aguardando o andamento do processo.

PRESIDENTE (DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO) - Mas quanto tempo durou esse momento em que o Sr. *Achilles* recebia sem trabalhar?

SR. JOSÉ PEREIRA COELHO - Está contido no processo também, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO) - Mas o senhor não lembra? Não sabe *quanto* tempo?

SR. JOSÉ PEREIRA COELHO - Eu gostaria de colocar à disposição dos senhores os processos no âmbito da Secretaria, porque lá contém todas as informações.

PRESIDENTE (DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO) - Mais de um ano, não é?

SR. JOSÉ PEREIRA COELHO -
Ratificando inclusive o meu depoimento contido no processo.

PRESIDENTE (DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO) - *Ficou mais de um ano recebendo sem trabalhar,*

SR. JOSÉ PEREIRA COELHO -
Contém no processo, Sr. Presidente,

PRESIDENTE (DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO) - *Apesar de o seu superior ter dado poderes para que o senhor decidisse isso, o senhor abriu uma sindicância, que passou um ano sem íer uma decisão.*

SP. JOSÉ PEREIRA COELHO - *A competência, regimentalmente, é minha. Eu apenas levei ao conhecimento da autoridade superior da Casa, como dirigente superior da Casa.*

PRESIDENTE (DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO) - *E ela não tomou providências?*

SR. JOSÉ PEREIRA COELHO - *Ela me anuiu a fazê-lo.*

PRESIDENTE (DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO) - *O senhor só abriu a sindicância? Não fez mais nada? Ele continuou...*

SR. JOSÉ PEREIRA COELHO - *Fui chamado a depor. Por isso, eu ratifico o meu depoimento acostado no processo.*

PRESIDENTE (DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO) - *A Comissão de Sindicância pediu a abertura de processo administrativo disciplinar sobre o senhor também?*

SR. JOSÉ PEREIRA COELHO -
Pediu.

PRESIDENTE (DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO) - *Porquê?*

SR. JOSÉ PEREIRA COELHO - *Aí eu não sei.*

PRESIDENTE (DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO) - *Mas o senhor respondeu ao processo. O senhor não sabe por que o processo foi aberto contra o senhor?*

SR. JOSÉ PEREIRA COELHO - *Eu apenas prestei depoimento. Após conclusão, não tomei conhecimento do processo.*

(...)

DEPUTADO JOSÉ EDMAR - *E essa autorização para o senhor, no caso, atestar a frequência dele, o senhor disse que comunicou à Secretária Maristela, não é isso?*

SR. JOSÉ PEREIRA COELHO - *A Maristela.*

DEPUTADO JOSÉ EDMAR - *E ela teria dito para o senhor aguardar ou alguma coisa assim.*

SR. JOSÉ PEREIRA COELHO -
Aguardar as providências.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR - *Foi ela que pediu que o senhor aguardasse?*

SR. JOSÉ PEREIRA COELHO - *Foi.*

Mais adiante, o mesmo servidor reconhece que tinha pleno conhecimento da ilegalidade praticada:

DEPUTADO PAULO TADEU -
Durante esse período de um ano e dois meses, o senhor atestou as folhas de ponto do Sr. Achilles?

SR. JOSÉ PEREIRA COELHO -
Atestei.

DEPUTADO PAULO TADEU - *Apesar da irregularidade?*

SR. JOSÉ PEREIRA COELHO - *Veja bem, cada servidor sabe de suas responsabilidades.*

DEPUTADO PAULO TADEU - *O senhor sabe das suas responsabilidades?*

SR. JOSÉ PEREIRA COELHO - *Sei.*

DEPUTADO PAULO TADEU - *O senhor acha normal atestar a folha de ponto de um servidor que não está comparecendo ao trabalho?*

SR. JOSÉ PEREIRA COELHO - *Não, normal não. O normal seria, como diz na expressão comum, cortar o ponto. Mas o Achilles tinha a obrigação de estar...*

Em depoimento à CPI, a Sra. Itanete Aires da Silva também confirmou que logo após o afastamento do Sr. Achilles de Santana da CPL, o mesmo deixou de comparecer à Secretaria de Educação, conforme trecho a seguir:

DEPUTADO PAULO TADEU - O que a senhora conversou com o Sr. Achilles e com a Glacilene depois da demissão de vocês?

SRA. ITANETE AIRES DA SILVA • Olha, ele tinha saído de férias e quando voltou já não estava mais na Comissão.

DEPUTADO PAULO TADEU - E ela?

SRA. ITANETE AIRES DA SILVA - Ela também estava de férias. Quando retomou, também já não estava mais.

DEPUTADO PAULO TADEU - Vocês nunca conversaram sobre esse assunto?

SRA. ITANETE AIRES DA SILVA - Não, ele saiu logo em seguida, ele não ficou muito tempo por lá, acho que um ou dois dias no máximo. Não conversamos. Ele disse que não sabia porque estava saindo.

O depoimento da ex-Secretária de Educação também termina por convalidar essa informação, inclusive deixando claro que tal autoridade tinha pleno conhecimento e acompanhava a situação de ilegalidade na frequência do servidor, conforme a seguir destacado:

MARISTELA DE MELO NEVES - Então, o Sr. Achilles disse... quando isso aconteceu eu fiz uma reunião com todo o staff da Secretaria de Educação e disse que aconteceu isso e isso. Primeiro requisitei as notas taquigráficas à Câmara e determinei a abertura de um processo de sindicância com base naquela sessão da Ouvidoria. Eu requisitei a esta Casa as notas taquigráficas e abri uma sindicância para apurar todas aquelas... que o Manoel apontava. Paralelamente, fiz uma reunião com todo o staff da Secretaria e disse: "Foi dito lá pelo Sr. Achilles que ele não trabalha. Se ele não trabalha... Eu quero saber que cada um de vocês verifique se na sessão de vocês, na diretoria de vocês, na subsecretária de vocês existem fatos similares. Se houver, ponha para trabalhar. É um absurdo." Fiz uma reunião e determinei... Nessa ocasião

que o Coelho me reportou a irregularidade do comparecimento... Foi quando ele me reportou essas irregularidades no comparecimento do Sr. Achilles. Antes ele tinha me levado o problema quando o Achilles foi destituído - não é exonerado,

(...)

Então, chamei todo mundo e disse: Eu quero que vocês verifiquem. Se houver alguma situação similar, ponham para trabalhar, porque não é razoável sequer isso." Anteriormente, quando o Coelho me reportou a insatisfação do Achilles e que o Achilles tinha férias, tinha recesso... Eu disse: "Coelho, dê a ele tudo o que ele alegar que tem direito! Dê tudo a ele. Se ele tem um dia, dois, dez, trinta, quarenta, cinquenta, sessenta... Veja quais são os direitos dele e dê tudo. Até para curar essa insatisfação! Para ele voltar inteiro para o trabalho, sem mágoa e sem essa atividade." Só que ele voltava, mas voltava irregularmente. (grifo nosso)

Não resta dúvida, portanto, sobre a veracidade da confissão do Sr. Achilles de Santana, o que já foi inclusive reconhecido pela SEDF em sindicância. Ao mesmo tempo, são inegáveis as provas de que a Sra. Maristela de Melo Neves tomou conhecimento da situação e, por ação ou omissão, concordou com a ilegalidade não adotando qualquer medida para impedi-la.

A segunda situação diz respeito ao servidor Reginaldo Nunes Cordeiro, que também declarou à CPI

haver permanecido três anos ocupando cargo em comissão na SEDF sem comparecer regularmente ao trabalho, segundo os extratos a seguir:

DEPUTADO PAULO TADEU • Por quanto tempo o senhor foi membro da CPL?

SR. REGINALDO NUNES CORDEIRO - Foi de 1999 a 2002,

DEPUTADO PAULO TADEU - Aproximadamente três anos. Por qual razão o senhor foi afastado ou afastou-se da CPL?

SR. REGINALDO NUNES CORDEIRO - Eu me afastei da CPL para trabalhar na campanha política da Deputada Eurides Brito, em junho - ou julho - de 2002.

DEPUTADO PAULO TADEU - *Mas, nesse período, o senhor ficou ainda contratado na Secretaria ou o senhor saiu mesmo exonerado?*

SR. REGINALDO NUNES CORDEIRO - Fui exonerado. Trabalhei na campanha da Deputada e retornei à **Secretaria** de Educação em dezembro, no cargo de assistente da Diretoria de Apoio **Logístico** Material; onde, por determinação da Diretora, Sra. **Elizabeth**, eu não trabalhava. Trabalhei esporadicamente em alguns casos. A maior parte do tempo eu ficava em casa por determinação da Sra. **Elizabeth**.

PRESIDENTE (DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO) - Ficou em casa durante quanto tempo?

SR. REGINALDO NUNES CORDEIRO - De 2002 até um pouco antes da minha demissão. Foi quando eu fui **convocado**, depois dessa CPI, depois desses depoimentos, eu fui convocado a voltar a **trabalhar**.

PRESIDENTE (DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO) - Três anos ganhando sem trabalhar?

SR. REGINALDO NUNES CORDEIRO - Exatamente.

PRESIDENTE (DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO) - Por ordem da Sra. Elizabeth?

SR. REGINALDO NUNES CORDEIRO - Por ordem da Sra. Elizabeth.

PRESIDENTE (DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO) - E o ponto? Como ficava o ponto do senhor?

SR. REGINALDO NUNES CORDEIRO - A **secretária** me **ligava**, e eu ia lá e assinava o ponto.

PRESIDENTE (DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO) - Qual **secretária**?

SR. REGINALDO NUNES CORDEIRO - A **secretária** da Sra. Elizabeth.

PRESIDENTE (DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO) - Quem é a **secretária** da Sra. Elizabeth?

SR. REGINALDO NUNES CORDEIRO - Vanda, me parece que é o nome dela.

PRESIDENTE (DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO) - O senhor ia lá e assinava o mês inteiro, como se tivesse trabalhado, sendo que, na **verdade**, estava há três anos fora do serviço?

SR. REGINALDO NUNES CORDEIRO - De 2002 até pouco antes de eu ser demitido.

A Sra. Elizabeth Carvalho **Maranini**, chefe imediata do Sr. **Reginaldo**, negou que o período em que o servidor esteve ausente sob sua responsabilidade tenha sido de três anos, mas reconheceu que não se tratava de servidor assíduo e que, em determinado momento, determinou que o mesmo deixasse de comparecer ao trabalho, **conforme** a seguir transcrito:

ELIZABETH CARVALHO MARANINI - "O que aconteceu é que o Sr. Reginaldo saiu de férias. Primeiro, ele foi nomeado em 4/12/2002 para a Diretoria de Apoio Logístico e Material, para o cargo de assessoria. Eu, Elizabeth, fui nomeada em 3 de abril de 2003. Logo, não o deixei três anos em casa sem **trabalhar**. Basta **ele fazer** uma conta que ele vai ver que ele não ficou três anos. Depois, durante o período que esteve na **Dalm**, **ele** exerceu suas atividades, **sim**, mas eu não posso negar que ele não gostava de trabalhar e que dizia que tinha as costas **quentes**, que não precisava do **emprego**, mas que tinha direito a esse emprego. Eu somente **consegui** que ele fosse exonerado da minha diretoria em 12 de novembro de 2004. H eu atribuo a essa denúncia dele... essa gravação... porque, em agosto de 2004, já haviam acontecido as denúncias do Prof. Manoel. O Reginaldo já era do grupo do Manoel e ele saiu de férias, em junho; ele entregou o relatório do inventário **patrimonial**, em agosto. Saiu de férias e deveria ter voltado a trabalhar no **início** de setembro e não fez, **ele** só retornou para o trabalho depois de muita ligação, porque ou ele estava em Arraias ou ele estava em Goiânia, onde mora sua namorada. Após essa conversa, ele me **gravou**, **sim**, porque eu já havia dado

depoimento na Corregedoria de Polícia Civil dizendo que eu via o Sr. Reginaldo com o Sr. Achilles passeando, trafegando, transitando - porque ele não é um veículo -, nos corredores da Subser, do Professor Manoel. Então, volto a afirmar aos senhores: nunca mandei o Sr. Reginaldo ficar em casa. Mandeí que ele aguardasse em casa a sua exoneração, porque ele estava mexendo na mesa das suas colegas, que dividiam a sala com ele, e fazendo reuniões com o Achilles na mecanografia, que fica ao lado da sala, dentro da minha diretoria. Então, isso, sim, até a sua exoneração, depois de ele ser flagrado mexendo em mesas, mexendo em documentos, foi dito para ele que ficasse em casa até que saísse a sua exoneração."

Além de reconhecer que o servidor passou um longo período nomeado para o cargo em comissão sem a devida assiduidade ao trabalho, a Sra. Elizabeth Maranini também aponta que a exoneração do servidor somente ocorreu em virtude do surgimento das disputas internas na SEDF, após o afastamento do Sr. Achilles de Santana do cargo de Presidente da CPL.

A última situação apresentada à Comissão diz respeito ao professor Antônio Ferreira César, que declarou haver permanecido vários anos lotado na SUBAP sem comparecer regularmente ao trabalho.

Sobre esses casos, a Sra. Elizabeth reconheceu como sendo sua voz no diálogo gravado, apresentado a essa CPI, no qual o grupo de envolvidos nas irregularidades cometidas acertam o retorno dos servidores ao trabalho, após o depoimento do Sr. Achilles de Santana, nos termos expressos de seu depoimento:

DEPUTADO PAULO TADEU -
Primeiro, eu gostaria de saber se a senhora reconhece sua voz nesse diálogo.

SRA. ELIZABETH CARVALHO
MARANINI - É, parece ser a minha voz sim.

DEPUTADO PAULO TADEU - Nesse diálogo da senhora com o Sr. Reginaldo, o que eu poderia destacar seria exatamente a parte em que a senhora teria dito: "Aí, ela mandou chamar o Aquilles, mandou te chamar e perguntou quem mais a gente tinha que estava em casa? Aí, eu falei: Você, o Antônio César, o Aquilles, uma série de pessoas. Comigo só

tem você". Pergunto à senhora o seguinte: Quem era o chefe imediato do Sr. Reginaldo, do Sr. Aquilles e do Prof. Antônio César?

SRA. ELIZABETH CARVALHO
MARANINI - Do Reginaldo era eu. Do Aquilles e do Antônio César... teria que ver a lotação deles, mas parece que seria o professor... o professor não, o subsecretário Coelho.

DEPUTADO PAULO TADEU - É porque, nesse diálogo, fica muito claro, Sra. Elizabeth, a determinação da senhora de solicitar ao servidor que permanecesse em casa diante, inclusive, dessa situação estabelecida dentro da própria Secretaria.

SRA. ELIZABETH CARVALHO
MARANINI - Pelo contrário, Deputado. Eu peço que ele volte a trabalhar. E ainda digo o seguinte: **"Veja só, aconteceu um problema na Codeplan e eu não quero ter problema aqui. É isso que estou falando. Eu quero que você volte. O quê que você quer?"** Ainda foi gentilmente porque ele era todo... eu não podia melindrá-lo. **"Então, o quê que você quer? Eu quero que você volte a trabalhar, Eu não quero é ter problema porque você está em casa".**

DEPUTADO PAULO TADEU - Então, a senhora já era chefe dele antes também, né?

SRA. ELIZABETH CARVALHO
MARANINI - Já.

(...)

DEPUTADO PAULO TADEU - Mas existia o fato de ele não estar lá.

SRA. ELIZABETH CARVALHO
MARANINI - **Ele não estava lá. Ele não queria trabalhar,** Deputado. Eu botava ele lá para fazer e ele não fazia as coisas. Ele assinava e ia... (grifo nosso)

Devem ser responsabilizados pela manutenção dessa prática, totalmente ofensiva à moralidade e lesiva ao

erário, seus praticantes, assim como aqueles que permitiram ou acobertaram os chamados "fantasmas". Nos casos investigados, os Srs. Achilles de Santana, Reginaldo Nunes Cordeiro e Antônio Ferreira César e as Sras. Elizabeth Carvalho Maranini e Maristela de Melo Neves.

Em seu segundo depoimento à CPI, o Sr. Antônio Ferreira César apresentou acusações de que o processo de contratação do Programa de Formação Superior de Professores da Secretaria de Educação, conhecido como Professor Nota 10, teria sido dirigido para beneficiar a empresa contratada, o UniCEUB, sob a condição de pagamento de propina de 10% sobre o valor contratado.

Tal programa foi implementado em substituição ao PIE, Curso de Pedagogia para Início de Escolarização, desenvolvido em convênio com a Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

O Convênio nº 03/2000, celebrado entre a UnB e a FEDF (Fundação Educacional do Distrito Federal), em 19 de janeiro de 2000, tem como objetivo estabelecer mútua cooperação e intercâmbio entre as instituições, dinamizando e ampliando suas relações técnico-científicas e serviços recíprocos e de atendimento de demandas das comunidades universitárias do Distrito Federal.

Em 09 de julho de 2002, com a assinatura do 7º Termo Aditivo do Convênio, teve início o curso de Pedagogia para Início de Escolarização, com a meta básica de atendimento de cinco mil professores-alunos, divididos em dois grupos.

Pelos termos desse aditivo, coube à Fundação Educacional colocar à disposição da UnB 55 professores, para cada grupo, além das instalações físicas para as aulas e o material didático.

A UnB, além da organização e realização dos cursos, ofereceu curso de pós-graduação para 110 professores da FEDF que atuaram como professores-monitores nos cursos do PIE.

Nesses termos, a turma "A" do PIE-UnB teve início no 1º semestre de 2001 e a turma "B" teve seu início no 2º semestre de 2002.

Para cumprimento dessa meta, foi acordado um custo de R\$ 749.867,50 (setecentos e quarenta e nove mil, oitocentos e sessenta e sete reais cinquenta centavos), pela FEDF em favor da UnB.

Em 2002, a SEDF resolveu interromper as atividades do PIE, realizando a Concorrência nº 03/2002, para contratação de outra entidade para dar continuidade ao programa Professor Nota 10.

Essa licitação foi homologada em favor do UniCEUB, tendo sido assinado o Contrato nº 86/2002, no dia 1º de julho de 2002, com a previsão de atendimento a três mil

professores da SEDF, divididos em três grupos, entre 2002 e 2006.

Pelo contrato, o UniCEUB assumiu os encargos de realizar os cursos com professores de seu quadro de pessoal, além de fornecer as instalações físicas e o material didático. Tal contrato foi assinado no valor de R\$ 30.240.000,00 (trinta milhões, duzentos e quarenta mil reais).

Tendo em vista tais denúncias, a CPI decidiu por convocar representantes da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília e do UniCEUB, a fim de esclarecer minimamente os fatos.

Em seus depoimentos, o Professor Erasto Fortes Mendonça, Diretor da Faculdade de Educação da UnB, e o Sr. Maurício de Sousa Neves Filho, Secretário-Geral do UniCEUB, relataram o desenvolvimento dos trabalhos e detalharam os procedimentos, encargos e resultados alcançados por ambas as experiências.

De todo o analisado, a conclusão inicial é de que ambas as instituições demonstraram capacidade de cumprir o objetivo de prover formação de nível superior em Pedagogia para os professores da rede de ensino público do Distrito Federal, restando necessário conhecer os motivos que levaram a Secretaria a optar por forma de execução do projeto com custos extremamente mais elevados em relação ao convênio inicialmente firmado.

Questionada, a então Secretária de Educação, Maristela de Melo Neves, assim explicou à CPI as razões de tal opção:

DEPUTADO PAULO TADEU • Queria entrar, Sra. Maristela, na questão relacionada ao convênio UnB e depois ao contrato com o UniCEUB. Houve, durante o convênio com a UnB, uma série de situações que culminou com cartas assinadas pela senhora, como Secretária, nas quais a senhora afirma, em alguns trechos, que professores e alunos estavam servindo de cobaias para a Universidade de Brasília. A senhora falava também em restabelecimento da verdade. Inicialmente, pergunto que verdade a senhora mencionava, naquele momento, que estaria sendo omitida pela Universidade de Brasília?

SRA. MARISTELA DE MELO NEVES - Há um embate político muito forte, porque é o seguinte: quando o Governo Fioriz assumiu o governo, vários detentores de cargos

comissionados da Secretaria de Educação, de Fundação Educacional, professores, eles foram lotados na UnB. Então, havia sempre uma disputa política muito grande entre UnB e Fundação Educacional.

(...)

MARISTELA DE MELO NEVES - "Então, quando eu assumi a Secretaria de Educação, o Professor Erasto esteve comigo e foi uma conversa muito boa. Havia uma rixa muito grande entre Secretaria e Fundação, mesmo nesse convênio. E eu sentei com o Erasto, sentei com os executores do contrato para aparar essas arestas, para a gente poder trabalhar bem daí para frente. E ele colocou uma série de questões. Foi uma conversa muito útil. E, nessa primeira conversa, fizemos alguns acenos. Uma das coisas que nós acertamos é que nós tínhamos feito um convênio para dois mil professores, e eles só me apresentavam 1.860. E eu perguntei a ele porque que 140 não estavam lá. E ele disse que eles haviam evadido, e eu falei para ele que eu não entendia como é que num curso desse, na UnB, no horário de trabalho, pago pelo Estado, as pessoas evadiam. Se a UnB sabia me explicar caso a caso, por que cada um tinha se evadido, porque, para mim, era um curso de evasão zero. E aí ele disse que não sabia, mas que ia verificar. Eu pedi a ele, então, que retornasse, que fizesse um esforço junto com a própria Secretaria no sentido de que esses professores retornassem à escola. E foi muito bom, porque conseguimos resgatar 80 desses professores de volta para a escola, que são esses que vão agora formar, que estão lá ainda para formar. Essa primeira conversa foi tudo muito bom. Eles me convidaram para abrir o curso do primeiro semestre daquele ano. Convidaram a mim, ao Ministro Cristovam. Fizeram uma solenidade no Colégio Militar e me convidaram. E aí o pessoal da Secretaria de Educação disse para mim assim: "Secretária, não vá porque eles vão vaiar a senhora". Eu disse: "Então eu vou lá para ser vaiada". Ela falou: "Porque a doutrinação política é muito grande nesse curso, e tudo o que se refira ao Governo Roriz, à Secretaria de Educação, a nós, nós somos tratados como os vilões nesse processo,

nesse convênio. Eles não nos respeitam. A senhora vai lá, e eles vão vaiar a senhora". Eu disse: "Então, eu vou lá para ser vaiada". E fui, e fui vaiada.

DEPUTADO PAULO TADEU - Quem disse isso para a senhora?

SRA. MARISTELA DE MELO NEVES

- As pessoas que executavam o contrato e que lidavam direto com a... As pessoas que lidavam com a... da Secretaria... Veja bem, era tudo Secretaria de Educação. É isso que não está claro ainda. No contrato da UnB, a UnB só vai coordenar o curso e certificar, porque os professores todos eram da Secretaria de Educação. Tantos os alunos quanto os professores que vão dar aula. Então, esses professores foram escolhidos pela própria UnB, sem qualquer interferência da Deputada Eurides. Então, eu fui. Fui e fui vaiada. E aí, eu, na minha fala, continuei falando, quando as vaias começaram, e fui vaiada exatamente quando eu comecei a falar do processo e o chamava de Professor Nota 10. E lá eles chamavam de PIE. Então, como eu nomeiei o projeto, como o projeto é nominado na Secretaria de Educação, e não na UnB, quando eu comecei a falar do projeto, e comecei a falar de quantos projetos anteriormente já tinham havido no sentido de dar nível superior para os professores da rede pública, porque havia um outro projeto Progresso. E comecei a falar dos projetos, e a! a platéia começou a vaiar. E eu continuei falando, como se eu... Porque eu entendia que, se eu continuasse falando, alguém ia querer me ouvir. Eu podia falar alguma coisa importante que as pessoas poderiam então parar e querer me ouvir. E pararam e me ouviram. Então, eu falei tudo aquilo que precisava falar no sentido de explicar às pessoas como era e qual era nosso posicionamento nessa questão de que os professores precisariam dar o melhor de si, aproveitar essa oportunidade, e depois, essa oportunidade que o Estado estava lhes dando de transferir isso para os seus alunos, para fazer deles cidadãos comprometidos com a sua vida e a vida em sociedade. Isso não afetou as nossas relações. Até que, quando foi a época da formatura, e isso era o Erasto que fala, e ele fala-

que foi em função de **que** eu não gostei de que Fátima Guerra tinha sido escolhida. Eram nove turmas **formandas**, sete escolheram a Secretária Fátima Guerra, e duas escolheram o próprio Erasfo. Eu **não fiquei** descontente por **conta** da Fátima Guerra. Eu fiquei... Eu não **compreendi** que as homenagens fossem dadas a uma secretária que ficou 57 dias na Secretaria de Educação, quando havia a professora **Laura**, que era coordenadora do curso, **e é** da própria **UnB**, e com quem eu conversei várias vezes. Havia tantas professoras da própria Secretaria de Educação, do curso que estavam dando aula para elas, quando Fátima nem aula para elas dava e nem foi secretária. Eu só queria compreender. O meu telefonema não foi no sentido de questionar ou de pedir que troca o homenageado. O meu telefonema para o Erasfo foi no sentido de compreender como é que um curso que tem 55 professores dedicados **diuturnamente** a eles, que tem mais 10 professores coordenadores dedicados **diuturnamente** a **eles**, como é que nesse curso não despontou nenhum professor para ser homenageado? E é homenageada, **exatamente**, uma secretária que ficou **exatamente** 57 dias na Secretaria de **Educação**. Eu só queria **entender!** Eu não quis que mudasse, nem nada. Eu só gostaria que ele me ajudasse a entender como é que esse fato, que, para mim, era um fato estranho, porque o natural, para mim, é que **homenageasse**, por exemplo, o **Erasto**, a professora Laura, os professores que deram aulas. E aí foi esse estranhamento que eu fiz ver a ele. E aí eu recebi um convite para ir à formatura. E nesse convite me pedia para chegar com 30 minutos de **antecedência**, e o convite não tinha o Governo do Distrito Federal. Se o curso era do Governo do Distrito **Federal**, pago com o Governo do Distrito Federal, dado a professores do Governo do Distrito **Federal**, por professores do Governo do Distrito Federal, como é que o convite vinha: o Reitor Lauro **Morhy** convida. Chega para mim um convite como fosse assim: o convite me convidando, me pedindo que chegasse com 30 minutos de antecedência. Aí, eu liguei para ele e disse: "**Escuta**, cadê o Governo do Distrito Federal neste convite? Eu

gostaria que tudo fosse refeito!" **Bom**, eu quero **dizer** para o senhor que não só não foi refeito como me aconselharam a não ir.

DEPUTADO PAULO TADEU - Não havia o nome da Secretaria de Educação?

SRA. MARISTELA DE MELO NEVES - Não tinha. Nem Secretaria de Educação nem Governo do Distrito Federal. Era assim: o Reitor Morhy convida. E chegou o convite para mim como se eu fosse uma **convidada**, como se convidasse o Sr. Parlamentar, que não tinha nada a ver com eles. Não tinha acordo, não tinha convênio, mas o senhor, como Parlamentar, merecia deles um convite. Então, eles mandaram um convite para o senhor e assim mandaram um convite para mim. E eu reagi contra aquilo, **porque** precisava ter Governo do Distrito **Federal**, no meu **entendimento**, se era um convênio, duas pessoas. Não só não refizeram o **convite**, como também me aconselharam a não ir às formaturas, e eu não fui. **Então**, estou aqui restabelecendo a verdade exatamente, porque fica parecendo que todo mundo é bom moço nessa história, só a Secretária de Educação é wã."

Transparece, desse relato, que mais uma vez o poder discricionário do administrador foi utilizado de forma arbitrária e sem atendimento aos princípios **norteadores** da Administração Pública.

Questões de vaidades pessoais ou intrigas políticas não podem ser determinantes da decisão administrativa, especialmente quando essa implica diretamente a assunção de **altos** encargos financeiros e comprometimento das **finalidades** da Administração.

Não há, no relato transcrito, qualquer razão técnica ou legitimamente válida para fundamentar a decisão de ruptura do convênio com a UnB, devendo ser responsabilizada pela decisão arbitrária que provocou enorme gasto público, a Sra. Maristela de Melo Neves, então Secretária de Educação.

5.3. IDA CAPTAÇÃO DE ALUNOS E FABRICAÇÃO DE DIPLOMAS PELA UNI.

Em 21 de outubro de 2005, o Sr. Presidente da CPI recebeu denúncia de dois cidadãos do Distrito Federal

que apresentavam alegações e indícios de funcionamento de um esquema de falsificação de certificados de conclusão de cursos de treinamento, visando fraudar o processo seletivo simplificado de contratação de professores, com a participação de servidores da SEDF. Os autores da denúncia manifestaram disposição de formalizar tais denúncias à Comissão, desde que garantido sigilo da fonte.

Por essas razões, o Sr. Presidente convocou reunião reservada da comissão, convidando para acompanhar os trabalhos a Sra. Cleonice Maria Resende Varalda, titular da Promotoria de Defesa da Educação do MPDFT.

Nesse depoimento, foi detalhado o funcionamento de um esquema de captação de alunos para cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e para cursos de treinamento em educação especial, comandados pela Sra. Rejane Nóbrega Tremendani, então Diretora do Centro de Ensino Especial nº 1 da SEDF, com o Centro de Ensino Unificado – UNI.

Segundo a denúncia, a Sra. Rejane Nóbrega Tremendani utilizava-se do cargo de Diretora do CEE nº 1 para realizar trabalho de captação de alunos para o curso de EJA da UNI, mediante o pagamento de comissão por cada aluno matriculado. Para tanto, eram utilizados servidores da própria SEDF, em especial professores em contrato temporário, para durante o horário de expediente, buscar no próprio CEE e outras escolas e órgãos públicos a contratação dos serviços da UNI.

Alem disso, a Sra. Rejane também comandaria um esquema de captação de alunos para realização de cursos de treinamento em Ensino Especial, por ela mesma ministrados, e certificados pela UNI. Tais cursos, muitas vezes, não eram sequer realizados, havendo apenas a emissão de certificados mediante o pagamento dos valores acertados.

Em face da gravidade das denúncias, a Comissão decidiu realizar, de imediato, diligência de busca e apreensão na sede da UNI, a fim de recolher documentação comprobatória das denúncias.

Essa diligência resultou na apreensão de diversos documentos que apontavam a veracidade do alegado pelos depoentes, em especial livros de controle de emissão de certificados, diários e planejamentos de aulas, livros de controle de matrículas e pagamento de captadores e blocos de notas fiscais.

Da documentação apreendida resulta a constatação de diversas irregularidades no funcionamento da UNI, tanto na oferta de Educação de Jovens e Adultos como nos cursos de treinamento.

Na Educação de Jovens e Adultos foi constatada a existência de um grande esquema de captação de alunos, mediante o qual a instituição utiliza-se de pessoas que funcionam como captadores, recebendo comissões de R\$ 100,00 para cada aluno efetivamente matriculado no curso.

Tais captadores recebiam da UNI os contratos para "divulgação" do curso junto ao público alvo, ficando responsáveis por levar os contratos assinados, juntamente com os cheques de pagamento dos cursos para a instituição. Feita a captação, a UNI pagava, em dinheiro, sem qualquer contabilização, a comissão de R\$ 100,00 aos captadores.

Esse esquema permitiu a "terceirização" das atividades de captadores, de maneira que um captador podia montar sua própria rede de agentes.

Esse foi um dos papéis desempenhados pela Sra. Rejane Nóbrega Tremendani. Utilizando-se do cargo de Diretora do CEE nº 1, essa sra. contactava professores e funcionários, que passaram a atuar como captadores seus para o curso de EJA da UNI, oferecendo inclusive facilidades na aprovação e obtenção dos certificados de conclusão do ensino fundamental e médio.

Nesse caso, o público alvo principal de atuação eram os próprios servidores da SEDF, aos quais se sinalizava com a possibilidade de progressão funcional com a aprovação garantida nos cursos.

O depoimento prestado pela Sra. Izânia Souza Coelho, que compareceu à CPI na condição de Diretora Administrativa da UNI, mas que também assina documentos como Secretária Escolar, deixa claro que a instituição funciona basicamente como uma "fábrica de diplomas", preocupando-se apenas com a captação e recebimento dos valores.

SRA. IZÂNIA SOUZA COELHO - Não chega a ser bem uma remuneração; uma comissão, né.

PRESIDENTE (DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO) - Essa comissão era de quanto?

SRA. IZÂNIA SOUZA COELHO - Cem reais.

PRESIDENTE (DEPUTADO

AUGUSTO CARVALHO) - Cem reais por aluno que ela captava. E esse pagamento era feito de que forma?

SRA. IZÂNIA SOUZA COELHO - Não entendi a pergunta.

PRESIDENTE (DEPUTADO

AUGUSTO CARVALHO) - O pagamento era *cash*? Como era lançado *contabilmente*?

SRA. IZÂNIA SOUZA COELHO - O pagamento?

PRESIDENTE (DEPUTADO

AUGUSTO CARVALHO) - Sim. Dela e das outras captadoras que a UNI contratava.

SRA. IZÂNIA SOUZA COELHO - Mediante a indicação do aluno.

PRESIDENTE (DEPUTADO

AUGUSTO CARVALHO) - Sim, mas a contabilidade dessa comissão paga, como era lançada?

SRA. IZÂNIA SOUZA COELHO - No ato da entrega do aluno, do nome do aluno. Era assim dada a comissão do pagamento dos divulgadores.

PRESIDENTE (DEPUTADO

AUGUSTO CARVALHO) - E esse pagamento era feito *contra-recibo*?

SRA. IZÂNIA SOUZA COELHO - Não. Não com recibo.

PRESIDENTE (DEPUTADO

AUGUSTO CARVALHO) - Não tinha documento nenhum sobre isso?

SRA. IZÂNIA SOUZA COELHO - Não.

PRESIDENTE (DEPUTADO

AUGUSTO CARVALHO) - Então, não estava lançado *contabilmente*?

SRA. IZÂNIA SOUZA COELHO - Não estava lançado *contabilmente*.

PRESIDENTE (DEPUTADO

AUGUSTO CARVALHO) - Qual é esse processo de *seleção* de captadores?

SRA. IZÂNIA SOUZA COELHO - A escola tem *alguns*, na verdade, divulgadores - seria o nome mais correto -, onde *eles* divulgam cursos para as empresas, faz a divulgação dos cursos da escola.

PRESIDENTE (DEPUTADO

AUGUSTO CARVALHO) - E essas aulas eram todas ministradas lá na UNI, em *Taguatinga*, ou tinha outro espaço onde eram ministradas essas aulas?

SRA. IZÂNIA SOUZA COELHO - Qual aulas?

PRESIDENTE (DEPUTADO

AUGUSTO CARVALHO) - As aulas tanto de supletivo quanto de ensino especial.

SRA. IZÂNIA SOUZA COELHO - O supletivo, ele não tem aulas. Eles têm, é... têm tutores, professores que ficam de plantões para tirar dúvidas. O supletivo é uma coisa e a *educação*, é... o ensino especial é outra totalmente *diferente*. Tá? O curso...

Apesar da pretensão inicial de *descaracterizar* a ação de captadores, como sendo de "divulgação dos cursos", restou evidente, tanto pela documentação apreendida como pelos documentos, que a UNI realiza, de fato, a captação de *alunos*, com uma vasta rede de pessoas que realiza as contratações e recolhe os cheques de pagamento, com o aluno comparecendo à instituição apenas para a realização das provas.

Os livros de registro de alunos apreendidos pela CPI demonstram que havia um controle claro para cada aluno matriculado, indicando quem foi o captador responsável pela contratação, diferenciando inclusive os casos em que a matrícula ocorrera no balcão da instituição.

A própria Diretora *Administrativa* da UNI terminou por reconhecer essa situação, quanto confrontada com os fatos e provas:

DEPUTADO PAULO TADEU - Vamos

só entender aqui uma coisa: não é divulgação, não é? Porque divulgar por divulgar qualquer um pode fazer. Há retorno para isso? O fato de uma

determinada pessoa fazer divulgações nas *escolas* do Distrito *Federal* dá dinheiro a ela?

SRA. IZÂNIA SOUZA COELHO - Dá, porque a escola repassa o dinheiro a ela.

DEPUTADO PAULO TADEU - Se ela só fez divulgação, ela recebe por isso, *mesmo* se ela não trouxe nenhum aluno para a *escola*?

SRA. IZÂNIA SOUZA COELHO - Não, não recebe.

DEPUTADO PAULO TADEU - Então, ela só recebe se trazer o aluno para a escola?

SRA. IZÂNIA SOUZA COELHO - Exatamente.

DEPUTADO PAULO TADEU - Então, vamos usar o termo correto. Aquelas pessoas que captam alunos para a escola, que fazem divulgação e captam alunos, essas recebem.

SRA. IZÂNIA SOUZA COELHO - Exatamente.

A existência de redes terceirizadas de captadores, especialmente a captaneada pela Sra. Rejane Nóbrega Tremendani, também foi reconhecida pela representante da UNI, nos seguintes termos:

SRA. IZÂNIA SOUZA COELHO - A Rejane indicava alunos, captava alunos para a educação de jovens e adultos, e também dava aula para o ensino especial quando havia turmas. Só isso.

DEPUTADO PAULO TADEU - Então, ela dava aula e fazia captação de alunos usando terceiros para essa captação?

SRA. IZÂNIA SOUZA COELHO - Usava terceiros.

DEPUTADO PAULO TADEU - Esses terceiros tinham uma relação com a UNI ou somente com a Rejane?

SRA. IZÂNIA SOUZA COELHO - Somente com a Rejane.

DEPUTADO PAULO TADEU - Então, a Rejane, em tese, captava alunos. Os terceiros da Rejane, como eles recebiam essa comissão? Eles recebiam da Rejane ou da escola?

SRA. IZÂNIA SOUZA COELHO - Da Rejane, porque a escola nunca repassou nada. Se recebiam, recebiam da Rejane.

DEPUTADO PAULO TADEU - Então, provavelmente, a Rejane, além de professora e captadora, também pagava aos seus captadores terceirizados essa comissão?

SRA. IZÂNIA SOUZA COELHO - Eu creio que sim. Não posso afirmar.

A situação contábil do Centro de Ensino Unificado - UNI compõe outra grande prova do descompromisso da entidade com a qualidade dos serviços prestados e com ação baseada fundamentalmente em captação de alunos. Os

blocos de notas fiscais apreendidos pela CPI demonstram que a empresa não respeita a validade de emissão dos documentos, raramente os preenche corretamente e costuma lançar o recebimento de contratações em bloco, com um único documento fiscal, emitido para uma única pessoa, como sendo o fornecimento de "blocos fechados" de cursos.

Confrontada com a documentação apreendida, a Diretora Administrativa da UNI alegou desconhecer as razões pelas quais haveria tantas irregularidades na emissão das notas fiscais, limitando-se a reconhecer que o responsável pelo preenchimento das mesmas foi o Diretor Presidente da entidade. Além disso, reconheceu que a entidade mantém a prática de emitir uma única nota para o conjunto do curso, literalmente:

DEPUTADO PAULO TADEU - Ela ainda emite notas fiscais ou nota fiscal trabalhando no conjunto do curso?

SRA. IZÂNIA SOUZA COELHO - Emite, sim.

Outro elemento que leva a levantar sérias dúvidas acerca da licitude do funcionamento da UNI é o alto percentual pago aos captadores, em relação ao total do contrato.

Segundo a Diretora Administrativa da UNI, os cursos de EJA estariam sendo oferecidos por R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Tanto essa senhora como a captadora Rejane Tremendani confirmaram que a comissão paga por captação correspondia a RS 100,00 (cem reais) por aluno captado, o que representa 20% do valor total do contrato, sendo que o captador recebia à vista, em dinheiro, da instituição e o aluno pagava com cheques pré-datados, de forma parcelada.

A Sra. Rejane também reforçou que a atividade constituía-se em verdadeira captação de aluno, posto que o pagamento se dava pela efetiva contratação do curso e o agente se encarregava de toda a operação de contatar os alunos, preencher os contratos e receber os pagamentos, conforme detalhado a seguir:

DEPUTADO PAULO TADEU - O aluno pagava à senhora?

SRA. REJANE NOBREGA TREMENDANI - Não.

DEPUTADO PAULO TADEU - Ele pagava a quem?

SRA. REJANE NOBREGA TREMENDANI - À pessoa que captava o aluno.

DEPUTADO PAULO TADEU - Então, pagava à pessoa que o captava. E a pessoa pegava o **cheque** ou o dinheiro e passava para a senhora.

SRA. REJANE NÓBREGA TREMENDANI - E eu levava à **UNI** junto com a documentação do aluno.

DEPUTADO PAULO TADEU - Então, a senhora recebia da captadora o recurso, passava para a **escola**, já tirava a sua parte.

SRA. REJANE NÓBREGA TREMENDANI - Pra **UNI**, e a **UNI** acertava. Não. Lá, eu tirava.

Quanto aos cursos de treinamento em Ensino Especial, a CPI apreendeu documentos que comprovam que a Sra. Rejane Nóbrega Tremendani não atuava apenas como professora ou palestrante nesses cursos.

Foi apreendido documento manuscrito de planejamento de curso, cuja letra foi reconhecida como sendo sua pela Sra. Rejane, onde eram discriminadas as disciplinas, conteúdos, alunos previstos e valores a serem cobrados de cada um deles, além de referências à ação de captação. A própria Sra. Rejane reconheceu, em determinado momento, que os valores dos cursos eram acertados por ela, com a Sra. Izânia, de acordo com as possibilidades de pagamento de cada aluno e "valores de mercado".

A mais gritante irregularidade diz respeito à declaração encontrada, na qual a aluna Andréa Cristina Gonçalves Carlos assume o compromisso de freqüentar as aulas após o recebimento do certificado de conclusão do curso de ensino especial, que se realizaria em março de 2005.

O livro de registro de emissão de certificados analisado confirma a ilegalidade, com emissão do certificado em fevereiro, deste e de outros cursos que teriam sido realizados no mesmo período, antes da pretensa realização do curso. Ao mesmo tempo, não foi possível localizar a freqüência da aluna em cursos realizados em março de 2005.

Acerca desse fato, ambas as depoentes alegaram desconhecimento da situação, apesar dos cargos que ocupam na instituição.

Além disso, nas listas de freqüência apreendidas pela CPI, constam irregularidades que demonstram que tais cursos eram, na realidade, mera atividade de comercialização

de certificados que não correspondem a conteúdos realmente ministrados.

Em muitos casos, para a mesma turma ocorre a emissão de certificados como sendo de diferentes cursos e com diferentes cargas horárias. A carga horária dos certificados emitidos não guarda relação com o número de horas-aula ou de tarefas realizadas, mas apenas com os valores pagos pelos alunos, que não são coincidentes dentro da mesma turma.

Ao mesmo tempo, tais livros atestam a emissão quase constante de certificados em seqüência para o mesmo aluno. É praticamente regra que o mesmo aluno recebe três ou mais certificados de cursos emitidos no mesmo dia.

No caso mais gritante, a CPI constatou que foram emitidos certificados de 17 cursos diferentes para a mesma aluna, no prazo de dois dias.

Confrontadas com esses fatos, tanto a Diretora Administrativa como a professora responsável pelas turmas não apresentaram qualquer explicação convincente à Comissão.

Também resulta da análise da documentação que o fluxo de emissão de certificados se concentrava nos momentos que antecediam a realização de processos seletivos para contratos temporários de professores para a SEDF.

A própria Prof. Rejane admitiu que era grande o número de professores em contrato temporário que procuravam obter os certificados, de forma a garantir maior pontuação no processo seletivo.

A conclusão necessária é de que a fragilidade do processo seletivo da SEDF, conforme já exposto, cria as condições para a existência e desenvolvimento de esquemas dessa natureza, onde foram fabricados certificados de conclusão de cursos que efetivamente não foram realizados.

5.4. DAS REUNIÕES NA CONSULTORIA JURÍDICA DO GABINETE DO GOVERNADOR.

No depoimento que prestou à CPI em 03/06/2005, o Professor Antônio Ferreira César denunciou a realização de reuniões, convocadas pela Deputada Eurides Brito e coordenadas pela Sra. Maristela de Melo Neves, com os servidores responsáveis pelas ações sob investigação, nas dependências da Consultoria Jurídica do Gabinete do Governador do Distrito Federal.

Tais reuniões teriam por objetivo orientar os depoimentos a serem prestados por tais pessoas, com o intuito de evitar que fossem incriminadas por irregularidades ocorridas, assim como, prioritariamente, impedir repercussões negativas das investigações ao mandato da Deputada Eurides Brito.

O Sr. Antônio Ferreira César informou que havia realizado gravações dessas reuniões e de outras conversas que manteve com a Deputada Eurides Brito e a Consultora Jurídica, Sra. Maristela de Melo Neves, acerca da CPI e dos fatos ocorridos na SEDF, e que entregaria tais gravações à Comissão, nos seguintes termos:

SR. ANTÔNIO FERREIRA CÉSAR -
Perfeito. Foram horas e horas de lavagem cerebral nessas sete horas que eu participei de conversas com a Secretária de Educação na época, hoje Consultora Jurídica do Distrito Federal, Sra. Maristela de Mendes Neves, mais algumas horas com a Deputada Eurides Brito da Silva, e trarei para esta CPI essas que fazem parte do objeto da própria CPI. As outras que não são objeto desta CPI, guardá-las-ei para a minha própria segurança. Ocorre o seguinte: antes da minha convocação para esta CPI, fui convocado ao anexo do Buritizinho, onde está sediada a Consultoria Jurídica do Distrito Federal, onde não apenas eu, Sr. Presidente, mas muitos do que vieram depor e muitos dos que se esconderam através de habeas corpus fabricados no Buritizinho, ou seja, sem nenhum ônus para o funcionário - agora, depois de eu falar isso, obviamente vão arrumar recibo, acredito nisso -, sem nenhum ônus para o funcionário - inclusive a mim foi oferecido -, nós recebemos lavagem cerebral da seguinte forma: tudo é Achilles, Achilles, Achilles. Um dia eu encontrei com o Achilles e disse: "Achilles, eu já ouvi tanto que você não presta, que eu cheguei à conclusão, já estou até acreditando que você não presta". Por quê? A ordem é a seguinte: deponha-se isto, você não se lembra. Isso você não passou, ou seja, eu fiquei com dó do Sr. José Pereira Coelho, meu chefe, no dia em que ele estava aqui. Coitado, eu estava lendo um script que foi fabricado lá, assim como os outros estão. E eu tenho como provar para esta Comissão que estas conversas

desmontam a farsa que está sendo montada pela Deputada Eurides Brito, pela Sra. Maristela e pela Profa. Vandeci, hoje Secretária de Educação, dizendo-se para os senhores e para os presentes que existem duas trilogias na Secretaria de Educação: a trilogia intermediária: Beth, Helvia e Gibrail, e a trilogia superior: Eurides Brito da Silva, Maristela Mendes Neves e Vandeci Camargo. Essa é a farsa que se faz, onde pressionam testemunhas. Eu, como humilde servidor concursado da Secretaria de Educação, matrícula 26.344-3, fui diretamente, na frente da Maristela e de outros, que as provas apresentadas na CPI vão provar que todos participaram da reunião em conjunto até, dizem: "Isto você lembra, isto você não vai fazer, isto e tal". Então, não tenho outra e peço perdão e desculpa à CPI antecipadamente. Não tenho como não dizer que existe um laboratório fora desta Casa, manipulando depoimentos e intimidando testemunhas, porque o Presidente desta Casa foi agredido, na minha opinião, quando solicitou, em requerimento, a minha cessão para esta Casa e, no momento em que eu achava que ia ser cedido, fui achincalhado, fui pressionado: "Se você não se lembrar de nada, nós vamos te liberar". E eu não posso concordar com esse tipo de agressão que foi imposta a minha pessoa. Doa a quem doer, é da minha natureza não compactuar com essa farsa que está montada fora do âmbito desta CPI e no âmbito do Governo do Distrito Federal. Eu não sei se está acontecendo na Emater, mas hoje a Deputada Eurides Brito tem a Emater, a Secretaria de Educação e o Buritizinho. Aí, no momento em que ficaram sabendo que possivelmente eu estava gravando - porque eu não sou profissional nisso, eu gravei apenas para me defender; eu quero que todos entendam que eu gravei apenas para me defender dessa farsa, entendeu? No momento em que eles perceberam, eu temo pela minha vida porque os fatos que eu tenho a mostrar desmontam as duas trilogias que eu citei aos senhores.

Ainda segundo relatado pelo Sr. Antônio Ferreira César, ele foi convidado a participar de três reuniões na Consultoria Jurídica, tendo deixado de comparecer uma vez.

Além disso, realizou duas conversas pessoais com a Deputada Eurides Brito.

A primeira reunião ocorreu na véspera de sua primeira convocação para depor na CPI, reunião em que estiveram presentes as Sras. Maristela de Melo Neves, Hélvia Miridan Paranaguá Fraga, Elizabeth Carvalho Maranini, os Srs. Gibrail Nabih Gebrin e José Pereira Coelho, além da Deputada Eurides Brito.

O relato do Prof. Antônio Ferreira César dá conta de um procedimento claro no sentido de orientar as testemunhas convocadas a não revelar informações de que tinham conhecimento em função do cargo ou da participação nos atos investigados, sob a coordenação da Sra. Maristela de Melo Neves e da Deputada Eurides Brito:

PRESIDENTE (DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO) - Sr. Antônio, do que V.Sa. falou, eu gostaria de perguntar: há clara tentativa de obstruir a investigação sobre as irregularidades que envolvem a Secretaria de Educação? V.Sa. confirma ou afirma isso?

SR. ANTÔNIO FERREIRA CÉSAR - Afirmo perfeitamente. Inclusive, vou fazer das palavras - parte do que foi passado nas fitas, onde a Sra. Maristela de Mendes Neves fala: "esse processo você não pode saber que existe, porque você não tem acesso a essas informações". Eu digo: "mas não se esqueça que" - eu iria dizer "eu trabalho lá". Ela corta e fala: "você não vai se lembrar de nada amanhã". Ou seja, quem já foi ex-Secretária, quem hoje é consultora jurídica do Distrito Federal, quem sou eu, um mero professor, para dizer assim: não, eu vou encarar essa mulher. Eu vou dizer "não" a ela?

(...)

DEPUTADO PAULO TADEU - Quem coordenava essas reuniões na Consultoria Jurídica do Distrito Federal? Quem coordenava as reuniões?

SR. ANTÔNIO FERREIRA CÉSAR - Até a Deputada Eurides Brito chegar, porque tinha vez que a gente começava e ela ainda não tinha chegado ainda. Era a Maristela e, após, a Deputada Eurides Brito, num jeito assim simpático de general. Como eu disse, volto a repetir e vou repetir isso toda vez agora, Deputado, naquele afã que está acima da Constituição, quem é que fala primeiro do que ela, Deputado? Não dá para falar. Se ela falar "sim", sim. Quem discorda?

A própria Consultora Jurídica, Sra. Maristela de Melo Neves, reconheceu, em seu depoimento à CPI, que as reuniões foram realizadas em seu gabinete, a partir de uma estratégia acertada por ela e pela Deputada Eurides Brito, com o intuito de orientar a defesa dos atos praticados na SEDF e o mandato da parlamentar, conforme se depreende dos seguintes trechos:

MARISTELA DE MELO NEVES - (...)

A Deputada Eurides Brito me pediu para atender o professor Antônio César, porque ele estava sendo convocado e ele não tinha lembrança dos processos.

(...)

Então, ela gostaria que eu ajudasse, que eu fui Diretora-Executiva nessa época e que se eu tivesse alguma lembrança e se eu pudesse ajudar, para eu ajudar. Quais foram os processos que foram revogados e quais foram as causas que foram apresentadas e se eu podia ajudar o Antônio César na coleta dessas informações porque o depoimento dele seria iminente e ele teria urgência nessas informações e se eu poderia recebê-lo para tratar desse assunto. Eu disse que sim. Ela estava em meu gabinete, pediu ao Sandro que telefonasse para o Antônio César e que lá ele fosse. E o Antônio César, então, foi ao meu gabinete. No próprio depoimento dele ele disse que esteve no meu gabinete, que me gravou por duas vezes e que eu estava em reunião. Coincidentemente, era reunião, e não aparece a voz das pessoas que estavam na reunião. Ora, se o ambiente que ele estava gravando era um ambiente onde estava a reunião e tinha demais pessoas, onde estaria, nessas fitas, as vozes das pessoas? o que comprova que essa fita está editada. No diálogo que nós tivemos lá - e vou falar deste assunto e vou tocar neste assunto porque tenho as testemunhas, porque ele próprio declara que estavam na reunião e as pessoas que estavam nesta reunião ele também as nomeia no depoimento dele. Então, conversamos um pouco, a Deputada se ausentou e ele começou a falar que recebeu um telefonema do Achilles quando começou tudo isso. (...) Não vou negar que é a minha voz, não vou negar aqui a fita.(grifo nosso)

Nesse mesmo depoimento ficou revelado que o grupo de servidores e autoridades manteve atuação constante, desde quando surgiram as primeiras denúncias de irregularidades na SEDF, ainda em 2004, no sentido de coordenar suas defesas pessoais e evitar contradições com as defesas **apresentadas** pela instituição, conforme resposta apresentada a questionamento do Sr. Presidente:

PRESIDENTE (DEPUTADO

AUGUSTO CARVALHO) - Foram feitas **reuniões** no Buritizinho?

SRA. MARISTELA DE MELO NEVES

- Deixa eu colocar a questão. As **reuniões** não aconteciam só no **Buritizinho**, **elas** aconteciam, desde agosto de 2004, quando os processos foram denunciados. Determinei a abertura de sindicância e comecei a acompanhar os depoimentos, e começamos a reunir as defesas da Secretaria de **Educação**, porque o senhor não pode esquecer que tem dois entes: tem as defesas institucionais, que é a defesa do Estado, e a defesa da Secretaria de Educação, e tem as defesas **pessoais**, que são as defesas **individuais** de cada um. Então, o link entre a defesa **formal**, institucional da Secretaria de Educação, e a defesa pessoal deles, alguém precisava fazer isso. Então, **este papel** eu **assumi**, desde quando eu **era** Secretária de Educação, de fazer o link entre a **defesa** formal, que era responsável da PRG, e as **defesas** pessoais, porque todos eles tinham advogados. Já, desde a época em que foram chamados ao Ministério **Público**, que eles constituíram advogados. Então, o Estado tinha que **fazer** a defesa do Estado e eles fazerem a **defesa pessoal** deles, naquilo em que cabia a defesa pessoal.

Apesar de argumentar que os diálogos gravados foram editados e **manipulados**, com alteração de sentido, em momento muito oportuno, o Deputado José Edmar realizou leitura praticamente **literal** das transcrições, **questionando**, **ponto-a-ponto**, a veracidade e o conteúdo dos diálogos, obtendo confirmação da depoente de que tais conversas realmente ocorreram. Dada a importância desse trecho para a confirmação da veracidade das denúncias, faz-se necessária sua longa reprodução:

DEPUTADO JOSÉ EDMAR - O que estou querendo **levantar aqui**, Sr. Presidente, são

fatos interessantes. **Nós** tivemos vários **depoentes** que vieram aqui orientados a mentir dentro de um procedimento usual, sempre os mesmos, fazendo as mesmas coisas, tendo as mesmas decisões. E **depois verificamos** até uma fábrica de **habeas corpus** montada para cada pessoa. **Felizmente**, a Sra. Secretária não trouxe nenhum **habeas corpus** e fico satisfeito com esse fato. Seria muito importante ouvirmos essa fita, porque sempre, nesses **aparelhos**, o som não sai com uma nitidez muito clara. Eu poderia transcrever algumas coisas da fita que podem comprovar que houve uma orientação, na própria Consultoria Jurídica, para que Hélvia, Beth e Gibrail viessem aqui para mentir, como foi o caso. Vejamos bem um depoimento da fita do Sr. Antônio Carlos, em que a Sra. Maristela fala o seguinte: "Depois que a Deputada conseguiu me tirar do cargo e deu posse à Vandercy, eu fui lá, fiz o discurso, dei posse, **arrumei**, acertei a **vidinha** dela lá e sai". E o Sr. Antônio Carlos: "Mas se **você...**" "Aí a Vandercy me liga". D. Maristela: "A Deputada marcou reunião aqui no gabinete. Vai Hélvia, Beth, Gibrail, não sei **quem**, tá-rá-ra, e pediu pra convidar você, e eu fui lá. Na verdade, ela marcou essa reunião". E Antônio: "Claro". Maristela: "Porque ela não precisa de mim pra fazer reunião com Hélvia, Beth e Gibrail. Ela disse: eu sou alvo da CPI, porque até então, no discurso dela, o alvo era eu, Beth, Gibrail e Hélvia". O Sr. Antônio César continua: "É, então, **então** por que que não colou também? Aliás, disse: **Então não colou! Não colou!**" A Deputada sentou na mesa e disse: "Eu sou o alvo. **Nós** precisamos nos articular. Senão **nós** vamos ter problema". Essa é a voz da Sra. Maristela falando isso. Sra. Maristela: "Como é que pode a gente ser o alvo? Eu não tenho poder **político**, percebe?" Maristela: "É o que todo mundo, **nós** não temos alternativas a não ser salvar o mandato de Eurides Brito, tá claro isso?" "É bom, é bom pra todo mundo". O Antônio responde: "É bom, é bom para todo mundo. Se vão buscar outro mandato é outra **história**, mas você **vê** que..." "A **Maristela** afirma: "Não, pode até ir buscar outro, mas esse **tem** que ser salvo. Nós não temos, vocês não têm alternativa. Eu não tenho alternativa". Então, veja a frase **seguinte** da

Sra. Maristela: "Então veio a Vandercy, e a Deputada sentada. A Vandercy, **Aconselharam** o Gibrail, **Hélvia**, **Beth**, ficaram todos, **ficaram** olhando **porque** todos eles sabiam a sacanagem que ela fez comigo e com eles. E de repente eu **tô ali**, sentaram os três. Eu vou, por que que eles não vão? Por que que eles não vão aceitar? Se eu **tô aceitando**, por que que eles não vão aceitar?" Esse é o termo da fita. É a voz da Sra. Maristela, que ainda complementa: "Se **eles** fizeram alguma coisa errada, a mando da **Deputada**, eles fizeram porque conseguiram fazer. Ela, não". A Maristela repete: "Bom, depois **dessas** conversas todas, começamos a estratejar para a defesa dela". Eu não tenho dúvida de que esse **diálogo** não é uma montagem. Esse diálogo é muito **claro** e extremamente comprometedor. Como falo sempre, nesta Casa - estou há quatorze anos nesta Casa -, não vi, até então, nenhuma CPI com a riqueza de detalhes e provas que esta CPI da Educação tem. Quero manifestar o seguinte: não vejo como desqualificar essas gravações. A Sra. Secretária fala que tem outras gravações montadas. Eu gostaria, realmente, de ver essas outras **gravações**, quais são esses pedaços de trecho que temos **aí**, nessas fitas, para ver se desmentem o que poderia corrigir ou consertar essas afirmações tão graves. Mais à frente, mostrava com clareza a manipulação. A orientação que tinha, por parte da Sra. Maristela, aqui na própria CPI. Veja **bem**, esta é a voz dela: "Nós é que não podemos ir lá com aquilo que sabemos. Nós temos que ir lá com tudo. Eu falei para Hélvia, Beth e Gibrail que, como eles três estão na berlinda e estão sendo denunciados desde o começo desse **processo**, está certo, eles três têm que saber tudo, porque eles tiveram tempo de pesquisar". **Aí, justifica**: "Não é da minha atividade. Dizem que não se **lembra**, que não se recorda, que não foi **ele**, que não é atribuição deles". Isso é voz da Sra. Maristela, orientando testemunhai "Não é da minha atividade. Dizem que não se lembram, que não se **recordam**, que não foi ele, que não era atribuição **deles**". Mais à frente, ela coloca: "Então, o que eu estou fazendo? Eu **tô** articulando três momentos

diferentes. A Deputada não pode pegar o erro dela no primeiro depoimento daqueles. Eu cansei de **falar** para ela: '**Deputada**, a senhora é membro, A senhora não faça defesa **prévia**. Não faça auto-defesa. Quando a senhora se manifestar, a senhora se manifesta só se referindo a senhora na terceira pessoa. **Não** é '**eu**', não. Eu, Eurides, não: a Deputada Eurides Brito. O senhor afirmou que a Deputada Eurides fez isso. O senhor poderia, entendeu? E eu faço para elas as perguntas, para dividir com a Ivelise, e articulo as pessoas que vão prestar depoimento, e faço todo tipo de justificativa". Sr. Presidente: "E eu faço". É voz dela: "E eu faço para **ela** as perguntas, para **ela** dividir com a Ivelise". Eu não tenho nenhuma dúvida disso. "E **articulo** as pessoas que vão prestar depoimento". "E articulo as pessoas que vão prestar depoimento"! "**E** faço todo tipo de justificção".

Para **mim**, esse termo de gravação não nos deixa dúvidas. Estou querendo colocar aqui porque eu ouvi todo o depoimento da Sra. Secretária e ela tentou desqualificar, de todas as maneiras, as **fitas**, falando que as fitas foram **montadas**. **Mas, veja** bem, eu **ii alguns** trechos da transcrição da fita, da voz dela, que não deixa dúvida. Então, eu faço novamente esta colocação, quando ela fala: "Eu faço para ela as perguntas, para dividir com a Ivelise, e articulo as pessoas que vão prestar depoimento, e faço todo tipo de justificção", para mim, isso **aí** não tem como ter dúvida. Ela continua falando: O advogado da senhora achou que as perguntas que têm muita **profundidade**, dentro da Secretaria de Educação, a senhora não deveria saber. "A senhora não tem que demonstrar que conhece a Secretaria de Educação tão bem". É uma orientação à própria Secretária. "A senhora não pode, embora a senhora tenha essa riqueza de detalhes". Eu não vejo como ter um depoimento tão forte.

A Sra. Maristela continua: "Nós não podemos deixar que a Deputada corra nenhum tipo de risco, porque as ações, na Justiça, vai levar dez, **vinte anos**, **aí**, **ai**, esse é fulminante. Para **ela**, fulminante, e não tem segunda

instância. Daí, **ela** responde. Decoro parlamentar, "Nós é que precisamos dela, na nossa defesa, e de dar **sustentação** para **ela**. Dar sustentação, né? Porque ela não precisa fazer defesa prévia. Nem CPI **que** tire, nem nada disso, porque **aí** entra no campo do decoro e da ética, e aí **nós** não temos saída. E aí, é processo fulminante".

(...)

DEPUTADO JOSÉ EDMAR - Quem marcou essa reunião? Foi a Vandercy ou foi a Deputada **Eurides Brito**?

SRA. MARISTELA DE MELO NEVES

- A Profa. Vandercy foi quem deu o telefonema a mim.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR - Mas, na sua fala, a senhora afirma: **Aí** a Vandercy me liga: "A Deputada marcou reunião. Reunião aqui no gabinete".

SRA. MARISTELA DE MELO NEVES

- Sim. **Aí**, qual é o problema de ter sido a Vandercy ou a Deputada, se queríamos discutir assuntos que tinham a ver com a Secretaria de Educação do ponto de vista formal, ou com a **CPI**, do ponto de vista da defesa **institucional**? Porque, aí temos três defesas a fazer: a defesa da Secretaria de **Educação**, a defesa dos servidores pessoais e a defesa da Deputada.

(...)

DEPUTADO JOSÉ EDMAR - O que a senhora pode entender com sua fala: a Deputada, então, **sentou** na mesa e disse: "eu sou o alvo".

Nós precisamos articular, **senão** vamos ter problemas.

SRA. MARISTELA DE MELO NEVES

- Exatamente isso. Nós precisamos articular pelo lado das defesas institucionais, pelas defesas **pessoais**, porque se nós não fizemos isso, nós teremos problemas. Se não formos um grupo para fazer essas defesas, porque a defesa tinha por si a mesma ação, a atuação nossa na Secretaria de Educação. Esse era o ponto que nos unia todos ali naquela mesa.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR - Por que a senhora diz logo em seguida: "Como é que

pode a gente ser o alvo? Eu não tenho poder político".

SRA. MARISTELA DE MELO NEVES

- Esse era um comentário meu em função do comentário anterior de que ela passaria, ou de que ela teria alguma idéia de que o alvo seria eu, **Beth**, o Gibraii. E eu estava justificando que eu não entendia esse pensamento anterior, se ele fosse verdadeiro, porque eu não tinha poder político para ser alvo de uma **CPI**, porque eu entendi desde o começo que o alvo da **CPI** era a Deputada Eurides Brito.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR - Por que

a senhora fala o seguinte: "É o que todo mundo diz. Nós não temos **alternativas** a não ser salvar o mandato de Eurides Brito, tá claro isso?"

SRA. MARISTELA DE MELO NEVES

- Exatamente isso. Eu digo o que todo mundo diz. O que todo mundo diz é que se a Deputada Eurides Brito perdesse o mandato e, **conseqüentemente**, houvesse um interesse de outros Parlamentares na Secretaria de Educação, e que esses Parlamentares fizessem do Sr. Manoel Carneiro **Secretário** de Educação, então, havia, vamos dizer assim, um desespero quase físico na Secretaria de Educação, porque o Manoel dizia para todo mundo que ele iria cassar o mandato da Deputada Eurides Brito, que ele ia ser o **Secretário**, que o senhor ia fazer **dele** **Secretário** e sustentar.

(...)

DEPUTADO JOSÉ EDMAR - **Não**, eu

estou colocando **aqui** pelo que a senhora **está** colocando, porque eu, eu estou aqui tentando

entender a transformação que a senhora está querendo dar a essas palavras. Eu estou lendo um texto da sua própria **fala**, onde entendo que a senhora manipula e orienta as testemunhas que aqui vêm. E que a senhora orienta as pessoas para que digam: não é da minha atividade, digam que não se lembram, que não se recordam, que não foi ele, que não é da atribuição deles. E a senhora tenta dar essa conotação diferente de uma fala tão clara, mas eu deixo essa colocação para o público e para os outros membros da CPI

fazerem o entendimento que **eu** também estou fazendo. Eu gostaria de perguntar. Mais adiante, a senhora faz uma colocação dura até contra esta Casa e contra a Deputada **Ivelise**. **Então**, veja bem, citando **nominalmente** o nome **dela**. Espero que a senhora não me diga que esse nome também está truncado. **"Então**, o que eu estou fazendo? **Então**, o que que eu estou fazendo? Eu estou articulando três momentos diferentes. A Deputada não pode pegar o erro dela no primeiro depoimento do **Achilles**. Que eu cansei de falar para **ela**: Deputada, a senhora é membro, a senhora não faça defesa prévia. Não faça autodefesa. Quando a senhora se manifestar, a senhora se manifeste só se referir à senhora na terceira pessoa. Não é **'eu'**, não. Eu, Eurides, não. A Deputada Eurides. O senhor afirmou que a Deputada Eurides fez isso. O senhor poderia, entendeu? E eu faço para ela as perguntas, para ela dividir com a Ivelise, e articulo as pessoas que vão prestar depoimento, e faço todo tipo de justificação". Eu estou perguntando o que a senhora quer dizer **com** isso.

SRA. MARISTELA DE MELO NEVES

- O Sr. Presidente desta CPI, no momento inicial da manhã de hoje, me fez essa pergunta e eu já respondi e vou responder novamente. Eu não nego em nenhum momento, desde agosto de 2004, quando começou o problema e começou aqui com o Deputado Augusto Carvalho, quando ele se fez acompanhar do Sr. Manoel Carneiro ao Ministério Público e, **lá**, o Sr. Manoel Carneiro fez o seu primeiro depoimento. No dia seguinte, foi feita uma sessão da Ouvidoria aqui, e nesta Ouvidoria o Sr. Manoel **Carneiro** repetiu o seu depoimento no Ministério Público. Foi **dado**, **então**, conhecimento à imprensa dessa circunstância, de toda essa confusão. E desde **lá** **eu**, enquanto Secretária de Educação, enquanto servidores de educação **participes**, denunciados, estamos fazendo reuniões e fazendo as nossas defesas, tanto as nossas defesas pessoais como as nossas defesas institucional de Secretaria de Estado de Educação. E quando eu saí da Secretaria de Educação, foi feita uma reunião, **sim**, no sentido de que continuasse esse trabalho,

porque esse trabalho interessaria tanto à Secretaria de Educação **quanto** à Deputada Eurides, quanto nós todos **envolvidos** nessas denúncias com o Sr. Manoel Carneiro. Muito bem, quando a Deputada se fez membro da CPI, nós conversamos sobre isso. E havia duas figuras ali que iam se **misturar**, a dela como **Parlamentar**, membro **da** CPI, e a dela como ex-Secretária de Educação, objeto da **CPI**, no período de 1999 a **2000**, quando ela seria. Nesse período, estaria incluído o tempo dela de Secretária. Então, o que **foi** que eu disse a ela? Eu disse: "Deputada, quando a senhora estiver lá, na figura de **Parlamentar**, membro **da** **CPI**, não **use** a primeira pessoa. Não confunda a pessoa de Eurides com a pessoa da Parlamentar membro do CPI. Não se refira a senhora como "eu", se refira **a** **senhora** com "a Deputada Eurides". É isso que está dito aí, como uma conversa entre eu e a **Deputada**, e eu reportando essa conversa para o Sr. Antônio César. E acho **perfeitamente** normal uma conversa. Aqui o senhor está querendo comportar-se como se o assunto **CPI** fosse proibido a todos nós, que ninguém pudesse falar nem fazer **crítica**, nem dar opiniões, nem discutir o assunto, nem se posicionar, nem assumir partido. **CPI** é um assunto público, todo mundo conversa, nós conversamos. Se o senhor for em qualquer lugar, as pessoas conversam, a imprensa conversa. A população hoje, mais potencializada pela questão das **CPIs** federais, está todo mundo interessado em tudo o que se diga a respeito da CPI, e é muito natural que as pessoas conversem. Que conversem, que peçam orientação, que peçam opinião e que a gente dê. E eu sou bacharel em Direito. Isso o senhor não pode desvincular isso. Eu sou uma pessoa que sou bacharel em Direito. **Portanto**, por **definição**, até do meu juramento, eu não posso negar a minha opinião **enquanto** bacharel em Direito, enquanto advogada, a ninguém que a peça, independente de eu ser membro de CPI, independente de eu ser investigada de **CPI**, investimento de eu ser Secretária de Educação, investimento. Eu sou **Maristela**, bacharel em **Direito**, uma cidadã livre e que posso opinar sobre todo e qualquer assunto que me for...

Obviamente, se nesses assuntos em que eu opino, em que eu **falo**, eu cometer algum crime contra a honra das pessoas, eu vou responder, Maristela, pessoa física, por eles. Isso para mim não tem o menor problema. Então, se nessas gravações, nessa minha fala com o Sr. Antônio César - continuo dizendo que foi manipulada, foi **deturpada**, foi tirada do **contexto**. Palavra foi escondida para dar outra **conotação**, foram trocadas para dar outra conotação, e vou dizer que só vou provar isso em **juízo**, porque lá eu tenho condição de botar um outro técnico assistente, e quando isso ficar provado, eu vou agir contra as pessoas. Estou quieta até esperar o relatório da CPI ir para a Justiça, porque o fórum no qual eu vou fazer todas minhas defesas, eu vou **atuar**, é no fórum judiciário. E eu tenho deixado isso claro desde o primeiro dia que estou aqui. Então, isso eu conversei com a Deputada. E como eu estava acompanhando os depoimentos e precisava, nesse **depoimento**, esclarecer, para a defesa da Secretaria da Educação e nossas, as ilações que eram feitas aqui pelos depoentes, **eu, sim**, fazia para a Deputada Eurides Brito algumas perguntas, que seria no interesse... que cujo esclarecimento que é... Porque o senhor nunca viu aqui nenhuma pergunta feita nem **pela** Deputada e por ninguém que fosse indecorosa ou que fosse de menor... Foi sempre no sentido de **esclarecer**. Então, eu pegava os depoimentos, lia os depoimentos e **aquelas** falas que precisavam ser esclarecidas, eu fazia, entregava à Deputada Eurides para discutir com ela. O que ela fazia com isso... Eu, na minha ilação, na minha visão, na minha opinião, eu imaginava que... Como aqui era 3 a 2 - todo mundo dizia que era 3 a 2, que a gente **já** entrou aqui perdendo de 3 a 2 -, eu imaginava que ela até pudesse sugerir à Deputada **Ivalise**. Isso foi no **meu**... Quer dizer, essa minha afirmação foi por conta de uma idéia que tive de que ela pudesse... para não fazer as perguntas que a gente discutia. E continuo dizendo: nós, o tempo todo, desde agosto do ano passado, **temos**, sim, atuado em defesa da **Secretaria** de Educação, dos servidores da Secretaria de Educação e querendo que os denunciante que aqui estão... Porque muitos dos

fatos que eles colocam **aqui**, só tomamos conhecimento pelo depoimento deles. Então, é razoável que queiramos que **eles** esclareçam esses atos. É muito razoável que nós queiramos isso. E é muito razoável que, se a Deputada me pede **ajuda**, eu sendo bacharel em Direito, consultora **jurídica**, ex-Secretária de Educação, tendo todo um envolvimento e toda a condição de **ajudar** as pessoas, não vou negar ajuda, ainda que isso me ponha na cadeia. E diga que eu cometi algum crime e me ponha na cadeia, eu não vou negar às pessoas as ajudas que me pedem, as colaborações que me **pedem**, porque depende do meu conhecimento da Secretaria de Educação, do meu conhecimento como bacharel em Direito e da minha postura como cidadã, pessoa séria e honesta que está aqui se dispondo a dar o melhor de si para que esta CPI não seja essencialmente **política**, mas que seja jurídica, no sentido de punir quem tiver realmente culpa, inclusive a mim, e de não punir quem for inocente nessa história. Quero **dizer** para o senhor que tem muitos inocentes nessa história.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR - Fico satisfeito com essa afirmação da senhora. Eu gostaria só de **colocar**, de fazer uma pergunta para a senhora. Só uma frase que a senhora diz aqui: "Nós é que não podemos ir lá com aquilo que sabemos". É a fala da senhora. "Nós é que não podemos ir lá com aquilo que sabemos". Ou seja, a senhora faz essa afirmação, mas embaixo a senhora orienta as pessoas para que as pessoas aqui digam: não é da minha atividade, dizem que não se lembram, que não se recordam.

SRA. MARISTELA DE MELO NEVES - Nós é que não podemos ir lá só com aquilo que sabemos. Teremos que saber mais, porque é do nosso cargo, é da nossa **atividade**, é das nossas atribuições. Se o senhor continuar lendo a frase no **contexto**...

DEPUTADO JOSÉ EDMAR - Não, eu leio.

SRA. MARISTELA DE MELO NEVES - É porque a frase está **solta**. O senhor leu ela agora solta. O senhor já leu ela no conjunto, e eu dei as explicações. Agora, o senhor leu ela **solta**, para fazer entender que eu estaria escondendo

coisas. Na verdade, é o contrário. Nós é que não podemos ir lá só com aquilo que sabemos, porque temos de saber mais. Tivemos tempo para pesquisar. Tivemos tempo para... Então, não podemos chegar aqui e dizer "não lembramos, não sabemos, não tenho conhecimento, não é da minha atribuição". Isso está no contexto que eu falei.

(...)

DEPUTADO JOSÉ EDMAR - Eu queria ler um texto aqui mais completo e queria que a senhora também me **explicasse** isso. A senhora fala: "Nós não podemos deixar que a Deputada corra nenhum tipo de risco, porque as ações na Justiça vai levar dez, vinte anos. Esse aí é fulminante, pra ela é fulminante". E o Professor Antônio César responde: "E não tem segunda instância aí". A senhora fala: "Decoro Parlamentar. Nós é **que** precisamos dela, Na nossa defesa é de dar sustentação para ela". "Dar sustentação, né?", o Antônio César pergunta. E a senhora responde: "Porque ela não precisa fazer defesa prévia, nem CPI que **tire**, nem nada disso, porque aí entra no campo do **decoro** e da **ética**. e aí nós não temos **saída**, e aí é processo fulminante". Nós não temos saída? O que é processo fulminante?

SRA. MARISTELA DE MELO NEVES

- Muito bem, nós estamos discutindo o contexto CPI, a guerra de **guerrilha**, de que cassação do mandato, que vão cassar o mandato dela, nem que pra isso tenham que mentir. Então, é que o senhor está esquecendo que por trás desse diálogo também tem toda essa história, e toda essa **crise**, e toda essa guerra de guerrilha, e todo esse **fuxico**, e toda essa intriga. O que é que eu estou dizendo aí? Existem dois momentos distintos. Um momento é o momento da CPI; o outro momento é a Justiça, porque lá nós temos recursos e normalmente esses processos podem ser **levados** a dez, vinte anos. Só que há um processo que é fulminante, que fulmina a **Deputada**, fulmina o parlamentar. Qual é o processo? De decoro parlamentar. E é isso o que nós estamos discutindo aí. E aí é que ele tira todos os diálogos, troca um monte de **palavras**,

um monte de coisas **inaudíveis**, exatamente para poder dar uma impressão diferente do **que é** o

fato. Nós estávamos discutindo que o processo para a Deputada, **ele** era fulminante. Nós estávamos articulando, exatamente para salvar o mandato da Deputada. Eu não escondo que eu estou, não é salvar com mentiras, com **intrigas**, com esconder coisas, com orientações para mentir. Não é isso. É salvar tecnicamente, porque nossas defesas estão no processo e nós vamos fazê-la. Nós somos gente séria. Então, o que é que eu estava discutindo aí? Nós tínhamos que salvar o mandato da Deputada, porque era a única coisa em risco, porque os nossos riscos, qual é o papel de uma CPI? E **aí** também isso está discutido na fita. Se ele tiver a coragem de entregar a fita na sua **integralidade** sem corte, como ele fez corte pra ir, pra poder **fazer** a chantagem, para poder fazer a extorsão, se ele entregar essa fita sem corte, os senhores vão ver que todo esse meu depoimento está absolutamente dentro daquilo que de fato aconteceu. Nós estamos falando qual era o **papel** da CPI, e eu dizia: o **papel** da CPI, quando terminar, vai fazer um relatório, vai mandar para o Ministério Público com todas as provas que eles coletaram, e vai. No Ministério **Público** pode fazer

outras investigações e, se entender que há prova **suficiente**, oferecer denúncia. E aí são, é, na **Justiça**, com todos os recursos que nós temos. Este é o momento. Agora, terminado o relatório da CPI, ele pode propor a cassação do mandato da Deputada, e este, por decoro parlamentar, e este **processo**, ele é sumário e fulminante, e é. Não há recurso sobre ele, fulminado o mandato da Deputada. Se **depois** provar **que** ela era inocente e tudo **isso**, já se perdeu, ela **já** perdeu o mandato. Não há como **recuperá-lo**. Era esse o contexto da nossa conversa e por isso é que nós precisamos salvar o mandato dela, porque, se lá na frente provar que ela é **inocente**, quem é que vai chorar ou quem é que vai dizer: "**pô**, que **pena**, nós fizemos uma coisa **ruim**, ah, vou fazer minha **mea-culpa**, ela já perdeu". E aí, sim, é nesse contexto que eu digo que nós precisamos salvar o mandato da Deputada.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR - O que a senhora quer dizer especificamente com "e aí nós não temos saída"?

SRA. MARISTELA DE MELO NEVES - Exatamente isso: nós não temos saída, nós temos que ajudar a Deputada Eurides Brito a salvar o mandato dela, porque nós não queremos o Manoel Carneiro Secretário de Educação apoiado por seu ninguém.

Por fim, a própria Secretária de Educação, Sra. Vandercy Antônia de Camargos, também reconheceu que participou de reunião, realizada em seu gabinete da SEDF, com o intuito de tratar dos temas discutidos nessa CPI, na qual, coincidentemente, estavam presentes os mesmos servidores e autoridades que articulavam sua defesa frente às denúncias:

DEPUTADO JOSÉ EDMAR - (...) a Sra. Secretária Maristela Neves afirma que, quando esta CPI foi *instaurada*, a senhora ligou para ela e disse que a Deputada Eurides Brito havia marcado uma reunião para falar sobre a CPI e pediu que a senhora a convidasse, pois a reunião aconteceria no seu gabinete.

Havia mais *alguém* presente?

SRA. VANDERCY ANTÔNIA DE CAMARGOS - Sr. *Presidente*, eu acho que eu já respondi bem claramente essa pergunta. Havia, sim, senhor, Havia o meu chefe de gabinete, havia a *Deputada*, havia a Eurides Brito, ambas como antecessoras, e alguns técnicos que eu *convoquei*.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR - Além dessa reunião, a senhora participou de alguma outra reunião com esse fim?

SRA. VANDERCY ANTÔNIA DE CAMARGOS - Também já respondi. Não participei de nenhuma outra reunião. Essa reunião foi convocada por mim. *Portanto*, eu participei dela para me inteirar das questões educacionais. E não participei de nenhuma outra e também já respondi.

(...)

DEPUTADO JOSÉ EDMAR - Eu queria só *voltar* a um tema um pouquinho. Parece que a senhora ficou meio nervosa quando eu falei

daquele assunto, mas eu gostaria de perguntar; a Sra. *Hélvia*...

SRA. VANDERCY ANTÔNIA DE CAMARGOS - Nervosa em quê, Deputado? Eu não ouvi.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR - ...a Sra. Elizabete e o Sr. Gibrail estiveram presentes naquela reunião da senhora lá...

SRA. VANDERCY ANTÔNIA DE CAMARGOS - Que eu convoquei?

DEPUTADO JOSÉ EDMAR - É.

SRA. VANDERCY ANTÔNIA DE CAMARGOS - Estiveram.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR - Todos três?

SRA. VANDERCY ANTÔNIA DE CAMARGOS - Não só eles, não. Estiveram outros técnicos também, tá? Eles estiveram também, mas outros estiveram, não só eles.

Não há dúvida, portanto, que são autênticas as denúncias formuladas pelo Professor Antônio Ferreira César de que o grupo de servidores responsáveis pelos atos de direcionamento e favorecimento das empresas VIAGENS E TURISMO JOVEM LTDA. e MOURA TRANSPORTES LTDA. mantiveram, sob coordenação da Sra. Maristela de Melo Neves e da Deputada Eurides Brito, constante articulação e ação conjunta visando garantir o não avanço das investigações realizadas, tanto por esta Comissão quanto pelo Ministério Público, de forma a desqualificar as denúncias e impedir o aparecimento da verdade.

6 - DO BENEFICIAMENTO DE SERVIDORES E AUTORIDADES POR EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO À SEDF.

Além de todos os achados de irregularidades e ilegalidades praticadas por servidores e autoridades públicas do Distrito Federal, a CPI recebeu denúncias de benefícios recebidos por essas mesmas pessoas, pelas *empresas* apontadas como favorecidas nas licitações e contratações.

Algumas das acusações apresentadas foram clara e definitivamente comprovadas, tanto pelos depoimentos prestados como pela documentação analisada pela Comissão.

A seguir estão detalhados os episódios analisados pela Comissão e dos quais foi possível extrair provas ou indícios contundentes da existência do benefício.

6.1. DOS PAGAMENTOS DA EMPRESA VIAGENS E TURISMO JOVEM LTDA. À SERVIDORES DA SEDF E À ORQUESTRA SINFÔNICA DA REGIONAL DE ENSINO DE CEILÂNDIA.

As acusações de pagamento de propinas pela VIAGENS E TURISMO JOVEM LTDA. a servidores da SEDF e a Deputada Eurides Brito foram denunciadas por Manoel Carneiro de Mendonça Neto, ex-Subsecretário de Apoio Educacional da SEDF.

Tais acusações fundamentaram-se em gravação de diálogo do denunciante com o Sr. Carlos Alberto de Oliveira, gerente da VIAGENS E TURISMO JOVEM LTDA., na sede da empresa.

Entregue ao Ministério Público, o material foi degradado pelo Departamento de Perícias e Diligências do MPDFT, resultando em laudo *inserto* no Inquérito Civil Público nº 08190.015971-46, folhas 869 a 873, cujas cópias foram analisadas por esta CPI.

Em seu depoimento prestado à Comissão, o Sr. Carlos Alberto de Oliveira reconheceu a autenticidade e integralidade do diálogo gravado, tendo claro que realmente retrata conversa que manteve com Manoel Carneiro, na sede da empresa.

Alguns trechos do diálogo precisam ser transcritos literalmente, a fim de que se possa fazer a correta análise de seu conteúdo, conforme laudo do MPDFT, sendo, Manoei Carneiro indentificado como Homem 1 e Carlos Alberto como Homem 3:

Homem 1: Deixa eu te perguntar uma coisa que eu fiquei grilado... Você sabe que eu me preocupo com essas coisas... Tu tá repassando o dinheiro de Eurides Brito direitinho?

Homem 3: Tô, porquê?

Homem 1: É porque eu tava com ela e ela reclamou...

Homem 3: Humm

Homem 1: ... teve uns atrasos, não teve uns atraso?

Homem 3: Teve, da mesma forma que eles atrasaram com a gente aí dois meses, três meses eu atrasei com eles também ué.

Homem 1: Foi né?

Homem 3: Hum num.

Homem 1: Ta. É que eu fiquei preocupado por que quem pegando esse dinheiro é o Gibrail ou é (Étvia)?

Homem 3: Só o Gibrail, tô passando só para ele.

(...)

Homem 3: Isso eu não sei, tô passando tudo... você sabe aquele negócio; passava pro Gibrail e passava pra ... pra (Étvia), né? Aí eu falei: vou mexer com proc... só pra um pra não ter problema. Ai eu peguei e tô passando só pra Gibrail.

Homem 1: Éné...

Homem 3: O que teve foi o seguinte foi; Se não sair..., não saiu o reajuste, aí nós diminuimos o valor, que foi passado...

Homem 1: Vocês diminuiram a porcetagem...

Homem 3: Isso, aí depois que saiu o reajuste aí voltou, aumentou mais cinco por cento porque o reajuste foi só de catorze por cento, agora esse novo contrato acertando, aí volta ao normal.

(...)

Homem 1: Não vou tomar mais se tempo não, eu só tava preocupado com isso, mas vai dar tudo certo.

Homem 3: Não, tá tudo certinho, normal. A única coisa que as vezes você deve achar que é diferença é porque o seguinte: a Maristela fica pedindo, o pessoal fica pedindo pra poder dar... aquelas passagem de... de cortesias, fica pegando passagem rodoviária, passagem aérea, aquele pessoal que vai lá no gabinete direto.

(...)

Homem 3: Mas eu tô falando o seguinte: todo mês eles pegam lá umas extras

que é pra dar... passar para o pessoal dela... passagem rodoviária.. que vai no gabinete ou que a deputada pede isso tudo é através da (Élvia), entendeu? A gente pede desconto nesse valor que vocês repassam, deve ser por isso que ela tá achando que o valor tá menor do que o do Moura.

É evidente que o diálogo trata de valores que são entregues pela VIAGENS E TURISMO JOVEM LTDA. a servidores da SEDF, a pedido da Deputada Eurides Brito. Sendo também clara a referência de que tais valores estão vinculados ao recebimento e aos reajustes das faturas da empresa.

Ao final, o Sr. Carlos Alberto também deixa claro que tais valores estão vinculados a outros repasses que também seriam feitos pela Moura Transportes Ltda. e que descontava do total o valor de passagens que eram solicitadas pela deputada e por Maristela Neves, por intermédio de Hélvia,

Em resposta às denúncias, a Deputada Eurides Brito publicou no Jornal Correio *Braziliense* do dia 27 de agosto de 2004, página 7, Nota de Esclarecimento, onde diz que:

(...) "Quanto à gravação de diálogo entre aquele senhor e o representante da Jovem Turismo, efetivamente aquela empresa é uma das patrocinadoras da Orquestra Sinfônica da Regional de Ensino de Ceilândia, ONG que existe há mais de 5 anos, devidamente registrada e da qual sou uma das fundadoras. A Orquestra é mantida com doações de diversas pessoas e empresas. A Jovem Turismo mensalmente contribui com a quantia de R\$ 7 mil, destinada ao pagamento de bolsas aos jovens músicos. Os beneficiados assinam os recibos e toda movimentação financeira da ONG é absolutamente regular."

Passou-se então à construção da versão de que o diálogo não tratava de propinas, mas de doações legais, regulares e transparentes à entidade de promoção cultural.

A questão mais mirabolante dessa tese foi o esforço em explicar o envolvimento dos servidores Gibrail e Hélvia no processo de recebimento dessas "contribuições". A história apresentada diz que Carlos Alberto, mensalmente, comparecia ao prédio da SEDF para entregar o valor de R\$ 7 mil, em espécie, para um desses servidores e que esses o repassavam para o presidente da ONG, que trabalha no mesmo prédio.

Essa versão foi sustentada por Carlos Alberto, Hélvia Paranaguá Fraga e Gibrail Gebrin, tanto em seus depoimentos ao MPDFT quanto à CPI.

Investigada a versão pelo Ministério Público do Distrito Federal, constatou-se que, até a denúncia, a ONG não possuía nenhuma movimentação financeira pelo sistema bancário. Segundo o depoimento do Sr. Alcides Corrêa, todas as transações eram realizadas em espécie, não havendo qualquer contabilidade formal das transações.

Apenas foram apresentados recibos simples, idênticos, emitidos em favor da Jovem Turismo.

No entanto, ao analisarmos os documentos contábeis da empresa JOVEM TURISMO, nos anos de 2002 e 2003, encontramos contribuições para diversas entidades, mas em nenhum momento a ORQUESTRA SINFÔNICA DA CEILÂNDIA figura como beneficiária de doações. A contabilidade da empresa teve o cuidado de registrar contribuições de muito menor monta, realizadas para outras entidades, abaixo de R\$ 50,00 (cinquenta reais), mas somente passou a lançar as doações para a Orquestra no fechamento do exercício em que ocorreram as denúncias.

Da mesma forma, as declarações de rendimentos da JOVEM TURISMO à Receita Federal não apontam tais doações.

Além disso, é interessante retomar a relação que se teria estabelecido entre a ONG, a SEDF e a JOVEM TURISMO.

A Orquestra foi fundada por iniciativa da Deputada Eurides Brito, como dito pela própria em seu depoimento à CPI, e por ela é utilizada como ação social de sua autoria, como vemos em seu *sítio* na rede mundial de computadores.

A SEDF contratou a JOVEM TURISMO para realização do serviço de transporte escolar e utiliza ilegalmente o contrato para prestar serviços à ONG, conforme já abordado, de forma que o funcionamento da orquestra resultou, até outubro de 2005, em faturamento de R\$ 248.352,84 (duzentos e quarenta e oito mil, trezentos e cinquenta e dois reais e oitenta e quatro centavos) pela JOVEM TURISMO, em valores históricos.

A mesma JOVEM TURISMO alega patrocinar a orquestra, com contribuições mensais de R\$ 7 mil.

O resultado é que as "contribuições" da JOVEM TURISMO, se existiram, à ONG não podem ser vistas como

apoio à entidade, mas sim como um "investimento" lucrativo, pois o funcionamento da orquestra resulta em entradas superiores à contribuição dada.

Resta, portanto, evidente que a história construída para tentar dar legalidade ao diálogo gravado não se sustenta nos fatos e na lógica. Não há registro contábil ou comprovação na movimentação financeira da empresa ou em suas declarações de rendimento de que tais doações tenham de fato existido.

Ao mesmo tempo, o diálogo gravado deixa claro que se fala com referência a valores vinculados, em termos percentuais, ao contrato e ao pagamento das faturas pela SEDF, assim como o desconto de outros "favores" prestados à Hélvia, Maristela e Eurides Brito.

6.2. DAS PASSAGENS DE CORTESIA PARA SERVIDORES E DA HOSPEDAGEM DA SRA. MARISTELA DE MELO NEVES NO HOTEL PARTHENON.

Após divulgar documento em que alega haver concedido "cortesias" a servidores da SEDF, o Sr. Carlos Alberto, em seu depoimento a esta CPI, recuou e declarou haver concedido cortesias apenas ao Sr. Manoel Carneiro que, segundo ele, as solicitava em nome da Deputada Eurides Brito.

Na diligência realizada na sede da empresa Viagens e Turismo Jovem Ltda., a CPI extraiu relatórios que apontam que a Sra. Hélvia Paranaguá utilizou-se de 15 vezes de serviços da Viagens e Turismo Jovem Ltda., apenas no período de 02 de julho de 2004 a 06 de outubro de 2005, em valores que corresponderiam a R\$ 25.892,00.

Nos dados bancários da Sra. Hélvia Paranaguá Fraga, por sua vez, não existem movimentações financeiras compatíveis, nas datas de recebimento desses serviços. Tais favores correspondem a 45,12% do total dos rendimentos líquidos declarados pela servidora para o ano de 2004.

Os dados telefônicos da empresa Viagens e Turismo Jovem Ltda. apontam que, entre julho e outubro de 2002, foram realizados 75 contatos telefônicos com a Sra. Hélvia Miridan Paranaguá Fraga, consideradas apenas as ligações originadas da empresa.

Não foi possível verificar as chamadas originadas do telefone de uso da Sr. Hélvia porque o mesmo está registrado em nome de seu esposo, Eduardo Augusto Fontenelle Fraga, cujo sigilo não foi quebrado.

Nesse período destacado, a Sra. Hélvia não estava em exercício na SEDF, mas requisitada para a CLDF, lotada no Gabinete Parlamentar da Deputada Eurides Brito e, segundo o próprio depoimento da Sra. Hólvia à CPI, trabalhando na campanha eleitoral dessa parlamentar.

O Sr. MANOEL OLIVEIRA DE MENDONÇA NETO também admitiu, em seu depoimento à CPf, que recebeu passagens de cortesia, emitidas pela Viagens e Turismo Jovem Ltda. Alegou, em defesa, que tais passagens lhe foram entregues pelo Gabinete da Deputada Eurides Brito, onde exercia cargo em comissão, e que desconhecia a origem, tendo deixado de aceitá-las ao tomar conhecimento da origem possivelmente ilícita.

Além disso, em 18 de junho de 2004, foi veiculada denúncia anônima dando conta que no final de 2003 a senhora MARISTELA NEVES, então Secretária de Educação do Distrito Federal, teria se hospedado, juntamente com seus familiares, num hotel em Brasília, cujas despesas teriam sido pagas pela JOVEM TURISMO.

Conforme declarou a ex-secretária perante a CPI da EDUCAÇÃO, tais despesas foram quitadas, em ESPÉCIE, pela Sra. HÉLVIA PARANAGUÁ.

Como prova, a Sra. MARISTELA DE MELO NEVES apresentou notas fiscais do hotel emitidas no nome de "Maristela Neves-Empresa Viagens e Turismo Jovem Ltda" e três recibos de recebimento pela Viagens e Turismo Jovem Ltda de valores pagos pela Sra. Hélvia Miridan Paranaguá Fraga, referentes à hospedagem da Sra. Maristela de Melo Neves. Esses recibos são datados de 10.12.03, 23.12.03 e 30.01.04 e dizem respeito aos seguintes montantes, respectivamente, R\$ 2.485,41; R\$ 1.721,81 e R\$ 2.598,84.

As Notas Fiscais de números 11725 e 44371, emitidas pelo PATHERNON FLATS em 18 e 26 de novembro de 2003, no valor de R\$ 2.485,41 (dois mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e quarenta e um centavos), foram

lançadas no LIVRO RAZÃO da JOVEM em 02 de janeiro de 2004, como DESPESA e não como DIREITOS A RECEBER. O recibo de 10 de dezembro de 2003 foi contabilizado na mesma data.

As Notas Fiscais de números 46482 e 46483, no valor de R\$ 1.721,81 (um mil, setecentos e vinte e um reais e oitenta e um centavos), a exemplo da anterior, foram lançadas em 02 de janeiro de 2004, também como

DESPESA. O recibo de pagamento é de 23 de dezembro de 2003, mas só foi contabilizado em 05 de janeiro de 2004.

Ora, se houve contratação de estada junto à JOVEM TURISMO, esta empresa se tornou responsável pelo pagamento do hotel. Em seguida, porém, deveria receber da contratante, MARISTELA NEVES, os valores correspondentes, acrescidos das comissões pelo serviço prestado. A JOVEM, portanto, não faria um lançamento em DESPESAS, a não ser que inexistisse previsão de ressarcimento.

O prazo legal para alterações nos registros contábeis de 2003 se estendeu até 28 de maio de 2004, data de autenticação dos livros contábeis da Viagens e Turismo Jovem Ltda na Junta Comercial do Distrito Federal.

Consta no livro razão do exercício de 2004 o recebimento pela Viagens e Turismo Jovem Ltda da Sra. Hélvia Miridan Paranaquá Fraga dos valores referentes aos recibos de R\$ 2.485,41 e R\$ 1.721,81.

Os fatos falam por si. Se os lançamentos contábeis desses dois recibos houvessem sido feitos na época correta, deveriam figurar nos registros de 2003, mas ainda que tivessem ocorrido, por engano, em 2004, ainda existiria tempo hábil para a correção e inclusão no exercício de 2003, já que o prazo para tanto findou em 28 de maio de 2004.

Fica evidente, portanto, que os valores correspondentes aos recibos foram inscritos após essa data e a única motivação encontrada foi a denúncia ocorrida em 18 de junho de 2004.

Ao observarmos a contabilidade da JOVEM TURISMO e confrontarmos os números com os depoimentos das senhoras MARISTELA e HÉLVIA, bem como do senhor CARLOS ALBERTO, salta aos olhos a fragilidade de argumentos e "provas".

Além do exposto, não subsistem razões para "erros" tão banais como os lançamentos mencionados, assim como também não se percebe lógica que justifique tantos pagamentos em espécie numa época em que essa prática é considerada anacrônica e perigosa, salvo quando impossível comprovar a origem dos recursos, prática clandestina conhecida como "lavagem de dinheiro".

Custa-nos crer, portanto, em pirotécias contábeis ou em erros fortuitos. Ao contrário, os documentos

evidenciam que a explicação foi construída após os fatos, numa tentativa de criar uma versão plausível para contornar as denúncias. Tal versão, porém, não subsiste à análise da documentação colocada à disposição da CPI.

Além disso, mesmo que os documentos apresentados correspondessem à realidade, a ex-Secretária Maristela Melo Neves teria incorrido em ato contrário à moralidade administrativa, vez que a Viagens e Turismo Jovem Ltda. não teria cobrado valores referentes aos seus serviços (porquanto os valores dos recibos coincidem com os valores das notas fiscais emitidas em nome da Viagens e Turismo Jovem Ltda). Não poderia jamais a servidora ter se beneficiado de serviço prestado por empresa prestadora de serviços para o órgão que dirigia.

Ainda sobre o pagamento dessa hospedagem, cumpre destacar que a empresa VIAGENS E TURISMO JOVEM Ltda. presta serviços à SEDF desde 1996, e que a Sra. MARISTELA DE MELO DE NEVES hospedou-se no Hotel Parthenon quando ocupava o cargo de Secretária de Educação do DF, que exerceu entre 27.2.2003 a 20.3.2005.

De acordo com a ação proposta pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, as despesas dessa hospedagem teriam sido pagas pela empresa VIAGENS E TURISMO JOVEM LTDA., o que é vedado por lei.

Com efeito, o art. 117, XII, da Lei federal nº 8.112/90, aplicada no âmbito do Distrito Federal por força da Lei nº 197/91, proíbe ao servidor receber presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições.

O fato de a Sra. MARISTELA DE MELO NEVES não ter pago suas despesas de hospedagem no Hotel Parthenon foi confirmado por ela própria em depoimento prestado a esta CPI em 11/10/2005, quando afirmou que deixara um cheque para sua filha pagar suas despesas de hospedagem, mas que disseram à sua filha "que tão faturando".

Ante essa informação, a Sra. MARISTELA DE MELO NEVES teria telefonado ao Hotel Parthenon para esclarecer a quem estavam faturando suas despesas de hospedagem, quando lhe informaram: "tô faturando pra Jovem Turismo"

No seu depoimento à CPI, a Sra. MARISTELA DE MELO NEVES explicou que suas despesas da hospedagem

no Hotel **Parthenon** foram quitadas pela Sra. HÉLVIA MIRIDAN PARANAGUÁ FRAGA, servidora da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Para justificar o fato de uma servidora da Secretaria de Educação do Distrito **Federal** pagar essas despesas, a Sra. MARISTELA DE MELO NEVES explicou à CPI que havia **comprado**, no Sudoeste (*verbis*):

*"um apartamento que me pareceu uma pechincha, mas era um apartamento que continha um certo risco, que era um apartamento que tinha sido de uma empresa que **faliu** e que isso foi enrolado na massa falida, mas que os proprietários que haviam comprado na planta se reuniram com a Caixa Econômica **Federal** e arrumaram uma **saída** de terminar esse **prédio** com uma outra construtora e havia ali... e esse processo demorou muito tempo e os preços... algumas pessoas que haviam comprado na planta, não estavam dando conta de pagar e havia um apartamento anunciado por R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais) de ágio e uma **dívida** de R\$ 129.000,00 (cento e vinte e nove mil reais) num apartamento de três quartos com garagem no Sudoeste e eu achei que aquele apartamento era uma boa aplicação."*

Em seguida à explicação da compra desse apartamento, a Sra. MARISTELA DE MELO NEVES informou à CPI que o vendera à Sra. HÉLVIA MIRIDAN PARANAGUÁ FRAGA, servidora da SEDF e, que a Sra. HÉLVIA MIRIDAN PARANAGUÁ FRAGA teria pago suas despesas de hospedagem no Hotel Parthenon para abater de sua dívida resultante da compra daquele imóvel.

A Sra. MARISTELA DE MELO NEVES afirmou à CPI que vendera aquele imóvel à Sra. HÉLVIA MIRIDAN PARANAGUÁ FRAGA, nos seguintes termos:

*"Eu não preciso de **apartamento** para morar, que eu tenho o meu, mas ele está na planta ainda, precisa ainda ter paciência, **terminar**. Mas se você quiser **m&** repor os trinta e um mil que foi a minha **despesa**, eu passo esse apartamento para você. Você assume uma prestação de R\$ 1.800,00 - não sei se você **vai ter condição** de pagar com a sua renda e a do seu marido, ainda na planta e com **relação** a esse*

*trinta e um mil, você não precisa me pagar agora, você pode dolarizar, porque o dólar está melhor do que a poupança e até para a gente ter um referencial e não precisar todo mês na hora de pagar saber qual foi o índice, que jornal, o que isso vai ser, vai em dólar que é um". E ela então **acelitou**, e eu então vendi o **apartamento para ela**, e ela tinha assumido uma prestação de R\$ 1.800,00. Mas declarado no meu imposto de renda e no dela em 2003, antes dessa confusão toda."*

Ressalte-se que essa operação de compra e venda do imóvel não foi registrada em Cartório e, segundo afirmou a Sra. MARISTELA DE MELO NEVES à CPI, essa transação encontra-se apenas lançada nas declarações de imposto de renda da depoente e do Sr. EDUARDO AUGUSTO FONTENELLE FRAGA, marido da Sra. HÉLVIA MIRIDAN PARANAGUÁ FRAGA:

*"Eu comprei o apartamento em **janeiro**, fevereiro eu viajei de férias, deve ter sido março, final de fevereiro ou março de 2002. Abril de 2003, se o senhor quebrar o meu sigilo fiscal e o da Profa. Hέλvia, o **senhor** vai encontrar na minha declaração de imposto de renda que vendi. Não vai encontrar na dela, vai encontrar o marido dela com o CPF de que eu vendi o apartamento para ele. Se o senhor for em abril e a data da entrega na Receita **Federal**, tanto da minha quanto da deles, o senhor vai encontrar tanto na minha quanto na deles essa declaração do apartamento. Isso se faz **muito** nos contratos tácitos. O que precisa é ter algum documento de prova, e o documento de prova foi a declaração nos nossos impostos de renda. E essa denúncia só veio depois em 2004, sendo que em abril de 2003 já **está** na Receita Federal a minha declaração de **imposto** de renda, declarando a venda desse apartamento, que é a origem da minha dívida com a Hέλvia."*

Em 18 de outubro de 2005, ao encerrar a segunda parte do seu depoimento, a Sra. MARISTELA DE MELO NEVES entregou aos membros desta CPI cópia de vários documentos, dizendo:

"Eu gostaria então de distribuir um material que eu trouxe aos senhores. São as cópias das faturas

feitas pelo Paternum Flat em que as faturas foram emitidas no nome de Maristela Neves contra a empresa Jovem Turismo das minhas despesas, Tem também aqui os recibos assinados pela Jovem Turismo em nome da Professora Hêlvia, quem fez o pagamento; tenho a escritura do apartamento que eu comprei e continua em meu nome juntamente com a minha declaração do imposto de renda do ano de 2002 feita em 2003 até abril que foi entregue no prazo, ou seja, ela não foi entregue fora do prazo e a minha hospedagem foi em novembro ou dezembro. Então, em 2002 eu vendi o apartamento à Hêlvia, nós dolarizamos a dívida e no começo de 2003 eu declaro a venda do apartamento no meu imposto de renda e declaro a venda do apartamento e só me hospedei no final de, entrego essa declaração em abril de 2003 e só me hospedei em novembro ou dezembro de 2003 e a denúncia só veio em junho de 2004. Então, essas datas são profundamente importantes para entender e para verificar que de fato, eu quando falo das coisas, eu estou falando a verdade. Então, tenho aqui as notas fiscais, não tenho nada a esconder a esse respeito, tenho os recibos, tenho a escritura do meu apartamento e a minha declaração do imposto de renda do ano base de 2002, declaração feita até abril de 2003 que comprova então a venda do apartamento. Eu gostaria então, de passar para cada Parlamentar, têm cinco cópias aí, para que cada um possa analisar e, se necessário, me peça os esclarecimentos ainda que forem necessários eu estarei."

Entre os documentos entregues à CPI pela Sra. MARISTELA DE MELO NEVES, encontra-se cópia de sua declaração de Imposto de Renda do exercício 2003, ano-base 2002, na qual consta, na descrição de bens e direitos, sem consignar o valor do bem:

"11 - Apto 106, sito à SQSW 302, Bloco A, adquirido junto à Silco Engenharia pelo valor de R\$ 160.000,00, mediante entrada de R\$ 31.000,00 e saldo financiado de R\$ 129.000,00, vendido ao Sr. Eduardo Augusto Fontenelle Fraga, CPF 317.565.491-68, nas mesmas condições da aquisição, conforme estabelecido em contrato particular de compra e venda."

No mesmo ato, a Sra. MARISTELA DE MELO NEVES também entregou aos membros da CPI cópia da "ESCRITURA PÚBLICA DE MÚTUO PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE HABITACIONAL" firmada entre a Sra. MARISTELA DE MELO NEVES, representada por sua procuradora Sra. THAÍS NEVES MENDES, a Caixa Econômica Federal e, como interveniente, construtora e fiadora, a SILCO ENGENHARIA LTDA., lavrada em 22 de fevereiro de 2002, no 3º Ofício de Notas e Protesto de Títulos de Brasília (Protocolo 033404, Livro D-0805, fls. 065 a 080).

Essa escritura registra o mútuo destinado à integralização do preço da construção de unidade residencial designado por "**Apartamento nº 104**", pertencente ao empreendimento denominado Edifício "Porto Fênix", **Bloco A, SQSW 301**, do SHCSW, Brasília-DF, cujo valor do financiamento para construção foi de R\$ 129.000,00 e o valor inicial da prestação foi de R\$ 1.834,03.

Portanto, em que pese o afirmado perante a CPI, a informação registrada na coluna "Discriminação de Bens e Direitos" da cópia da declaração de renda da Sra. MARISTELA DE MELO NEVES, relativa ao exercício de 2003, ano-calendário 2002, não guarda relação com o documento expedido pelo Cartório do 3º Ofício de Notas e Protestos de Brasília, pois a declaração de Imposto de Renda da Sra. MARISTELA DE MELO NEVES registra a venda ao Sr. EDUARDO AUGUSTO FONTENELLE FRAGA do **apartamento nº 106**, sito à **SQSW 302**, Bloco "A", enquanto o documento expedido pelo Cartório íraia do **apartamento nº 104**, sito à **SQSW 301**, Bloco "A", o que prova se tratar de unidades residenciais distintas uma da outra, além de localizadas em quadras também diferentes entre si, deitando por terra a justificativa urdida para esconder a vantagem financeira proporcionada pela Viagens e Turismo Jovem Ltda. à então Secretária de Educação do Distrito Federal, Sra. MARISTELA DE MELO NEVES.

6.3. DAS CONTRIBUIÇÕES DE FORNECEDORES DA SEDF PARA A CAMPANHA DA DEPUTADA EURIDES BRITO.

Muito se discutiu, ao longo dos trabalhos, se a análise de fatos relativos ao financiamento da campanha eleitoral da Deputada Eurides Brito poderiam ou não ser investigados pela CPI, tendo em vista as limitações de seu objeto.

Tal discussão, no entanto, é falaciosa, pois a CPI não procurou investigar as contas de campanha da referida parlamentar, mas sim averiguar se as contribuições à campanha por empresas fornecedoras da SEDF seriam formas de contrapartida pelos benefícios recebidos em licitações e contratos com o órgão público.

Não é admissível que um parlamentar faça uso do cargo público ou da ascendência que possui em órgãos do Executivo com o intuito de ter sua campanha financiada por fornecedores do Estado.

Nesse sentido, tendo recebido denúncias da existência de relações dessa natureza entre a Deputada Eurides Brito e empresas fornecedoras da SEDF, não podia a CPI furtar-se à obrigação de averiguá-las.

O Sr. Manoel Carneiro apresentou à CPI denúncia, acompanhada de documentação, dando notícia de que a Deputada Eurides Brito haveria recebido contribuições, em serviços e materiais, para sua campanha de 2002 das empresas Viagens e Turismo Jovem Ltda. e Juiz de Fora Ltda., ambas fornecedoras da SEDF.

A) Das contribuições da Empresa Viagens e Turismo Jovem Ltda.

Conforme as denúncias trazidas à CPI e admitido pela própria empresa e pela Deputada Eurides Brito, a VIAGENS E TURISMO JOVEM LTDA. realizou contribuições, não contabilizadas oficialmente, para a campanha eleitoral de 2002 com o fornecimento de serviço de aluguel de helicóptero e fornecimento de bonés.

Quanto ao uso do helicóptero, a parlamentar e seu assessor Dinei Arno, por escrito, confirmam sua utilização, sem que o custo tenha sido lançado formalmente nas contas de campanha.

A parlamentar e o Sr. Carlos Alberto alegaram que o uso do helicóptero foi solicitado por Manoel Carneiro, tendo ela alegado desconhecer que o mesmo fosse custeado pela empresa, sob a alegação de que foi iludida por acreditar que se tratava de um amigo de Manoel Carneiro que necessitava de horas de voo.

A mesma tese é apresentada em relação aos bonés. Os mesmos teriam sido solicitados à empresa por Manoel Carneiro, que recebeu a doação.

A Deputada afirma desconhecer tal doação, alegando que havia recebido bonés do candidato Tadeu Filippi e que não tinha conhecimento de pedidos à JOVEM TURISMO. No entanto, tais contribuições desse candidato também não foram contabilizadas pela campanha da Deputada Eurides Brito.

B) Das contribuições da Empresa JUIZ DE FORA SERVIÇOS GERAIS LTDA.

O Deputado José Edmar trouxe à CPI documentos que comprovariam que a empresa JUIZ DE FORA LTDA. teria realizado contribuições não contabilizadas para a campanha da Deputada Eurides Brito, em 2002, com o empréstimo de 14 automóveis e 40 mil litros de combustível.

Tais denúncias foram corroboradas pelos depoimentos de Manoel de Oliveira, Igor Teixeira e Vandercy Camargos (que confirmou o uso de um automóvel Corolla preto durante a campanha).

O Sr. NELSON AUGUSTO DE OLIVEIRA LAWALL, sócio-gerente da JUIZ DE FORA LTDA., e a Deputada Eurides alegaram desconhecer tais contribuições.

7 - DA ANÁLISE DE OUTROS DADOS TELEFÔNICOS, BANCÁRIOS E FISCAIS.

Como resultado das quebras de sigilos telefônicos, bancários e fiscais e das diligências efetuadas, a CPI teve acesso a informações que fortalecem as conclusões de superfaturamento, fraude em licitações e enriquecimento ilícito dos envolvidos nos contratos efetuados pela SEDF analisados,

A documentação analisada apresenta indícios e provas da prática de outras ilicitudes, de ordem fiscal e financeira, que devem ser encaminhadas aos órgãos competentes para o prosseguimento das investigações.

7.1. DA DOCUMENTAÇÃO CONTÁBIL, MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA E DECLARAÇÕES FISCAIS DA EMPRESA MOURA TRANSPORTES LTDA. E SEUS SÓCIOS.

Na diligência efetuada na sede da empresa e no escritório de contabilidade que lhe presta serviço, a CPI

apreendeu apenas parte da documentação contábil, referente aos exercícios de 2002 e 2003. O restante da documentação

não se encontrava na sede da empresa ou no escritório, tendo sido alegado que haviam sido enviadas para encadernação.

Tendo o contador assinado termo de compromisso de que traria o restante da documentação, deixou de cumpri-lo. Porém, tendo em vista que a busca e apreensão realizada encontra-se *sub judice*, entendeu a relatoria que não deveriam ser tomadas novas medidas coercitivas enquanto pendente a manifestação do Poder Judiciário.

Assim, o relatório incorpora apenas as informações que já estavam analisadas no momento em que foi concedida liminar determinando que a documentação fosse lacrada.

A documentação contábil da MOURA TRANSPORTES LTDA apresenta um vasto rol de irregularidades, cometidas de maneira grotesca, com o intuito de mascarar os altíssimos lucros da empresa.

Na documentação contábil de 2003, lançada apenas em 2004, a empresa realizou "correções" em seus lançamentos de 2002, sob o título de AJUSTE DO EXERCÍCIO, no qual cancelou despesas no valor de R\$ 3.971.166,11 (três milhões, novecentos e setenta e um mil, cento e sessenta e seis reais e onze centavos), sendo parte

dessas despesas - R\$ 1.746.480,89 (um milhão, setecentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e oitenta reais e oitenta e nove centavos) transformadas em distribuição de lucros entre seus sócios, Celso e Geraldo Moura.

Como a contabilidade da empresa já documentava a existência de distribuição de lucro de R\$ 337.676,64 (trezentos e trinta e sete mil, seiscentos e setenta e seis reais e sessenta e quatro centavos), para esse exercício, com o ajuste, alcançou-se o valor de R\$ 2.084.157,53 (dois milhões oitenta e quatro mil cento e cinquenta e sete reais e cinquenta e três centavos).

Tendo a empresa apresentado uma receita bruta de R\$ 4.162.814,15, conclui-se que obteve lucro líquido de 50% da receita, com a atividade de transporte escolar. Tal taxa está muito acima dos valores apresentados como sendo sua margem de lucro, nos documentos encaminhados à CPI, o que reforça a tese de superfaturamento dos preços contratados com a SEDF.

É evidente a dificuldade em aceitar que despesas realizadas na aquisição de insumos consumíveis (combustíveis, pneus e autopeças, por exemplo) possam simplesmente ser canceladas no exercício sem que representem fraude contábil, pois fica claro que tais despesas jamais existiram e foram inseridas na movimentação apenas para esconder os lucros da empresa.

Isso fica ainda mais evidente na medida em que nas declarações realizadas pela empresa e pelos seus sócios à Receita Federal não aparecem nem a despesa e nem o recebimento com a distribuição de lucros, conforme será detalhado adiante.

A documentação contábil referente ao exercício de 2003 apresenta uma conta de despesa (número de código 3.3.1.0.01.0022), denominada de OUTRAS DESPESAS EVENTUAIS, no valor de R\$ 734.402,35, representando 64% do total das despesas administrativas da empresa.

Como não há documentação comprobatória do destino dessas despesas, conclui-se que sua utilização, em valores tão elevados, tem por finalidade a lavagem de dinheiro e tentativa de mascarar lucros.

Contrariando as informações contidas na contabilidade da empresa, as declarações da Moura Transportes Ltda à Receita Federal indicam registro de rendimentos atribuídos a sócios ou titulares somente para o ano-base de 2000, no valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) para cada um dos sócios, Geraldo Alves de Moura e Celso Alves de Moura. Nos demais anos, não há registro de retiradas dos sócios.

Porém, na análise da movimentação bancária, foram encontradas transferências eletrônicas que indicam retiradas dos sócios diretamente da conta da empresa para suas contas particulares da seguinte ordem:

GERALDO ALVES DE MOURA		
ANO	VALOR (R\$)	LANÇAMENTOS
2000	3.963,00	2
2001	2.010,00	1
2003	15.000,00	4
2004	2.000,00	1
2005	40.000,00	4
TOTAL	62.973,00	12
CELSON ALVES DE MOURA		
2003	178.200,00	6
2004	100.004,69	8
2005	30.000,00	2
TOTAL	308.204,69	16

Tais dados também são incompatíveis com os informados pelos sócios da Moura Transportes Ltda. em suas declarações de IRPF, conforme a seguir detalhado:

GERALDO ALVES DE MOURA					
Rendimentos Tributáveis recebidos da Moura Transportes Ltda.					
2001	2002	2003	2004	2005	
36.000,00	36.000,00	49.500,00	54.000,00	54.000,00	
Rendimento Líquido					
2001	2002	2003	2004	2005	
22.325,97	22.765,60	28.857,20	29.645,02	35.633,13	
Lucros e dividendos recebidos					
2001	2002	2003	2004	2005	
0,00	25.000,00	50.000,00	120.000,00	66.000,00	
CELSO ALVES DE MOURA					
Rendimentos Tributáveis recebidos da Moura Transportes Ltda.					
2001	2002	2003	2004	2005	
36.000,00	36.000,00	49.500,00	54.000,00	54.000,00	
Rendimento Líquido					
2001	2002	2003	2004	2005	
23.515,03	23.142,28	28.403,27	37.565,55	40.266,39	
Lucros e dividendos recebidos					
2001	2002	2003	2004	2005	
0,00	25.000,00	50.000,00	120.000,00	120.000,00	

Além disso, as movimentações bancárias da empresa e das contas particulares dos sócios apontam que há grande número de saques em dinheiro, realizados por Celso Alves de Moura, sendo a conta da empresa utilizada constantemente para fins pessoais.

A movimentação bancária da Moura Transportes Ltda. no Banco de Brasília - BRB apresenta que há significativo número de **cheques**, somando valores altos, em favor da própria empresa, **endossados** e liquidados direto no caixa, pagos em dinheiro.

Vários desses cheques não apresentam a devida destinação, que é obrigatório para valores acima de R\$ 100,00, sem vínculo e sem endosso no verso dos documentos.

O volume de **créditos** nas contas do Sr. Celso Alves de Moura não são **compatíveis** com os rendimentos declarados à Receita Federal e nem com os registros contábeis da empresa. O quadro a seguir apresenta os valores anuais dos créditos em conta corrente, em **reais**, com

relevo para o significativo aumento de receitas nos anos de 2003 e 2004.

1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
68.731,81	118.708,66	162.916,33	139.740,50	395.643,17	461.835,21	258.754,22

Por fim, a comparação da movimentação das contas correntes com o pagamento de faturas de cartão de crédito dos sócios da Moura Transportes Ltda. aponta novamente liquidação de despesas **sem** identificação da origem dos recursos, conforme a seguir explanado.

Nos pagamentos das **faturas** dos cartões CREDICARD e BRADESCO do Sr. Geraldo Alves de Moura não foram **identificados** saques ou **emissões** de cheques de valor igual e/ou **semelhante** que **possam comprovar** a liquidação dessas faturas. O mesmo **acontece** com os

cartões de **crédito** CREDICARD e AMERICAN EXPRESS de Celso Alves de Moura.

Os cartões OUROCARD VISA, do Banco do Brasil, e BRB GOLD VISA, tanto de Geraldo Alves de Moura como de Celso Alves de Moura, **têm** suas **faturas** em débito automático nas contas correntes de Celso Alves de Moura.

Da **análise** desses dados, resta clara a **existência** de **lançamentos fraudulentos na contabilidade da empresa**, assim como a prática de **sonegação fiscal**, tanto da empresa como de seus sócios, **que** omitem rendimentos e lucros com a criação de despesas fictícias, e fortes indícios de lavagem de dinheiro.

É importante ressaltar que tais ilícitos têm sido facilitados pelo **BRB**, que permite a compensação de cheques e movimentação bancária sem o registro das origens e destinos, em flagrante desrespeito à legislação financeira.

Além das **ilegalidades** constatadas, de ordem financeira e contábil, **também** restou comprovada a prática de desrespeito à legislação trabalhista e **previdenciária**.

Na diligência **realizada** na sede da empresa, a CPI apreendeu **caixas-arquivo** com documentação identificada como "**contra-cheques piratas**", contendo **comprovantes** de pagamentos de empregados não registrados, sem "**carteira assinada**", caracterizando desrespeito aos direitos trabalhistas e previdenciários desses trabalhadores.

7.2. DA DOCUMENTAÇÃO CONTÁBIL, MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA, DECLARAÇÕES FISCAIS E DADOS TELEFÔNICOS DA EMPRESA VIAGENS E TURISMO JOVEM LTDA. E DE SEU PROPRIETÁRIO.

A análise da documentação contábil da Viagens e Turismo Jovem Ltda. **revela** que essa empresa sempre foi **parceira da Moura Transportes Ltda.**, sendo **significativo** o volume de repasses de uma para outra, a **título** de locação de ônibus.

A análise da documentação contábil demonstra que de **1999** a 2001 a Viagens e Turismo Jovem Ltda tinha a Moura Transportes Ltda, como sua principal fornecedora de ônibus, mesmo nos períodos em que tal prática era proibida nos contratos com a SEDF.

Em **2001**, ambas as empresas cotaram propostas para a contratação **emergencial** realizada pelo Contrato nº 050/2001 da SEDF. Apesar de formalmente **concorrentes**, as

empresas continuaram atuando como **parceiras**, tendo a Viagens e Turismo Jovem Ltda., vencedora nesse processo, **continuando a utilizar** os serviços da Moura Transportes Ltda. para o cumprimento do contrato.

A partir da realização da Concorrência nº 04/2001, onde o objeto do contrato foi pela primeira vez fracionado em **regiões**, ambas as empresas apresentaram **propostas**, "coincidentemente" não concorrentes entre si, tendo a Moura Transportes Ltda. apresentado propostas apenas para as **regiões A e B** e a Viagens e Turismo Jovem Ltda. apenas para as regiões C, D e E, a Moura Transportes Ltda. deixa de ser a principal fornecedora de ônibus para a Viagens e Turismo Jovem, função que passa a ser assumida pela **Real Expresso Ltda.**

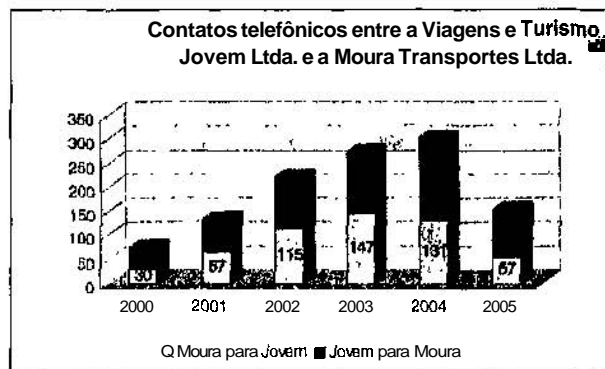
A **análise** dos dados de comunicações entre a Viagens e Turismo Jovem Ltda. e a Moura Transportes Ltda. também terminam por confirmar que tais empresas não podem ser vistas como concorrentes, mas sim como **parceiras**, mesmo nos momentos em que se apresentam **distintamente** em licitações.

O quadro abaixo traz o número de ligações **realizadas** entre as empresas e seus sócios:

Contatos telefônicos entre a Viagens e Turismo Jovem Ltda. e a Moura Transportes Ltda.						
	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Moura para Jovem	30	67	115	147	131	57
Jovem para Moura	43	67	106	126	172	97
TOTAIS	73	134	221	273	303	154

Os dados, que consideram apenas as ligações cuja duração ultrapassa 05 segundos, informam que, ao longo do período investigado, foram feitos 1.158 contatos telefônicos entre empresas que se apresentam em procedimentos **licitatórios** como concorrentes.

A apresentação gráfica dos dados permite visualizar claramente que, após a Moura Transportes Ltda. assumir **diretamente** a exploração de parte das regiões licitadas, no segundo semestre de 2001, diminuindo **consideravelmente** suas relações comerciais formais com a Viagens e Turismo Jovem Ltda., ao invés dos contatos **diminuírem**, há um aumento significativo das conversas mantidas.



Os contatos telefônicos **entre** as empresas se tomam inclusive mais frequentes durante o período de realização de contratações emergenciais e licitações pela SEDF.

Entre a data de envio de correspondências e a entrega de propostas para o Contrato Emergencial nº 050/2001 (01/04/2001 a 30/04/2001) ocorrem 19 das 134 ligações telefônicas entre as empresas.

No mesmo ano, entre a divulgação do Edital e entrega das propostas da Concorrência nº 04/2001 (14/09/2001 a 20/10/2001) houve novos 18 contatos.

Por fim, entre a divulgação do Edital e a entrega de propostas da Concorrência nº 03/2003, as "concorrentes" mantêm conversações por 68 vezes.

As relações comerciais (realizadas em alguns momentos em clara oposição ao contrato firmado com a SEDF, caracterizando sublocação do objeto do contrato), além da manutenção constante de relações entre as empresas, indicam a ocorrência de fraude ao caráter competitivo, restando evidente a prática de acerto para a divisão do objeto das licitações.

Além das relações entre a Moura Transportes Ltda. e a Viagens e Turismo Jovem Ltda. é preciso detalhar a

evolução da história dessa última empresa com o Grupo Real Expresso.

Nesse sentido é importante esclarecer que a Viagens e Turismo Jovem Ltda. foi constituída em 1986 como empresa do Grupo Real Expresso, que detinha 96% do capital social, enquanto o atual sócio proprietário, Edvaldo Rocha, detinha apenas 2% de participação na empresa.

Em 1998, quando o transporte escolar passa a ser uma importante fonte de arrecadação da empresa, a Viagens e Turismo Jovem Ltda. deixa de pertencer formalmente ao Grupo Real Expresso, passando a ter como únicos sócios o

Sr. **Edvaldo** Rocha e a Sra. Maria Aparecida Curi Sampaio Rocha.

Tal **desvinculação**, no **entanto**, ao que indicam os documentos contábeis da **empresa**, foi apenas formal, pois a Real Expresso Ltda. passa a receber, principalmente a partir de **2002**, grandes quantias da Viagens e Turismo Jovem Ltda. a título de locação de ônibus.

Tais pagamentos à Real Expresso são estranhamente sempre feitos em dinheiro, em transações que envolvem em cada movimentação valores de R\$ **350.000,00** a R\$ **490.000,00**.

Ao mesmo tempo, o Sr. Edvaldo Rocha declarou ao **MPDFT** e aos membros da CPI, durante a diligência **realizada**, que não participa, na prática, de nenhum ato de gerência da **empresa**, estando a gestão totalmente delegada ao Sr. Carlos Alberto de Oliveira.

Além disso, as declarações do Sr. Edvaldo Rocha à Receita Federal apontam que esse jamais recebeu qualquer valor da empresa, seja como remuneração ou participação em lucros, desde **1999** até 2004.

Para **completar**, o endereço **eletrônico** do Grupo Real apresenta a Viagens e Turismo Jovem Ltda. como empresa do mesmo grupo econômico (<http://www.realcargas.com.br/frmempresa.asp>).

Todos os dados analisados apontam que a separação das empresas **ocorreu** apenas de "**fachada**", sendo que, de fato, a Viagens e Turismo Jovem Ltda. continua integrando a mesma organização econômica, como "**empresa laranja**", mesmo papel desempenhado por seu sócio **gerente**, **Edvaldo** Rocha.

Dessa forma, os pagamentos à Real Expresso pela locação de **ônibus** são utilizados para criar despesas para a Viagens e Turismo Jovem Ltda., de maneira a esconder os lucros e o **superfaturamento** praticado em relação ao contrato com a SEDF.

Além **disso**, as movimentações financeiras da Viagens e Turismo Jovem Ltda. e do Sr. Edvaldo Rocha apontam a existência constante de diversos cheques emitidos para o próprio titular da conta, que são endossados, indicando que tenham sido saques em dinheiro.

Tal prática é indicativa da prática de lavagem de dinheiro, na medida em procura ocultar a origem e destino da movimentação financeira.

7.3. DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA E DOS DADOS TELEFÔNICOS DA EMPRESA JUIZ DE FORA SERVIÇOS GERAIS LTDA.

A análise da movimentação financeira da Empresa Juiz de Fora Ltda e seu sócio gerente, o Sr. Nelson Augusto de **Oliveira** Lawall, apresenta fortes indícios de irregularidades e **cometimento** de crimes contra ordem financeira e **tributária**.

Nas contas particulares do Sr. Nelson **Augusto** de Oliveira Lawall foi possível **localizar** grande quantidade de cheques de altos valores emitidos em favor da Empresa Juiz de Fora Ltda. **Também** há grande movimentação de recursos da conta da empresa para a conta pessoal do Sr. **Lawall**, indicando que as contabilidades pessoal e da empresa **são** tratadas de maneira única, de maneira a se tornarem indistinguíveis a pessoa física e a pessoa jurídica, em flagrante violação ao princípio da **autonomia**.

A conta corrente do Sr. **Lawall** costuma receber depósitos vultosos em espécie, sem a identificação da origem. Da mesma forma, é comum a emissão de cheques ao próprio titular que são sacados diretamente no caixa ou endossados. Mesmo quando se trata de pagamentos a terceiros, é usual a utilização de cheques ao próprio Sr. Lawall, com endosso e depósito em contas de terceiros.

Como exemplo desse mecanismo, identificamos 6 cheques, de R\$ 20.000,00 emitidos em favor do **correntista**, no mesmo dia (11 de maio de 2005) e endossados para depósito em conta do mesmo beneficiário.

Outra prática recorrente do Sr. Nelson Augusto de Oliveira Lawall é o recebimento de créditos de financiamento da Caderneta de Poupança Rural - CPR, em sua conta pessoal e a imediata **transferência** de valores **correspondentes** para a conta da empresa (muitos deles em somas que ultrapassam R\$ **500.000,00**), o que indica fraude ao sistema **de** financiamento rural.

Ao mesmo tempo, a movimentação financeira da conta corrente da empresa apresenta comumente a emissão sequencial de cheques em valores entre R\$ 9.000,00 e R\$ 10.000,00, em favor da própria empresa, na **mesma data**, endossados e sacados em espécie no caixa, aparentando o uso de mecanismo para não atingir o valor mínimo de transações cuja destinação do saque é obrigatória.

Os expedientes utilizados pelo Sr. Nelson Augusto de Oliveira Lawall para a movimentação financeira

particular B de sua empresa, visando ocultar o volume das transações, suas origens e destinos, são típicos de mecanismo de lavagem de dinheiro.

É importante ressaltar que a utilização desses mecanismos é facilitada pela convivência do BRB, que não cumpre as determinações e permite a não identificação de origem e destino das transações, mesmo quando ultrapassados os valores mínimos determinados pelo Banco Central do Brasil e pelo COAF.

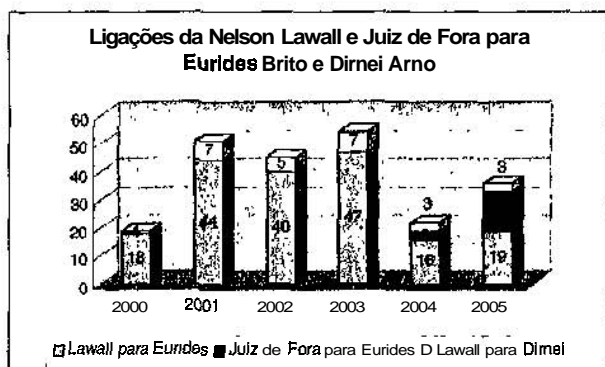
A análise dos dados telefônicos do Sr. Nelson de Oliveira Lawall e da Juiz de Fora Ltda. demonstram que a relação desse fornecedor com a Deputada Eurides Brito vão muito além dos contatos formais e um distante convívio social, como se pretendeu transparecer nos depoimentos de ambos à CPI.

O quadro a seguir detalha os contatos telefônicos mantidos pelo Sr. Nelson Augusto de Oliveira Lawall e por sua empresa para a Deputada Eurides Brito e para seu assessor Dinei Arno:

ANO	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Lawall para Eurides	11	44	40	47	18	19
Juiz de Fora para Eurides	0	0	0	0	0	0
Lawall para Dinei	1	7	9	7	5	3
TOTAIS	19	51	49	54	23	22

Ao longo do período analisado, foram totalizadas 227 conversas telefônicas, considerando-se apenas aquelas ligações com mais de 5 segundos de duração,

Ao mesmo tempo, é bom lembrar que, como a CPI não determinou a quebra de sigilo telefônico da Deputada Eurides Brito, foram identificadas apenas as chamadas em a que a parlamentar é a destinatária das ligações, não havendo informações acerca daquelas por ela originadas.



O gráfico demonstra que os contatos com a Deputada Eurides Brito e seu assessor não sofrem variação em função de seu afastamento da Secretaria de Estado de Educação, porém, após a oitiva do Sr. Nelson de Oliveira Lawall pela CPI foi registrada apenas uma tentativa de contato

com a Deputada Eurides Brito, com duração de 2 segundos.

7.4. DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA E DOS DADOS FISCAIS E TELEFÔNICOS DO SR. GIBRAIL NABIH GEBRIN.

O professor Gibrail Nabih Gebrin é citado no depoimento do Sr. Manoel Carneiro de Mendença Neto como sendo quem recebe o "dinheiro de Eurides Brito", com base no diálogo gravado com o Sr. Carlos Alberto de Oliveira, gerente da Viagens e Turismo Jovem Ltda.

Tanto à CPI como ao MPDFT, o Sr. Gibrail Nabih Gebrin admite o recebimento desses valores, mas alega que se tratava da "contribuição" de R\$ 7 mil, integralmente repassada ao Prof. Alcides, presidente da ONG Orquestra Sinfônica da Diretoria Regional de Ensino de Ceilândia.

Da análise da movimentação financeira e das declarações do Sr. Gibrail Nabih Gebrin à Receita Federal

resulta que esse tem realizado gastos e amealhado patrimônio, nos últimos anos, de maneira incompatível com os rendimentos declarados.

COMPARAÇÃO ENTRE AS RECEITAS E DESPESAS DO GIBRAIL NABIH GEBRIN				
ANO	2002	2003	2004	TOTAIS
Rendimentos Brutos	R\$ 97.677,89	R\$ 159.416,60	R\$ 131.502,56	R\$ 388.597,05
Descontos na fonte	R\$ 257.13,26	R\$ 428.53,31	R\$ 28.737,37	R\$ 714.403,94
Despesas declaradas IRPF	R\$ 198.14,58	R\$ 23.116,08	R\$ 23.821,03	R\$ 245.071,69
Cartões de crédito	R\$ 130.582,80	R\$ 135.841,85	R\$ 92.195,48	R\$ 358.620,13
Crescimento patrimonial	R\$ 1.600,00	R\$ 159.737,36	R\$ 162.332,64	R\$ 333.670,00
Diferença	R\$ 90.032,75	R\$ 202.132,00	R\$ 175.583,96	R\$ 467.748,71

Nesses três anos em que foi possível a análise mais detalhada dos dados fiscais e financeiros do Sr. Gibrail Nabih Gebrin, percebe-se que o referido servidor realizou gastos ou acréscimos patrimoniais que superam em R\$ 467.748,71 seus rendimentos declarados.

Nesse período, os rendimentos brutos declarados de sua esposa somaram apenas R\$ 29.058,39, no exercício de 2002, sem lançamentos para os demais.

Tratava-se, evidentemente, de enriquecimento ilícito e sonegação fiscal.

Chama a atenção o fato de que para as faturas de cartões de crédito, em valores normalmente elevados em comparação à renda declarada, não foram identificados saques em dinheiro ou emissão de cheques ou débitos em conta corrente, em valores compatíveis.

Além disso, são frequentes despesas que indicam aquisições de passagens aéreas para viagens ao exterior, tais como o pagamento às Aerolíneas Argentinas de R\$ 5.490,35, em 15/05/2001, e à Varig, R\$ 11.034,00, em 01/11/2001; R\$ 3.667,32, em 21/10/2005 e R\$ 6.319,51, em

31/10/2005, entre outras.

As **despesas** com cartões de crédito apresentam curva ascendente de 2000 a 2003 (de R\$ 45.070,17 para R\$ 135.841,85), invertendo-se a partir de 2004 e em 2005 (de R\$ 92.195,48 e R\$ 63.679,81, respectivamente), período que coincide com o início das denúncias de seu envolvimento com esquemas de corrupção pelo Sr. Manoel Carneiro.

Os dados telefônicos obtidos pela CPI demonstram que, mesmo no período em que o Sr. Gibrail Nabih Gebrin já exercia o cargo de Diretor de Engenharia e Arquitetura da SEDF, sem qualquer vínculo funcional com o contrato de transporte escolar, o mesmo manteve intensas relações com as empresas Viagens e Turismo Jovem Ltda. e Moura Transportes Ltda.

Os quadros a seguir resumem a intensidade das conversações mantidas por esses, durante os anos de 2003 e 2004, consideradas apenas as ligações com mais de 5 segundos.

Contatos telefônicos entre Gibrail Nabih Gebrin e Viagens e Turismo Jovem Ltda.				
	1ª sem 03	2ª sem 03	1ª sem 04	2ª sem 04
Gibrail para Jovem	29	28	90	2
Jovem para Gibrail	37	40	148	4
TOTAIS	66	68	238	6
Contatos telefônicos entre Gibrail Nabih Gebrin e Moura Transportes Ltda.				
	1ª sem 03	2ª sem 03	1ª sem 04	2ª sem 04
Moura para Gibrail	13	42	52	13
Gibrail para Moura	37	20	57	11
TOTAIS	100	62	109	24

Durante o período analisado, foram 375 conversas do Sr. Gibrail Nabih Gebrin com a Viagens e Turismo Jovem Ltda. e 295 com a Moura Transportes Ltda.

Durante o período que vai da divulgação do Edital da Concorrência nº 03/2003 até a assinatura do Contrato nº 08/2004 da empresa Moura Transportes Ltda. com a SEDF, foram realizados 137 conversas dessa com o Sr. Gibrail Nabih Gebrin.

É importante registrar que a partir da data das denúncias do Sr. Manoel Carneiro de Mendonça Neto à Ouvidoria da CLDF, em agosto de 2004, cessaram por completo as intensas comunicações entre as partes.

7.5, DOS DADOS FISCAIS DO SR. SANDRO DE MORAIS VIEIRA.

A análise dos dados fiscais do Sr. Sandro de Moraes Vieira, assessor da Deputada Eurides Brito, apontou, nos exercícios de 2000, 2001 e 2003, rendimentos líquidos insuficientes para justificar a variação patrimonial declarada.

Nas declarações de imposto de renda de 2002 e 2003 foram omitidas informações, restando evidenciada a intenção de prestar declaração falsa e/ou omitir, total ou parcialmente, informação que devia ser produzida a agentes das pessoas jurídicas de direito público interno, com a intenção de eximir-se, total ou parcialmente, do pagamento de tributos.

Durante o período analisado, 2000 a 2004, observa-se que o rendimento assalariado declarado, e também único, foi de R\$ 25.332,63 (quatrocentos e vinte e cinco mil, trezentos e trinta e dois reais e sessenta e três centavos), em valores históricos. Entretanto a análise dos créditos em algumas de suas contas correntes, durante o mesmo período, sem serem considerados depósitos referentes a salários, mas efetuados em dinheiro ou através de créditos eletrônicos, foram da ordem de R\$ 258.832,58 (duzentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e trinta e dois reais e cinquenta e oito centavos), valor esse com fortes indícios de existência de sonegação fiscal e de origem não declarada.

Ressaltamos a impossibilidade de cruzar os dados fiscais com todos os dados bancários, uma vez que ainda faltam remessas de várias instituições bancárias, em especial as referentes às contas que recebem os depósitos de salários do correntista. Os dados referentes à quebra de sigilo bancário serão encaminhadas posteriormente ao Ministério Público do Distrito Federal, assim que disponibilizadas.

8- DAS VIOLAÇÕES AO ORDENAMENTO JURÍDICO, DO ENQUADRAMENTO DAS CONDUTAS ILÍCITAS E DOS INDICIAMENTOS RECOMENDADOS.

Após o extenso relato supra, que certamente causa repulsa e indignação aos cidadãos do Distrito Federal, especialmente àqueles cujos filhos freqüentam as escolas públicas, tão carentes em infra-estrutura e investimentos que valorizem os profissionais da educação e os educandos, necessário se faz tipificar as condutas, correlacionando os crimes e as ilegalidades cometidas, que serão a base dos indiciamentos recomendados por esta CPI, a serem feitos a juízo do Ministério Público.

Conforme já descrito e comprovado anteriormente, as ações administrativas perpetradas por um grupo de servidores públicos em conluio com particulares, na verdade revelaram as reais intenções desse esquema: fortalecer os seus interesses pessoais e locupletar-se

ilegalmente à custa do erário. A realidade dos fatos é que a gestão administrativa que tomou conta da Secretaria de Estado de Educação do Governo do Distrito Federal, no período de 1999 a 2005, foi marcada pelo absoluto descompromisso com o interesse público,

Seguiram os caminhos do favorecimento de empresas, do direcionamento de licitações, da construção, deliberada, de situações emergenciais artificiais, da burla ao procedimento licitatório previsto em lei e do recebimento de vantagens ilícitas, nas formas de dinheiro, passagens e doações de campanha,

Todas as ações ilícitas e imorais descritas encontram-se consubstanciadas nos vários depoimentos já citados bem como nos documentos analisados por esta CPI, incluindo-se os sigilos fiscais, bancários e telefônicos analisados.

8.1. DAS VIOLAÇÕES CONSTITUCIONAIS E DA LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL.

A nossa Carta Magna delimita claramente os princípios que norteiam a Administração Pública e que *subjugam* a conduta dos agentes públicos. As condutas relatadas, que além de ilegais são também imorais, revelam a prática de diversos crimes contra a Administração Pública. Os interesses da coletividade sempre estiveram em segundo plano.

Os Princípios Constitucionais relativos à Administração Pública, que foram vilipendiados pelo grupo associado, especialmente por aqueles que eram servidores públicos, estão assim colocados no conteúdo do Art. 37, *caput*:

"Art. 37 A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, Impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)"

Por simetria a Lei Orgânica do Distrito Federal,

repete a mesma disciplina:

"Art. 22. Os atos da administração pública de qualquer dos Poderes do Distrito Federal, além de obedecer aos princípios constitucionais aplicados à administração pública, devem observar também o seguinte: (...)"

As condutas detalhadamente noticiadas incidem em várias ilegalidades, pela imoralidade dos atos, pela falta de transparência e pela sobreposição dos interesses de particulares ao interesse público, evidenciando o desvio de finalidade.

O princípio da finalidade exige que o ato seja praticado sempre com finalidade pública, ficando o Administrador impedido de buscar outro objetivo ou de praticá-lo no interesse próprio ou de terceiros.

O que o princípio da finalidade veda é a prática de ato administrativo sem interesse público ou conveniência para a Administração, visando unicamente a satisfazer interesses privados, por favoritismo ou perseguição dos agentes governamentais, sob a forma de desvio de finalidade. Esse desvio de conduta dos agentes públicos constitui uma das mais insidiosas modalidades de abuso de poder, que lamentavelmente revestiu as gestões frente à Secretaria de Estado de Educação do Governo do Distrito Federal, no período de 1999 a 2005,

Resta claro, então, que servidores públicos não podem se locupletar *ilicitamente* com o dinheiro público. Tal atitude subverte a natureza pública da Administração e os princípios constitucionais da impessoalidade, da moralidade e da legitimidade.

E, nesse ponto o ato revela a mais grave afronta ao ordenamento jurídico que rege a conduta do servidor público, pois violar um princípio é muito mais grave do que transgredir uma norma. A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio atingido, porque representa insurgência contra todo o sistema, subversão de todos os valores fundamentais.

Sé de um lado temos o direcionamento de licitações, o beneficiamento de determinadas empresas, e a

prática de **superfaturamento** de preços, do outro lado temos o recebimento de propinas e vantagens escusas por parte de servidores públicos, bem como a transferência de vantagens ilícitas em forma de material de campanha eleitoral não contabilizado, o que revela as ações lesivas perpetradas pelo grupo em **questão**, evidenciando a simbiose nefasta à Administração Pública.

8.2. DOS CRIMES ASSOCIADOS À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.

A improbidade administrativa é um dos maiores males envolvendo a máquina administrativa de nosso país e um dos aspectos negativos da má administração que mais justificam a implementação de um maior controle social.

As **CPIs** se **revelam** como uma das formas mais eficazes de se exercitar esse controle **social**. O Poder Legislativo, por meio dos representantes do povo, fiscaliza o Poder **Executivo**, dentro do escopo do sistema constitucional de pesos e contrapesos.

A expressão "improbidade administrativa" designa, **tecnicamente**, a chamada "corrupção administrativa", que, sob diversas formas, promove o **desvirtuamento** da Administração Pública de seus fundamentos básicos de moralidade, afrontando os princípios da ordem jurídica do Estado de Direito.

Entre os atos que a configuram estão aqueles que importam em enriquecimento **ilícito**, no recebimento de qualquer vantagem econômica, direta ou indireta, em **superfaturamento**, em lesão aos cofres públicos, pela **prática** de qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que viole os deveres de honestidade, **imparcialidade**, **legalidade** e lealdade às instituições.

O conceito de improbidade é bem mais amplo do que o de ato lesivo ou ilegal em si. É o contrário de probidade, que significa qualidade de probo, integridade de caráter, honradez. Logo, improbidade é o mesmo que desonestidade, mau caráter, falta de probidade.

Neste sentido, pode-se conceituar o ato de improbidade administrativa como sendo todo aquele **praticado** por agente público, contrário às normas da moral, à lei e aos bons costumes, com visível falta de honradez e de retidão de conduta no modo de agir perante a Administração Pública direta, indireta ou fundacional, e pelos Três Poderes.

O **preceito** constitucional inscrito no "caput" do art.

37 da Constituição Federal de 1988 abrange os agentes públicos de maneira geral, sendo ora aquele que exerce **atividade** pública como agente administrativo (servidor público **stricto sensu**), ora aquele que atua como agente político (servidor público **lato sensu**), que está no desempenho de **mandato** eletivo. No caso dos envolvidos no esquema criminoso que ocuparam e ainda ocupam cargos comissionados temos dupla **abrangência**, na medida em que, além de servidores públicos concursados, eram executores de confiança do **mandato** eletivo do Governador do Distrito Federal.

Ressalte-se que as disposições da Lei de Improbidade Administrativa são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta. Dessa forma, as penas capitalizadas na referida Lei também se aplicam às pessoas que, não sendo servidores públicos, fazem **parte** do grupo associado e se beneficiaram dos procedimentos ilícitos e imorais.

Reafirmando os princípios constitucionais mencionados no caput do art. 37 da nossa Lei Maior, a Lei de Improbidade Administrativa exige e obriga os agentes públicos a se submeterem a eles.

Convém colacionar os seguintes artigos da Lei de Improbidade Administrativa:

Art. 4º Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, Impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos.

Art. 5º Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.

Art. 6º No caso de enriquecimento ilícito perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.

Conforme estabelece o referido artigo, a violação a um dos princípios enumerados em seu corpo, atrai para o agente público que o violar - tanto administrativo, quanto político - as sanções prescritas pela Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), pela Lei nº 1.079/50 (Crime de Responsabilidade), pela Lei nº 4.717/65 (que regula a Ação Popular), além da legislação específica que regulamentada a matéria definida constitucionalmente.

O crime de Improbidade Administrativa ocorre quando o sujeito ativo, investido de função pública, seja ela qual for, temporária ou efetivamente, responsável pelo gerenciamento, destinação e aplicação de valores, bens e serviços de natureza pública, obtenha os seguintes resultados:

- enriquecimento ilícito (artigo 9º), ou seja, atos que importem auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do cargo, mandato, função, emprego ou atividade;

- lesão ao erário por ação ou omissão, dolosa ou culposa, ainda que não receba direta ou indiretamente qualquer vantagem (artigo 10);

- ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições (artigo 11).

Assim está delimitado na Lei 8.429/92, a seguir transcrita:

"DOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA QUE IMPORTAM ENRIQUECIMENTO ILÍCITO

An. 9º Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta lei, e notadamente:

I - receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou

amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público;

II - perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel, ou a contratação de serviços pelas entidades referidas no art. 1º por preço superior ao valor de mercado;

VI - receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para fazer declaração falsa sobre medição ou avaliação em obras públicas ou qualquer outro serviço, ou sobre quantidade, peso, medida, qualidade ou característica de mercadorias ou bens fornecidos a qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei;

IX - perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza;

X - receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado;

DOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA QUE CAUSAM PREJUÍZO AO ERÁRIO

Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

I - facilitar ou concorrer por qualquer forma para a incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas

ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei;

H - permitir ou **concorrer** para que **pessoa** física ou jurídica privada utilize **bens**, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;

III - doar a pessoa física ou jurídica bem como ao **ente despersonalizado**, ainda que de fins educativos ou assistências, **bens**, **rendas**, verbas ou valores do patrimônio de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, sem observância das formalidades legais e regulamentares aplicáveis à espécie;

IV - permitir ou **facilitar** a **alienação**, **permuta** ou locação de bem integrante do patrimônio de qualquer das entidades referidas no art. 1º desta lei, ou ainda a prestação de serviço por parte delas, por preço inferior ao de mercado;

VII - **conceder** benefício administrativo ou **fiscal** sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;

VIII - **frustrar** a **licitude** de processo **licitatório** ou dispensá-lo indevidamente;

IX - ordenar ou permitir a realização de despesas não **autorizadas** em lei ou regulamento;

XI - liberar verba pública sem a estrita **observância** das normas pertinentes ou **influir** de **qualquer** forma para a sua **aplicação** irregular;

XII - permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro **se** enriqueça ilicitamente;

DOS ATOS DE IMPROBIDADE

ADMINISTRATIVA QUE ATENTAM CONTRA OS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa **que** atenta contra os **princípios** da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de **honestidade**, imparcialidade, **legalidade**, e **lealdade** às instituições, e **notadamente**:

I - praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na **regra** de competência;

H - retardar ou deixar de **praticar**, indevidamente, ato de **ofício**;"

Esta lei, um marco no Direito Brasileiro, definiu as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito através da prática de ato de improbidade administrativa, que são as seguintes:

"Art. 12.

Independentemente das sanções penais, civis e administrativas, previstas na **legislação específica**, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às **seguintes** cominações:

I - na hipótese do art. 9º, perda dos bens ou valores acrescidos **ilicitamente** ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos **políticos** de oito a dez **anos**, pagamento de multa civil de até **três** vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou **receber** **benefícios** ou incentivos fiscais ou **creditícios**, **direta** ou **indiretamente**, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio **majoritário**, pelo prazo de **dez** anos;

II - na hipótese do art. 10,

ressarcimento integral do **dano**, perda dos bens ou valores **acrescidos ilicitamente** ao **patrimônio**, se concorrer esta **circunstância**, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, **pagamento de multa civil** de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou **creditícios**, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio **majoritário**, pelo prazo de cinco anos;

III - na hipótese do art. 11, **ressarcimento integral** do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, **pagamento de multa civil** de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de **contratar** com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou **creditícios**, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio **majoritário**, pelo prazo de três anos.

Parágrafo único. Na fixação das penas previstas nesta lei o juiz levará em conta a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido pelo **agente**."

Nesse **diapasão**, mais do que um mero poder a ser exercido **discrecionariamente**, o Ministério Público tem o dever de ajuizar as ações a seu encargo, especialmente a **ação** de improbidade administrativa. Diga-se, a propósito, trata-se de um **munus** amplamente consolidado na doutrina:

"...em relação ao Ministério Público temos pela **indeclinável** obrigatoriedade de ele promover as ações de que fala a Lei 8.429, de 1992, pelo menos no que tange à jurisdição civil. Vez que em presença de um dever, não há como tergiversar ...**Trata-se** de uma obrigação de agir...**haverá** de propor a ação civil." (Adriano

Perácio de Paula, "Sobre a Lei 8.429, de 1992, e a atuação do Ministério Público nas Ações de Improbidade Administrativa, in **Improbidade Administrativa: questões polêmicas e atuais**, p. 47).

"...efetivamente, os membros do Ministério Público gozam da prerrogativa de atuação funcional independente. Assim, motivando suas intervenções, não se sujeitam às teses estabelecidas pela chefia política da Instituição. Porque defendem os interesses da sociedade, não detém um interesse específico para tutelar (quero dizer, com isso: não raro, até mesmo os interesses das pessoas jurídicas de direito público interno podem ser contrariados pela sua atuação). Assim, podem e devem atuar sempre que uma hipótese legal se mostrar necessária, pelos acontecimentos de eventos **legitimadores** previstos em lei, que determinem sua atuação" (José Marcelo Menezes Vigliar, "Pode o Ministério Público combater a improbidade?", in **Improbidade Administrativa: questões polêmicas e atuais**, p. 233).

A jurisprudência também reconhece o dever do **Parquet** de propor a ação de improbidade administrativa:

"Diante de ato **caracterizado** como de improbidade administrativa, **inadmissível** que o Ministério Público não **tome providências**...A provocação do Judiciário para apuração de irregularidades constatadas é não apenas um poder, mas um dever do **Parquet** no exercício de suas funções institucionais" (RESP 472399).

Esta CPI tem absoluta confiança no Ministério Público e no Poder Judiciário, além de grande expectativa de que todas as ações judiciais possíveis serão intentadas para punir exemplarmente todos os envolvidos nos crimes relatados.

Em razão disso a Comissão também recomenda que o Ministério Público ingresse com ação cautelar buscando obter a indisponibilidade dos bens dos indiciados, conforme dispõe o art. 6º e 7º da Lei de Improbidade Administrativa a seguir mencionados:

"Art. 6º No caso de **enriquecimento ilícito**, perderá o agente público ou terceiro beneficiário

os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.

An*. 7º Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.

Parágrafo único. A indisponibilidade a que se refere o caput deste artigo recairá sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano, ou sobre o acréscimo patrimonial resultante do enriquecimento ilícito."

O próprio Ministério Público, na ação civil pública em curso, quantificou o prejuízo, mas ainda não ingressou com o procedimento cautelar de indisponibilidade dos bens dos indiciados.

8.3. DOS CRIMES PREVISTOS NO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO.

O Código Penal, no artigo 327, conceitua funcionário público, para os efeitos penais, quem, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública, inclusive em entidade paraestatal. Observe-se que a pena é aumentada da terça parte, se os autores dos crimes previstos neste capítulo do Código Penal forem detentores de cargo em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgãos da administração direta, em sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público.

Esta CPI identificou, em relação aos servidores públicos envolvidos, os seguintes delitos previstos no Código Penal Brasileiro:

FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO:

"Art. 297. Falsificar, no

todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.

§1º Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, aumenta-se a pena de sexta parte.

SUPRESSÃO DE DOCUMENTO:

Art. 305 - Destruir, suprimir ou ocultar, em benefício próprio ou de outrem, ou em prejuízo alheio, documento público ou particular verdadeiro, de que não podia dispor.

Pena - reclusão de 2(dois) a 6(seis) anos e multa se o documento é público.

PECULATO:

Art. 312 - Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio;

Pena - reclusão, de dois a doze anos, e multa.

CONCUSSÃO:

Art. 316 - Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida:

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa.

CORRUPÇÃO PASSIVA:

Art. 317 - Solicitar ou

receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 10.763, de 12.11.2003)

§ 1º - A pena é aumentada de um terço, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.

§ 2º - Se o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa.

PREVARICAÇÃO:

Art. 319 - Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

ADVOCACIA

ADMINISTRATIVA:

Art. 321 - Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário:

Pena - detenção, de um a três meses, ou multa.

Parágrafo único - Se o interesse é ilegítimo:

Pena - detenção, de três meses a um ano, além da multa.

Esta CPI também identificou a ocorrência de conduta criminosa por parte de particulares nos termos do art. 333, a seguir transcrito:

CORRUPÇÃO ATIVA

Art. 333. Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 8 (oito) anos, e multa.

Parágrafo único. A pena é aumentada de um terço, se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou omite ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional.

8.4. DOS CRIMES PREVISTOS LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.

A análise da contratação e execução dos serviços de transporte de alunos, observado o período objeto de investigação pela CPI (1999 a 2005), com base nos processos administrativos realizados pela SEDF, nas ações movidas pelo Ministério Público do Distrito Federal, nos processos e análises do Tribunal de Contas do Distrito Federal, nos depoimentos e provas colhidas pela Comissão permite concluir que houve ação coordenada de servidores públicos e autoridades da SEDF, atuando enquanto grupo associado, visando o direcionamento das licitações de forma a perpetuar a contratação das mesmas empresas, inibindo a livre concorrência e com prejuízo para os cofres públicos, conforme já abordamos detalhadamente em tópicos anteriores.

Esta CPI constatou a inexistência de situação emergencial para contratação de serviços de fornecimento de passagens aéreas e terrestres e transporte interestadual, sendo que a situação emergencial que serviu de justificativa para a contratação sem procedimento licitatório competitivo foi propositamente criada por servidores da SEDF, com o

intuito de evitar a concorrência. Restou evidente que a situação emergencial foi fabricada.

Mesmo nas licitações competitivas no período investigado, o procedimento de escolha do contratado foi direcionado, de forma a privilegiar a Viagens e Turismo Jovem Ltda. e a Moura Transportes Ltda.

Várias ações foram perpetradas pelos envolvidos para direcionar as licitações: os "Projetos Básicos" apresentavam erros na explicitação do objeto e na quantificação, criando vantagem para a Viagens e Turismo Jovem Ltda. e a Moura Transportes Ltda; existem processos nos quais se ignorou o princípio da publicidade; o objeto licitado não foi adequadamente detalhado, criando vantagem competitiva para as então prestadoras do serviço; vários editais não foram analisados por órgão jurídico, como exigido no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93.

Nessa estrada tortuosa, temos que o Edital nº 6/99 incluiu exigências para habilitação não previstas na Lei nº 8.666/93, resultando na eliminação indevida de licitantes do certame, em benefício da Viagens e Turismo Jovem Ltda.

A Secretaria de Estado de Educação inobservou os termos do art. 24, IV e do parágrafo único do art. 26 da Lei nº 8.666/93, ao contratar por dispensa de licitação sob a justificativa de situação emergencial, serviços de fornecimento de passagens aéreas e terrestres e transporte interestadual, em 2001.

A situação emergencial que fundamentou a dispensa de licitação, em 2001, decorreu de morosidade deliberada da Administração. Além disso, os preços praticados pela Viagens e Turismo Jovem Ltda. à conta do Contrato nº 87/01 apresentam evidências de superfaturamento.

No Contrato nº 08/2004 os preços praticados pela Moura Transportes Ltda. também apresentam evidências de superfaturamento.

Todas as condutas acima são tidas como criminosas e estão tipificadas nos seguintes artigos da Lei 8.666/93 (LEI DAS LICITAÇÕES) abaixo transcritos:

Art. 89. *Dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, ou deixar de observar as formalidades pertinentes a dispensa ou à inexigibilidade:*

Pena - detenção, de 3

(três) a 5 (cinco) anos, e multa.

Parágrafo único. *Na mesma pena incorre aquele que, tendo comprovadamente concorrido para a consumação da ilegalidade, beneficiou-se da dispensa ou inexigibilidade ilegal, para celebrar contrato com o Poder Público.*

Art. 90. *Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação:*

Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

Art. 91. *Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato, cuja invalidação vier a ser decretada pelo Poder Judiciário:*

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Art. 92. *Admitir, possibilitar ou dar causa a qualquer modificação ou vantagem, inclusive prorrogação contratual, em favor do adjudicatário, durante a execução dos contratos celebrados com o Poder Público, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais, ou, ainda, pagar fatura com preterição da ordem cronológica de sua exigibilidade, observado o disposto no art. 121 desta Lei: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)*

Pena - detenção, de dois a quatro anos, e multa. (Redação dada

pela Lei nº 8.883, de 1994).

Parágrafo único. Incide na mesma pena o contratado que, tendo comprovadamente concorrido para a consumação da ilegalidade, obtém vantagem indevida ou se beneficia, injustamente, das modificações ou prorrogações contratuais.

Art. 93. Impedir, perturbar ou fraudar a **realização** de qualquer ato de procedimento fidejussório:

*Pena - **detenção**, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.*

Art. 94. Devassar o sigilo de proposta apresentada em procedimento licitatório, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo:

*Pena - **detenção**, de 2 (dois) a 3 (**três**) anos, e multa.*

Art. 95. Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo:

*Pena - **detenção**, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa, **além** da pena correspondente à **violência**.*

Parágrafo único. Incorre na mesma **pena** quem se abstém ou desiste de **licitar**, em razão da vantagem oferecida.

Art. 98. Obstar, impedir ou dificultar, injustamente, a inscrição de **qualquer** interessado nos registros cadastrais ou promover indevidamente a **alteração**, suspensão ou cancelamento de registro do inscrito:

*Pena - **detenção**, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.*

8.5. DAS VIOLAÇÕES A DISPOSITIVOS DA LEI ELEITORAL.

Conforme já abordado anteriormente, no item 6.3 deste relatório, a Deputada Eurides Brito, integrante do esquema **instalado** na Secretaria de Estado de Educação do Governo do Distrito Federal, obteve várias vantagens ilícitas oferecidas e/ou **solicitadas** a empresas que prestaram serviços junto à Secretaria de Educação.

Ocorre que essas vantagens não foram contabilizadas, na clara tentativa de encobrir as relações promíscuas entre os envolvidos. Inúmeras doações foram feitas e **devidamente** sonegadas pelos envolvidos, tais como combustível, automóveis, bonés, camisetas, **helicóptero**, etc.

Tal procedimento ao arripio da Lei Eleitoral pode **ter** causado desequilíbrio entre as demais candidaturas a Deputado Distrital em 2002. Certamente o uso do aparelho do Estado, no aspecto do favorecimento àqueles que **contribuíram** na campanha eleitoral com **licitações** e contratos direcionados, fez com que a então candidata à reeleição **tivesse** vantagem sobre os outros candidatos, mesmo que ilícita e imoral.

A Deputada Eurides Brito não negou que tais recursos foram recebidos. Ao contrário, assume o **recebimento** e o uso dos recursos. Afirma, **entretanto**, em sua **defesa**, que a responsabilidade pela não contabilização seria do então coordenador e tesoureiro de sua campanha, Sr. Manoel Carneiro.

Tal afirmativa não guarda conformidade com a Legislação Eleitoral em vigor, Lei 9.504/97, que é absolutamente clara:

Art. 21. O candidato é o **único responsável** pela veracidade das informações financeiras e contábeis de sua campanha, devendo assinar a respectiva prestação de contas sozinho ou, se for o caso, em conjunto com a pessoa que tenha designado para essa tarefa.

Alegar desconhecimento das contas da própria campanha é por demais **inverossímil**. Existem fortes razões

que nos levam a concluir que a ocultação de tais doações de campanha foi deliberada e com a clara intenção de esconder a relação existente entre os prestadores de serviços da Secretaria de Educação e a campanha eleitoral da Deputada Eurides Brito no ano de 2002. O interesse particular se sobrepôs ao interesse público.

8.6. DAS VIOLAÇÕES AO REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES CIVIS DO DISTRITO FEDERAL

O Regime Jurídico dos Servidores Civis do Distrito Federal estabelece os deveres, as proibições e as penalidades a que os ocupantes de cargo público estão submetidos no exercício de suas funções.

Art. 116. São deveres do servidor:

I - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;

II - ser leal às instituições a que servir;

III - observar as normas legais e regulamentares;

IV - cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

(...)

IX - manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

Os que ainda ocupam cargos públicos, bem como os ex-integrantes do serviço público, que participaram do grupo associado que se instalou na Secretaria de Educação, certamente adotaram condutas contrárias aos deveres do servidor transcritas acima, bem como infringiram as seguintes condutas vedadas:

Art. 117. Ao servidor é proibido:

I - (...);

(...)

IV - opor resistência injustificada ao andamento de

documento e processo ou execução de serviço;

(...)

IX - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

(...)

XII - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

(...)

XV - proceder de forma desidiosa;

O relato por demais extenso e contundente do *modus operandi* do grupo associado, que era liderado e composto por servidores públicos, alguns ainda hoje no exercício de seus cargos, enseja a capitulação da pena de demissão prevista no art. 132 do referido Regime Jurídico, a seguir transcrito:

Art. 132. A demissão será aplicada nos seguintes casos:

I - crime contra a administração pública;

(...)

IV - improbidade administrativa;

(...)

VIII - aplicação irregular de dinheiros públicos;

(...)

X - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional;

XI - corrupção;

(...)

XIII - transgressão dos incisos IX a XVI do art. 117.

Diante de tudo o que foi relatado e comprovado, esta CPI recomenda à Governadora do Distrito Federal que determine a abertura de Processo Administrativo Disciplinar

contra os servidores e ex-servidores públicos envolvidos no grupo associado que atuou na Secretaria de Estado de Educação do Governo do Distrito Federal, ao final nomeados, para que se aplique a pena de demissão, a bem do serviço público, bem como a conversão das exonerações já ocorridas em demissão a bem do serviço público.

Tal procedimento é de exclusiva responsabilidade da Governadora do Distrito Federal, pois em função das condutas ilícitas e imorais que envolverem ex-Secretária de Estado, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar só poderá ser designada pela própria Governadora, que é a autoridade hierarquicamente superior, e legitimada a aplicar a pena de demissão.

Além de tudo o que foi mencionado, é fato que o servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, já que as sanções civis, penais e administrativas podem cumular-se, sendo independentes entre si. O processo administrativo independe do processo penal e civil, razão pela qual não existe nenhum obstáculo que impeça a imediata instauração desse procedimento.

8.7. DOS CRIMES DE SONEGAÇÃO FISCAL E CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA.

Esta Comissão realizou diversas diligências onde foram disponibilizados vários documentos de natureza contábil, bem como efetuou análises de documentos advindos das quebras de sigilos fiscal e bancário. A equipe técnica da CPI constatou a existência de crimes de sonegação fiscal e contra a ordem tributária perpetrados pelas empresas **MOURA TRANSPORTES LTDA., VIAGENS E TURISMO JOVEM LTDA e JUIZ DE FORA LTDA.**

A Lei nº 4.729/65, sobre o crime de sonegação fiscal, assim define:

Art. 1º Constitui crime de sonegação fiscal:

I - prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialmente, informação que deva ser produzida a agentes das pessoas jurídicas de direito público interno, com a intenção de eximir-se, total ou parcialmente, do

pagamento de tributos, taxas e quaisquer adicionais devidos por lei;

II - inserir elementos inexatos ou omitir, rendimentos ou operações de qualquer natureza em documentos ou livros exigidos pelas leis fiscais, com a intenção de exonerar-se do pagamento de tributos devidos à Fazenda Pública;

III - alterar faturas e quaisquer documentos relativos a operações mercantis com o propósito de fraudar a Fazenda Pública;

IV - fornecer ou emitir documentos gratuitos ou alterar despesas, majorando-as, com o objetivo de obter dedução de tributos devidos à Fazenda Pública, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis;

V - exigir, pagar ou receber, para si ou para o contribuinte beneficiário da paga, qualquer percentagem sobre a parcela dedutível ou deduzida do Imposto sobre a Renda como incentivo fiscal. (acrescentado pela Lei nº 5.569, de 25 de novembro de 1969)

Pena: Detenção, de seis meses a dois anos, e multa de duas a cinco vezes o valor do tributo.

Convém ressaltar que no caso em tela, como entre os sonegadores encontram-se pessoas jurídicas, a responsabilidade penal será de todas as pessoas físicas ligadas às mesmas, que direta ou indiretamente tenham concorrido para a prática criminosa, como colaciona o art. 6º da Lei em comento, abaixo transcrita.

Art. 6º Quando se trata de pessoa jurídica, a responsabilidade penal pelas infrações previstas nesta Lei será de todos os que, direta ou indiretamente ligados à mesma, de modo permanente ou eventual, tenham praticado ou concorrido para a prática da sonegação fiscal.

Nesse mesmo **diapasão**, temos a **Lei nº 8.137/90**, que define como crimes contra a ordem tributária as seguintes condutas:

An. 1º Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir **tributo**, ou contribuição **social** e qualquer **acessório**, mediante as seguintes condutas:

I • omitir informação, ou **prestar** declaração falsa às autoridades **fazendárias**;

H - **fraudar** a **fiscalização** tributária, inserindo elementos **inexatos**, ou omitindo operação de qualquer **natureza**, em documento ou livro exigido pela **lei fiscal**;

III - **falsificar** ou alterar nota fiscal, **fatura**, **duplicata**, nota de **venda**, ou qualquer outro documento **relativo** à operação **tributável**;

IV - elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou **deva** saber falso ou **inexato**;

V - **negar** ou deixar de fornecer, quando **obrigatório**, nota **fiscal** ou documento **equivalente**, relativa à venda de mercadoria ou prestação de **serviço**, efetivamente **realizada**, ou **fornecê-la** em desacordo com a **legislação**.

Pena - **reclusão** de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

Parágrafo único, A **falta** de atendimento da exigência da autoridade, no prazo de 10 (dez) dias, que poderá ser convertido em horas em razão da maior ou menor complexidade da matéria ou da dificuldade quanto ao atendimento da exigência, caracteriza a **infração** prevista no inciso V.

An, 2º Constitui crime da mesma natureza:

I - fazer declaração falsa ou omitir declaração sobre **rendas**, bens ou fatos, ou empregar outra fraude, para eximir-se, total ou parcialmente, de **pagamento** de tributo;

II - deixar de **recolher**, no prazo legal, valor de tributo ou de contribuição social, descontado ou cobrado, na **qualidade** de sujeito passivo de obrigação e que deveria **recolher** aos cofres **públicos**;

Pena - **detenção**, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Buscando assegurar a punição da conduta delituosa, o mesmo dispositivo legal transfere a responsabilidade penal, no caso de crimes contra a ordem tributária, quando se traía **de** pessoa **jurídica**, para todas as pessoas físicas ligadas à empresa, que direta ou indiretamente tenham concorrido para a prática criminosa, como colaciona o art. 11 da Lei em tela, abaixo transcrito:

Art. 11. Quem, de qualquer modo, inclusive por meio d& pessoa jurídica, concorre para os crimes definidos nesta lei, incide nas penas a estes **cominadas**, na medida de sua culpabilidade.

8.8. DOS INDICIAMENTOS RECOMENDADOS.

Diante de todas as **violações** ao ordenamento jurídico aplicável ao escopo desta CPI, passamos a enumerar as sugestões de **indiciamentos** a serem feitos a **juízo** do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios ou outras autoridades administrativas **competentes**, para cada um dos principais **integrantes** do esquema que se articulou na Secretaria de Estado de Educação do **Governo** do Distrito Federal, no período de **1999** a 2005:

1) **DEPUTADA EURIDES BRITO DA SILVA**, ex-Secretária **de** Educação e então Presidente do Conselho **Diretor** da Fundação Educacional do Distrito Federal, responsável;

a) pela ratificação do ato de caracterização de situação emergencial inexistente para contratação de serviços de fornecimento de passagens aéreas e terrestres e transporte interestadual, feita em 1999 (Contrato nº 24/99) pela FEDF com a empresa Viagens e Turismo Jovem Ltda; por contrariar deliberadamente a orientação dos órgãos de assessoria jurídica do Distrito Federal e por encaminhar o procedimento de contratação emergencial ao Exmo. Sr. Governador, induzindo-o ao erro, omitindo informações dos serviços a serem contratados (item 3.1.1);

b) pela homologação do resultado da Licitação nº 06/99, cujo processo estava eivado de irregularidades (projeto básico e edital foram redigidos omitindo informações e contendo exigências ilegais, de forma a privilegiar a empresa a seguir nomeada), da qual decorreu o Contrato nº 32/99 entre a FEDF e a empresa Viagens e Turismo Jovem Ltda para transporte de aluno, favorecendo a empresa contratada (item 3.1.2);

c) pela contratação irregular, com dispensa de licitação (Contrato nº 50/01 da Secretaria de Educação), da empresa Viagens e Turismo Jovem Ltda para fornecimento de passagens aéreas e terrestres, contrariando deliberadamente a orientação dos órgãos de assessoria jurídica do Distrito Federal e por encaminhar o procedimento de contratação emergencial, omitindo, inclusive, informações do Excelentíssimo Senhor Governador. Contratação emergencial sem causa e sem autorização do Governador (item 3.1.3);

d) pela contratação irregular das empresas Viagens e Turismo Jovem Ltda (Contrato nº 87/01) e Moura Transportes Ltda (Contrato nº 88/01) para prestação de serviços de transporte escolar e fornecimento de passagens aéreas e terrestres. Dentre outras irregularidades foi constatada a inclusão de exigências ilegais no edital que direcionaram o resultado (item 3.1.4);

e) por convocar e coordenar reuniões na Consultoria Jurídica do Gabinete do Governador do Distrito Federal com o objetivo de orientar testemunhos a falsearem a verdade, impedindo assim o avanço das investigações desta CPI e do Ministério Público (item 5.4);

f) por ter recebido vantagens pessoais ilícitas, materializadas em doações não contabilizadas (CAIXA DOIS) durante a campanha eleitoral de 2002, de fornecedores da Secretaria de Estado de Educação, contratados por meio de

procedimentos ilegais e direcionados, burlando a Lei de Licitações (itens 3.1, 3.3 e 6.3);

g) por privilegiar a contratação de professores temporários em detrimento ao concurso público (item 4).

Diante das condutas acima descritas esta CPI recomenda o *indiciamento* da DEPUTADA **EURIDES BRITO** pela prática dos crimes tipificados nos artigos 9º, 10 e 11 da Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa); pela prática dos crimes tipificados nos artigos 316 (concussão), 317 (corrupção passiva), 319 (prevaricação) e 321 (advocacia administrativa) do Código Penal Brasileiro; pela prática dos crimes tipificados nos artigos 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95 e 98 da Lei 8.666/93 (Lei das Licitações); pela prática de CAIXA DOIS, isto é, recursos não contabilizados na campanha eleitoral de 2002.

Recomendamos a abertura de Processo Administrativo Disciplinar para a aplicação das penalidades previstas pela prática das condutas proibidas no artigo 117, incisos IV, IX, XII e XV do Regime Jurídico dos Servidores Cíveis do Distrito Federal.

2) MARISTELA DE MELO NEVES MENDES, na qualidade de Diretora Executiva da então Fundação Educacional do Distrito Federal, responsável:

a) pela dispensa de licitação com situação emergencial inexistente para contratação de serviços de fornecimento de passagens aéreas e terrestres e transporte interestadual, feita em 1999 pela FEDF com a empresa Viagens e Turismo Jovem Ltda (item 3.1.1);

b) pela omissão em *determinar* a apuração da situação emergencial propositadamente criada para justificar a contratação de serviços de fornecimento de passagens aéreas e terrestres e transporte interestadual, feita em 1999 pela FEDF com a empresa Viagens e Turismo Jovem Ltda (item 3.1.1);

c) pela autorização da Licitação nº 06/99, baseada em projeto básico irregular, da qual decorreu o Contrato nº 32/99 entre a FEDF e a empresa Viagens e Turismo Jovem Ltda. para transporte de alunos, favorecendo a empresa contratada (item 3.1.2); o edital da Licitação também apresentava várias irregularidades (item 3.1.2);

d) pela omissão em não instaurar processo administrativo disciplinar para investigar o suposto desaparecimento dos autos do processo relativo aos

CONTRATOS Nº 87 E 88/2001, FIRMADOS COM A VIAGENS E TURISMO JOVEM LTDA. E MOURA TRANSPORTES LTDA, EM DECORRÊNCIA DA CONCORRÊNCIA Nº 4/2001, Todos os depoimentos prestados no procedimento de sindicância e à CPI apontam que o referido processo encontrava-se na Subsecretária de Apoio Operacional, sob responsabilidade do Sr. José Pereira Coelho (havendo mesmo depoimentos que relatam que o processo estaria em sua mesa), mas, a então **Secretária**, Maristela de Melo **Neves**, acusada de ilegalidades que poderiam ser comprovadas nesse processo, deliberadamente permaneceu inerte;

e) por homologar a CONCORRÊNCIA Nº 03/2003, que resultou no CONTRATO Nº 08/2004, **adjudicado** e assinado pela mesma, onde se constatou o direcionamento da **licitação** através do parcelamento ilegal do **objeto**, em privilégio da empresa Moura Transportes Ltda (itens 3.1.5 e 3.3.2);

f) pelo **acobertamento** da ausência de **servidores** ao trabalho na Secretaria de Educação (item 5.1);

g) pela decisão de **realizar**, com prejuízo para os cofres **públicos**, contrato com instituição privada para capacitação de professores (Professor **Nota 10**) (item 5.2);

h) por convocar e coordenar, juntamente com a Deputada **Eurides Brito**, reuniões na Consultoria **Jurídica** do Gabinete do Governador do Distrito Federal com o objetivo de orientar testemunhos a falsearem a verdade, impedindo assim o avanço das investigações desta CPI e do Ministério **Público** (item 5.4);

i) por ter recebido de cortesia a hospedagem no Hotel **Parthenon** das empresas contratadas para o transporte de alunos (item 6.2);

j) por privilegiar a contratação de professores temporários em detrimento ao concurso público (item 4).

Diante das condutas acima descritas esta CPI recomenda o **indiciamento** da Sra. MARISTELA DE MELO NEVES MENDES pela prática dos **crimes** tipificados nos artigos 9º, 10 e 11 da Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa); pela prática dos crimes tipificados nos artigos 316 (concussão), **317 (corrupção passiva)**, **319** (prevaricação) e 321 (advocacia administrativa) do Código Penal **Brasileiro**; pela prática dos crimes tipificados nos artigos 89, **90**, **91**, **92**, **93**, **94**, **95** e **98** da Lei 8.666/93 (Lei das Licitações).

Recomendamos a abertura de Processo Administrativo **Disciplinar** para a aplicação das penalidades previstas pela prática das condutas proibidas no artigo **117**, Incisos IV, IX,

XII e XV do Regime Jurídico dos Servidores Cíveis do Distrito Federal.

3) GIBRAIL **NABIH GEBRIM**, como Diretor de **Material** da FEDF, responsável:

a) pela omissão em adotar providências para realização de processo **licitatório**, levando à situação emergencial propositamente criada para justificar a contratação de **serviços** de fornecimento de passagens aéreas e terrestres e transporte interestadual, feita em 1999 pela FEDF com a empresa Viagens e Turismo Jovem Ltda (3.1.1);

b) **pela elaboração** do projeto básico, com vários erros propositais na explicitação do objeto e na quantificação, o que possibilitou restringir os pedidos de propostas para contratação de transporte escolar, de forma a **privilegiar** a empresa Viagens e Turismo Jovem Ltda que veio a ser contratada pela FEDF, por dispensa de licitação (item 3.1.1);

c) pelas irregularidades contidas no projeto básico da Licitação nº 06/99, da qual decorreu o Contrato nº **32/99** entre a FEDF e a empresa Viagens e Turismo Jovem Ltda para transporte de aluno, favorecendo a empresa contratada (item 3.1.2);

d) pelo parcelamento irregular do objeto licitatório contido no projeto básico da Licitação nº 06/99, da qual decorreu o Contrato nº **32/99** entre a **FEDF** e a empresa Viagens e Turismo Jovem Ltda para **transporte** de aluno, favorecendo a empresa contratada (item 3.1.2);

e) pelo recebimento de vantagens ilícitas da empresa Viagens e Turismo Jovem Ltda (item **6.1**), apresentando volume de gastos pessoais incompatível com os seus rendimentos declarados, evidenciando sinais de enriquecimento ilícito (item 7.4);

f) ocultar e/ou **dissimular** a natureza, origem, localização, **disposição**, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de crime contra a Administração Pública e/ou contra o **sistema** financeiro nacional (crime de lavagem de dinheiro) (item 7.4);

g) prestar declaração falsa e/ou omitir, total ou **parcialmente**, informação **que** devia ser produzida a agentes das pessoas jurídicas de direito público interno, com a intenção de eximir-se, total ou parcialmente, do pagamento de **tributos**, taxas e quaisquer adicionais devidos por lei (item 7.4);

h) inserir elementos inexatos e/ou omitir, rendimentos ou operações de qualquer natureza em documentos ou livros exigidos pelas leis **fiscais**, com a intenção de exonerar-se do pagamento de tributos devidos à Fazenda Pública (item 7.4);

Diante das condutas acima descritas esta CPI recomenda o indiciamento do Sr. **GIBRAIL NABIH GEBRIM** pela prática dos crimes tipificados nos artigos 9º, 10 e 11 da Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa); pela prática dos crimes tipificados nos artigos 316 (conculusão), 317(**corrupção passiva**), 319 (prevaricação) e 321 (advocacia administrativa) do Código Penal Brasileiro; pela prática dos crimes tipificados nos Artigos 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95 e 98 da Lei 8.666/93 (Lei das Licitações); pela prática dos crimes previstos no artigo 1º da Lei nº 4.729/65 (sonegação fiscal); pela prática dos crimes previstos nos artigos 1º e 2º da Lei nº 8.137/90 (crimes contra a ordem **tributária**) e pela prática de crime de lavagem de dinheiro previsto no artigo 1º da Lei nº 9.613/98.

Recomendamos a abertura de Processo Administrativo Disciplinar para a aplicação das penalidades previstas pela prática das condutas **proibidas** no artigo 117, incisos IV, IX, XII e XV do Regime Jurídico dos Servidores Cívis do Distrito Federal.

4) CÁSSIO ALBERTO LIMA JÚNIOR, chefe da Seção de Compras, responsável:

a) pela escolha restritiva de pedidos **de** propostas para contratação de transporte escolar, de forma a privilegiar a empresa Viagens e Turismo Jovem Ltda que veio a ser contrata pela FEDF, por dispensa de licitação (item 3.1.1).

Diante das condutas acima descritas esta CPI recomenda o indiciamento do Sr. **CÁSSIO ALBERTO LIMA JÚNIOR** pela prática dos crimes tipificados nos artigos 9º, 10 e 11 da Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa); pela prática dos crimes **tipificados** nos artigos 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95 e 98 da Lei 8.666/93 (Lei das Licitações).

Recomendamos a abertura de Processo Administrativo Disciplinar para a aplicação das penalidades previstas pela prática das condutas proibidas no artigo 117, incisos IX e XV do Regime Jurídico dos Servidores Cívis do Distrito Federal,

5) ACHILES DE SANTANA, na qualidade de presidente da Comissão de Licitação, responsável:

a) por não ter dado publicidade em **jornais** sobre a Licitação nº 06/99, da qual decorreu o Contrato **n- 32/99** entre

a FEDF e a empresa Viagens e Turismo Jovem Ltda para transporte de aluno, favorecendo a empresa contratada (item 3.1.2);

b) por não ter submetido a parecer jurídico o edital da Licitação nº 06/99, da qual decorreu o Contrato nº 32/99 entre a FEDF e a empresa Viagens e Turismo Jovem Ltda para transporte de aluno, favorecendo a empresa contratada (item 3.1.2);

c) por ter eliminado licitantes na Licitação nº 06/99 em razão de exigências não previstas em Lei, do que decorreu o Contrato nº 32/99 entre a FEDF e a empresa Viagens e Turismo Jovem Ltda para transporte de alunos, favorecendo a empresa contratada (item 3.1.2);

d) por ter deixado de verificar a conformidade das propostas em relação ao Edital (item 3.1.2);

e) por ter praticado irregularidades nas licitações em que foram vencedoras as empresas Viagens e Turismo Jovem Ltda (Contrato nº 87/01) e Moura Transportes Ltda (Contrato nº 88/01) para prestação de serviços de transporte escolar e fornecimento de passagens aéreas e terrestres (item 3.1.3);

f) pela inobservância da Lei nº 8.666/06 (reabertura de prazo em razão de impugnações deferidas) no Edital nº 03/03 (3.1.5);

g) por ter recebido vencimentos sem ter trabalhado (item 5.1);

Diante das condutas acima descritas esta CPI recomenda o indiciamento do Sr. **ACHILES DE SANTANA** pela prática dos crimes tipificados nos artigos 10 e 11 da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa); pela prática dos crimes tipificados nos artigos 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95 e 98 da Lei nº 8.666/93 (Lei das Licitações).

Recomendamos a abertura de Processo Administrativo Disciplinar para a **aplicação** das penalidades previstas pela prática das condutas proibidas no artigo 117, incisos IX e XV do Regime Jurídico dos Servidores Cívis do Distrito Federal.

6) EDSON MANOEL DA CONCEIÇÃO SANTOS, na qualidade de membro da Comissão de Licitação, responsável:

a) por ter eliminado licitantes na Licitação nº 06/99 em razão de exigências não previstas em Lei, do que decorreu o Contrato nº 32/99 entre a FEDF e a empresa Viagens e Turismo Jovem Ltda para transporte de aluno, favorecendo a empresa contratada (item 3.1.2);

b) por ter deixado de verificar a conformidade das propostas em relação ao Edital (item 3.1.2);

Diante das condutas acima **descritas** esta CPI recomenda o indiciamento do Sr. EDSON MANOEL DA **CONCEIÇÃO** SANTOS pela prática dos crimes tipificados nos artigos 10 e 11 da Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa); pela prática dos crimes tipificados nos artigos 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95 e 98 da Lei 8.666/93 (Lei das Licitações).

Recomendamos a abertura de Processo Administrativo Disciplinar para a aplicação das penalidades previstas pela prática das condutas proibidas no artigo 117, incisos IX e XV do Regime Jurídico dos Servidores Cíveis do Distrito Federal.

7) **REGINALDO NUNES CORDEIRO**, na qualidade de **membro** da Comissão de Licitação, responsável:

a) por ter eliminado licitantes na Licitação nº 06/99 em razão de exigências não previstas em Lei, do que decorreu o Contrato nº 32/99 entre a FEDF e a empresa Viagens e Turismo Jovem Ltda para transporte de **aluno**, favorecendo a empresa contratada (item 3.1.2);

b) por ter deixado de verificar a conformidade das propostas em relação ao Edital (item 3.1.2);

c) por ter recebido vencimentos sem ter trabalhado (item 5.1);

Diante das condutas acima descritas esta CPI recomenda o indiciamento do Sr. REGINALDO NUNES CORDEIRO pela prática dos crimes tipificados nos artigos 10 e 11 da Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa); pela prática dos crimes tipificados nos artigos 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95 e 98 da Lei 8.666/93 (Lei das Licitações).

Recomendamos a abertura de Processo Administrativo Disciplinar para a aplicação das penalidades previstas pela prática das condutas proibidas no artigo 117, incisos IX e XV do Regime Jurídico dos Servidores Cíveis do Distrito Federal.

8) **HÉLVIA MIRIDAN PARANAGUÁ FRAGA**, na qualidade de executora de Contrato, responsável:

a) por não ter adotado providências para realização licitação para contratação de transporte escolar, criando situação de emergência do Contrato nº 50/01 (item 3.1.3);

b) por não ter observado o limite de acréscimo legal do Contrato nº 32/99 (item 3.1.2);

c) por ter permitido que a empresa Viagens Turismo Jovem Ltda utilizasse veículos de terceiros, descumprindo o edital da Concorrência nº 04/01 (itens 3.1.4 e 3.2.2);

d) por ter permitido, de forma ilegal, que fosse realizada despesa sem licitação na execução do Contrato nº 87/01 (item 3.2.2);

e) por ter permitido a realização de despesa não prevista no Contrato nº 8/04 e ter deixado de revisar as condições econômicas desse contrato em razão de **benefícios** tributários auferidos pela contratada (item 3.2.3);

f) por permitir que terceiros (ONG Orquestra Sinfônica da Regional de Ensino de Ceilândia) sejam transportados por empresas contratadas para o transporte escolar da então FEDF e da Secretaria de Estado da Educação (item 3.2.4);

g) por ter autorizado a realização de despesa não prevista no Contrato nº 87/01 (item 3.2.2);

h) por haver recebido vantagens indevidas da empresa Viagens e Turismo Jovem Ltda., em passagens aéreas e terrestres e valores em espécie (item 6.2)

Diante das condutas acima descritas esta CPI recomenda o indiciamento da Sra. HÉLVIA MIRIDAN PARANAGUÁ FRAGA pela prática dos crimes tipificados nos artigos 9ª, 10 e 11 da Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa); pela prática dos crimes tipificados nos artigos 316 (**concussão**), 317(**corrupção passiva**), 319 (prevaricação) e 321 (advocacia administrativa) do Código Penal Brasileiro; pela prática dos crimes tipificados nos artigos 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95 e 98 da Lei 8.666/93 (Lei das Licitações).

Recomendamos a abertura de Processo Administrativo Disciplinar para a aplicação das penalidades previstas pela prática das condutas proibidas no artigo 117, incisos IV, IX, XII e XV do Regime Jurídico dos Servidores Cíveis do Distrito Federal.

9) **VERÔNICA C. R. PERNAMBUCO**, na qualidade de **chefe** do Núcleo de Programação e Controle de Compras, responsável:

a) por ter direcionado a escolha da empresa Viagens e Turismo Jovem Ltda para prestação de serviços de transporte de aluno (Contrato Emergencial nº 50/01) (item 3.1.3).

Diante das condutas acima descritas esta CPI recomenda o indiciamento da Sra. VERÔNICA C. R. PERNAMBUCO pela prática dos crimes tipificados nos artigos 10 e 11 da Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa); pela prática dos crimes tipificados nos artigos

89, 90, 91, 92, 93, 94, 95 e 98 da Lei 8.666/93 (Lei das Licitações).

Recomendamos a abertura de Processo Administrativo Disciplinar para a aplicação das penalidades previstas pela prática das condutas proibidas no artigo 117, incisos IX e XV do Regime Jurídico dos Servidores Cíveis do Distrito Federal.

10) ELIZABETH CARVALHO MARANINI, na qualidade de gerente de Material ou de executora de contrato, responsável:

a) por ter elaborado o projeto básico, com várias irregularidades, que resultou na escolha da empresa Viagens e Turismo Jovem Ltda para prestação de serviços de transporte de aluno (Contrato Emergencial nº 50/01) (item 3.1.3);

b) por ter elaborado o projeto básico, com várias irregularidades, que resultou na escolha da empresa Moura Transportes Ltda para prestação de serviços de transporte de aluno (Contrato nº 8/04) (item 3.1.5);

c) por ter coletado preço de um único fornecedor para elaboração do orçamento do projeto básico que levou à Concorrência nº 03/03 e ao Contrato nº 8/04 com a Moura Transportes Ltda (item 3.1.5);

d) pela inobservância de disposições legais no parcelamento do objeto contido no projeto básico que levou à Concorrência nº 03/03 e ao Contrato nº 8/04 com a Moura Transportes Ltda (item 3.1.5);

e) por ter permitido que a empresa Viagens Turismo Jovem Ltda utilizasse veículos de terceiros, descumprindo o edital da Concorrência nº 04/01 (item 3.1.4);

f) por ter permitido, de forma ilegal, que fosse realizada despesa sem licitação na execução do Contrato nº 87/01 (3.2.2);

g) por ter permitido a realização de despesa não prevista no Contrato nº 8/04 (item 3.2.3); ter deixado de revisar as condições econômicas desse contrato em razão de benefícios tributários auferidos pela contratada (item 3.2.3); e ter atestado notas fiscais das quais resultaram pagamento indevido à empresa Moura Transportes Ltda. (item 3.2.3);

h) por permitir que terceiros (ONG Orquestra Sinfônica da Regional de Ensino de Ceilândia) sejam transportados por empresas contratadas para o transporte escolar da então FEDF e da Secretaria de Estado da Educação (item 3.2.4);

i) por ter autorizado a realização de despesa não prevista no Contrato nº 87/01 (item 3.3.1);

j) pelo acobertamento da ausência de servidores ao trabalho na Secretaria de Educação (item 5.1);

Diante das condutas acima descritas esta CPI recomenda o indiciamento da Sra. **ELIZABETH CARVALHO MARANINI** pela prática dos crimes tipificados nos artigos 9º, 10 e 11 da Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa); pela prática dos crimes tipificados nos artigos 316 (conculssão), 317 (corrupção passiva), 319 (prevaricação) e 321 (advocacia administrativa) do Código Penal Brasileiro; pela prática dos crimes tipificados nos artigos 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95 e 98 da Lei 8.666/93 (Lei das Licitações).

Recomendamos a abertura de Processo Administrativo Disciplinar para a aplicação das penalidades previstas pela prática das condutas proibidas no artigo 117, incisos IV, IX, XII e XV do Regime Jurídico dos Servidores Cíveis do Distrito Federal.

11) JOSÉ PEREIRA COELHO, na qualidade de Subsecretário de Apoio Operacional ou de ordenador de despesa, responsável:

a) por ter aprovado o projeto básico, com várias irregularidades, que resultou na escolha da empresa Moura Transportes Ltda para prestação de serviços de transporte de aluno (Contrato nº 8/04) (item 3.1.5);

b) por ter aprovado o projeto básico, cujo orçamento para orientar a licitação estava baseado num único fornecedor, o que levou à Concorrência nº 03/03 e ao Contrato nº 8/04 com a Moura Transportes Ltda (item 3.1.5);

c) por ter homologado a Concorrência nº 03/03, origem do Contrato nº 8/04 com a Moura Transportes Ltda, cujo projeto básico e edital licitatório apresentam as ilegalidades descritas no item 3.1.5;

d) por ter permitido a realização de despesa não prevista no Contrato nº 8/04 e ter deixado de revisar as condições econômicas desse contrato em razão de benefícios tributários auferidos pela contratada (fls. item 3.2.3);

e) por permitir que terceiros (ONG Orquestra Sinfônica da Regional de Ensino de Ceilândia) sejam transportados por empresas contratadas para o transporte escolar da então FEDF e da Secretaria de Estado da Educação (item 3.2.4);

f) por ter autorizado a realização de despesa não prevista no Contrato nº 87/01 (item 3.2.2);

Diante das condutas acima descritas esta CPI recomenda o indiciamento do Sr. **JOSÉ PEREIRA COELHO** pela prática dos crimes tipificados nos artigos 9º, 10 e 11 da Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa); pela prática dos crimes tipificados nos artigos 316 (conculção), 317 (corrupção passiva), 319 (prevaricação) e 321 (advocacia administrativa) do Código Penal Brasileiro; pela prática dos crimes tipificados nos artigos 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95 e 98 da Lei 8.666/93 (Lei das Licitações).

Recomendamos a abertura de Processo Administrativo Disciplinar para a aplicação das penalidades previstas pela prática das condutas proibidas no artigo 117, incisos IV, IX, e XV do Regime Jurídico dos Servidores Civis do Distrito Federal.

12) RICARDO COTIA BRAGA, na qualidade de Assessor Técnico Legislativo, responsável:

a) por não ter avaliado o mérito do projeto básico, cujo orçamento para orientar a licitação estava baseado num único fornecedor, o que levou à Concorrência nº 03/03 e ao Contrato nº 8/04 com a Moura Transportes Ltda. (item 3.1.5).

Diante das condutas acima descritas esta CPI recomenda o indiciamento do Sr. **RICARDO COTIA BRAGA** pela prática dos crimes tipificados nos artigos 10 e 11 da Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa); pela prática dos crimes tipificados nos artigos 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95 e 98 da Lei 8.666/93 (Lei das Licitações).

Recomendamos a abertura de Processo Administrativo Disciplinar para a aplicação das penalidades previstas pela prática das condutas proibidas no artigo 117, incisos IX e XV do Regime Jurídico dos Servidores Civis do Distrito Federal.

13) PEDRO COELHO RIBEIRO, na qualidade de Chefe da Assessoria Técnico-Legislativa, responsável:

a) por não ter avaliado o mérito do projeto básico, cujo orçamento para orientar a licitação estava baseado num único fornecedor, o que levou à Concorrência nº 03/03 e ao Contrato nº 8/04 com a Moura Transportes Ltda (item 3.1.5).

Diante das condutas acima descritas esta CPI recomenda o indiciamento da Sra. **PEDRO COELHO RIBEIRO** pela prática dos crimes tipificados nos artigos 10 e 11 da Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa); pela prática dos crimes tipificados nos artigos 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95 e 98 da Lei 8.666/93 (Lei das Licitações).

Recomendamos a abertura de Processo Administrativo Disciplinar para a aplicação das penalidades previstas pela prática das condutas proibidas no artigo 117, incisos IX e XV do Regime Jurídico dos Servidores Civis do Distrito Federal.

14) GLACILENE CAIANA DA S. MACEDO, na qualidade de membro da Comissão de Licitação, responsável:

a) pela inobservância da Lei 8.666/93 (reabertura de prazo em razão de impugnações deferidas) no Edital nº 03/03 (item 3.1.5).

Diante das condutas acima descritas esta CPI recomenda o indiciamento da Sra. **GLACILENE CAIANA DA S. MACEDO** pela prática dos crimes tipificados nos artigos 10 e 11 da Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa); pela prática dos crimes tipificados nos artigos 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95 e 98 da Lei 8.666/93 (Lei das Licitações).

Recomendamos a abertura de Processo Administrativo Disciplinar para a aplicação das penalidades previstas pela prática das condutas proibidas no artigo 117, incisos IX e XV do Regime Jurídico dos Servidores Civis do Distrito Federal.

15) ITANETE AIRES DA SILVA, na qualidade de membro da Comissão de Licitação, responsável:

a) pela inobservância da Lei 8.666/06 (reabertura de prazo em razão de impugnações deferidas) no Edital nº 03/03 (item 3.1.5).

Diante das condutas acima descritas esta CPI recomenda o indiciamento da Sra. **ITANETE AIRES DA SILVA** pela prática dos crimes tipificados nos artigos 10 e 11 da Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa); pela prática dos crimes tipificados nos artigos 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95 e 98 da Lei 8.666/93 (Lei das Licitações).

Recomendamos a abertura de Processo Administrativo Disciplinar para a aplicação das penalidades previstas pela prática das condutas proibidas no artigo 117, incisos IX e XV do Regime Jurídico dos Servidores Civis do Distrito Federal.

16) ANTÔNIO FERREIRA CÉSAR, responsável:

a) por receber vencimentos sem comparecer ao trabalho (item 5.1).

Recomendamos a abertura de Processo Administrativo Disciplinar para a aplicação das penalidades previstas pela prática das condutas proibidas no artigo 117, inc. XV e art.

132, do Regime Jurídico dos Servidores Cíveis do Distrito Federal.

17) MANOEL CARNEIRO DE MENDONÇA NETO, ex-Subsecretário de Apoio Educacional, responsável por:

a) receber vantagens da Viagens e Turismo Jovem Ltda., consistente no uso de passagens aéreas de cortesia, através do Gabinete da Deputada Eurides Brito, no período em que esteve lotado no mesmo (item 6.2).

Recomendamos a abertura de Processo Administrativo Disciplinar para a aplicação das penalidades previstas pela prática das condutas proibidas no artigo 117, inciso XII do Regime Jurídico dos Servidores Cíveis do Distrito Federal.

18) SANDRO DE MORAIS VIEIRA, assessor da Deputada Eurides Brito, responsável por:

a) ter rendimentos líquidos declarados insuficientes para justificar sua variação patrimonial (item 7.5);

b) por apresentar volume de gastos pessoais incompatível com os seus rendimentos declarados, evidenciando sinais de enriquecimento ilícito (item 7.5);

c) prestar declaração falsa e/ou omitir, total ou parcialmente, informação que devia ser produzida a agentes das pessoas jurídicas de direito público interno, com a intenção de eximir-se, total ou parcialmente, do pagamento de tributos, taxas e quaisquer adicionais devidos por lei (item 7.5);

d) inserir elementos inexatos e/ou omitir, rendimentos ou operações de qualquer natureza em documentos ou livros exigidos pelas leis fiscais, com a intenção de exonerar-se do pagamento de tributos devidos à Fazenda Pública (item 7.5);

Diante das condutas acima descritas esta CPI recomenda o indiciamento do Sr. **SANDRO DE MORAIS VIEIRA** pela prática dos crimes previstos no artigo 1º da Lei nº 4.729/65 (sonegação fiscal); pela prática dos crimes previstos nos artigos 1º e 2º da Lei nº 8.137/90 (crimes contra a ordem tributária). Ressalvamos a possibilidade de existência de outros crimes após a análise completa dos documentos relativos à quebra do sigilo bancário, que ainda não chegaram a esta CPI, mas que serão encaminhados ao Ministério Público do Distrito Federal tão logo estejam disponíveis.

19) CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA, gerente da empresa Viagens e Turismo Jovem Ltda, responsável por:

a) oferecer e conceder vantagens ilícitas a servidor público para obter vantagens em procedimentos licitatórios (item 6);

b) fraudar licitação através de combinação com outros concorrentes (itens 3.1.2, 3.1.4 e 7.2);

c) executar de modo fraudulento o contrato de licitação (itens 3.2.2 e 3.3.1);

d) ocultar e/ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de crime contra a Administração Pública e/ou contra o Sistema Financeiro Nacional (crime de lavagem de dinheiro) (item 7.2);

e) prestar declaração falsa e/ou omitir, total ou parcialmente, informação que devia ser produzida a agentes das pessoas jurídicas de direito público interno, com a intenção de eximir-se, total ou parcialmente, do pagamento de tributos, taxas e quaisquer adicionais devidos por lei (item 7.2);

f) inserir elementos inexatos e/ou omitir, rendimentos ou operações de qualquer natureza em documentos ou livros exigidos pelas leis fiscais, com a intenção de exonerar-se do pagamento de tributos devidos à Fazenda Pública (item 7.2);

g) alterar despesas, majorando-as, com o objetivo de obter dedução de tributos devidos à Fazenda Pública (item 7.2).

Diante das condutas acima descritas esta CPI recomenda o indiciamento do Sr. **CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA** como beneficiário da prática dos crimes tipificados nos artigos 10 e 11 da Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa); pela prática dos crimes tipificados nos artigos 89, 90, 92, 93, e 95 da Lei 8.666/93 (Lei das Licitações); pela prática do crime previsto no art. 333 (corrupção ativa) do Código Penal Brasileiro; pela prática dos crimes previstos no artigo 1º da Lei nº 4.729/65 (sonegação fiscal); pela prática dos crimes previstos nos artigos 1º e 2º da Lei nº 8.137/90 (crimes contra a ordem tributária) e pela prática de crime de lavagem de dinheiro previsto no artigo 1º da Lei nº 9.613/98.

20) EDVALDO ROCHA, proprietário da empresa Viagens e Turismo Jovem Ltda, responsável por:

a) oferecer e conceder vantagens ilícitas a servidor público para obter vantagens em procedimentos licitatórios (item 6);

b) fraudar licitação através de combinação com outros concorrentes (itens 3.1.2, 3.1.4 e 7.2);

c) executar de modo fraudulento contrato de licitação (itens 3.2.2 e 3.3.1);

d) ocultar e/ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de crime contra a Administração Pública e/ou contra o sistema financeiro nacional (crime de lavagem de dinheiro) (item 7.2);

e) prestar declaração falsa e/ou omitir, total ou parcialmente, informação que devia ser produzida a agentes das pessoas jurídicas de direito público interno, com a intenção de eximir-se, total ou parcialmente, do pagamento de tributos, taxas e quaisquer adicionais devidos por lei (item 7.2);

f) inserir elementos inexatos e/ou omitir, rendimentos ou operações de qualquer natureza em documentos ou livros exigidos pelas leis fiscais, com a intenção de exonerar-se do pagamento de tributos devidos à Fazenda Pública (item 7.2);

g) alterar despesas, majorando-as, com o objetivo de obter dedução de tributos devidos à Fazenda Pública (item 7.2).

Diante das condutas acima descritas esta CPI recomenda o indiciamento do Sr. **EDVALDO ROCHA** como beneficiário da prática dos crimes tipificados nos artigos 10 e 11 da Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa); pela prática dos crimes tipificados nos artigos 89, 90, 92, 93, e 95 da Lei 8.666/93 (Lei das Licitações); pela prática do crime previsto no art. 333 (corrupção ativa) do Código Penal Brasileiro; pela prática dos crimes previstos no artigo 1º da Lei nº 4.729/65 (sonegação fiscal); pela prática dos crimes previstos nos artigos 1º e 2º da Lei nº 8.137/90 (crimes contra a ordem tributária) e pela prática de crime de lavagem de dinheiro previsto no artigo 1º da Lei nº 9.613/98.

21) GERALDO ALVES DE MOURA e CELSO ALVES DE MOURA, sócios proprietários da empresa MOURA TRANSPORTES Ltda, responsáveis por:

a) fraudar licitação através de combinação com outros concorrentes (itens 3.1.2, 3.1.4 e 7.2);

b) executar de modo fraudulento os Contratos nºs 87/2001, 88/2001 e 08/2004 (itens 3.2.2, 3.2.3 e 3.3.1);

c) ocultar e/ou dissimular a natureza, origem,

localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de crime contra a Administração Pública e/ou contra o sistema financeiro nacional (crime de lavagem de dinheiro) (item 7.1).

Diante das condutas acima descritas esta CPI recomenda o indiciamento dos Srs. **GERALDO ALVES DE MOURA e CELSO ALVES DE MOURA** como beneficiários da prática dos crimes tipificados nos artigos 10 e 11 da Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa); pela prática dos crimes tipificados nos artigos 89, 90, 92, 93, e 95 da Lei 8.666/93 (Lei das Licitações); pela prática do crime previsto no art. 333 (corrupção ativa) do Código Penal Brasileiro e pela prática de crime de lavagem de dinheiro previsto no artigo 1º da Lei nº 9.613/98.

22) NELSON AUGUSTO DE OLIVEIRA LAWAL, proprietário da empresa JUIZ DE FORA Ltda, responsável por:

a) oferecer e conceder vantagens ilícitas a servidor público para obter vantagens em procedimentos licitatórios (item 6);

b) ocultar e/ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de crime contra a Administração Pública e/ou contra o Sistema Financeiro Nacional (crime de lavagem de dinheiro) (item 7.3).

Diante das condutas acima descritas esta CPI recomenda o indiciamento do Sr. **NELSON AUGUSTO DE OLIVEIRA LAWAL** como beneficiário da prática dos crimes tipificados nos artigos 10 e 11 da Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa); pela prática dos crimes tipificados nos artigos 89, 90, 92, 93, e 95 da Lei 8.666/93 (Lei das Licitações); pela prática do crime previsto no art. 333 (corrupção ativa) do Código Penal Brasileiro e pela prática de crime de lavagem de dinheiro previsto no artigo 1º da Lei nº 9.613/98.

8.9. DOS OUTROS ASPECTOS DE INDICIAMENTOS RECOMENDADOS.

Merecem registro as condutas dos depoentes MANOEL CARNEIRO DE MENDONÇA NETO, ANTÔNIO FERREIRA CÉSAR, ACHILLES DE SANTANA, EDSON MANOEL DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS e REQINALDO NUNES

CORDEIRO que contribuíram para que esta CPI desvendasse todo o esquema criminoso que se instalou na Secretaria de Estado de Educação do Governo do Distrito Federal. Apesar da certeza de que podem contribuir ainda mais e de que de fato fizeram parte do grupo associado, solicitamos que tais condutas sejam levadas em consideração pelo Ministério Público nos indiciamentos que forem feitos.

Tamánhas foram as irregularidades apontadas que caracterizaram a existência de vários veredouros de desvio de dinheiro público e de enriquecimento ilícito, ainda hoje existentes dentro da Secretaria de Estado de Educação do Governo do Distrito Federal. As condutas ilícitas estão claramente tipificadas, bem como os responsáveis pelas mesmas. A CPI confia que o Ministério Público, a partir das provas levantadas por esta Comissão, e que acompanham este Relatório, aprofundará as investigações e procederá ao indiciamento de todos os envolvidos. Também requer que o Governo do Distrito Federal adote providências imediatas no sentido de investigar, responsabilizar e penalizar os servidores públicos indicados.

9. DAS INFRAÇÕES AO CÓDIGO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL.

Diante do relato até agora feito emergem recomendações ao Poder Executivo Distrital e ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. O resultado desta CPI também aponta reflexos diretos em nossa Casa de Leis.

Além dos indiciamentos pela prática dos crimes acima relacionados, as condutas que envolvem a Deputada Eurides Brito refletem diretamente em potenciais violações dos dispositivos do **CÓDIGO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**, e não podem ser ignoradas por esta Casa Legislativa, que deverá avaliar e se posicionar em relação ao caso em tela.

Ressalte-se que além de tudo o que foi narrado, restou fartamente comprovado que a Deputada Eurides Brito orientou testemunhas, usando a estrutura da Consultoria Jurídica do Gabinete do Governador, para que falseassem a verdade e promovessem o máximo de obstáculos para que esta CPI não avançasse em suas investigações. A própria Deputada assume a realização de tais reuniões, que

ocorreram inclusive no período em que mesma não apenas exercia o mandato parlamentar, como também integrava a própria CPI.

O Código de Ética e Decoro Parlamentar, instituído pela Resolução nº 110, de 17 de maio de 1996, assevera que:

Art. 3º São deveres fundamentais do Deputado:

I - honrar o compromisso firmado quando da investidura no mandato eletivo;

II - respeitar e defender a Constituição da República Federativa do Brasil, a Lei Orgânica do Distrito Federal, as leis e o Estado Democrático de Direito;

III - empenhar-se na defesa dos interesses dos cidadãos;

IV - exercer o mandato, com respeito à vontade popular;

V - abster-se do uso das prerrogativas parlamentares para pleitear vantagens em proveito próprio ou alheio;

VI - denunciar e combater o clientelismo, o empenhismo e a corrupção em todas as suas formas;

(...)

Art. 6º - Constitui procedimento incompatível com a ética e o decoro parlamentar:

I - o abuso das prerrogativas institucionais, legais e regimentais;

II - a percepção de vantagens indevidas como doações, benefícios ou cortesias de empresas, grupos econômicos ou autoridades públicas;

III - o envolvimento com o crime;

(...)

XII - permitir, facilitar ou concorrer para que terceiros enriqueçam ilicitamente;

(...)

XIV - Interferir de maneira a impedir o regular funcionamento dos trabalhos da

Câmara Legislativa ou de órgãos e entidades de outros poderes:

(...)

Art. 14. O Deputado Distrital será punido com a perda do mandato em caso de:

I - infração a quaisquer das proibições constitucionais referidas no art. 5º deste Código;

II - prática de quaisquer atos contrários à ética e ao decoro parlamentar capitulados no art. 63 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Os dispositivos retro mencionados complementam a normatização efetuada pela Lei Orgânica do Distrito Federal, que dispõe:

Art. 63. Perderá o mandato o Deputado Distrital:

(...)

II- cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

(...)

S 1º É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas ao Deputado Distrital ou a percepção de vantagens indevidas.

A Câmara Legislativa não pode ficar inerte frente às condutas relatadas, sob risco de sepultarmos o Princípio da Moralidade e da Legalidade que regem a Administração Pública, e cuja missão constitucional desta Casa de Leis é defender e fiscalizar

Considerando todos os fatos narrados e a legislação aplicável à matéria retro transcrita, esta CPI, por meio dos Parlamentares membros, encaminhará representação contra a Deputada Eurides Brito, fundamentada neste relatório, por infrações ao Código de Ética e Decoro Parlamentar.

A representação será encaminhada à Mesa Diretora desta Casa, nos termos do art. 74, inciso I do Regimento Interno, para o seu regular processamento junto à Corregedoria e posterior encaminhamento à Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, para as providências que julgar pertinentes.

10 - DAS CONCLUSÕES E DAS RECOMENDAÇÕES .

Após 15 meses de trabalho, a Comissão Parlamentar de Inquérito instituída com o objetivo de "investigar denúncias de irregularidades, ilegalidades e imoralidades, na Secretaria de Estado de Educação, entre 1999 e 2005, relativas à contratação de professores em regime temporário e às licitações para transporte de alunos da rede pública, bem como o envolvimento de autoridades públicas dos Poderes Legislativo e Executivo do Distrito Federal, materializadas em inquéritos do Ministério Público do Distrito Federal, e em diversas matérias veiculadas pela mídia local e nacional" apresenta resultado que demonstra a importância do pleno exercício da função fiscalizadora pelo Poder Legislativo para a realização do Estado Democrático de Direito.

O correto funcionamento do sistema de pesos e contrapesos, consagrado por nossa Constituição Federal, se baseia exatamente na percepção de que o exercício de um dos Poderes deve ser limitado pela ação dos demais.

O amadurecimento da Democracia em nosso País exige que as autoridades do Governo deixem de enxergar a ação fiscalizadora do Legislativo, exercida especialmente por meio das CPIs, como uma intromissão ou atitude oposicionista.

Infelizmente, nossas investigações demonstraram que titulares de cargos do Distrito Federal ainda confundem o Estado com o Governo, e o público com o privado; subordinando os interesses e a defesa desses aos daqueles.

A pretensão de sustentar que não há crime, ilegalidade, ilícito ou imoralidade em utilizar-se do aparelho do Estado para "preparar e adequar" a defesa de seus cargos e espaços políticos não pode ser tolerada em um Estado Republicano que pretende transformar-se em uma democracia madura e moderna.

Essa CPI não se permitiu, também, ser utilizada como mero espaço para embates políticos, para ações

oposicionistas irresponsáveis ou intrigas pessoais. Os trabalhos foram pautados pela busca do que havia de verdadeiro e fundamentadamente provado em cada uma das denúncias apresentadas, com base na análise técnica dos processos e documentos que foram trazidos à Comissão.

Os resultados demonstram que, ao longo dos últimos sete anos, durante as duas gestões de Governo do Sr. Joaquim Domingos Roriz, as políticas educacionais do Distrito Federal foram **desviadas** de foco, tanto no que se refere aos investimentos realizados como na política de recursos humanos e **desenvolvimento** do magistério.

O Poder Executivo do Distrito Federal, nesse período, permitiu o absurdo **desvirtuamento** dos investimentos que deveriam ser realizados para o cumprimento das metas de universalização do acesso ao ensino público e gratuito. Ao invés de priorizar a aplicação dos recursos na construção e modernização das salas de aula, aproximando as escolas das áreas carentes de oferta, a Secretaria de Estado de Educação preferiu dar crescimento ao serviço de transporte público escolar, realizando vultosos **investimentos** em serviço que atende menos de 2% dos estudantes da rede **pública** de ensino.

O mais grave é que tal opção não foi construída a partir da intenção de atendimento à necessidade da população **pelo** transporte escolar, mas sim pelos interesses privados e empresariais, muitas vezes escusos, pela criação de um rico mercado dominado por apenas dois prestadores de serviço, a partir do direcionamento de licitações e com o **superfaturamento** de preços.

Da locação de apenas um ônibus para o **atendimento emergencial** de uma nova comunidade, em localidade rural e não assistida por escola pública, criou-se um mercado e um gasto público de quase R\$ 30 milhões **anuais**. Esse crescimento do **transporte** escolar público foi marcado pelo direcionamento, o superfaturamento e outras ilegalidades nas licitações e contratações emergenciais, privilegiando as empresas Viagens e Turismo Jovem **Ltda.** e Moura Transportes **Ltda.**, em troca de benefícios concedidos a servidores públicos e autoridades do Distrito Federal.

Ao mesmo tempo, no período analisado, ficou claro o desenvolvimento de processo de desmonte da carreira de Magistério, na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, por definição política e administrativa dos gestores da Secretaria de Estado de Educação.

A contratação temporária de professores não foi

utilizada nos limites legais, para situações emergenciais e temporárias, mas em substituição ao servidor efetivo, em tentativa de burlar a obrigatoriedade de realização de concurso público, abrindo margem para todo o tipo de fraudes e apadrinhamento nas contratações.

O processo seletivo utilizado pela SEDF demonstrou-se **absolutamente frágil** e passível de direcionamento e manipulação. É estarrecedor que os gestores da contratação temporária tenham demonstrado à CPI que jamais preocuparam-se com a segurança e transparência do procedimento, demonstrando clara convivência com o descontrole da atividade administrativa.

Além disso, a opção pela contratação temporária constitui-se em ofensa às determinações da Lei Orgânica do Distrito Federal e em descompromisso com a qualidade do ensino público.

Somente com a existência de quadros efetivos de professores, integrantes de carreiras estáveis e valorizadas, o ensino público poderá cumprir não apenas as metas de universalização mas também de qualidade.

A **perpetuação da contratação temporária** ofende os direitos trabalhistas e **impede** o desenvolvimento profissional dos professores, que não integram a carreira do Magistério Público.

As ações da CPI demonstraram que os mecanismos de avaliação das políticas públicas e controle interno dos atos administrativos do Poder Executivo permaneceram ineficazes, tornando necessária a ação dos pesos e contrapesos, de modo que o Legislativo buscou frear os abusos **cometidos** por componentes do Governo.

A eficácia dessa Comissão Parlamentar de Inquérito já se encontra comprovada, uma vez que, ao curso de seus trabalhos, a própria Secretaria de Educação reconheceu a necessidade de aprimorar seus mecanismos de controle e ação.

O processo de seleção de professores para o contrato temporário, realizado para o ano de 2005, voltou a exigir a retenção da documentação **comprobatória** dos títulos, de forma a permitir a aferição dos procedimentos e garantir maior transparência nos critérios de qualificação.

Em sindicância realizada paralelamente à CPI, a SEDF também reconheceu que a Professora Rejane Nóbrega Tremendani praticou ilícitudes, determinando seu afastamento da Diretoria do Centro de Ensino Especial nº 01.

Outro exemplo de resultados imediatos dos

trabalhos dessa comissão é o maior rigor com que as próprias empresas do ramo de transportes e o Tribunal de Contas do Distrito Federal estão acompanhando os procedimentos para novas contratações de transporte escolar público.

Para que desse trabalho resultem outras melhorias na Administração Pública do Distrito Federal, aprimorando-a em suas finalidades, conclui-se o relatório com seu encaminhamento aos seguintes Órgãos, com as recomendações apresentadas, nos termos do art. 74 do RICLDF:

À MESA DIRETORA DA CLDF

a) para encaminhamento da anexa indicação, que sugere à Excelentíssima Senhora Governadora do Distrito Federal alterações na Lei nº 1.169, de 24 de julho de 1996, de forma a aprimorar o instituto do contrato temporário no Distrito Federal, nos termos do art. 74, inc. I do RICLDF;

b) para conhecimento das dificuldades administrativas encontradas na realização dos trabalhos, com a recomendação de que seja priorizada a implantação de estudos para a adequação da estrutura administrativa da CLDF de forma que as CPIs possam contar com apoio técnico e operacional de alta qualidade;

c) para recebimento e encaminhamento de Representação por infrações ao Código e Ética de Decoro Parlamentar pela Deputada Eurides Brito, na forma do documento anexo a este.

AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

a) para que adote as medidas necessárias à responsabilização civil e criminal pelas infrações apuradas, no âmbito de suas atribuições institucionais.

À SRA. GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL

a) para adoção das providências necessárias à apuração administrativa das práticas vedadas aos servidores públicos identificadas pela CPI, com a responsabilização e aplicação das medidas disciplinares determinadas em lei;

b) para adoção das providências necessárias à implantação de medidas de controle interno que impeçam a repetição das falhas identificadas pela CPI;

c) para encaminhamento ao Conselho de Educação do Distrito Federal, sugerindo a instauração de procedimento de fiscalização junto às entidades de Educação

de Jovens e Adultos, de forma a coibir as irregularidades constatadas, em especial, junto ao Centro de Ensino Unificado – UNI;

d) com a sugestão de que determine à Secretaria de Estado de Educação a implementação de atividades de planejamento educacional, de forma a impedir o crescimento descontrolado da necessidade de transporte escolar, com prioridade à implantação de unidades escolares próximas às comunidades;

e) com a sugestão de que determine à Secretaria de Estado de Educação a implementação de política de recursos humanos que proporcione a permanente existência de banco de reservas de professores e a limitação da contratação provisória aos estritos casos permitidos em lei.

AO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

a) para instauração de processos com o intuito de determinar a responsabilização e a restituição dos danos ao erário causados por servidores públicos e particulares comprovadas por esta CPI.

À POLÍCIA FEDERAL

a) para instauração de Inquéritos Policiais, ou para que sejam somadas aos inquéritos já existentes, visando dar prosseguimento à apuração de crimes contra a ordem tributária e o Sistema Financeiro Nacional e os de natureza eleitoral;

À POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

a) para instauração de Inquéritos Policiais visando dar prosseguimento à apuração dos crimes de sua competência institucional.

AO BANCO CENTRAL DO BRASIL

a) para que realize fiscalização junto ao BRB, a fim de que se corrijam as práticas de descumprimento das medidas de controle e acompanhamento das movimentações financeiras gerenciadas por essa instituição bancária, visando a repressão aos crimes de lavagem de dinheiro.

À DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL

a) para que realize ação fiscalizatória junto à Empresa Moura Transportes Ltda., a fim de que se coíba e impeça a prática de manutenção de empregados sem os devidos registros em Carteira de Trabalho, com prejuízo para os direitos trabalhistas, em especial o recolhimento de valores do FGTS.

À RECEITA FEDERAL

a) para que realize ação fiscalizatória junto às Empresas Juiz de Fora Serviço Gerais Ltda., Viagens e Turismo Jovem Ltda. e Moura Transportes Ltda., assim como seus sócios, nas declarações pessoais de Gibrail Nabih Gebrin, para verificação da regularidade fiscal de suas declarações e lançamentos.

AO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

a) para que determine procedimento de fiscalização junto à empresa Moura Transportes Ltda., a fim de coibir a prática de desrespeito aos direitos previdenciários de seus empregados.

AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

a) para a instauração de processo de fiscalização da utilização das verbas federais pela SEDF, em especial as destinadas ao transporte escolar público e ao pagamento de contratos temporários.

Brasília, 1º de junho de 2006.



Deputado PAULO TADEU
Relator



Deputado AUGUSTO CARVALHO
Presidente

Deputada Ivelise Longhi
Vice-Presidente

Deputado JOSÉ EDMAR
Membro

Deputado PEDRO PASSOS
Membro

RVBI

Rede Virtual de Bibliotecas

A Biblioteca da Câmara Legislativa do Distrito Federal alimenta as bases do acervo de livros e revistas integrantes do Sistema de Informações do Congresso Nacional (SICON), mediante a participação na Rede Virtual de Biblioteca (RVBI). A rede é coordenada pela Biblioteca do Senado Federal, em sistema de cooperação técnica, com a participação de órgãos do governo federal e do Distrito Federal. A RVBI utiliza, para o processamento técnico de livros e periódicos, o software ALEPH de gerenciamento de biblioteca, permitindo a divulgação e a disponibilização dos registros bibliográficos.

As bases de dados estão também disponíveis via internet, pelo catálogo on-line, no seguinte endereço:

<http://recreio.senado.gov.br:4505/ALEPH>

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE INFORMAÇÃO E
DOCUMENTAÇÃO LEGISLATIVA SETOR DE
BIBLIOTECA**

Ramais: 8430/8432 Fax: 8431